

MUNDO GREGO: Grécia antiga, clássica e helenística

Durante aqueles séculos em que os gregos criaram todas as suas lendas, seus deuses e seus mitos, eles formaram as principais características do modo de vida que adotaram. Como já pudemos perceber, os gregos formaram cidades-estados. Ou seja, cada cidade se tornou um pequeno “país”. Veremos agora como eram as cidades-estados gregas, como os gregos viviam, e que forma de governo eles adotaram.

A VIDA SOCIAL:

As casas dos gregos, em geral, eram pequenas. Eles gostavam mesmo era de se reunir nos parques e nas praças das cidades, onde conversavam e trocavam idéias. A roupa que usavam parecia um pequeno lençol preso no ombro. A vestimenta das mulheres era, muitas vezes, bordada. Os estrangeiros tinham de pagar impostos e, em caso de guerra, deviam prestar alguns serviços à cidade na qual moravam.

A VIDA NAS CIDADES: Os gregos moravam em cidades independentes que chamavam de pólis. A agricultura era a principal riqueza. Por isso, a propriedade da terra era símbolo de prestígio.

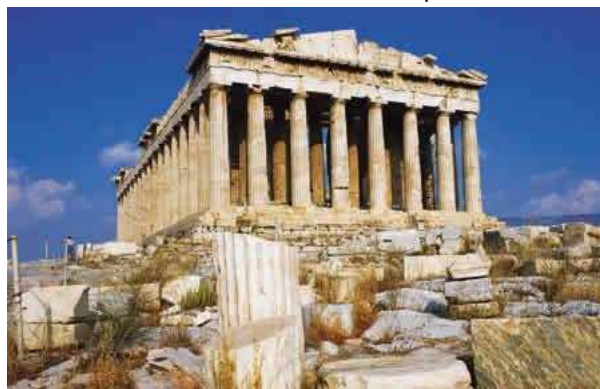
A GRÉCIA ANTIGA E A GRÉCIA PRÉ-HELÊNICA

A Grécia Antiga ou Hélade localizava-se na bacia do Mar Egeu, abrangendo o território europeu ao sul da Península Balcânica, as ilhas dos mares Egeu e Jônio e a costa ocidental da Ásia Menor. Daí se espalhou pelas costas dos mares Negro e Mediterrâneo, atingindo o sul da Itália e da França e a costa da Líbia no norte da África, sendo o mar Mediterrâneo sua principal via de comunicação. A civilização grega ou helênica começou a existir por volta de 1200 a 1100 a.C., com a chegada dos dórios ao sul da Península Balcânica, conquistando os aqueus que aí habitavam. Anteriormente à chegada dos dórios, existiram na região da bacia do Mar Egeu duas importantes civilizações: a Cretense, na ilha de Creta e a Aqueana ou Micênica, no continente

europeu. Essas civilizações conheciam a escrita, utilizavam armas e instrumentos de bronze e tinham agricultura, artesanato e comércio desenvolvidos.

O PERÍODO HOMÉRICO (SÉCULOS XII O XI a.C.): A organização gentílica dos gregos

Os quatrocentos anos que se seguiram à chegada dos dórios (de 1200 a 800 a.C. aproximadamente) permanecem bastante



obscuras para nós, devido à escassez de fontes escritas. O que existe sobre a época são os poemas épicos a “Ilíada” e a “Odisséia” escritos por Homero. Os poemas homéricos referem-se aos acontecimentos relacionados à destruição da sociedade micênica, como as guerras de Tebas e de Tróia. Relatam as ações dos heróis gregos, com a ajuda de seus deuses. De

sua leitura, percebe-se que a sociedade da época era formada por reis (basileus) e nobres, senhores de terras e rebanhos. Os nobres organizavam-se em famílias extensas – os genói – em que os membros eram unidos por laços de parentesco consangüíneo e/ou religioso. O “genos” era o núcleo humano em torno do qual se estruturava o “oikos”, unidade econômica que compreendia terras, casas, ferramentas, armas e gado, dos quais dependia a sobrevivência do grupo. O trabalho no “oikos” – pastoreio, agricultura de cereais, legumes e frutas, produção de óleo e vinho, fiação e tecelagem – era realizado pelos membros do “genos” e pelos escravos, obtidos através de pilhagens e saques; tanto quanto possível, o “oikos” procurava ser auto-suficiente. A principal ocupação dos nobres, chefes dos “oikos”, era a guerra praticada contra os vizinhos ou inimigos externos. As lutas se restringiam ao combate individual entre os guerreiros, pesadamente armados. O objetivo das guerras era essencialmente a aquisição de escravos e de metais que o “oikos” não produzia. Além dos reis e dos nobres, existiam trabalhadores livres – demiurgos – ferreiros, carpinteiros, videntes e médicos, que prestavam serviços aos nobres e ocasionalmente participavam de suas assembléias, como ouvintes, sem direito a tomar decisões. Abaixo dos demiurgos, havia os tetes, homens sem posses e sem especialização, que vagavam de um lado para outro em troca de algum alimento ou roupa.

O DESAPARECIMENTO DA MONARQUIA

Por volta do século VIII a.C., em algumas regiões do território grego dos Balcãs, da Ásia Menor e das ilhas do Mar Egeu, já havia um grande número de comunidades dominadas por grupos de famílias aristocráticas proprietárias das melhores terras, que justificavam seu poder pela autoridade que lhes provinha dos antepassados, muitas vezes um “herói” famoso do passado, ou mesmo até um deus. A figura do rei desaparecera, substituída por magistrados eleitos e por conselhos de nobres. Aos poucos o pequeno povoado tornou-se regra, com a população reunindo-se em volta das antigas fortificações micênicas, onde logo surgiam uma praça para o mercado e um ou dois templos. Esboçava-se assim a forma de vida tradicional dos gregos – a “pólis” – que irá se expandir de forma original durante os séculos seguintes.

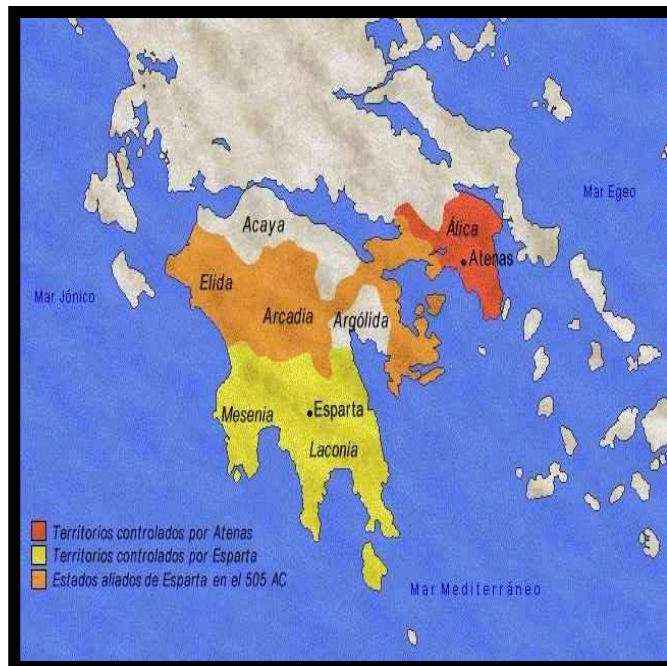
AS CIDADES GREGAS: ATENAS E ESPARTA

ESPARTA – A PÓLIS OLIGÁRQUICA

A cidade de Esparta surgiu por volta do século XI a.C., quando os dórios invadiram a região e dominaram a população aquéia, transformando-a em hilotas – escravos do Estado. Os dórios dividiram a terra dos vencidos entre si, cabendo um lote de terra a cada família dórica. O aumento da população determinou a expansão de Esparta sobre os territórios vizinhos.

No fim do século VIII a.C., os espartanos já haviam conquistado a Lacônia e a Messênia, ao sul do Peloponeso e reduzido também seus habitantes a condição de hilotas. A sociedade espartana era formada de três classes sociais distintas. A classe dominante era a dos cidadãos, denominados esparciatas, de origem dórica, proprietários de lotes de terra cultivadas pelos hilotas e transmitidos hereditariamente. Os esparciatas dedicavam-se exclusivamente às tarefas públicas e militares. A última classe era a

dos hilotas – servos do Estado. Os hilotas eram descendentes da população nativa dominada: cultivavam o Kleros e realizavam todo tipo de trabalho, sustentando os esparciatas e suas famílias. Diferentemente dos escravos de Atenas, os hilotas não eram estrangeiros comprados no mercado. A necessidade de manter as populações nativas submetidas transformou Esparta numa sociedade fortemente militarizada, exigindo dos cidadãos espartanos uma disciplina férrea, iniciada desde a infância. Foi em Esparta que o sistema hoplítico de combate, criado pelos gregos, mais se desenvolveu. Por esse sistema, os cidadãos soldados – os hoplitas – combatiam com suas lanças, a pé, em fileiras sucessivas, protegidos por seus escudos, dispensando o uso de cavalos. A organização política de Esparta era oligárquica, regida por leis não escritas atribuídas ao lendário legislador Licurgo. Havia dois reis, hereditários, com funções religiosas e militares. O poder de fato era exercido pela Gerúsia ou Conselho de Anciãos, órgão composto por 28 cidadãos com mais de 60 anos, inclusive os reis. A esse órgão competia fazer as leis. Os Éforos ou vigilantes, em número de cinco, eram cidadãos eleitos anualmente, com o poder de fiscalizar tudo e todos e de convocar a Assembléia dos cidadãos ou Apela. A Apela, formada pelos esparciatas maiores de 30 anos, elegia os gerontes e os éforos e votava, sem discutir, as propostas dos éforos ou da Gerúsia. Esparta apresentava um sistema político inteiramente diferente do que Atenas desenvolvia: era uma cidade-estado fechada em si mesma, sob o controle oligárquico de talvez 8 ou 9 mil esparciatas proprietários de terra, com qualidades militares excepcionais. Isso era possível devido ao extenso trabalho dos hilotas, que retirava dos cidadãos qualquer encargo direto com a produção, permitindo-lhes o tempo necessário para



o treinamento para a guerra.

ATENAS: OLIGARQUIA, TIRANIA E DEMOCRACIA ESCRAVISTA

A cidade-estado de Atenas está situada na península da Ática, ocupada pelos jônios desde o século X a.C.. No início do período arcaico (século VIII a.C.), sua população livre estava assim dividida: os eupátridas, de origem gentílica,

grandes proprietários de terras trabalhadas por escravos; os georgói, pequenos proprietários de terras, trabalhadas por eles mesmos; os demiurgos, trabalhadores livres como artesãos, comerciantes, proprietários de pequenas oficinas, médicos, advinhos, professores. As duas últimas classes formavam o “demos”, o povo. Com o desenvolvimento da colonização e das trocas, um grande número de estrangeiros – os metecos – fixou-se em Atenas, dedicando-se principalmente ao comércio.

Nessa época, Atenas constituía uma oligarquia, governada pelos eupátridas, reunidos num conselho de nobre que escolhia os Magistrados, denominados Arcontes. Os Arcontes, em número de nove, eram eleitos por um período de um ano.

Os camponeses (georgói), os artesãos (demiurgos), os estrangeiros (metecos) e os escravos não possuíam qualquer poder político. Em Atenas, assim como nas demais cidades gregas, a base da vida econômica era a terra, que pertencia aos eupátridas e aos georgói, sendo o trabalho escravo muito utilizado, principalmente pelos primeiros. Nos séculos VIII e VII a.C., tornou-se comum a escravização de cidadãos atenienses, geralmente pequenos proprietários que não conseguiam produção suficiente para o sustento familiar e se endividavam em grãos e ferramentas junto às famílias ricas. Progressivamente, os eupátridas aumentavam suas propriedades, incorporando as terras dos devedores que não conseguiam saldar seus compromissos e transformando-os em escravos. Essa situação trazia grande insatisfação, gerando lutas entre a aristocracia agrária e as classes populares, que se estenderam por todo o século VII a.C. e que resultaram em reformas no governo oligárquico de Atenas.

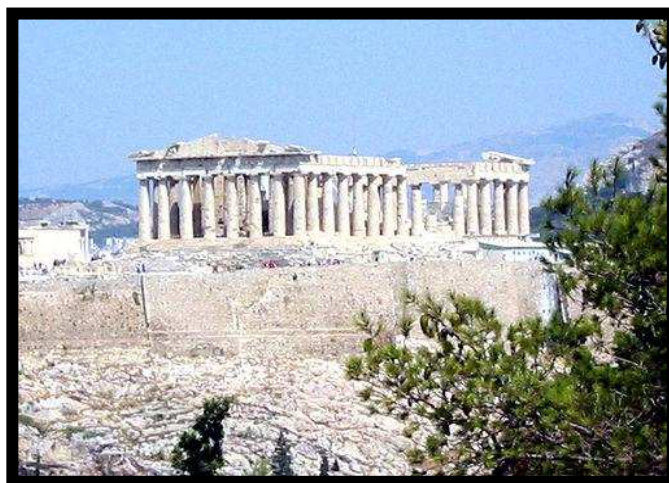
O POVO, DURANTE A ÉPOCA DA OLIGARQUIA, E AS REFORMAS DE SÓLON

“... aconteceu que os nobres e a multidão (povo) entraram em conflito por largo tempo. Com efeito, o regime político era oligárquico em tudo; e, em particular, os pobres, suas mulheres e seus filhos, eram escravos dos ricos. Chamavam-lhes “clientes” ou hectómores (sextanários): porque era com a condição de não guardar para si mais de um sexto da colheita que eles trabalhavam nos domínios dos ricos. Toda a terra estava num pequeno número de mãos; e se eles não pegavam a sua renda (de 5/6 da colheita), podiam ser tornados escravos, eles, suas mulheres e seus filhos; pois todos os empréstimos tinham as pessoas por caução, até Sólon, que foi o primeiro chefe do partido popular... O povo... não possuía nenhum direito... o povo revoltou-se então contra os nobres. Depois de violenta e demorada luta, os dois

partidos concordaram em eleger Sólon como árbitro e arconte; confiaram-lhe o encargo de estabelecer uma constituição. ... Sólon libertou o povo... pela proibição de emprestar tomando as pessoas como caução... aboliu as dívidas tanto privadas como públicas...” (ARISTÓTELES, “A Constituição de Atenas.” In: FREITAS, G. de, op. Cit. p. 67.)

Coube a Sólon, eleito arconte em 594 a.C., redigir novas leis para Atenas. Determinou a libertação dos camponeses das hipotecas e da escravidão por dívidas e proibiu empréstimos sujeitos à escravização do devedor e de sua família. Procurou estabelecer uma relação entre a fortuna do cidadão e seus direitos políticos, dividindo a população de Atenas em quatro classes, segundo o rendimento anual e individual. Assim, privou a aristocracia no monopólio dos cargos públicos, pois às duas primeiras classes foi permitido o acesso às magistraturas mais altas; à terceira, o acesso às magistraturas mais baixas e à quarta e última, um voto na Assembléia Popular ou Eclésia, órgão de representação dos cidadãos. Sólon criou também o Conselho dos Quatrocentos – a Bulé – composto de cidadãos maiores de 30 anos, à razão de 100 por cada uma das quatro tribos jônicas tradicionais de Atenas.

As reformas de Sólon diziam respeito



exclusivamente aos cidadãos nascidos em Atenas, excluindo os comerciantes estrangeiros (metecos), os demais escravos existentes e as mulheres. Além disso, não rompeu com o poder exercido pela aristocracia, visto que não houve uma melhor distribuição das terras. Por outro lado, a proibição da escravização de atenienses intensificou a utilização do escravo-mercadoria obtido no comércio com os bárbaros, nas guerras entre as cidades ou através de pirataria.

A TIRANIA

A persistência das lutas entre os aristocratas e os setores populares, que incluíam também os comerciantes e armadores

enriquecidos com a agro-exportação, fez surgir em Atenas a figura do tirano, líder político que tomava o poder apoiado pelas massas. Durante o século VI a.C., outras cidades conheceram também a tirania. Os tiranos eram geralmente originários do grupo de novos proprietários de terra, porém sem origem gentílica. Foram importantes porque introduziram reformas na legislação agrária em benefício das classes populares e inovaram na arte militar. Com eles, o direito à cidadania foi ampliado, as leis deixaram de ser privilégio da aristocracia e foram publicadas.

O tirano ateniense Psístrato (560/527 a.C.) procurou regulamentar definitivamente a questão agrária, distribuindo aos camponeses as terras confiscadas aos nobres; assim, o regime de pequena propriedade impôs-se em toda a Ática. Psístrato proporcionou emprego aos artesãos e aos trabalhadores urbanos, através de um programa de construção de obras públicas como templos, estradas, fortificações e portos; forneceu também assistência financeira direta aos camponeses, sob a forma de empréstimos. Em seu governo, Atenas transformou-se no maior centro urbano do mundo helênico. Com sua morte, em 527 a.C., o poder passou às mãos de seu filho Hípias, que governou até 510 a.C., quando foi deposto por uma revolução. Terminou, assim, a época da tirania, em Atenas. Na Grécia, as tiranias foram fases decisivas no processo de transição do poder oligárquico da nobreza para a cidade-estado clássica, do século V a.C.. Significaram o fim da dominação das pólis pelas famílias gentílicas, permitindo a evolução para a democracia.

A DEMOCRACIA

Com a deposição de Hípias, último tirano de Atenas, ressurgiram as lutas políticas, por um breve período. Em 508 a.C., com forte apoio popular, Clístenes assumiu o governo, estabelecendo a democracia. Clístenes dividiu a população de Atenas em 160 demói (circunscrições administrativas), espalhadas por 30 trittias e 10 tribos (circunscrições eleitorais). Cada tribo continha três trittias: uma do litoral, uma da área urbana e outra da área rural. Assim, cada tribo era composta por grandes e pequenos proprietários, mercadores, artesãos e marinheiros, acabando por completo com o predomínio das grandes famílias gentílicas. A reforma de Clístenes instituiu também a votação secreta para o Conselho ou Bulé.

Essa teve o número de conselheiros aumentado para 500 (50 por tribo), com funções de controlar as magistraturas e preparar os projetos de lei a serem submetidos à Assembléia Popular ou Eclésia, que se transformou no órgão

mais importante de Atenas. No decorrer do século V a.C., a democracia ateniense foi sendo aperfeiçoada, através de diversas medidas que ampliaram cada vez mais os direitos dos cidadãos livres, maiores de 18 anos, filhos de pai ateniense. Camponeses e artesãos transformaram - se, assim, em cidadãos plenos, independentemente de suas posses. Entre as inovações, houve a criação dos estrategos, magistrados militares encarregados dos assuntos militares, à razão de um por tribo, e a instituição do “ostracismo” – expulsão, com cassação dos direitos políticos por dez anos, do cidadão denunciado como prejudicial à pólis, pela Assembléia Popular.

Entretanto, a democracia pressupunha a existência do escravo – mercadoria, em número cada vez maior, sendo Atenas a cidade onde a escravidão mais se expandiu. Do ponto de vista do grego, a cidadania não podia existir sem a sujeição de outros. O trabalho escravo propiciava ao cidadão o tempo livre para os serviços da pólis e para a vida intelectual, favorecendo o florescimento da civilização. Enquanto os trabalhadores livres eram mais numerosos nas atividades de subsistência, na pequena produção mercantil e no comércio varejista, os escravos predominavam na produção em larga escala, no campo e na cidade, nas minas e nos serviços domésticos. Assim, coexistiam o trabalho livre e o trabalho escravo.

Havia também escravos alugados exercendo funções de porteiros, pedagogos, cozinheiros, amas, sendo que seus donos recebiam-lhes o salário; escravos que trabalhavam pagando a seus senhores quotas fixas ou parte dos ganhos; escravos do Estado, utilizados na pavimentação de ruas, na fabricação de moedas, como guardas, etc. Por serem de origem muito diversificada, as revoltas de escravos foram muito raras. A alforria (liberdade) podia ser alcançada e o liberto era considerado da mesma categoria social que os metecos (estrangeiros residentes em Atenas). Liberdade e escravidão estiveram estreitamente ligadas no mundo helênico.

O PERÍODO CLÁSSICO (SÉC. V E IV a. C.)

No início do século V a.C., os gregos tiveram que enfrentar a ameaça dos persas, cujo Império chegou a abranger a Líbia, as cidades gregas da Ásia Menor, o Egito, a Trácia e a Macedônia, controlando importantes regiões fornecedoras de trigo. Em 492 a.C., os persas atacaram diretamente a Grécia continental, tendo sido derrotados pelos atenienses nas batalhas de Maratona (490 a.C.), provando a superioridade no combate. Numa outra investida, os persas foram novamente derrotados por Atenas na batalha

naval de Salamina (480 a.C.), e na batalha de Platéia pelas forças coligadas de Atenas e Esparta. Para defender as pólis do mar Egeu e da Ásia Menor de possíveis novas invasões persas, Atenas organizou uma liga de cidades sob sua liderança, denominada Liga de Delos (477 a.C.). Todas as cidades – membros contribuíram com homens, navios e dinheiro, para o tesouro da Liga, localizada na ilha de Delos. Mesmo quando o perigo dos ataques persas diminuiu, Atenas não permitiu que qualquer cidade se retirasse da Liga, tornando-se, assim, uma cidade imperialista. O símbolo da transformação foi a mudança da sede e do tesouro da Liga de Delos para Atenas, em 454 a.C., sendo seus recursos utilizados na reconstrução e embelezamento da cidade e na melhoria do nível de vida de sua população.

A DEMOCRACIA ESCRAVISTA NA ÉPOCA DE PÉRICLES (460/429 A.C.):

Durante o governo de Péricles, que exerceu o cargo de principal estrategista por 30 anos, Atenas atingiu o apogeu de sua vida política e cultural, tornando-se a cidade-estado mais proeminente da Grécia. A prosperidade econômica de Atenas baseava-se nas contribuições cobradas aos membros da Liga de Delos e no trabalho escravo, utilizado em quantidade cada vez maior. Os escravos eram empregados nos serviços públicos e domésticos, nas oficinas artesanais, no campo e na mineração, exercendo todas as atividades que o grego considerava degradante para o cidadão. A participação direta dos cidadãos na Assembléia Popular era a chave da democracia ateniense: não existiam representação, partidos políticos organizados nem funcionalismo burocrático.

No governo de Péricles, instituiu-se a remuneração para todos os cargos e funções públicas, permitindo que o cidadão pobre pudesse participar da política sem perda de seus meios de manutenção; restringiu-se o poder da Bulé e criou-se a “ação de ilegalidade”, isto é, o cidadão responsável por uma lei, que após um ano de aplicação se mostrasse nociva à cidade, era passível de punição, de multas. Os cidadãos do sexo masculino maiores de 18 anos podiam assistir aos discursos da Eclésia e neles intervir, sempre que quisessem, assim como propor emendas, votar questões sobre a guerra, a paz, a regulamentação dos cultos, o recrutamento de tropas, o financiamento de obras públicas, as negociações diplomáticas, etc. Diretamente da Assembléia Popular, os atenienses debatiam e decidiam os destinos da pólis.

Excluídos da democracia, estavam os escravos, os estrangeiros e as mulheres. A direção da Assembléia Popular ou Eclésia, a

participação na Bulé, nas Magistraturas e no Tribunal Popular denominado Heliase eram determinadas por sorteio e com duração limitada. As reuniões da Eclésia eram realizadas na Ágora e ocorriam pelo menos quatro vezes em cada 36 dias. Os cidadãos que possuíam o dom da oratória, associado ao conhecimento dos negócios públicos e ao raciocínio rápido, conseguiam impor seus pontos de vista. O voto era aberto, pelo levantamento das mãos.

CONSTITUIÇÃO política não segue as leis de outras cidades, antes lhes serve de exemplo. Nosso governo se chama DEMOCRACIA, porque a administração serve aos interesses da maioria e não, de uma minoria. De acordo com nossas leis, somos todos iguais no que se refere aos negócios privados. Quanto à participação na vida pública, porém, cada qual obtém a consideração de acordo com seus



méritos, e mais importante é o valor pessoal, que a classe à que se pertence isso quer dizer que ninguém sente o obstáculo de sua pobreza ou da condição social inferior quando seu valor o capacite a prestar serviços à cidade(...) Por essas razões e muitas mais ainda, nossa cidade é digna de admiração. (Trechos do Discurso de Péricles. Citado por AQUINO, R. & Outros, op. cit. p.201.)

A democracia e o crescimento econômico transformaram Atenas no centro da civilização grega. No espaço de dois séculos, produziu ou atraiu um grande número de filósofos, cientistas, artistas e escritores, valorizando a medida humana da cultura grega. Às concepções filosóficas lançadas pelos pensadores gregos do século VI a.C., como Anaxágoras, Pitágoras, Heráclito, Parmênides e Zenon, acrescentaram-se os conhecimentos científicos dos filósofos dos séculos V e IV a.C., que constituíram a base do pensamento das sociedades ocidentais. Na filosofia, destacaram-se Sócrates, Platão e Aristóteles.

Na literatura, surgiram autores de peças teatrais que apresentaram a condição humana explorada no íntimo de seu ser e exposta com força grandiosa. Sobressaíram-se, no drama,

Ésquilo (Os Persas, Prometeu Acorrentado, Sófocles (Édipo Rei, Antígona) e Eurípedes (Medéia, Troianos); na comédia, Aristófanes (As Rãs, As Núvens, A Paz); na História, Heródoto, Xenofonte e Tucídides. Na Medicina, foi muito importante Hipócrates, de Quios e na Física, Demócrito. Os gregos salientaram-se também na escultura e na arquitetura, de linhas sóbrias e harmoniosas. Templos, teatros de arena e outros edifícios públicos foram construídos em todas as cidades gregas, destacando-se o Partenon, templo dedicado à deusa Palas Atena, na Acrópole de Atenas, ornamentado pelo escultor Fídias.

A GUERRA DO PELOPONESO E O DECLÍNIO DAS PÓLEIS GREGAS

A rivalidade econômica e política entre Atenas e Esparta e as cidades aliadas desencadeou a guerra do Peloponeso (431/403 a.C.), trazendo destruição, conflitos sociais e empobrecimento das pólis. Em Atenas, a guerra prolongada arruinou os pequenos camponeses que foram obrigados a abandonar suas terras e a se refugiar na área urbana. A vitória de Esparta trouxe a instalação de oligarquias em toda a Grécia. Terminada a Guerra do Peloponeso, o período entre 403 e 362 a.C. foi marcado pela hegemonia de Esparta, seguida pela supremacia de Tebas. O desgaste das cidades com o longo período de guerras facilitou a conquista da Grécia por Felipe da Macedônia em 338 a.C., na batalha de Queroneia. Felipe foi sucedido por seu filho Alexandre (336/323 a.C.), que fundou o Império Macedônico, englobando a Grécia, a Pérsia, a Mesopotâmia e o Egito.

Chegava ao fim o mis brilhante período da Grécia antiga. Passando a integrar o Império de Alexandre, os quadros políticos, econômico e social da Grécia foram completamente alterados. Entretanto, a cultura grega, sob o domínio da Macedônia e, mais tarde, de Roma, difundiu-se por terras distantes, aproximando-se das culturas do Oriente, o que deu origem ao período helenístico. Principalmente nas pólis que conheceram alguma forma de tirania, os gregos conseguiram o equilíbrio possível entre grupos sociais antagonicos. Com isso, os gregos

descobriram a idéia de liberdade, distinta do poder pessoal dos reis ou do privilégio de famílias aristocrática.

SUPLEMENTO

A COLONIZAÇÃO GREGA

A pobreza do solo que não produzia alimento suficiente para uma população em crescimento, a escravidão por dívidas e a concentração cada vez maior das terras nas mãos da aristocracia foram fatores que levaram a um amplo movimento migratório dos gregos durante os séculos VIII a VI a.C., em direção aos mares Negro e Mediterrâneo. Grupos de colonos, com recursos fornecidos pelo governo de suas cidades de origem, partiam em busca de terras cultiváveis, onde fundavam novas pólis, tais quais as existentes no território grego.

Assim, as colônias fundadas se constituíram em saída para a crise agrária e foram fator de progresso econômico e cultural.

Em meados do século VI a.C., quando a expansão grega foi interrompida, devido à resistência de fenícios e etruscos que também disputavam o domínio do litoral do mar Mediterrâneo, havia centenas de pólis espalhadas em solo grego e no estrangeiro, todas situadas a menos de 40 quilômetros da costa. A colonização beneficiou grandes e pequenos proprietários de terra, que dedicavam ao cultivo da vinha e

da oliveira, produzindo vinho e azeite para exportação. Favoreceu os proprietários de oficinas artesanais (cerâmica, tecelagem, metalurgia, construção naval), cuja produção cresceu, facilitada pela divisão do uso da moeda.

Ampliou a classe dos comerciantes e armadores e incentivou o progresso cultural, sobretudo nas cidades gregas da Ásia Menor. Em função das transformações econômicas e da expansão da riqueza, os gregos foram abandonando as tradições e os mitos gentílicos e desenvolveram uma mentalidade individualista, racional e criativa. Criaram a lógica e a matemática, afirmando serem os sentidos e a razão os verdadeiros critérios para a compreensão das leis que regem o universo. O resultado da nova visão grega de mundo foi um avanço impressionante do conhecimento humano. Filosofia, literatura, história, geometria, arquitetura, escultura, teatro, leis, oratória, debate, voto, tudo isso desenvolveu-se entre os gregos, de uma forma original e até então nunca alcançada.



O SÉCULO DE OURO DA CULTURA GREGA:

Grande parte daquilo que os gregos criaram não era original. Eles herdaram muitos elementos das culturas dos cretenses e do Oriente Médio. Apesar disso, os gregos conseguiram expressar na arte uma especial preocupação com o ser humano acima de todas as outras criações da natureza. Comparada com as criações das civilizações do Oriente Médio, a arte grega era relativamente simples. Essa simplicidade foi a base da chamada arte clássica.

O mundo deve aos gregos a criação de quase todos os gêneros literários, ou seja, de diferentes formas de expressão por meio da escrita. Além dos poemas homéricos, o século de ouro assistiu ao surgimento da poesia lírica. O teatro surgiu nas festas que se realizavam todos os anos para homenagear Dioniso, o deus do vinho. Nessas festas, os gregos organizavam cortejos nos quais as pessoas apareciam fantasiadas com peles de cabra chamadas de tragédias. Foi assim que nasceu a tragédia grega. A comédia apresentava situações engraçadas. Contribuiu para a educação popular, pois satirizava e ridicularizava os defeitos da vida pública. Os gregos foram, também, o primeiro povo a se preocupar com a História. Eles deram ao mundo, por assim dizer, o primeiro historiador. Heródoto foi chamado de “pai da História”. Graças a ele, temos relatos de como era a vida grega durante o século V a.C.

Os gregos se dedicaram ao estudo das causas da saúde e das doenças. Eles desenvolveram a medicina. Hipócrates foi considerado o “pai da medicina”. Podemos dizer que a filosofia nasceu na Grécia. Foi lá que surgiram os pensadores que se preocupavam em saber a origem e o destino da existência humana. Os maiores filósofos - os “amigos do conhecimento” - gregos foram Sócrates, um ateniense que afirmava que a fonte da sabedoria está no próprio homem, Platão, que foi discípulo de Sócrates, e Aristóteles, criador da lógica, um macedônio que foi professor de Alexandre Magno.

A MACEDÔNIA E FILIPE II:

Em 360 a.C., Filipe II, um jovem de 23 anos, subiu ao trono da Macedônia. Oito anos antes disso, tinha sido mantido refém em Tebas, onde recebeu uma educação grega. Lá, Filipe percebeu a fragilidade das cidades gregas e traçou um plano para transformar a Macedônia no

principal Estado grego. Ele chamou muitos sábios e professores gregos para difundir a cultura grega e, assim, “helenizar” os macedônios. Ao mesmo tempo, criou um poderoso exército, nos moldes do exército tebano. Filipe reuniu representantes de todas as cidades gregas, menos Esparta, no Congresso Geral de Corinto. Nesse congresso, as cidades gregas decidiram formar uma nova liga, chefiada por Filipe, para atacar os persas. Filipe tinha conseguido o que nenhum outro grego jamais conseguira. Mas, às vésperas da invasão da Pérsia, ele foi assassinado. Seu projeto, entretanto, seria realizado por seu filho e sucessor, Alexandre.

EXERCÍCIOS

1. (FUVEST) O estudo do chamado Período Homérico da História da Grécia fundamenta-se na *Iliada* e na *Odisséia*. Em linhas gerais, quais os temas centrais dessas obras?

2. (FUVEST) Explique o processo de colonização grega:

- identificando no mapa a seguir as áreas abrangidas;
- destacando a contribuição das novas colônias.

3. (FUVEST) I "Há muitas maravilhas mas nenhuma é tão maravilhosa quanto o homem. (...)homem de engenho e artes inesgotáveis... soube aprender sozinho a usar a fala e o pensamento mais veloz que o vento... sagaz de certo modo na inventiva além do que seria de esperar e na destreza, que o desvia às vezes para a maldade, às vezes para o bem...." (ANTÍGONA, Sófocles, 497 - 406, a.C.)

II "Este animal providente, sagaz, complexo, penetrante, dotado de memória, capaz de raciocinar e de refletir, ao qual damos o nome de homem... Único entre todos os vivos e entre todas as naturezas animais, só ele raciocina e pensa. Ora, o que há... de mais divino que a razão, que chegada à maturidade e à sua perfeição é justamente chamada de sabedoria?" (SOBRE AS LEIS, Cícero, 106 - 43, a.C.)

III "Eu não te dei, Adão, nem um lugar predeterminado, nem quaisquer prerrogativas.... Tu mesmo fixarás as tuas leis sem estar constrangido por nenhum entrave, segundo teu livre arbítrio, a cujo domínio te confiei.... Poderás degenerar à maneira das coisas inferiores, que são os brutos, ou poderás, segundo tua vontade, te regenerar à maneira das superiores, que são as divinas." (SOBRE A DIGNIDADE DO HOMEM, Pico della Mirandola, 1463 - 1494)

a) Qual o assunto dos textos e como é denominada a concepção neles presente?

b) Qual a relação existente entre o universo cultural de Pico della Mirandola e o de Sófocles e Cícero?

4. (FUVEST) Freud, Brecht e Pasolini, entre muitos outros, recorreram a ela em seus trabalhos. O primeiro, ao utilizar os termos "Complexo de Édipo" e "Complexo de Electra"; o segundo nas "Notas sobre a Adaptação de Antígona", e o terceiro, no filme "Medéia".

- Identifique a arte grega evocada acima e dê o nome de dois de seus autores.
- A que se deve sua permanente atualidade?

5. (FUVEST) "Então Alexandre aproximou-se ainda mais dos costumes bárbaros que ele também se esforçou em modificar mediante a introdução de hábitos gregos, com a idéia de que essa mistura e essa comunicação recíproca de costumes dos dois povos... contribuiria mais do que a força para solidificar seu poder..." (Plutarco, VIDAS PARALELAS)

- Quem eram os bárbaros?
- No que consistiu a sua política de conquista?

6. Quais foram as civilizações que se desenvolveram nas seguintes regiões:

- Península Itálica
- Península e região insular entre o Mar Egeu e o Mar Jônico

7. Quem eram os helenos?

8. Como o relevo influenciou a formação da Civilização Grega?

9. Qual o aspecto mais importante, na educação espartana?

10. Por que Heródoto é conhecido como o "Pai da História"?

11. Qual era a função da mulher na sociedade ateniense?

12. Por que dizemos que as cidades gregas eram cidades-estados?

13. Por que os gregos formavam um povo e não um Estado?

14. (UFPR) A "Cidade-Estado" foi uma organização política típica da Grécia antiga. Quais eram as características de uma "Cidade-Estado" (pólis) e quais foram as mais notáveis?

15. (UFPR) Na Antiguidade, Atenas era uma cidade-Estado com organização social e política específica. Cite alguns aspectos dessa organização e indique aqueles que diferenciavam Atenas de outras cidades-estados.

16. (UFPR) Explique por que o século V a.C. foi considerado o período de maior esplendor de Atenas.

17. (UNESP) "A Civilização Grega alcançou extraordinário desenvolvimento. Além das indagações e respostas sobre os sentimentos humanos, os gregos legaram à humanidade, até sob a forma de humor, inúmeras realizações artísticas."

Ofereça contribuições para que se compreenda o papel do teatro como manifestação artístico-cultural reveladora do humanismo grego.

18. (UNESP) "O escravo torna possível o jogo social, não porque garanta a totalidade do trabalho material (isso jamais será verdade), mas porque seu estatuto de anticidadão, de estrangeiro absoluto, permite que o estatuto do cidadão se desenvolva; porque o comércio de escravos e o comércio simplesmente, a economia monetária, permitem que um número bem excepcional de atenienses sejam cidadãos." (Pierre Vidal-Naquet, TRABALHO E ESCRAVIDÃO NA GRÉCIA ANTIGA.)

Esse desenvolvimento paralelo da escravidão e da cidadania obrigou os atenienses a realizarem sucessivas reformas políticas. Discorra sobre o papel de Clístenes nesse processo.

19. (UNICAMP) "Os deuses, quaisquer que tenham sido as suas origens longínquas, nada mais são do que seres humanos, maiores, mais fortes, mais belos, eternamente jovens; adquiriram não só a forma humana, mas também os sentimentos, as paixões, os defeitos e até os vícios dos homens; o mundo divino apresenta, portanto, uma imagem engrandecida, mas não depurada da humanidade." (A. Jardé, A GRÉCIA ANTIGA E A VIDA GREGA, 1977) Usando as informações contidas no texto e outras que você dispõe sobre o assunto, cite cinco características da religião na Grécia Antiga.

20. (UDESC) O teatro ocidental nasceu na Grécia e teve seu auge no século V a.C., conhecido como "século de ouro" ou "século de Péricles". Nesse momento da história, os gregos combinaram pensamentos e ação num equilíbrio jamais alcançado posteriormente por qualquer outro povo e, a partir do culto ao deus Dionísio, desenvolveu-se a tragédia grega.

- Em Atenas, como evoluíram as representações trágicas e seus enredos, partindo desse culto?
- Dentre os três grandes dramaturgos gregos - Ésquilo, Sófocles e Eurípedes -, qual pode ser responsabilizado pela decadência da tragédia, e por qual(is) motivo(s)?

21. (FUVEST) Indique e comente quatro elementos da antiguidade greco-romana presentes ainda hoje no mundo ocidental.

GABARITO

1. Epopéia grega, tomada de Tróia e as conquistas de Ulisses.
2. a) A colonização deu-se pela disputa por terras férteis na península grega levando-os a colonizar o Norte da África, a Magna Grécia e a entrada do Mar Negro.
b) As colônias mantinham intercâmbio cultural e forneciam alimentos para os peninsulares.
3. a) Os três textos exaltam o gênero humano e sua capacidade criadora. A concepção neles presente é o humanismo.
b) Pico della Mirandola exalta o humanismo renascentista que foi buscar no passado greco-romano que reviveram Sófocles e Cícero.
4. a) Arte teatral, intensamente influenciada pela mitologia. São expoentes: Eurípedes, Ésquilo e Sófocles.
b) Sob enfoque antropocentrismo, o teatro aborda todas as vicissitudes humanas. Vícios, paixões, emoções, etc são temas abordados.
6. a) Magna Grécia e Império Romano.
b) Grécia, Macedônia, Creta.
7. Helenos ou gregos são de origem indo-européia. Começaram a chegar à Grécia por volta do ano 2000 a.C. em vários grupos: aqueus, jônios, eólios e dórios.
8. A Grécia Continental é montanhosa, com planícies férteis isoladas. Isto explica porque surgiram as cidades-estado, pois as comunicações eram difíceis. Na Grécia Peninsular, o litoral era recortado por golfos e baías, o que facilitava a criação de portos e a navegação. As inúmeras ilhas da Grécia Insular permitiam a navegação com terra sempre à vista.
9. A orientação para fins militares, pois era fornecida pelo estado para os homens desde os 7 anos de idade.
10. Heródoto, mesmo que através de uma concepção religiosa, relatou as guerras pérsicas e se preocupava em conhecer os povos cujas histórias contava: visitou o Egito, a Itália e a Ásia Menor.
11. As mulheres tinham poucos direitos na democracia ateniense, esperava-se delas a dedicação permanente à família e ao marido, embora as mulheres pobres trabalhassem no campo ou no mercado.
12. Porque eram independentes entre si. Cada cidade possuía o seu próprio governo, aparelho administrativo, leis próprias, exército exclusivo, como qualquer estado.
13. Não formavam um Estado porque não havia um poder central único, nem uma unidade política, jurídica e militar únicos. Porém, possuíam a mesma origem, uma mesma língua, seguiam os mesmos mitos.
14. Caracterizavam-se pela prática da escravidão e da autonomia política, administrativa,

econômica e social. Destacam-se Atenas e Esparta.

15. Economia mercantil; Educação humanista e filosófica; Política democrática. Diferia da economia agrícola, educação militar e lacônica e política aristocrática militar de Esparta.

16. Durante as Guerras Médicas (contra os persas), Atenas liderou a Liga de Delos recebendo tributos para manter a confederação das cidades gregas contra os invasores. Nessa época, o líder máximo Péricles, utilizou parte dos recursos na reconstrução e embelezamento da cidade, estimulando a produção artística que atingiu seu maior desenvolvimento na Grécia. Daí o período ser chamado de "Século de Péricles" ou "Século de Ouro" da Grécia.

17. Tragédia e comédia. Os gregos representavam o tom crítico da sociedade, dos seus problemas éticos e a política da época.

18. Legislador grego que chegou ao conceito de democracia apesar de restrita a menos de 10% dos atenienses.

19. Politeísmo, antropomorfismo, humanismo, mitologia e sacrifícios.

20. a) A tragédia e A comédia, valores éticos e crítica político-social.

b) Eurípedes - questões sociais, vida cotidiana do povo grego, guerras.

21. Entre as permanências da civilização greco-romana na contemporaneidade, podemos destacar:

- a racionalidade grega, que tanta influência exerceu em nosso pensamento científico — por exemplo,

- no campo da Medicina, com Hipócrates refutando as explicações sobrenaturais, ou no da Matemática,

- com Tales de Mileto;

- o modo de fazer política dos gregos, que diminuiu sensivelmente o papel da religião, com a criação

- da democracia e do conceito de cidadania, base dos modelos políticos da civilização ocidental de hoje;

- no plano jurídico, a elaboração, pelos romanos, de um modelo universal e racional de conceber as leis,

- fundamento das legislações contemporâneas;

- a política republicana dos romanos, ao considerar as questões do Estado como coisa pública, constitui-

- se numa das metas das modernas civilizações;

- o Latim, língua dos romanos, repercutiu fortemente na formação das línguas modernas.

Essa busca greco-romana de valorização das questões humanas pode ser encontrada mais cotidianamente

na permanência dos jogos olímpicos, que a cada quatro anos mobilizam o mundo.

CIVILIZAÇÃO ROMANA: DA FORMAÇÃO AO IMPÉRIO

PERÍODO ARCAICO – ORIGEM DA CIVILIZAÇÃO ROMANA

Aldeias de pastores (italiotas) povoaram as sete colinas situadas ao sul da Etrúria. No século VIII a.C. uniram-se formando uma Confederação e construíram no alto do Monte Palatino uma fortificação quadrada, na qual se refugiavam quando ameaçados pelos inimigos. Deu-se aí a origem da cidade Alba Longa posteriormente conhecida como Roma.



podiam ter os seus clientes, ou seja, pessoas que prestavam serviços e deviam obrigações em troca de proteção. Os plebeus, povos primitivos da Itália e estrangeiros que chegavam à cidade, durante muito tempo foram marginalizados, não podendo participar do exército, dos cultos religiosos, das cerimônias, das decisões políticas, não pagavam impostos e não tinham acesso às questões jurídicas, muitos eram comerciantes, agricultores e artesãos. Os escravos, adquiridos em guerras ou homens que perderam sua liberdade por causa de dívidas (a maioria plebeus) não eram muitos e quase sempre voltados para os serviços domésticos.

LEGENDA DO MAPA FERREIRA, Olavo L. VISITA À ROMA ANTIGA. São Paulo, 1993, p. 9

As aldeias estavam organizadas em comunidades gentílicas (*gens*) nas quais o patriarca (*pater*) tinha amplos poderes. Dez *gens* formavam uma cúria e dez cúrias uma tribo. Em Roma existiam três tribos. A princípio não existia a desigualdade social, a terra era comum. Não se sabe ao certo como e em que momento isso ocorreu, no entanto é possível que os patriarcas tenham concentrado em suas mãos as melhores terras.

Eram chamados de patrícios todos aqueles que eram descendentes dos patriarcas, os quais tinham privilégios e poderes. As famílias patrícias

Dominação Etrusca

Nesse período o poder dividia-se entre o monarca, o Senado e a Assembléia Curiata. O monarca era vitalício, exercia o poder de chefe político, militar supremo juiz e sacerdote. O Senado, formado pelos trezentos patriarcas, controlava o poder do monarca e indicava três nomes para substituí-lo quando este morria. A Assembléia Curiata, composta de patrícios, escolhia qual entre os três seria o novo monarca, decidia sobre as guerras e votava as leis propostas pelo Senado.

Em meados do século VII a.C., os Etruscos atravessaram o rio Tibre e dominaram Roma. Foi com eles que os romanos aprenderam a trabalhar melhor a terra, usando sistemas de drenagem, desenvolveram o artesanato, passaram a



usar a moeda nas transações comerciais, adquiriram novas crenças e práticas religiosas, como as adivinhações das vontades dos deuses através dos vôos das aves e das entranhas dos animais.

Porém, nesse período os patrícios viram seu poder enfraquecido, pois os Etruscos não os diferenciavam dos plebeus, permitindo inclusive que os mais ricos participassem do exército. Em 509 a.C. os patrícios se rebelaram, depondo o último rei etrusco, Tarquínio o Soberbo e organizando uma nova forma de governo na qual tinham plenos poderes, a República.

Período Republicano Organização Política

A palavra República tem sua origem do latim **res pública**, que significa "coisa do povo". Porém para os romanos, eram considerados cidadãos apenas os soldados, que participavam das decisões políticas através das **Assembléias Centuriatas**, formadas por 193 centúrias (conjunto de cem soldados), com maioria patrícia. As Assembléias encaminhavam projetos de leis para aprovação ou rejeição do senado e elegiam os dois cônsules. Os **cônsules**, eleitos por um ano, herdaram muitas das funções do rei, eram os chefes administrativos e comandavam os exércitos nas guerras. Em épocas de conflitos internos (revoltas populares) ou externos (ameaças de inimigos) era indicado um **ditador**, por um período de seis meses, com poderes absolutos.

Outros magistrados, escolhidos pelo sistema eleitoral, exerciam funções importantes dentro da República Romana, como: os **questores**, responsáveis pelas finanças; os **censores** faziam o recenseamento das famílias, determinavam os impostos e conservavam os costumes; os **pretores**, controlavam a justiça e os **edis**, administravam as cidades (manutenção da rede de esgoto e água, da limpeza, do policiamento e a organização das festas públicas).

Aos **pontífices** eram reservadas as funções religiosas, os quais julgavam as ações e os costumes de acordo com o Direito Consuetudinário, ou seja, leis não escritas, baseadas nos costumes e preceitos religiosos, de conhecimento

exclusivo dos patrícios. Porém, o órgão mais importante era o **Senado**, composto pelos membros das famílias mais ricas, com poderes vitalícios, os quais aprovavam ou não os projetos de leis propostos, decidiam sobre os assuntos importantes e escolhiam o ditador. Dessa forma estabeleceu-se em Roma uma República Aristocrática ou seja, forma de governo na qual os dirigentes são eleitos por um determinado período, porém pertencentes à classe dominante.

PLEBEUS x PATRÍCIOS

Não é possível imaginar que os plebeus tenham aceitado pacificamente a sua exclusão política (não podiam compor os magistrados e o Senado), jurídica (a justiça baseava-se em leis não escritas de domínio exclusivo dos patrícios) e social (não era permitido o casamento entre os membros das duas classes e que freqüentassem algumas festas e cerimônias). Por outro lado suas obrigações só aumentavam, deviam pagar tributos e servir no Exército Romano, o que gerou sérios problemas econômicos, pois os plebeus tinham que se armarem às suas custas e com o aumento das guerras abandonavam por longos períodos suas plantações e gados.

Ao contrário dos patrícios que se enriqueciam com a política expansionista, muitos plebeus se arruinaram, resultando numa grande insatisfação. Passaram então a ter consciência de que representavam a maioria e que eram muito importantes aos exércitos romanos, bem como, para a manutenção da economia romana. Em 494 a.C., às vésperas de uma guerra, organizaram-se, ameaçaram abandonar Roma e fundar outra cidade numa região próxima, o Monte Sacro. Diante dessa ameaça, os plebeus conquistaram sua primeira vitória política, foi permitido a eles que escolhessem dois representantes, os Tribunos da Plebe, os quais tinham o direito de proibir a aprovação de leis que os prejudicassem e posteriormente a criação da Assembléia da Plebe (470 a.C.) formada apenas de plebeus.

A partir daí, os plebeus se organizaram e ampliaram seus direitos. Em 450 a.C., participaram da elaboração das Leis Romanas, que foram gravadas em 12 tábuas de bronze em 448 a.C. (Lei das

Doze Tábuas). A Lei Canuléia aprovada em 445 a.C., permitia o casamento entre patrícios e plebeus. Em 367 a.C. um dos Cônsules seria eleito pela Assembléia da Plebe, a qual em 339 a.C. passou a ser formada também por patrícios, mudando seu nome para Assembléia Tribuna, com maioria plebéia e plenos poderes a partir de 286 a.C. Após duzentos anos de luta os plebeus conseguiram igualdade política, social e jurídica em relação aos patrícios, porém a República continuava sendo aristocrática, pois estava sob o controle dos mais ricos, principalmente dos grandes proprietários de terras.

EXPANSÕES ROMANAS

Durante quinhentos anos Roma expandiu seus domínios, tornando-se a capital de um vasto Império. As conquistas eram muito vantajosas pois proporcionavam a aquisição de muitas riquezas para a aristocracia (jóias, dinheiro e escravos). Entre os séculos V e III a.C., Roma dominou toda a península itálica. Sem uma política preestabelecida, em algumas regiões os povos dominados tinham os mesmos direitos que qualquer cidadão romano, em outras eram firmados tratados, em que estas se comprometiam a fornecer homens para o **Exército Romano**.

No entanto algumas medidas foram tomadas para garantir o controle sobre os povos conquistados, algumas delas são: a adoção do latim como língua oficial, o uso de uma única moeda, a construção de estradas que interligassem as regiões dominadas, visando facilitar a locomoção rápida de exércitos em caso de rebeliões e o incentivo de casamentos entre romanos e não romanos. Em meados do século III, Roma direcionou suas forças contra Cartago. Cidade localizada ao Norte da África, controlava algumas ilhas do Mar Tirreno e o comércio marítimo da região (parte ocidental do Mar Mediterrâneo). Cartago não se deixou dominar facilmente. Foram necessárias três batalhas, conhecidas como Guerras Púnicas (264 a.C. a 146 a.C.), para que os romanos se apossassem de todos os territórios cartagineses, inclusive a atual Espanha.

No século II a.C. Roma conquistou a Gália e em 146 a.C. a Grécia e a Macedônia. No século I a.C., os romanos estenderam seus domínios até a Ásia Menor e o Egito. Nos dois primeiros

séculos da Era Cristã o Império chegou no seu limite, se apossando da ilha que hoje é a Inglaterra. As relações estabelecidas com esses povos foram muito diferentes do que se deu com os da península itálica. Para os **povos vencidos** foram impostas pesadas obrigações. Todas as riquezas existentes nas Províncias (assim eram chamadas as regiões conquistadas por Roma) passaram a pertencer ao Estado Romano.

Para elas era enviado um governante romano e impostas pesadas obrigações como: o pagamento de impostos, o fornecimento compulsório de homens para o exército e de escravos que eram adquiridos entre os prisioneiros de guerra. Estavam sob o domínio e controle de Roma todos os territórios que rodeiam o Mar Mediterrâneo, o qual passou a ser chamado pelos romanos de **Mare Nostrum** (Nosso Mar). As expansões territoriais resultaram em significativas conseqüências **econômicas, sociais e políticas**.

Os Governos dos Generais

As conquistas obtidas por Roma alteraram também o perfil de seus governantes. Os grandes generais, exaltados pelas suas vitórias, passaram a ocupar importantes cargos políticos. Mário eleito Tribuno da Plebe e Cônsul por seis vezes, realizou importantes reformas democráticas e viabilizou a criação de colônias, cujas terras foram distribuídas entre os soldados e povos de outras regiões da península itálica, porém cometeu um erro político, aproximou-se demais do Senado desagradando a população. Ainda no século I a.C., o general Sila, ligado à aristocracia, foi eleito Cônsul, sua missão era combater as sublevações que ocorriam em diversas regiões do Império Romano.

Os povos da península itálica reivindicavam direitos de cidadania romana, nas províncias (Ásia Menor e Grécia) lutas pela independência tornavam-se cada vez mais freqüentes, sem contar os conflitos sociais e a revolta dos escravos, principalmente a liderada por Espártaco. No seu governo Sila conseguiu sufocar as rebeliões, demonstrando habilidade militar e política. Tornou-se um ditador, acabando com as Assembléias Tribunas e tornando sem valor o poder dos Tribunos da Plebe, enfraquecendo as forças democráticas. Com sua morte em 76

a.C., depois de uma fracassada tentativa de restaurar as forças e instituições republicanas, três respeitados generais assumiram o poder.

Pompeu, por suas façanhas na África, Espanha e Itália, Crasso (um dos homens mais ricos de Roma) por conseguir finalmente derrotar o exército de Espártaco e Júlio César por seu grande prestígio popular, formaram o Primeiro Triunvirato, em 60 a.C. Juntos por dez anos, governaram o Império Romano tomando todas as decisões políticas e neutralizando o poder do Senado. Crasso afastado do cenário político em pouco tempo, foi assassinado em 53 a.C., durante uma campanha militar no Oriente.

Júlio César tornou-se governador da Gália acabando com os conflitos entre as tribos gaulesas e os submetendo ao domínio romano o que até então não tinha ocorrido de fato. Dessa maneira ele adquiriu o tão esperado prestígio militar e pode se fortalecer economicamente. Temerosos com o seu crescimento, o Senado se aliou a Pompeu, procurando tirá-lo de suas funções. Habilmente César organizou suas tropas e invadiu Roma, travando algumas batalhas contra o exército de Pompeu, até que este foi assassinado no Egito a mando do próprio Faraó.

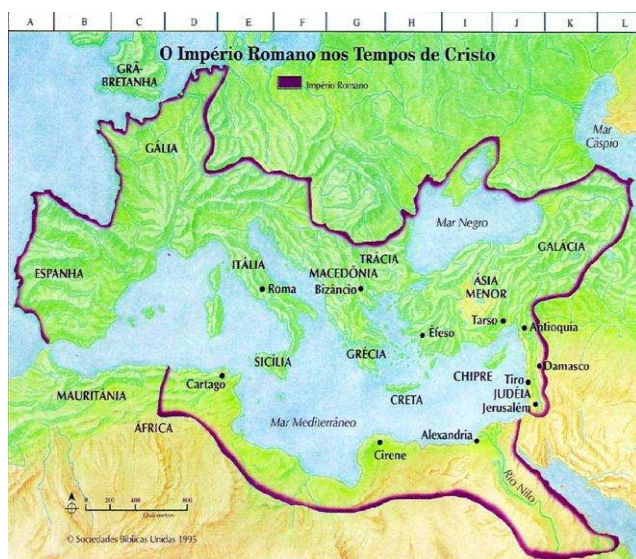
Volto u para Roma, onde foi proclamado Ditador, Cônsul e recebeu o título de Imperador. Concentrou em suas mãos amplos poderes, inclusive religiosos. Em seu governo realizou importantes reformas: anistiu os presos políticos, deu maior autonomia às Províncias, nomeando alguns chefes destas para cargos importantes em Roma, distribuiu terras para os soldados afastados, concedeu o direito de cidadania à alguns povos conquistados, realizou grandes obras para ocupar os desempregados, promoveu

diversos programas de lazer para a população carente. Entretanto não agradava ao Senado que via seus poderes cada vez mais reduzidos. Os senadores organizaram-se e o assassinaram durante uma sessão em 44 a.C.

Os seguidores de César liderados por Marco Antônio, Lépido e Otávio começaram uma guerra civil contra os partidários do Senado, resultando em milhares de mortes. Vitoriosos, formaram um Segundo Triunvirato em 43 a.C., com pretensões de centralizar todos os poderes em suas mãos. Lépido ficou com as Províncias da África, Otávio com a Itália e Marco Antônio com o Oriente. Entretanto não demorou para que surgissem divergências entre eles. Lépido renunciou e Otávio ambicionando ficar com todo o poder, investiu contra Marco Antônio, que havia se instalado na Alexandria e se casado com Cleópatra. Diante das vitórias dos exércitos de Otávio, ambos se suicidaram.

PERÍODO IMPERIAL – PAX ROMANA

Otávio que assumiu o poder em 31 a.C. se autoproclamou Imperador, a partir



deste momento esse período da história romana passou a ser denominado pelos historiadores de Império. Para os romanos o regime político que se instituiu foi o Principado, em especial, porque Otávio era considerado princeps (primeiro cidadão de Roma), era ele quem tinha a primeira palavra no Senado. As instituições republicanas ainda existiam, porém todas elas estavam sob o seu

controle, ele ocupava os principais cargos, indicava os senadores e outros magistrados, era chefe militar, decidia sobre todos os assuntos importantes e era a autoridade religiosa, recebendo em 27 a.C. o título de Augusto (consagrado, divino).

O Senado passou a ser um órgão figurativo, não tinha mais nenhum poder de decisão. É muito importante compreender

como que os Senadores permitiram essa concentração de poderes nas mãos de Otávio Augusto sem nenhuma objeção. Vamos lembrar que muitos deles foram nomeados pelo próprio Imperador, enfraquecendo a oposição.

Com o desenvolvimento do comércio uma nova classe social, os equestres, passaram a compor a magistratura, funções anteriormente reservadas aos aristocratas, dando total apoio às decisões tomadas pelo governo. E por último, criou o seu próprio exército, com a função de protegê-lo, conhecido como a Guarda Pretoriana, além de colocar nos comandos das tropas apenas pessoas de sua confiança.

A crise do Império Romano

A partir do século III, o Império Romano entrou em declínio. Com o fim das guerras de conquista, esgotou-se a principal fonte fornecedora de escravos. Teve início a crise do escravismo que abalou seriamente a economia, fez surgir o colonato e provocou o êxodo urbano. Além disso, houve disputas pelo poder e as legiões diminuíram. Enfraquecido, o Império Romano foi dividido em dois e a parte ocidental não resistiu às invasões dos bárbaros germânicos no século V.

O enrijecimento da estrutura social.

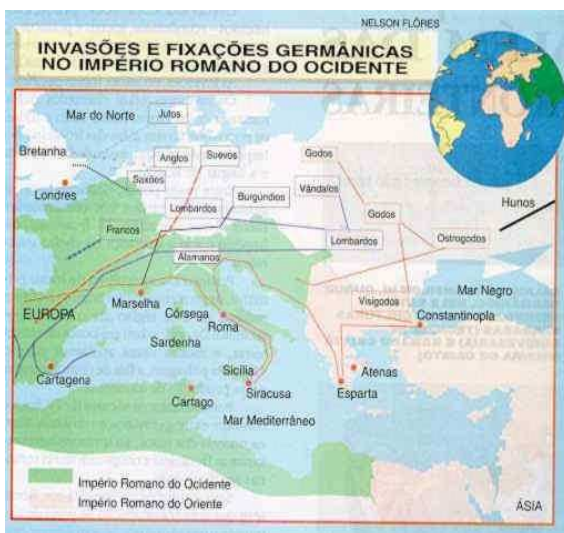
No século III, ao lado da escravidão, surgiu um novo tipo de trabalhador rural, o colono. Este, a princípio livre para abandonar a terra em que trabalhava, perdeu essa liberdade em 332, com o decreto de Constantino, que fixou o trabalhador na terra. Em caso de fuga, estava sujeito a ser acorrentado como os escravos. No tempo de Valentiniano I (364 - 375), foi formalmente proibida a venda do escravo separadamente da terra em que ele trabalhava, tornando a terra e o escravo indissociáveis. Assim, com a deterioração da condição dos trabalhadores livres, estes se tornaram, na prática, servos da gleba. Ficaram, desse modo, impedidos de

abandonar a terra e, ao mesmo tempo, protegidos de serem despojados dela. Os pequenos proprietários também tiveram sua liberdade restringida ao ficarem proibidos de deixar a sua aldeia. O mesmo fenômeno repetiu-se nas cidades. A fim de evitar o abandono do trabalho e garantir a regularidade no exercício de certos ofícios, os artesãos foram reunidos em corporações (collegia), e tornou-se obrigatório o filho seguir a profissão do pai, criando-se um regime característico de castas. Em suma, para fazer a economia funcionar e atender às necessidades mínimas de consumo da sociedade e pagar os impostos, o Estado restringiu drasticamente a liberdade de todos. Para executar essa nova política, o Estado ampliou o seu quadro de funcionários, aumentando consideravelmente a burocracia. A despesa que disso resultava, somada aos gastos militares com a defesa, elevou os custos de manutenção do Estado a níveis superiores à capacidade de uma economia arruinada e decadente. A longo prazo, a reorganização do Império em bases materiais tão debilitadas não poderia ter outro resultado senão o de enfraquecer o próprio Estado, tornando-o cada vez mais vulnerável aos ataques externos.

A desintegração do Império Romano do Ocidente.

A partir de 406, com a grande invasão, a unidade do Império Romano do Ocidente encontrava-se seriamente comprometida. Depois de se instalarem na Espanha e serem admitidos como federados, os vândalos romperam o tratado com o Império e reiniciaram seu movimento expansionista.

Contudo, essa primeira onda invasora germânica foi levada a cabo por povos que haviam sofrido forte influência romana. Não tinham, por esse motivo, o objetivo de destruir o Império. Esse fato foi demonstrado por ocasião dos perigosos ataques desferidos pelos hunos.



OS FATORES DA QUEDA DE ROMA

Constantinopla conseguiu afastar os germânicos do comando e retomou o controle sobre o exército. Em Roma, ao contrário, o exército permaneceu estruturalmente germanizado, apesar dos esforços em contrário. Um dos fatos decisivos para a queda de Roma foi a amplitude das fronteiras do Ocidente romano, o que impossibilitava que fossem totalmente guarnecidas. Além das migrações germânicas tomaram clara e decididamente a direção ocidental. Nesse ponto, a divisão do Império consumada por Teodósio foi altamente negativa para o Ocidente, pois a defesa dos ataques germânicos contra o Ocidente não contou com uma ação coordenada diante de um inimigo comum. Para piorar a situação, a parte oriental, encabeçada por Constantinopla, usava meios diplomáticos para desviar os germânicos para o Ocidente, como aconteceu com os visigodos. Naturalmente, para fazer frente às ameaças externas, Roma viu-se na contingência de assegurar a arrecadação de impostos. Porém, a sua base econômica debilitada suportava cada vez menos o ônus da defesa. Como consequência, o peso da situação foi minando gradualmente a parte ocidental, acarretando um grave processo de decomposição. Assim, Roma viu-se num terrível círculo vicioso: as incursões germânicas desorganizavam a economia, reduzindo a capacidade dos romanos de pagar impostos e, em consequência, enfraqueciam o poder militar

do Estado. Paralelamente, outro fator, não menos importante, atuava contra a parte ocidental: à medida que o Estado se enfraquecia, a nobreza latifundiária, muitas vezes aliada aos chefes militares, reforçava a sua autonomia, aprofundando a debilidade do governo imperial. Tudo isso ocorria no exato momento em que as ameaças germânicas requeriam, mais do que nunca, uma ação coesa e coordenada do Estado. Essa desintegração interna do Império Romano do Ocidente contribuiu decisivamente para o êxito dos ataques germânicos.

EXERCÍCIOS

1. Como era chamada a parte ocupada pelos gregos na Península Itálica?

2. Por que podemos dizer que Roma tem uma origem histórica e outra mítica?

3. Qual era a principal atividade econômica dos povos que fundaram a cidade de Roma?

4. Qual a ligação mítica entre Roma e a cidade de Tróia?

5. Em quais períodos podemos dividir a História de Roma?

6. Explique por que é difícil estudar o período Monárquico Romano?

7. Explique por que o povo etrusco foi tão importante para os primórdios da História Romana.

GABARITO:

1. Magna Grécia.

2. Porque existem duas “explicações” para as origens de Roma; uma que se baseia no mito de Rômulo e Remo; outra que fala que a cidade surgiu da união de várias tribos de pastores.

3. O pastoreio.

4. Um dos mitos das origens de Roma diz que Rômulo e Remo tiveram como ancestral Enéias, príncipe troiano, filho de Afrodite, que fugiu dos gregos e, depois de muitas aventuras, chegou com seu pai velho, seu filho Ascânio, e um grupo de troianos na Itália. O filho de Enéias fundou a cidade de Alba Longa, terra natal dos fundadores de Roma.

5. Monarquia ou Realeza, República e Principado ou Império (Alto Império e Baixo Império).

6. Porque faltam fontes escritas de época, e os documentos foram escritos muito posteriormente. Assim, existe uma grande dependência em relação aos documentos materiais.

7. Porque quando dominaram Roma fizeram muitas obras de infra-estrutura que ajudaram na urbanização. Muitas famílias etruscas passaram a fazer parte da população romana.

MUNDO ISLÂMICO

Desde o grande ato terrorista de 11 de setembro, às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, a civilização ocidental questiona a respeito dos muçulmanos. Quem são? O que pretendem? Nos últimos anos intensificaram-se as produções literárias sobre o Mundo Islâmico e até mesmo o Alcorão (Livro Sagrado) é difícil de ser encontrado nas livrarias. Em meados do século XX e início do século XXI assistimos pela mídia notícias de intolerância da parte dos governos islâmicos extremistas contra os cristãos, de perseguições religiosas e de proibições de cultos de qualquer outra crença. Todo árabe é muçulmano, mas nem todo muçulmano é árabe.

No oriente existem milhões de árabes que são cristãos, assim estima-se que existam em todo o planeta mais de um bilhão e quatrocentos milhões de muçulmanos e dois bilhões de cristãos. Os seguidores do Islamismo, religião que mais cresce no mundo atualmente, estão espalhados por toda África, bem como Turquia, Irã, Iraque, Paquistão, Afeganistão, Índia, Indonésia, Egito, Marrocos, Península Arábica e até na Espanha e França. Os árabes têm uma certa primazia sobre a sociedade muçulmana porque o fundador do islamismo Maomé Muhammad nasceu em Meca, na Arábia e o Alcorão, escrito originariamente em árabe, não pode ser alterado nem na forma e nem no conteúdo, além do que Meca, como ponto de encontro de todos os muçulmanos está localizado em território árabe.

Para os cidadãos islâmicos, Deus é um ser único. Não tem princípio e nem fim. É venerado, por essa razão. Seu verdadeiro nome é Alá. Acreditam

igualmente nos anjos que emanam e irradiam luz e estão a serviço do Altíssimo. Os livros sagrados são: a Lei de Moisés, os Salmos de Davi, o Evangelho de Jesus e o Alcorão de Maomé. Devido ao fato de os demais opúsculos serem corrompidos pelos seguidores cristãos, somente o



Alcorão possui a palavra certa da definitiva revelação do Pai. Segundo os muçulmanos, depois da morte cada um é julgado conforme sua conduta em vida e se merecer subirá para o céu ou descerá direto para o inferno. O Corão prescreve, entre outras questões, o seguinte: “Casai com quantas mulheres puder, mas se temeis não poder tratá-las com equidade, então tende uma só”.

Na Ásia, os muçulmanos estão em pé de guerra contra o hinduísmo, na Índia, e ao norte, contra o budismo, na China, no Paquistão e no próprio Afeganistão, haja vista a destruição total das imagens gigantes e milenares do Buda. Não se nega, todavia, o intento islâmico em governar todo o globo num futuro próximo. Para os seguidores fanáticos, o caminho para se comandar a justiça divina é através da autoridade política, ou seja, sem um Estado muçulmano forte e indestrutível, a fé muçulmana está podada, incompleta e capenga. Para se ter um mundo justo e perfeito, o Islã deve ser regra de vida para todos os povos.

IMPÉRIO ÁRABE

O Império Árabe teve sua formação a partir da origem do Islamismo, religião fundada pelo profeta Maomé. Antes disso, a Arábia era composta por povos semitas que, até o século VII, viviam em diferentes tribos. Apesar de falarem a mesma língua, estes povos possuíam diferentes estilos de vida e de crenças. Os beduínos eram nômades e levavam uma vida difícil no deserto,

utilizando como meio de sobrevivência o camelo, animal do qual retiravam seu alimento (leite e carne) e vestimentas (feitas com o pêlo). Com suas caravanas, praticavam o comércio de vários produtos pelas cidades da região. Já as tribos que habitavam a região litorânea viviam do comércio fixo.

Foi após a morte do profeta, em 632, que a Arábia foi unificada. A partir desta união, impulsionada pela doutrina religiosa islâmica, foi iniciada a expansão do império árabe. Os seguidores do alcorão, livro sagrado, acreditavam que deveriam converter todos ao islamismo através da Guerra Santa. Firmes nesta crença, eles expandiram sua religião ao Iêmen, Pérsia, Síria, Omã, Egito e Palestina. Em 711, dominaram grande parte da península ibérica, espalhando sua cultura pela região da Espanha e Portugal. Em 732, foram vencidos pelos francos, que barraram a expansão deste povo pelo norte da Europa. Aos poucos, novas dinastias foram surgindo e o império foi perdendo grande parte de seu poder e força.

Durante o período de conquistas ampliaram seu conhecimento através da absorção das culturas de outros povos, levando-as adiante a cada nova conquista. Foram eles que espalharam pela Europa grandes nomes como o de Aristóteles e também outros nomes da antiguidade grega. Eles fizeram ainda importantes avanços e descobertas médicas e científicas que contribuíram com o desenvolvimento do mundo ocidental. No campo cultural, artístico e literário deixaram grandes contribuições. A cultura árabe caracterizou-se pela construção de maravilhosos palácios e mesquitas. Destacam-se, nestas construções, os arabescos para ilustração e decoração. A literatura também teve um grande valor, com obras até hoje conhecidas no Ocidente, tais como: As mil e uma noites, As minas do rei Salomão e Ali Babá e os quarenta ladrões.

O MUNDO ISLÂMICO

ORIGENS: Foi na Península arábica, onde 5/6 do território equivale a áreas desérticas, que a civilização islâmica teve suas origens. O clima é extremamente quente e seco. Seus habitantes são de origem semita, viviam em tribos, mas estas não eram unidas politicamente. Eram aproximadamente 300 tribos divididas entre **beduínos e tribos urbanas**

Tribo beduínos: eram seminômades que vagavam pelo deserto em busca de um oásis para seus animais. Viviam em constantes guerras, fazendo dos saques um dos recursos de sua sobrevivência.

Tribo urbana: estabeleceram-se na faixa costeira do Mar Vermelho e sul da Península, onde o clima era mais favorável para sobreviverem. Dedicavam-se ao comércio e tinham as *caravanas de camelos*, que transportavam produtos do Oriente para regiões do Mar Mediterrâneo.

A união árabe, começou a partir do século VII, a base desta união foi a religião. Onde Maomé fundou o Islamismo, no qual usava as guerras santas para expandir as fronteiras do império. Podemos dividir a história árabe em 2 etapas: **Arábia pré-islâmica:** época antes do islamismo e **Arábia islâmica:** época durante o islamismo.

PERÍODO PRÉ-ISLÂMICO:

Foi nessa época que habitavam na península arábica, tanto os árabes beduínos como os árabes urbanos. Na região dos árabes urbanos, surgiram cidades como MECA e IATREB(MEDINA), que se tornaram grandes centros comerciais. Até o século VII, os árabes não eram unidos politicamente, mas tinham pontos em comum, Por exemplo: o idioma árabe e as crenças religiosas. Nesse período eles eram politeístas, tendo umas 360 divindades. Mas para unir as várias tribos, em Meca foi construído um templo religioso, a Caaba (casa de Deus), com as principais divindades. Na Caaba, encontrava-se a **pedra negra**, que de acordo com a crença, veio do céu pelas mãos do anjo Gabriel. Com todas essas atrações, estas cidades prosperaram rápido.

PERÍODO ISLÂMICO:

Começou com Maomé (570-632), fundador do islamismo, ou religião muçumana ou maometana. Maomé era membro da tribo coraixita, de família pobre, nasceu em Meca e desde jovem participava nas caravanas comerciais pelo deserto, com tudo isso, ele teve contato com as várias crenças religiosas da região além do judaísmo e do cristianismo, ambas monoteístas. Em suas pregações, Maomé condenou os ídolos da Caaba, pois havia somente um único deus. claro que isso não agradou nenhum pouco os sacerdotes da Caaba, que logo trataram de persegui-lo, obrigando Maomé fugir para Iatreb (Medina), em 622. Essa fuga ficou conhecida como *hégira*, e marca o início do calendário muçumano. Em Iatreb (Medina) Maomé se popularizou e organizou um exército que conquistou Meca e destruiu os ídolos da Caaba, em 630. A Caaba foi convertida em centro de orações e a crença politeísta foi proibida. Depois disso, Maomé, espalhou o Islamismo por toda a Arábia, unificando as tribos pela religião.

FÉ ISLÂMICA: Esse termo, islamismo, quer dizer "submissão a Alá". Tem por base o *alcorão*, livro sagrado dos muçumanos. Em linhas gerais, o Islam é uma religião simples, isenta de dogmas e fundamenta-se em 5 pilares básicos: crença em Deus, nos Seus anjos, nos livros e nos mensageiros, no dia do juízo final, e na predestinação. São pilares da fé: o testemunho, a oração 5 vezes ao dia, o pagamento do zakat, o jejum no mês do Ramadã e a peregrinação, pelo uma vez na vida. São fontes do Islam: o Alcorão, a sunnah (ditos e atos) do Profeta e as biografias escritas.

NOTA: ALCORÃO, livro sagrado dos muçulmanos, abriga as revelações feitas por Alá a Maomé as quais foram reunidas por seus discípulos. Contém instruções para a preservação da ordem social e proibições como comer carne de porco, praticar jogos de azar, entretanto, a poligamia e a escravidão são permitidas.

Após a morte de Maomé, a religião sofreu algumas divisões. As mais destacadas são:

SUNITAS: para eles o Califa deve ter virtudes morais com honra, respeito, trabalho, mas também deve reconhecer suas falhas em ações. Aceitam o Alcorão como livro sagrado e também as Sunas, livros de tradições recolhidas com os companheiros de Maomé.

XIITAS: para eles a chefia do estado só pode ser ocupada por um descendente legítimo de Maomé. Para eles o chefe da comunidade islâmica, *Imã*, é inspirado diretamente por Alá, logo ele é infalível.

Os fieis devem obediência ao Imã. Aceitam somente o Alcorão como base de seus ensinamentos. Hoje, os seguidores xiitas habitam principalmente no Irã e no Iêmem. Os sunitas predominam nas demais regiões.

EXPANSÃO E DECADÊNCIA MUÇULMANA:

Maomé com a criação do Estado muçumano, fez um estado de governo teocrático, ou seja, com se fosse governado por inspiração divina. Este governo foi ampliado pelas conquistas militares. Os califas, começaram a governar após a morte de Maomé, em 632. Estes passaram a terem poderes religioso, político e militar. A expansão árabe teve algumas fases:

- **1ª FASE (632-661):** Os califas eleitos, que sucederam Maomé, conquistaram a Pérsia, Síria, Palestina e Egito.
- **2ª FASE (661-750):** Nessa etapa os *califas Omíidas*, tomaram conta da política. A chefia tornou-se uma monarquia hereditária, com sede em Damasco. As conquistas foram desde o noroeste da China, passando pelo norte da África indo até quase toda a península Ibérica. Mas devido alguns atritos sociais e econômicos, gerou-se uma crise na dinastia Omíada.
- **3ª ETAPA (750-1258):** Nessa etapa, aparece a dinastia *Abássidas*,

marcada pela invasão Persa ao mundo islâmico. A cidade de Bagdá tornou-se a sede. O califa tinha poderes religiosos e a direção do governo ficou a cargo do *Vizir*. Com eles as conquistas avançaram pela Europa e sul da península itálica. Mas devido as crises internas e externas acabou havendo a formação de estados independentes, como Córdoba (Espanha) e Cairo (Egito).Uma coisa que talvez deve ter sido o motivo do fim de tantos impérios, e que no islâmico não deve ter sido diferente foi as disputas de poder entre seus governantes, desde o século VIII, as rivalidades dos califas levaram à divisão do império, com formação de estados independentes. Também houve os fatores externos. Os povos conquistados começaram a reagir contra a dominação árabe.

ECONOMIA: O comércio teve maior destaque nas cidades . os muçumanos criaram meios jurídicos para o comércio, como cheques, letras de câmbio e recibos. Realizaram negócios em várias regiões do mundo. Tanto pelo Mar como por terra. Na agricultura, os muçumanos desenvolveram uma variada produção agrícola em diversas regiões do país. As terras foram melhoradas devido as grandes obras de irrigação. As lavouras mais destacadas foram: açúcar, trigo, algodão, arroz, cana-de-açúcar, entre outros. Na criação de animais tem-se : cavalos, carneiros e camelos.

CIÊNCIA: Nos principais centros do império, havia cientistas e filósofos que desenvolveram estudos de grande importância nos campos da matemática, física, química, com o descobrimento de substâncias como o álcool, na medicina , com novas técnicas cirúrgicas e causas de moléstias como o sarampo,e na filosofia, com os estudos das obras de Aristóteles. Todos sabem que o mundo islâmico foi vítima do colonialismo. Etapa sucessora de

um período de recrudescência intelectual e de longa imobilidade do pensamento, assim como de uma deterioração moral e instabilidade política.Os colonizadores não sugaram somente as riquezas e violentaram as populações. Violência maior que estas foi a injeção venenosa de sua "civilização" e cultura materialista no seio da comunidade islâmica.

Parte integrante da política colonial, era a eliminação das bases dos sistemas educacional e cultural vigentes, tão logo o seu domínio se fazia exercer num determinado território. E, quando possível, destinavam à sarjeta os formandos do sistema educacional islâmico. Em conformidade com o seu plano de ação, eliminaram a língua árabe e as demais línguas faladas pelos islâmicos vencidos do programa educacional e as baniram do uso oficial. Numa segunda etapa, os colonizadores, sem exceção, constituíram no seio das populações islâmicas das novas gerações, uma vasta casta que ignorava o Islã em todos os seus ensinamentos e assim trocando a sua mentalidade por outra em moldes alienígenas. Assim sendo, seguiram-se as gerações com a formação de derrotistas que consideravam o falar em sua língua nacional e viver de acordo com os ensinamentos islâmicos, pura vergonha, em detrimento do orgulho palpável quando falavam ou se faziam comportar tal qual os colonizadores.

Os colonizadores não aceitaram adotar nenhum dos hábitos dos muçulmanos, apesar de sua permanência nos países muçulmanos durante toda a vida de muitos deles. Por outro lado, os "ocidentalizados" não pouparam esforços em imitar os colonizadores em todos os seus mínimos modismos e vícios, não obstante estarem em seu próprio ambiente. Sedimentou-se nas mentes vazias e alienadas que tudo que procede do ocidente é incontestavelmente certo e que crer, agir de acordo, assim como defender este estigma, é evoluir e o contrário é permanecer na Idade Média. Aliás concepção esta literalmente copiadas da realidade dos colonizadores, pois se sabe que esta Idade Média (Idade das Trevas) foi justamente a idade de ouro do Islã. Como complemento, a cada um que primava pela assimilação dos novos costumes, era-lhe conferida posição de destaque na sociedade, nos meios políticos

e militares, e foram justamente estes "abençoados" que lideraram os movimentos políticos, e coincidentemente foram os "escolhidos" para as representações parlamentares de então. Quando os países islâmicos iniciaram os movimentos para a sua libertação, era natural que estes ascendessem ao poder e assim sucedessem os colonizadores na terra.

Os colonizadores não conseguiram afastar a grande massa de muçulmanos da senda do Islã durante todo o período de ocupação, apesar de seu empenho "santo" nisto. É possível que o muçulmano cometa, hoje, transgressões a todo tipo de ensinamento islâmico, no entanto, longe de encontrarmos quem os negue, exceto uns poucos cegos adeptos das idéias embaladas e importadas. É por isso que ainda, e mesmo se submetendo no seu próprio ambiente a leis dos tempos coloniais, os muçulmanos reivindicam a aplicação terra das leis islâmicas em sua própria terra. É indispensável tornar bastante claro que todos os movimentos de libertação liderados pela casta ocidentalizada só conseguiram a adesão das populações mediante o falso uso do nome do Islã. Esta casta, uma vez no poder, empenhou-se em combater este mesmo Islã, em nome do qual se insurgiu, com todos os recursos disponíveis. "A independência de muitos países islâmicos sob tais lideranças foi unicamente política."

JIHAD, às vezes referida como *Jahad*, *Jehad*, *Jihaad*, *Jiaad*, *Djihad*, ou *Cihad*, é um conceito essencial da religião islâmica cuja tradução literal é *exercer esforço máximo*. Pode também ser entendida como uma luta, mediante vontade pessoal, de se buscar e conquistar a fé perfeita. Ao contrário do que muitos pensam, *jihad* não significa "Guerra Santa", nome dado pelos Europeus às lutas religiosas na Idade Média (por exemplo: Cruzadas). Aquele que segue a *Jihad* é conhecido como *Mujahid*.

O Corão não descreve nenhuma das duas formas de *Jihad*. Uma, a "*Jihad* Maior", é descrita como uma luta do indivíduo consigo mesmo, pelo domínio da alma; e a outra: a "*Jihad* Menor", é descrita como um esforço que os muçulmanos fazem para levar a mensagem do Islão aos que não tem ciência da mesma (ou seja,

daqueles que não se submetem a Deus e à paz).

Há opiniões divergentes quanto às formas de ação que são consideradas *Jihad*. A *Jihad* só pode ser travada para defender o Islão. No entanto, alguns grupos acham que isto tem aplicação não apenas à defesa física dos muçulmanos, mas também à reclamação de terra que em tempos pertenceu a muçulmanos ou a protecção do Islão contra aquilo que eles vêem como influências que "corrompem" a vida muçulmana. A ideia da *Jihad* como uma guerra violenta é uma ideia criada por Ocidentais. De acordo com as formas comuns do Islão, se uma pessoa morre em *Jihad*, ela é enviada directamente para o paraíso, sem quaisquer punições pelos seus pecados.

EXERCÍCIOS

1.(UEPG) Sobre o Mundo Islâmico, assinale o que for correto, faça a soma e marque a alternativa correspondente:

01) A Guerra Santa (*Jihad*), válida para a difusão da religião, quase se transformou em uma das mais importantes obrigações do Islamismo.

02) A expansão islâmica foi dificultada pela presença de Estados adversários fortes como Bizâncio, Pérsia e posteriormente, o Estado Visigótico.

04) Maomé, em suas viagens pelo Oriente, tomou contato com o Judaísmo e Cristianismo, religiões originárias da Palestina, que exerceram profunda influência em sua pregações.

08) A Civilização Islâmica, essencialmente urbana, apresenta uma unidade imposta pela religião, embora combine contribuições culturais de árabes, povos conquistados e da civilização grega.

16) O Corão, livro sagrado do Islamismo, define as normas sociais a que deve se sujeitar o muçulmano; entre outras, proíbe: consumo de carne de porco, jogos de azar, roubos, homicídios, entretanto, permite a escravidão e a poligamia.

- a) 7
- b) 20
- c) 28
- d) 12
- e) 31

2.(UNIFOR) O Islamismo, religião de grande importância para a unificação dos árabes, tem como fundamento:

a) politeísmo, isto é crença em vários deuses sendo o principal Alá;

b) o fato de sua concepção ser exclusivamente vinculada aos árabes, não podendo portanto ser professada pelos povos inferiores;

c) princípio da aceitação dos desígnios de Alá em vida e a negação de uma existência após a morte;

d) monoteísmo, influência do cristianismo e judaísmo observados por Maomé entre os povos que seguiam essas religiões;

e) culto aos deuses das tribos árabes e a aceitação de que o poder político e religioso deveriam concentrar-se nas mãos de uma única pessoa descendente da dinastia Abássida;

3. Sobre o Islamismo e a expansão da Civilização Árabe durante a Alta Idade Média, é incorreto afirmar que:

a) O Islão - submissão a Alá - foi fundado pelo profeta Maomé por volta de 610 d.C.. Sua fuga para Medina em 622 d.C. - Hégira - marca o início da era muçulmana

b) A expansão do islamismo contribuiu para a ruralização da Europa, uma vez que os Árabes dominaram e fecharam a principal via de comércio até então, o Mar Mediterrâneo.

c) Baseado no ideal de Guerra Santa - jihad - que prega o combate ao infiel, os Árabes expandiram durante a Alta Idade Média, ultrapassando o limite dos Pirineus, e com isso conquistando o Império Merovíngio, atual França.

d) O estímulo à Guerra Santa, o aumento da população Árabe, e a guerra entre Império Bizantino e Império Persa, que vai enfraquecer a ambos, são razões significativas para a contínua expansão da religião islâmica.

e) A expansão do islamismo tem fim com a derrota dos Árabes na Batalha de Poitiers em 732 d.C., impedindo que os muçulmanos adentrem na Europa além da Península Ibérica, que já está sob o seu domínio.

4. (UFSC)“O grande patriarca da Bíblia Hebraica é também o antepassado espiritual do Novo Testamento e o grande arquiteto sagrado do Alcorão. Abraão é o ancestral comum do judaísmo, do cristianismo e do Islamismo. É a chave do conflito árabe-israelense. É a peça central

da batalha entre o Ocidente e os extremistas islâmicos. É o pai - e, em muitos casos, o suposto pai biológico - de doze milhões de judeus, dois bilhões de cristãos e um bilhão de muçulmanos em todo o mundo. É o primeiro monoteísta da história”. (FEILER, Bruce. *Abraão*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 19.)

Assinale a(s) proposição(ões) **CORRETA(S)** com base no texto e nos seus conhecimentos sobre os assuntos a que ele se refere.

01. O judaísmo, o cristianismo e o islamismo são religiões monoteístas que nasceram na mesma região do mundo, o Oriente Médio.

02. Embora os judeus e os cristãos encontrem na Bíblia muitas das suas crenças, o Alcorão é o livro sagrado comum ao judaísmo, ao cristianismo e ao islamismo

04. O judaísmo, o cristianismo e o islamismo possuem elementos comuns em sua tradição.

08. Podemos encontrar, entre as muitas causas do conflito árabe-israelense, elementos relacionados à religião, como, por exemplo, a disputa por Jerusalém, cidade sagrada para judeus, muçulmanos e cristãos.

16. A História registra uma convivência pacífica e a tolerância entre judeus, muçulmanos e cristãos, até a criação do Estado de Israel no século XX.

- a) 31
- b) 13
- c) 25
- d) 22
- e) 15

5. “*Todo árabe é muçulmano, mas nem todo muçulmano é árabe*”. Explique as razões que tornam essa afirmativa verdadeira destacando a expansão do Islamismo na atualidade.

GABARITO :

1.C (04, 08, 16) / 2 D / 3 C / 4 B (01, 04, 08)

5. Tal afirmativa é verdadeira uma vez que foi através da religião islâmica que o profeta Maomé conseguiu consolidar a Unificação Árabe, entretanto, com a expansão muçulmana de 632 a 1258 muitos povos foram convertidos a fé islâmica.

IDADE MÉDIA E TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO

A formação do feudalismo, na Europa Ocidental, envolveu uma série de elementos estruturais, de origem romana e germânica, associados aos fatores conjunturais, num longo período, que engloba a crise do Império Romano a partir do século III, a formação dos Reinos Bárbaros e a desagregação do Império Carolíngio no século IX.

A partir do século III a **crise do Império** romano tornou-se intensa e manifestou-se principalmente nas cidades, através das lutas sociais, da retração do comércio e das invasões bárbaras. Esses elementos estimularam um processo de ruralização, envolvendo tanto as elites como a massa plebéia, determinando o desenvolvimento de uma nova estrutura sócio econômica, baseada nas *Villae* e no colonato. As transformações da estrutura produtiva desenvolveram-se principalmente nos séculos IV e V e ocorreram também mesmo nas regiões onde se fixaram os povos bárbaros, que, de uma forma geral, tenderam a se organizar seguindo a nova tendência do Império, com uma economia rural, aprofundando o processo de fragmentação. Em meio a crise, as *Villae* tenderam a se transformar no núcleo básico da economia. A grande propriedade rural passou a diversificar a produção de gêneros agrícolas, além da criação de animais e da produção artesanal, deixando de produzir para o mercado, atendendo suas próprias necessidades. Foi dentro deste contexto que desenvolveu-se o colonato, novo sistema de trabalho, que atendia aos interesses dos grandes proprietários rurais ao substituir o trabalho escravo, aos interesses do Estado, que preservava uma fonte de arrecadação tributária e mesmo aos interesses da plebe, que migrando para as áreas rurais, encontrava trabalho.



Os povos "bárbaros", ao ocuparem parte das terras do Império Romano, contribuíram com o processo de ruralização e com a fragmentação do poder, no entanto assimilaram aspectos da organização sócio econômica romana, fazendo com que os membros da tribo se tornassem pequenos proprietários e, com o passar do tempo, cada vez mais dependentes dos grandes proprietários rurais, antigos líderes tribais. O colapso do "Mundo Romano" possibilitou o desenvolvimento de diversos reinos de origem bárbara na Europa, destacando-se o Reino dos Francos, formado no final do século V, a partir da união de diversas tribos francas sob a autoridade de Clóvis, iniciador da Dinastia Merovíngia. A aliança das tribos, assim como a aliança de Clóvis com a Igreja Católica impulsionou o processo de conquistas territoriais, que estendeu-se até o século IX e foi responsável pela consolidação do "beneficium", que transformaria a elite militar em elite agrária. O "Beneficium" era

uma instituição bárbara, a partir da qual o chefe tribal concedia certos benefícios a seus subordinados, em troca de serviços e principalmente de fidelidade. Em um período de crise generalizada, marcada pela retração do comércio, da economia monetária e pela ruralização, a terra tornou-se o bem mais valioso e

passou a ser doada pelos reis a seus principais comandantes.

BÁRBAROS: Para os romanos, bárbaros eram todos os povos que viviam além das fronteiras do Império, de cultura inferior e que não falavam o latim. Compreendiam:

- Germanos, constituídos pelos visigodos, ostrogodos, vândalos, francos, lombardos, hérulos, suevos, anglos, saxões, alamanos e outros;

- Eslavos formados pelos russos, poloneses, bósnios, sérvios, tchecos, dákmatas, croatas;
- Tártaro-mongóis, compreendendo os hunos, os alanos, os avaros, os húngaros, os turcos.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Em época de paz era exercido pela assembleia de guerreiros, formada pelos chefes de família. Em estado de guerra escolhiam um rei.

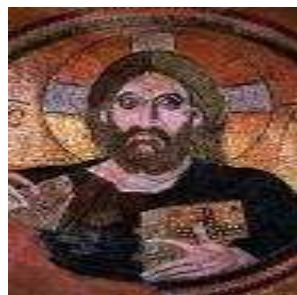
SOCIEDADE : As famílias germânicas moravam em cabanas de madeira recobertas de barro. A autoridade do pai era absoluta. A mulher respeitada. O casamento era monogâmico. As viúvas não podiam casar. Ao chefe permitia-se a poligamia. Vestiam uma espécie de túnica e usavam sapatos de couro.

RELIGIÃO : Personificava as forças da natureza. Seus deuses eram adorados nas florestas e nas montanhas. As mais importantes eram: ODIM - protetor dos guerreiros que habitava um palácio nas nuvens, TOR - deus do trono; FRÉIA - deusa da primavera, da juventude e do matrimônio; LÓQUI - deus do mal, provocador dos terremotos. Acreditavam num paraíso chamado Valhala, para onde iam os guerreiros mortos em combate levados pelas Valquírias. Os que morressem de velhice e doença iam para o reino de Hell, onde só havia trevas.

CONSEQÜÊNCIAS DAS INVASÕES BÁRBARAS

- Fragmentação do Império Romano do Ocidente; o rei dos Hérulos, Odoacro, destronou o último imperador romano do ocidente, Rômulo Augusto;
- Fundação dos reinos cristãos com a conversão dos bárbaros;
- As instituições bárbaras contribuíam para o aparecimento das línguas anglo-saxônicas;
- Interesse pela liberdade e pelos usos simples e sadios.

1 - IMPÉRIO BIZANTINO



Exemplo de um Mosaico Bizantino

No século IV o Império Romano dava sinais claros da queda de seu poder no ocidente, principalmente em função da invasão dos bárbaros (povos germânicos) através de suas fronteiras. Diante disso, o Imperador Constantino transferiu a capital do Império Romano para a cidade oriental de Bizâncio, que passou a ser chamada de Constantinopla. Esta mudança, ao mesmo tempo em que significava a queda do poder no ocidente, tinha o seu lado positivo, pois a localização de Constantinopla, entre o mar Negro e o mar Mármara, facilitava muito o comércio na região, fato que favoreceu enormemente a restauração da cidade, transformando-a em uma Nova Roma.

O auge deste império foi atingido durante o reinado do imperador Justiniano (527-565), que visava reconquistar o poder que o Império Romano havia perdido no ocidente. Com este objetivo, ele buscou uma relação pacífica com os persas, retomou o norte da África, a Itália e a Espanha. Durante seu governo, Justiniano recuperou grande parte daquele que foi o Império Romano do Ocidente. A religião foi fundamental para a manutenção do Império Bizantino, pois as doutrinas dirigidas a esta sociedade eram as mesmas da sociedade romana. O cristianismo ocupava um lugar de destaque na vida dos bizantinos e podia ser observado, inclusive, nas mais diferentes manifestações artísticas. As catedrais e os mosaicos bizantino estão entre as obras de arte e arquitetura mais belos do mundo.

Os monges, além de ganhar muito dinheiro com a venda de ícones, também tinham forte poder de manipulação sobre sociedade. Entretanto, incomodado com este

poder, o governo proibiu a veneração de imagens, a não ser a de Jesus Cristo, e decretou pena de morte a todos aqueles que as adorassem. Esta guerra contra as imagens ficou conhecida como A Questão Iconoclasta. A sociedade bizantina era totalmente hierarquizada. No topo da sociedade encontrava-se o imperador e sua família. Logo abaixo vinha a nobreza formada pelos assessores do rei. Abaixo destes estava o alto clero. A elite era composta por ricos fazendeiros, comerciantes e donos de oficinas artesanais. Uma camada média da sociedade era formada por pequenos agricultores, trabalhadores das oficinas de artesanato e pelo baixo clero. Grande parte da população era formada por pobres camponeses que trabalhavam muito, ganhavam pouco e pagavam altas taxas de impostos.

Após a morte de Justiniano, o Império Bizantino ficou a mercê de diversas invasões, e, a partir daí, deu-se início a queda de Constantinopla. Com seu enfraquecimento, o império foi dividido entre diferentes realezas feudais. Constantinopla teve sua queda definitiva no ano de 1453, após ser tomada pelos turcos. Atualmente, Constantinopla é conhecida como Istambul e pertence à Turquia. Apesar de um passado turbulento, seu centro histórico encanta e impressiona muitos turistas devido à riquíssima variedade cultural que dá mostras dos diferentes povos e culturas que por lá passaram.

2 - O IMPÉRIO CAROLÍNGEO: Durante o reinado de Carlos Magno (768 - 814), a autoridade real havia se fortalecido, freando momentaneamente as tendências descentralizadoras. Como explicar então a formação do feudalismo, se o poder real é fortalecido? Primeiro a centralização deve ser vista dentro do quadro de conquistas da época, comandadas pelo rei, reforçando sua autoridade, mas ao

mesmo tempo, preservando o benefício. Com o Estado centralizado, a cobrança das obrigações baseadas na fidelidade ainda são eficientes e esse função é destinada aos "Missi Dominici" (enviados do rei). Segundo, a Igreja Católica já era uma importante instituição, que, ao apoiar as conquistas do rei, referenda sua autoridade e poder, ao mesmo tempo que interfere nas relações sociais, como demonstra o "Juramento de Fidelidade" instituição de origem bárbara que passou a ser realizada sob "os olhos de Deus" legitimando-a como representativa de sua vontade. No entanto é importante perceber as contradições existentes nesse processo: a Igreja construiu sua própria autoridade e como grande proprietária rural tendeu, em vários momentos, a desvincular-se do poder central.

3 - FEUDALISMO

INTRODUÇÃO: O Feudalismo pode ser visto enquanto um sistema de produção a partir do século IX, definido após um longo processo de formação, reunindo principalmente elementos de origem germânica e de origem romana. Essa estrutura foi marcante na Europa Ocidental e responsável pela consolidação de conceitos e valores que se perpetuam no desenvolvimento da "Europa Cristã".



ECONOMIA: A economia feudal possuía base agrária, ou seja, a agricultura era a atividade responsável por gerar a riqueza social naquele momento. Ao mesmo tempo, outras atividades se desenvolviam, em menor escala, no sentido de complementar a primeira e suprir necessidades básicas e imediatas de parcela da sociedade. A pecuária, a mineração, a produção artesanal e mesmo o comércio eram atividades que existiam, de forma secundária.



Como a agricultura era a atividade mais importante, a terra era o meio de produção fundamental. Ter terra significava a possibilidade de possuir riquezas (como na maioria das sociedades antigas e medievais), por isso preservou-se a caráter estamental da sociedade. Os proprietários rurais eram denominados Senhores Feudais, enquanto que os trabalhadores camponeses eram denominados servos. O feudo era a unidade produtiva básica. Imaginar o feudo é algo complexo, pois ele podia apresentar muitas variações, desde vastas regiões onde encontramos vilas e cidades em seu interior, como grandes "fazendas" ou mesmo pequenas porções de terra. Para tentarmos perceber o desenvolvimento socioeconômico do período, o melhor é imaginarmos o feudo como uma grande propriedade rural. O território do feudo era dividido normalmente em três partes: O Domínio, terra comum e manso servil

O Domínio é a parte da terra reservada exclusivamente ao senhor feudal e trabalhada pelo servo. A produção deste território destina-se apenas ao senhor feudal. Normalmente o servo trabalha para o senhor feudal, nessa porção de terra ou mesmo no castelo, por um período de 3 dias, sendo essa obrigação denominada corvéia. Terra comum e a parte da terra de uso comum. Matas e pastos que podem ser utilizadas tanto pelo senhor feudal como pelos servos. É o local de onde retiram-se lenha ou madeira para as construções, e onde pastam os animais. Manso servil era a parte destinada aos servos. O manso é dividido em lotes (glebas) e cada servo tem direito a um lote. Em vários feudos o lote que cabe a um servo não é contínuo, ou seja, a terra de vários servos são subdivididas e umas intercaladas nas outras. De toda a produção do servo em seu lote, metade da produção destina-se ao senhor feudal, caracterizando uma obrigação denominada talha.

Esse sistema se caracteriza pela exploração do trabalho servil, responsável por toda a produção. O servo não é considerado um escravo, porém não é um trabalhador livre. O que determina a condição servil é seu vínculo com a terra, ou seja, o servo está preso à terra. Ao receber um lote de terra para viver e trabalhar, e ao receber (teoricamente) proteção, o servo está forçado a trabalhar sempre para o mesmo senhor feudal, não podendo abandonar a terra. Essa relação, definiu-se lentamente desde a crise do Império Romano com a formação do colonato. Além da corvéia e da talha, obrigações mais importantes devidas pelo servo ao senhor, existiam outras obrigações que eram responsáveis por retirar dos servos praticamente tudo o que produziam. Tradicionalmente a economia foi considerada natural, de subsistência e desmonetizada. Natural por que baseava-se em trocas diretas, produtos por produto e diretamente entre os produtores, não havendo portanto um grupo de intermediários (comerciantes); de subsistência por que produziam em quantidade e variedade pequena, além de não contar com a mentalidade de lucro, que exigiria a produção de excedentes; desmonetizada por não se utilizar de qualquer tipo de moeda, sendo que havia a troca de produto por produto.

Apesar de podermos enxergar essa situação básica, cabem algumas considerações: o comércio sempre existiu, apesar de irregular e de intensidade muito variável. Algumas mercadorias eram necessárias em todos os feudos mas encontradas apenas em algumas regiões, como o sal ou mesmo o ferro. Além desse comércio de produtos considerados fundamentais, havia o comércio com o oriente, de especiarias ou mesmo de tecidos, consumidos por uma parcela da nobreza (senhores feudais) e pelo alto clero. Apesar de bastante restrito, esse comércio já era realizado pelos venezianos. Mesmo o servo participava de um pequeno comércio, ao levar produtos excedentes agrícolas para a feira da cidade, onde obtinha artesanato urbano, promovendo uma tímida integração entre campo e cidade. "A pequena produtividade fazia com que qualquer acidente natural (chuvas em excesso ou em falta, pragas) ou humano (guerras, trabalho inadequado ou insuficiente) provocasse períodos de escassez". Nesse sentido havia uma

tendência a auto suficiência, uma preocupação por parte dos senhores feudais em possuir uma estrutura que pudesse prove-lo nessas situações.

SOCIEDADE: A sociedade feudal era composta por duas classes sociais básicas: senhores e servos. A estrutura social praticamente não permitia mobilidade, sendo portanto que a condição de um indivíduo era determinada pelo nascimento, ou seja, quem nasce servo será sempre servo. Utilizando os conceitos predominantes hoje, podemos dizer que, o trabalho, o esforço, a competência e etc, eram características que não podiam alterar a condição social de um homem. O senhor era o proprietário dos meios de produção, enquanto os servos representavam a grande massa de camponeses que produziam a riqueza social. Porém podiam existir outras situações: a mais importante era o clérigo. O clero possuía grande importância no mundo feudal, cumprindo um papel específico em termos de religião, de formação social, moral e ideológica. No entanto esse papel do clero é definido pela hierarquia da Igreja, quer dizer, pelo Alto Clero, que por sua vez é formado por membros da nobreza feudal.

Originariamente o clero não é uma classe social, pois seus membros ou são de origem senhorial (alto clero) ou servil (baixo clero). A maioria dos livros de história retrata a divisão desta sociedade segundo as palavras do Bispo Adalberon de Laon: "na sociedade alguns rezam, outros guerreiam e outros trabalham, onde todos formam um conjunto inseparável e o trabalho de uns permite o trabalho dos outros dois e cada qual por sua vez presta seu apoio aos outros" Para o bispo, o conjunto de servos é "uma raça de infelizes que nada podem obter sem sofrimento". Percebe-se o discurso da Igreja como uma tentativa de interpretar a situação social e ao mesmo tempo justificá-la, preservando-a. Nesta sociedade, cada camada tem sua função e portanto deve obedecê-la como vontade divina.

Na camada superior, "os guerreiros" pode-se perceber uma

diferença entre nobres e cavaleiros. Os primeiros descendem das principais famílias do período carolíngio, enquanto que os demais se tornaram proprietários rurais a partir da concessão de extensões de terras oferecidas pelos nobres. Essa relação era bastante comum, fortalecia os laços entre os membros da elite, mesmo por que os cavaleiros se tornavam vassalos e ao mesmo tempo procuravam imitar o comportamento da nobreza tradicional, adotando sua moral e seus valores. Com o passar do tempo a diferenciação entre nobres e cavaleiros foi desaparecendo; preservou-se no entanto a relação de suserania e vassalagem. A relação de suserania e vassalagem é bastante complexa. Sua origem remonta ao Reino Franco, principalmente durante o reinado de Carlos Magno e baseia-se na concessão do feudo (beneficium).

Surgem os dois primeiros problemas: Quem está envolvido nesta relação? e, o que é feudo? Esta relação é eventual, pode existir ou não, dependendo da vontade ou da necessidade das partes, que são sempre dois senhores feudais; ou seja, é uma relação social que envolve membros da mesma camada social, a elite medieval. O termo feudo originariamente significava "benefício", algo concedido a outro, e que normalmente era terra, daí sua utilização como sinônimo da "propriedade senhorial". Suserano é o senhor que concede o benefício, enquanto que vassalo é o senhor que recebe o benefício. Esta relação, na verdade bastante complexa, tornou-se fundamental durante a Idade Média e serviu para preservar os privilégios da elite e materializava-se a partir de três atos: a homenagem, a investidura e o juramento de fidelidade. Normalmente o suserano era um grande proprietário rural e que pretende aumentar seu exército e capacidade guerreira, enquanto o vassalo, é um homem que necessita de terras e camponeses.



O COLONO: O colono é o trabalhador rural, colocado agora em uma nova situação. Nas regiões próximas à Roma a origem do colono é o antigo plebeu ou ainda o ex-escravo, enquanto nas áreas

mais afastadas é normalmente o homem de origem bárbara, que, ao abandonar o nomadismo e a guerra é fixado à terra. O colono é um homem livre por não ser escravo, porém está preso à terra. A grande propriedade passou a dividir-se em duas grandes partes, ambas trabalhadas pelo colono; uma utilizada exclusivamente pelo proprietário, a outra dividida entre os colonos. Cada colono tinha a posse de seu lote de terra, não podendo abandoná-lo e nem ser expulso dele, devendo trabalhar na terra do senhor e entregar parte da produção de seu lote. Dessa maneira percebe-se que a estrutura fundiária desenvolve-se de uma maneira que pode ser considerada como embrionária da economia feudal. É importante notar que durante todo o período de gestação do feudalismo ainda serão encontrados escravos na Europa, porém em pequena quantidade e com importância cada vez mais reduzida.

RELIGIÃO NA IDADE MÉDIA: Na Idade Média, a Igreja Católica dominava o cenário religioso. Detentora do poder espiritual, a Igreja influenciava o modo de pensar, a psicologia e as formas de comportamento na Idade Média. A igreja também tinha grande poder econômico, pois possuía terras em grande quantidade e até mesmo servos trabalhando. Os monges viviam em mosteiros e eram responsáveis pela proteção espiritual da sociedade. Passavam grande parte do tempo rezando e copiando livros e a Bíblia.

EDUCAÇÃO, ARTES E CULTURA: A educação era para poucos, pois só os filhos dos nobres estudavam. Esta era marcada pela influência da Igreja, ensinando o latim, doutrinas religiosas e táticas de guerras. Grande parte da população medieval era analfabeta e não tinha acesso aos livros. A arte medieval também era fortemente marcada pela religiosidade da época. As pinturas retratavam passagens da Bíblia e ensinamentos religiosos. As pinturas medievais e os vitrais das igrejas eram formas de ensinar à população um pouco mais sobre a religião. Podemos dizer que, no geral, a cultura medieval foi fortemente influenciada pela religião. Na arquitetura destacou-se a construção de castelos, igrejas e catedrais.

PODER: No mundo feudal não existiu uma estrutura de poder centralizada. Não existe

a noção de Estado ou mesmo de nação. Portanto consideramos o poder como localizado, ou seja, existente em cada feudo. Apesar da autonomia na administração da justiça em cada feudo, existiam dois elementos limitadores do poder senhorial. O primeiro é a própria ordem vassálica, onde o vassalo deve fidelidade a seu suserano; o segundo é a influência da Igreja Católica, única instituição centralizada, que ditava as normas de comportamento social na época, fazendo com que as leis obedecessem aos costumes e à "vontade de Deus". Dessa forma a vida quase não possuía variação de um feudo para outro. É importante visualizar a figura do rei durante o feudalismo, como suserano-mor, no entanto sem poder efetivo devido a própria relação de suserania e a tendência à auto-suficiência econômica.

ESTRUTURA POLÍTICA: Prevaleceu na Idade Média as relações de vassalagem e suserania. O suserano era quem dava um lote de terra ao vassalo, sendo que este último deveria prestar fidelidade e ajuda ao seu suserano. O vassalo oferecia ao senhor, ou suserano, fidelidade e trabalho, em troca de proteção e um lugar no sistema de produção. As redes de vassalagem se estendiam por várias regiões, sendo o rei o suserano mais poderoso. Todos os poderes jurídico, econômico e político concentravam-se nas mãos dos senhores feudais, donos de lotes de terras (feudos).

RELAÇÕES VASSÁLICAS: As relações de subordinação desenvolveram-se desde o século V, no entanto foi durante o reinado de Carlos Magno que tomaram sua forma mais desenvolvida. O incentivo aos laços de vassalagem num primeiro momento fortalecia o poder real, pois direta ou indiretamente estendia-se a toda a sociedade, no entanto, com o passar do tempo o resultado tornou-se oposto na medida em que as relações pessoais foram reforçadas, diminuindo portanto a importância do Estado. Direitos e deveres: **Suserano** - Dar proteção militar e prestar assistência judiciária aos seus vassalos; receber de volta o feudo, caso o vassalo morresse sem deixar herdeiros; proibir casamento entre seus vassalos e pessoas que não lhe fossem fiéis. **Vassalo** - Prestar serviço militar, durante certo tempo, a seu suserano; libertar o suserano, caso ele fosse aprisionado; comparecer ao tribunal

presidido pelo susernano toda vez que fosse convocado

4 - AS CRUZADAS



No século XI, dentro do contexto histórico da expansão árabe, os muçulmanos conquistaram a cidade sagrada de Jerusalém. Diante dessa situação, o papa Urbano II convocou a Primeira Cruzada (1096), com o objetivo de expulsar os "infiéis" (árabes) da Terra Santa. Essas batalhas, entre católicos e muçulmanos, duraram cerca de dois séculos, deixando milhares de mortos e um grande rastro de destruição. Ao mesmo tempo em que eram guerras marcadas por diferenças religiosas, também possuíam um forte caráter econômico. Muitos cavaleiros cruzados, ao retornarem para a Europa, saqueavam cidades árabes e vendiam produtos nas estradas, nas chamadas feiras e rotas de comércio. De certa forma, as Cruzadas contribuíram para o renascimento urbano e comercial a partir do século XIII. Após as Cruzadas, o Mar Mediterrâneo foi aberto para os contatos comerciais.

PESTE NEGRA OU PESTE BUBÔNICA:

Em meados do século XIV, uma doença devastou a população européia. Historiadores calculam que aproximadamente um terço dos habitantes morreram desta doença. A Peste Negra era transmitida através da picada de pulgas de ratos doentes. Estes ratos chegavam à Europa nos porões dos navios vindos do Oriente.

Como as cidades medievais não tinham condições higiênicas adequadas, os ratos se espalharam facilmente. Após o contato com a doença, a pessoa tinha poucos dias de vida. Febre, mal-estar e bolbos (bolhas) de sangue e pus espalhavam-se pelo corpo do doente, principalmente nas axilas e virilhas. Como os conhecimentos médicos eram pouco desenvolvidos, a morte era certa. Para complicar ainda mais a situação, muitos atribuíam a doença a fatores comportamentais, ambientais ou religiosos.

5 - TRANSIÇÃO FEUDALISMO- CAPITALISMO

O RENASCIMENTO URBANO E COMERCIAL

A produção feudal, baseada no trabalho servil, era limitada e adequada apenas a uma população relativamente pequena. Entretanto, a partir do século X, com o fim das invasões dos muçulmanos e normandos, a população da Europa começou a crescer. Esta explosão demográfica levou a o sistema feudal a uma grave crise no século XI. As tensões decorrentes dessa crise foram aliviadas com o movimento das Cruzadas que aproveitou o excedente populacional. Por outro lado, este mesmo movimento estimulou o Renascimento Comercial cujo impacto sobre o feudalismo agravaria suas contradições internas.

É um erro comum a suposição de que não existia comércio no sistema feudal. Na verdade, durante o período do feudalismo havia mercados locais no interior ou nas proximidades dos feudos. Além disso algumas poucas cidades já contavam com o intenso comércio de longa distância desde o século IX. Todavia, o grande comércio só se generalizou a partir do século XI. Esse comércio pouco intenso limitava-se quase a trocas locais e diversos fatores impediam o desenvolvimento dessa atividade como as péssimas condições das estradas, a presença constante de salteadores e as freqüentes cobranças de pedágios por parte dos senhores feudais, bem como a escassez de dinheiro, a diversidade de moedas em cada região e o

próprio caráter da produção feudal que não produzia excedentes que pudessem ser exportados.

Com a melhoria na agricultura a partir do século XI começa uma transformação significativa na atividade rural com a ampliação das áreas cultiváveis e introdução de novas culturas. Paralelamente, as inovações técnicas permitiram aumentar a produtividade na agricultura. O crescimento populacional gerou mais mão de obra para produzir e ao mesmo tempo formou um mercado consumidor crescente, estimulando ainda mais o aumento da produção agrícola. Isso acabou gerando excedentes comercializáveis e o aumento das feiras (burgos) onde as trocas comerciais eram realizadas. Em torno desses burgos foram se formando cidades que passaram a atrair boa parte da crescente população.

O renascimento comercial foi acompanhado do renascimento urbano, afinal, a cidade passou a ser um centro de atividade comercial e artesanal. E nesses centros surgiu uma nova camada, a burguesia, formada pelos comerciantes e artesãos. A produção urbana era realizada numa unidade típica a oficina e esta produção regulada pelas corporações de ofício, que eram associações que reuniam vários indivíduos especializados em uma mesma atividade artesanal. A nova realidade mercantil das cidades chocava-se com o sistema político dos senhores feudais, associados a uma economia decadente. Dessa forma, muitos fugiam para as cidades. Todo esse desenvolvimento comercial contribuiu para o surgimento do capitalismo. A vida econômica desenvolveu-se com a substituição das trocas pela utilização de moedas, fazendo com que a sociedade passasse a ser hierarquizada a partir da posse de bens monetários e não somente pela posse de terras. As corporações de ofício estabeleciam o princípio do preço justo, segundo o qual cada produto deveria ser igual a soma do custo da matéria prima com o custo do trabalho necessário para produzi-lo. Todavia, esse princípio foi substituído pelo lucro.

6 - CRISE DO SISTEMA FEUDAL

O crescimento da população, verificado entre os séculos XI e XIV, foi extraordinário. Os nobres aumentaram em

número e tornaram-se mais exigentes com relação aos seus hábitos de consumo: isso determinava a necessidade de aumentar suas rendas e para consegui-lo, aumentou-se grandemente o grau de exploração da massa camponesa. Esta **superexploração** produziu protestos dos servos, consubstanciados em numerosas revoltas e fugas para as cidades. A repressão a esses movimentos foi enorme, mas a nobreza e o alto clero tiveram razões para temer por sua sobrevivência.

Paralelamente, importantes alterações do quadro natural provocaram sérias conseqüências. Durante o século XIII ocorrera uma expansão das áreas agrícolas, devido ao aproveitamento das áreas de pastagens e à derrubada de florestas. O desmatamento provocou alterações climáticas e chuvas torrenciais e contínuas, enquanto o aproveitamento da área de pastagens levou a uma diminuição do adubo animal, o que se refletirá na **baixa produtividade agrícola**. Com as péssimas colheitas que se verificaram, ocorreu uma **alta de preços** dos produtos agrícolas. Os europeus passaram a conviver com a fome. Dificuldades econômicas de toda ordem assolavam a Europa, que passou a conviver com um outro problema: o **esgotamento das fontes de minérios preciosos**, necessários para a cunhagem de moedas, levando os reis a constantes desvalorizações da moeda. Isso só fazia agravar a crise.

No plano social, ao lado dos problemas já levantados, importa verificar o **crescimento de um novo grupo: a burguesia comercial**, residente em cidades que tendiam para uma expansão cada vez maior, pois passaram a atrair os camponeses e os elementos “marginais” da sociedade feudal. Politicamente, a crise se traduz pelo **fortalecimento da autoridade real**, considerado necessário pela nobreza, temerosa do alcance das revoltas camponesas. A unificação política, ou surgimento dos Estados Nacionais, aparece, desta forma, como uma solução política para a nobreza manter sua dominação.

Finalmente, a **crise se manifesta também no plano espiritual—religioso**. Tantas desgraças afetaram profundamente as mentes dos homens europeus, traduzindo-se em novas necessidades espirituais (uma nova concepção do homem e do mundo) e religiosas (a igreja Católica não conseguia atingir tão

facilmente os fiéis, necessitados de uma teologia mais dinâmica). Esta crise é o ponto de partida para se compreender o processo de transição do Feudalismo ao Capitalismo. Para melhor compreenda-la, selecionamos alguns documentos que permitirão um entendimento das questões provocadas pela Peste Negra, no que se refere à demografia e às modificações na mentalidade da sociedade européia.

ENTENDA A TRANSIÇÃO DO FEUDALISMO PARA O CAPITALISMO

A Baixa Idade Média é caracterizada por um conjunto de transformações socioeconômicas e conseqüentemente políticas, culturais e religiosas. Sem dúvida esse é um dos períodos mais complexos da história e, portanto, de grande dificuldade de compreensão para o estudante. Para alguns, essas transformações, iniciadas a partir do século 11, refletem uma adaptação da elite às novas condições de vida na Europa e, portanto, uma tentativa de preservar seus privilégios.

A nobreza feudal, durante os séculos seguintes, manteve a cobrança de tributos sobre os mercadores que passaram a transitar por suas terras e, assim, preservou seus Exércitos, sua moeda e suas leis. Também aumentou o consumo de artigos de luxo provenientes do Oriente e, para isso, eliminou gradualmente as relações servis de produção, desobrigando-se de ceder terras a um número cada vez maior de servos -ao mesmo tempo em que criava um excedente de trabalhadores e transformava obrigações costumeiras em monetárias. Preservou ainda o controle sobre a maioria das cidades, às quais impunha seus tributos e suas leis, e sua influência sobre a Igreja e sobre os reis.

Para grande parte dos estudiosos e na maioria dos livros didáticos, o processo é inverso. Desde o século 11, o sistema feudal entrou em crise e surgiram os elementos pré-capitalistas. O desenvolvimento do comércio, das cidades e sobretudo de uma nova classe social foram os elementos que determinaram a ruína dos senhores feudais, pressionados por novos interesses econômicos e políticos. A reabertura do Mediterrâneo ao comércio cristão, intensificando as relações entre o Ocidente e o Oriente, estimulou o desenvolvimento das atividades urbanas em detrimento da produção agrária,

desmonetarizada e tendente à auto-suficiência, assim como fortaleceu a camada burguesa que, aliada aos reis, se confrontou com os interesses da nobreza.

O rei, com o apoio da burguesia, fortaleceu sua autoridade e centralizou o poder, substituindo o poder local pelo poder nacional. Dica: procure exemplos de permanências feudais na Idade Moderna. É possível perceber as contradições que existem nas duas interpretações sobre o período?

EXERCÍCIOS – HISTÓRIA MEDIEVAL

ORIGENS DO FEUDALISMO

1. (UFMG) Sobre a feudalização da Europa, afirma-se:

- I. O apogeu da organização feudal ocorreu em fins do século XII e início do século XIII.
 - II - O processo de ruralização da Europa foi uma decorrência da ocupação árabe do Mediterrâneo.
 - III - A insegurança provocada pelas invasões normandas levou a um reforçamento dos laços feudovassálicos e dos variados graus de servidão.
- a) Se apenas a afirmativa I for verdadeira.
 - b) Se apenas as afirmativas I e II forem verdadeiras.
 - c) Se apenas as afirmativas I e III forem verdadeiras.
 - d) Se apenas as afirmativas II e III forem verdadeiras.
 - e) Se todas as afirmativas forem verdadeiras

2. (FGV) Com relação ao Império Bizantino, a única alternativa que contém três asserções corretas é:

- I. De acordo com a maioria dos historiadores, Constantinopla não tinha mais de setenta ou oitenta mil habitantes, enquanto Paris ou Roma, na mesma época, tinham cerca de cem mil habitantes.
- II - Ao longo de sua extensa história (330-1453), o Império Bizantino foi aos poucos mesclando suas raízes latinas com os elementos greco-orientais há muito enraizados naqueles territórios.
- III - Sob o governo de Justiniano (527-555), o Império Bizantino conheceu seu apogeu e, paradoxalmente, o início de sua decadência, lenta mas inexorável.
- IV - As artes eram bastante desenvolvidas no Império Bizantino, principalmente a arquitetura, cuja maior obra construída entre 532 e 537.

V - Nos tempos de Justiniano, no Império Bizantino, os professores pagãos deveriam frequentar universidade diversas.

- a) I, II, III
- b) I, II, V
- c) II, III, IV
- d) I, II, IV
- e) II, III, V

3. (UFBA) A partir do século III da Era Cristã, o mundo romano submerge lentamente numa grave crise estrutural, cuja feição econômica pode ser reconhecida com o aparecimento:

- a) Da Escravidão.
- b) Das Corporações.
- c) Do Imperialismo.
- d) Da Ruralização da produção.
- e) Da Concentração urbana.

4. (UFSCAR) Apesar das discussões entre os historiadores quanto ao início da Idade Média, pode-se afirmar que, a partir da divisão do Império Romano em Ocidental e Oriental, a sociedade romana ocidental passou por um processo de transição, culminando no modo de vida feudal, cuja principal característica era:

- I. A ruralização da sociedade, o declínio das atividades mercantis e artesanais urbanas e a auto-suficiência dos feudos.
- II - O crescimento dos centros urbanos e o aumento demográfico.
- III - A crescente influência da Igreja Católica, o enfraquecimento da realeza e a consolidação do poder dos grandes senhores.

Assinale a alternativa correta, a partir do código abaixo:

- a) somente as afirmações II e III são corretas
- b) somente as afirmações I e II são corretas.
- c) somente as afirmações I e III são corretas.
- d) somente a afirmação I é correta.
- e) somente a afirmação III é correta.

5. (FESP) Na análise do historiador Mcnall Burns "foi a influência dos bárbaros germânicos o segundo dos fatores mais importantes que contribuíram para produzir as civilizações dos começos da Idade Média."(História da Civilização Ocidental (I), 1968, p. 265) Seria correto afirmar sobre a importância dos povos bárbaros que:

- a) As suas contribuições devem ser consideradas com destaque para a arte e a política.

b) A análise do historiador é exagerada, pois os bárbaros apenas contribuíram para destruir o domínio de Roma.

c) Os germânicos já tinham complexas instituições políticas, quando avançaram sobre os territórios romanos.

d) A obra Germânica do escritor Tácito é uma fonte fundamental para os estudos sobre os bárbaros e para conhecer sua vida social

e) Todo sistema feudal foi influenciado pelas instituições existentes na sociedade germânica.

6. (UFPE) As origens do sistema feudal remontam as sociedades romana e germânica. Entre os fatores que possibilitaram a formação desse sistema, encontra(m)-se:

- 1 - O Benefício, o Colonato, o Patronato e a Villa de origem romana.
- 2 - O Benefício, o Cisma do Oriente e o Islamismo em expansão.
- 3 - O Comitatus e a noção de realeza dos germânicos
- 4 - Os efeitos das várias invasões de povos africanos na Europa Ocidental.
- 5 - O esvaziamento da autoridade real, favorecendo o poder de condes e de duques.

Estão corretos apenas os itens:

- a) 3, 4 e 5;
- b) 1, 3 e 5;
- c) 2, 4 e 4;
- d) 1, 2 e 3;
- e) 2, 3 e 4;

7. (UFPE) A Civilização Bizantina floresceu na Idade Média deixando em muitas regiões da Ásia e da Europa a influência dos mundos ocidental e oriental.

Assinale a alternativa correta quanto à forte manifestação religiosa dessa cultura.

- a) Adornos em bronze marcheados.
- b) O arco butante, ogival.
- c) Vitrais e o arco românico.
- d) Telhados de beirais recurvos.
- e) Mosaicos coloridos e cúpulas arredondadas.

8. (FUVEST) Do ponto de vista cultural, na passagem da Antiguidade para a Idade Média, é correto afirmar que o patrimônio greco-romano.

- a) Só não sofreu perda maior devido à ação esclarecida de muitos chefes bárbaros.
- b) Perdeu-se quase completamente porque, dado o seu caráter pagão, foi rejeitado pela Igreja.

c) Foi rejeitado pelos bárbaros em razão do caráter cristão com que foi revestido pela Igreja.

d) Não desapareceu com a Antigüidade porque a Igreja serviu de conduto para sua sobrevivência.

e) Escapou do desaparecimento graças à preservação fortuita de textos antigos.

9. (PUC-CAMP) Considere os fatores abaixo

I. Declínio da capacidade de conquista, o que comprometia o abastecimento de escravos para o Império.

II. Fracasso da reforma agrária que limitou o uso da terra pelos comandantes militares.

III. Oposição dos cristãos à escravidão.

IV. Aumento dos latifúndios na Península Itálica.

V. Concorrência comercial das províncias conquistadas.

A partir do século III inicia-se uma crise econômica, social e política no Império Romano. Os fatores responsáveis por essa crise foram APENAS.

a) I, II, V

b) I, III, IV

c) I, IV, V

d) II, III, IV

e) II, III, V

10. (PUC-CAMP) Os povos germânicos contribuíram para a formação do sistema feudal na medida que trouxeram, para a Europa Ocidental:

a) A idéia de poder político local, a estrutura das vilas, do clientelismo e do colonato.

b) As bases da organização política, social e judiciária, e os elementos que contribuíram para o fortalecimento do poder da igreja

c) A prática de economia natural, a imobilidade social, a ausência do Estado e o comitatus, com sua noção de reciprocidade.

d) O regime de trabalho servil baseado nas obrigações devidas pelos servos fundamentadas na talha, nas banalidades e nos tributos de casamento.

e) Os princípios da corvéia, o da hospitalidade forçada aos nobres e o clima de insegurança que obrigava as populações a se refugiarem no campo.

GABARITO - 1-D / 2-B / 3-D / 4-C / 5-D / 6-B / 7-E / 8-D / 9-B / 10-C

FEUDALISMO

1.(UNESP) O ritual da investidura era uma cerimônia praticada durante a Idade Média Este ritual referia-se:

a) À Sagração de um Papa.

b) A Transformação de um homem livre em servo.

c) À Coroação dos reis.

d) Ao recebimento de um feudo.

e) À Transformação do guerreiro em vassalo do rei.

2.(PUCCAMP – SP) “Numa sociedade religiosa como a feudal, pensa diferentemente da Igreja era cometer ao mesmo tempo um pecado e um crime era se expor a punições espirituais e corporais” Diante do exposto, qual o principal instrumento de força que a Igreja utilizou para combater as heresias?

a) As Ordens Contemplativas.

b) O Concílio de Trento.

c) A Companhia de Jesus.

d) As Ordenações.

e) A Inquisição.

3. (UFBA) “O europeu perdeu de tal maneira o contato com o Mediterrâneo que não faz sequer flutuar uma tábua” A época a que a afirmativa acima se refere é.

a) República Romana

b) Baixo Império Romano.

c) Alta Idade Média.

d) Baixa Idade Média.

e) Idade Moderna.

4.(FGV) O feudalismo pode ser caracterizado, dentre outros, pelos seguintes elementos:

a) Economia agrária, forte mobilidade social, vassalagem nobre-camponês.

b) Regionalização da defesa, sociedade estamental, economia urbana.

c) Fragmentação política, mentalidade fortemente religiosa, sociedade de ordens.

d) Cultura clericalizada, economia agrícola tendente à auto-suficiência, Estado monárquico forte.

e) Aliança política clero-nobreza dos laboratores.

5.(UFES) Ao feudalismo europeu, na Idade média, correspondeu uma forma de organização com a qual identificamos, exceto:

a) Descentralização do poder.

- b) A propriedade da terra como base econômica dos senhores feudais.
- c) A condenação do feudalismo pela Igreja.
- d) A vida social caracterizada por laços de dependência.
- e) As doações de terras podendo estabelecer as relações de vassalagem: o senhor doador era o suserano e o senhor que recebia era o vassalo

6 (UFES) A difusão da vassalagem praticada por Carlos Magno favoreceu, na Idade Média:

- a) O fortalecimento do Império Carolíngio.
- b) O universalismo das tradições romana e cristã, característico da sociedade feudal.
- c) O restabelecimento do monopólio do imperador, na cunhagem de moedas, perdido desde o declínio do Império Romano.
- d) A formação de uma estrutura política fragmentada, característica da sociedade feudal.
- e) O declínio do comércio na Idade Média.

7. (FATEC – SP) A corvéia, as banalidades e as prestações eram obrigações feudais pagas pelos servos, respectivamente:

- a) Hospedando o senhor e sua comitiva, com o trabalho forçado na reserva senhorial, pelo uso das instalações do domínio.
- b) Com o trabalho forçado na reserva senhorial; pelo uso das instalações do domínio; hospedando o senhor e sua comitiva.
- c) Pelo uso das instalações do domínio; hospedando o senhor e sua comitiva; com o trabalho forçado na reserva senhorial.
- d) Com o trabalho forçado na reserva senhorial; hospedando o senhor e sua comitiva; pelo uso das instalações do domínio.
- e) Pelo uso das instalações do domínio; com o trabalho forçado na reserva senhorial; hospedando o senhor e sua comitiva.

8.(UFBA) “*Tripla é pois a cada de Deus que se crê una: embaixo (quer dizer, na Terra), uns rezam, outros combatem, outros ainda trabalham; os três grupos estão juntos e não suportam ser separados; de forma que sobre a função de um repousam os trabalhos dos outros dois, todos por sua vez entre ajudando-se*”. (Adalberão. Ln Miceli, p. 31.) Indique a proposição ou proposições que revelam idéias presentes

no texto, associadas aos seus conhecimentos sobre sociedade feudal.

- a) A configuração de um sistema social baseado numa economia urbana e caracterizado pela centralização político-administrativa.
- b) A proposta de superação das diferenças sociais através do advento de uma sociedade de classes.
- c) A expressão das relações feudo-vassálicas que consistia numa troca de favores e obrigações em níveis hierarquicamente superpostos.
- d) A projeção de uma sociedade tripartite, a partir da analogia com a Trindade Cristã: Pai, Filho e Espírito Santo.
- e) A intenção da Igreja em defesa dos seus próprios interesses, objetivando a manutenção dos privilégios feudais.

9.(Mackenzie-SP) Na Baixa Idade Média, a formação de centros urbanos, o renascimento do comércio e o aparecimento de feiras e rotas tiveram sobre a estrutura feudal as seguintes conseqüências:

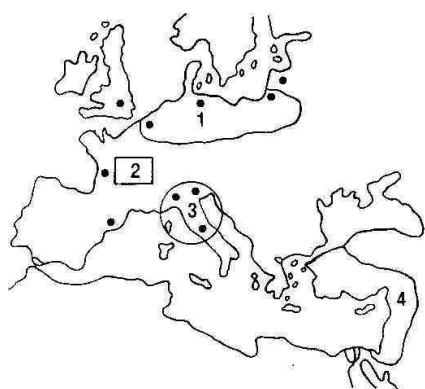
- a) desenvolveram a economia agrícola e as relações servis de produção.
- b) acentuaram a descentralização política e aprofundaram as desigualdades sociais.
- c) provocaram o declínio do modo de produção servil e o desenvolvimento do trabalho livre e da economia monetária.
- d) consolidaram uma cultura teocêntrica e monopolizada pela Igreja.
- e) levaram ao fracasso as tentativas de centralização do poder, empreendido pela aliança reis-burguesia.

10. (PUC-SP) As cidades medievais apresentavam características diversas dos domínios rurais, principalmente porque:

- a) eram governadas por assembléias onde todos votavam.
- b) Os comerciantes e artesãos se organizavam em corporações de ofício.
- c) Os cidadãos deviam obrigações de vassalagem apenas ao intendente.
- d) A Igreja conseguia impor seus costumes com maior eficácia.
- e) Os serviços urbanos eram proporcionados pelos grandes comerciantes.

11.(F.M. Santa Casa-SP) As Cruzadas, no período de 1095 a 1270, tiveram amplas repercussões, porque:

- permitiram a formação de vários reinos cristãos no Oriente, o que deu maior estabilidade política à região.
- consolidaram o feudalismo, em virtude da unificação dos vários reinos em torno de um objetivo comum.
- dinamizaram as relações comerciais do Oriente com o Ocidente, graças à abertura do Mediterrâneo a navios europeus.
- centralizaram os esforços do mundo cristão europeu para eliminar o domínio árabe na península Ibérica.
- possibilitaram a superação das rivalidades nacionais graças à influência que a Igreja então exercia.



GABARITO - 1-D / 2-E / 3-C / 4-C / 5-C /
6-D / 7-B / 8-C / 9-C / 10-B / 11-C

A IGREJA NA IDADE MÉDIA

- (UNESP) A oposição entre gregos e bárbaros motivou explicações e reflexões de diversos autores no período clássico da Grécia antiga. Esta visão dualista do mundo influenciou os romanos, herdeiros culturais dos gregos. A partir destas informações, responda.
 - Que povo "bárbaro" invadiu, em duas oportunidades, a península grega, sendo derrotado?
 - Que relação é possível estabelecer entre a ocupação da Europa pelos "bárbaros" germânicos e a formação do feudalismo?
- O que foi o Cisma do Oriente em 1054?
- Defina as expressões Heresia e Inquisição, relacionadas ao poder da Igreja na Idade Média.
- Esquematize o sistema de Rotação Trienal praticado nos feudos medievais.

5. Como eram divididas as terras no feudos medievais?

6. Observe o comentário abaixo apresentado: " ... Os Mosteiros eram em primeiro lugar casas, cada uma abrigando sua "família" ...os mais abundantes recursos convergiam para a instituição monástica, levando-a aos postos avançados do progresso cultural." (Fonte: DUBY, Georges: "História da Vida Privada" 2: da Europa Feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 52) Cite as razões de os mosteiros serem considerados "postos avançados do progresso cultural".

7. (UFG) A história do Mediterrâneo é a história das migrações populacionais e da circulação de valores de culturas distintas. Discorra sobre a Expansão Árabe, a partir da unificação islâmica na Idade Média.

8. (UFRN) Em 768, Carlos Magno assumiu a coroa do reino franco e expandiu consideravelmente suas fronteiras através de inúmeras guerras de conquista. Parte das terras conquistadas eram doadas, a título temporário (precarium), aos nobres, que assumiam, em troca, obrigações para com o rei. As práticas carolíngias expostas anteriormente contribuíram para a formação do feudalismo. Caracterize as obrigações criadas entre suseranos e vassallos na época feudal.

9. (UFSCAR) A razão de ser dos carneiros é fornecer leite e lã; a dos bois é lavar a terra; e a dos cães é defender os carneiros e os bois dos ataques dos lobos. Se cada uma destas espécies de animais cumprir a sua missão, Deus protegê-la-á. Deste modo, fez ordens, que instituiu em vista das diversas missões a realizar neste mundo. Instituiu uns - os clérigos e os monges - para que rezassem pelos outros e, cheios de doçura, como as ovelhas, sobre eles derramassem o leite da pregação e com a lã dos bons exemplos lhes inspirassem um ardente amor a Deus. Instituiu os camponeses para que eles - como fazem os bois, com o seu trabalho - assegurassem a sua própria subsistência e a dos outros. A outros, por fim - os guerreiros -, instituiu para que mostrassem a força na medida do necessário e para que defendessem dos inimigos, semelhantes a lobos, os que

oram e os que cultivam a terra. (Eadmer de Canterbury, século XI.)

- a) Identifique o contexto histórico no qual as idéias defendidas pelo autor desse documento se inserem.
b) Justifique a relação do documento com o contexto histórico especificado.

10. (FGV) Observe a imagem a seguir, leia o trecho abaixo e depois responda às questões a e b.



Interior da nave da catedral de Notre-Dame de Laon, século XII.

"Os esforços exigidos são tais que só sociedades em plena expansão econômica e politicamente estabilizadas puderam erguer, a partir de meados do século XII, a floresta de catedrais góticas, com a consciência nova de que a humanidade do Ocidente tinha entrado numa época de progresso irreversível..." KURMANN, P., "Catedrais". In DUBY, G. (coord.), "História artística da Europa. A Idade Média", Trad., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998, p. 223.

- a) Aponte as características e as causas da expansão econômica que impulsionaram o florescimento das catedrais góticas.
b) Relacione os principais aspectos arquitetônicos das catedrais góticas à religiosidade do período.

11. (FUVEST) Curiosamente, apesar das limitações impostas por uma base material e técnica rudimentar, a Europa medieval tardia (séculos XII a XV) vivenciou, pelo menos no plano da religião e do ensino nas universidades, uma unidade tão ou mais intensa do que a da atual União Européia, alicerçada na complexa economia capitalista. Em face disso, indique:

a) Como foi possível, naquela época, diante da precariedade das comunicações e da base material, ocorrer essa integração?

b) As principais características das universidades medievais.

12. (UFC) Leia a canção

"A sagração do Cavaleiro no século XII"

Empunhando Durendal, a cortante,
O Rei tirou-a da bainha, enxugou-lhe a lâmina,

Depois cingiu-a em seu sobrinho Rolando

E então o

papa a

benzeu.

O Rei

disse-lhe

docement

e, rindo:

"Cinjo-te

com ela,

desejand

o

Que Deus

te dê coragem e ousadia,

Força, vigor e grande bravura

E grande vitória sobre os Infiéis."

E Rolando diz, o coração em júbilo:

"Deus me conceda, pelo seu digno filho".

Agora que o Rei cingiu a lâmina de aço,

O duque Naimés vai se ajoelhar

E calçar em Rolando sua espada direita. A

esquerda cabe ao bom dinamarquês Ogier.

(DUBY, Georges, "A Europa na Idade Média", São Paulo: Martins Fontes, 1988, p

13.)

a) Qual o papel da cavalaria na sociedade medieval?

b) O que a figura do papa representa no ritual da cavalaria?

13. (UFC) Leia o texto a seguir.

Às margens de dois grandes impérios, surgiu um movimento religioso. Em pouco

tempo, em nome dessa nova religião, exércitos foram recrutados, países foram

conquistados e foi fundado um novo império, que incluiu grande parte do

território do Império Bizantino e todo o Sassânida, na Pérsia, e estendeu-se da

Ásia Central até a Espanha.

A partir do texto e dos seus conhecimentos, responda:

a) A qual religião o texto se refere? Onde e quando ela surgiu? Quais são os dois grandes grupos em que ela está dividida?

b) Indique quatro conflitos do século XX ou XXI nos quais estejam envolvidos países

Terra	1º ano	2º ano	3º ano
Campo I	trigo e centeio	cevada e aveia	pousio
Campo II	cevada e aveia	pousio	trigo e centeio
Campo III	pousio	trigo e centeio	cevada e aveia

FRANCO JR., Hilário. "A Idade Média ocidental".

São Paulo: Brasiliense, 2002. P. 35.

ou populações ligadas a essa religião. Escolha um desses conflitos e apresente uma das razões que o desencadeou.

14. (UFG) O usurário, que adquirir lucro sem nenhum trabalho e até dormindo, vai contra a palavra de Deus que diz "Comerás teu pão com o suor de teu rosto". Assim, o usurário não vende ao devedor nada que lhe pertença, apenas o tempo, que pertence a Deus. Disso não pode tirar qualquer proveito. CHOBHAM, Thomas de, apud LE GOFF, J. "A bolsa e a vida". São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 39. [Adaptado]. O texto acima apresenta o posicionamento da Igreja Católica diante da crescente atividade dos usurários, nas cidades comerciais européias (séc. XIII). Relacione usura, tempo e trabalho no discurso eclesiástico.

15. (UFG) O sistema trienal

A tabela acima exemplifica o sistema trienal de cultivo de terras, que substituiu o bienal, adotado a partir do VIII século. Nesse sentido, explique a relação entre essa nova técnica para o plantio e o aumento da produção agrícola no período.

16. (UFG) "O ar da cidade torna o homem livre". PAIS, Marco Antonio de O. "O despertar da Europa". 4.ed. São Paulo: Atual, 1992. p. 38.

Relacione o provérbio alemão do século XI, anteriormente transcrito, com o renascimento comercial urbano.

17. (UFRJ) Leia o texto a seguir, relativo ao período entre os séculos XVI e XVIII.

(...) Com efeito, só os burgos e as cidades têm feiras locais. Raríssimas, algumas feiras de aldeia ainda existem no século XVI, mas em quantidade insignificante. A cidade do Ocidente sorveu tudo, submeteu tudo à sua lei, às suas exigências, aos seus controles. A feira tornou-se uma das suas engrenagens (...) As feiras urbanas são realizadas geralmente uma ou duas vezes por semana. Para abastecê-las, é necessário que o campo tenha tempo de produzir e de reunir os gêneros e possa dispensar uma parte de sua mão-de-obra para a venda (...) A feira é o ruído, o alarido, a música, a alegria popular (...) Os preços industriais sobem, os preços agrícolas descem. BRAUDEL, F. "Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII." São Paulo: Martins Fontes, 1996, pp. 14, 67 e 113.

A propósito da passagem acima:

- Destaque dois tipos de transformação econômica ocorrida nas sociedades européias com a passagem do feudalismo ao capitalismo na Europa ocidental.
- Retire do texto dois elementos que caracterizem as feiras na Europa entre os séculos XVI e XVIII.

18. (UNESP) Desde o final do Império Romano até o início da Idade Moderna, pode-se dizer que o continente europeu viveu sob o feudalismo ou regime feudal.

- Qual era a base de exploração de mão-de-obra durante o regime feudal?
- Do ponto de vista econômico e político, como se caracterizava o feudalismo?

19. (UNESP) Pregada por Urbano II, a primeira cruzada... [estendeu-se de 1096 a 1099]. O sucesso dos pregadores faz dela uma cruzada popular (aventureiros, peregrinos). É um choque militar, político, mas também cultural e mental, pois a cruzada dilata o espaço e o tempo. (P. Tétart, "Pequena história dos historiadores".)

O que foi escrito sobre a primeira cruzada aplica-se, de maneira geral, às demais.

- Qual era a finalidade imediata das cruzadas?
- Além das alterações culturais e mentais, as cruzadas provocaram modificações de ordem comercial no continente europeu. Discorra sobre essas últimas.

20. (UNESP) Leia o texto.

"Aquele que jura fidelidade ao seu senhor deve ter sempre presente estas seis palavras: incólume, seguro, honesto, útil, fácil e possível. Incólume, na medida em que não deve causar prejuízos corpóreos ao seu senhor; seguro, para que não traia os seus segredos ou armas pelas quais ele se possa manter em segurança; honesto, para que não enfraqueça os seus direitos de justiça ou outras matérias que pertençam a sua honra; útil, para que não cause prejuízo às suas possessões; fácil ou possível, visto que não deverá tornar impossível ao seu senhor o que facilmente poderia fazer..." ("Carta do bispo Fulbert de Chartres ao duque da Aquitânia, Guilherme V, datada de 1020".)

- A que instituição do Ocidente Medieval o texto faz referência?
- Discorra sobre o papel exercido pela Igreja na organização sócio-política da Idade Média européia.

21. (UNICAMP) Nas entradas de muitas cidades da Liga Hanseática, estava escrito: "O ar da cidade liberta",

- O que foi a Liga Hanseática?
- Quais fatores impulsionaram o renascimento urbano europeu a partir do séc. XI?
- Por que as cidades, naquele momento, eram concebidas como espaço da liberdade?

22. (UNICAMP) A igreja era, com frequência, o único edifício de pedra em toda a redondeza era a única grande construção em muitas léguas e seu campanário era um ponto de referência. Aos domingos e durante o culto, todos os habitantes podiam encontrar-se ali, e o contraste entre o edifício grandioso, com suas pinturas, talhas e esculturas, e as casas humildes em que as pessoas viviam, era esmagador. (Adaptado de E.H. Gombrich, "História da Arte". Rio de Janeiro: LTC Editora, 1993, p. 126).

- Baseado no texto, indique três características do edifício da igreja na cidade medieval.
- Identifique as formas de divulgação da fé católica durante a Idade Média.

GABARITO

1. a) Os persas no contexto das Guerras Greco-Pérsicas ou Guerras Médicas. A primeira incursão persa na Grécia foi conduzida por Dario I. e a segunda por Xérxes. Ambos foram derrotados pelos gregos nas Batalhas da Maratona (490 a.C) e de Platéia (479 a.C), respectivamente.

b) No contexto da desintegração do Império Romano, os povos germânicos que se estabeleceram no ocidente, integraram aos costumes romanos, costumes como o comitatus (fidelidade dos guerreiros ao um chefe tribal), o beneficium (concessão de terras pelos chefes aos seus colaboradores) e as imunidades (autonomia dos guerreiros concessionários em seus territórios). Tais costumes constituíram as bases das relações políticas feudais pautadas nas relações feudovassálicas e na conseqüente descentralização do poder político. Contribuíram ainda para a estruturação da economia agrária e amonetária do feudalismo.

2. O rompimento da Igreja a partir do Império Bizantino, que deu origem à Igreja Católica

Ortodoxa.

3. Heresia, era a não aceitação da doutrina ou dos dogmas da Igreja e Inquisição, eram os Tribunais do Santo Ofício que julgavam os hereges.

4. Observe a figura a seguir:

Campo Ano	1	2	3
1	Aveia	Trigo	Repouso
2	Trigo	Repouso	Aveia
3	Repouso	Aveia	Trigo

5. Manso Senhorial, terras do senhor destinadas às culturas nobres; manso servil, terras usadas pelos servos para as culturas de subsistência e manso comunal, áreas de pastagens e de florestas, de uso comum a todos os habitantes do feudo.

6. Os Mosteiros medievais constituíam locais de oração e trabalho. Tornaram-se centros culturais, pois em suas bibliotecas foram preservadas obras de autores clássicos, fundamentais para a compreensão da Cultura greco-romana.

7. A consistência e a simplicidade da doutrina islâmica, associada à decadência dos impérios persa e bizantino e aos interesses materiais dos árabes, foram fatores decisivos ao processo da expansão islâmica ao redor do Mediterrâneo. O contato com os europeus foi de grande valia no âmbito da cultura, apesar da presença árabe no Mediterrâneo ter contribuído para a cristalização do feudalismo.

8. Suseranos e vassalos estabeleciam laços de reciprocidade mútua, tendo o suserano o dever de defender seu vassalo nos tribunais e auxiliá-lo militarmente. O vassalo por sua vez deveria completar dotes do suserano e fornecer-lhe recursos humanos e materiais em caso de guerra.

9. a) As proposições do autor inserem-se ao contexto do feudalismo na Europa Ocidental na Idade Média.

b) O documento justifica a organização da sociedade feudal fundamentada no teocentrismo decorrente do domínio ideológico e cultural exercido pela Igreja na Europa Ocidental medieval.

10. a) Ampliação das terras cultiváveis, inovações técnicas e crescimento demográfico formam um conjunto de mudanças decorrentes do desenvolvimento do feudalismo que permitiu a geração de excedentes agrícolas. Estabelecia-se uma economia com circuitos mercantis que articulava a produção local ao comércio de longa distância e impulsionava o desenvolvimento das cidades, centros econômicos onde se desenvolviam a especialização de funções. As catedrais góticas eram expressão dessas transformações: edificações urbanas, voltadas para abrigar grandes multidões e produto da ação de diversos artífices construídas a partir da concentração de riquezas produzidas pela expansão feudal.

b) As catedrais góticas representavam a aplicação do humanismo cristão que então se desenvolvia. Expressão do saber escolástico, a catedral era uma síntese (uma suma) e pode ser comparada a um livro e suas divisões em partes e capítulos. O esplendor divino através da capacidade humana. A verticalidade e a monumentalidade procuravam reforçar a submissão dos fiéis a Deus e aos poderes religiosos. A leveza e os efeitos das rosáceas e vitrais coloridos e o jogo de luz interior estimulavam a concentração dos olhares e a postura contemplativa dos fiéis. As elaboradas esculturas e adornos completavam a ação pedagógica para um conjunto de fiéis em sua maioria iletrados.

11. a) A unidade da Europa Ocidental da Idade Média identificada no texto, decorreu da influência política e sobretudo cultural, exercida pela Igreja.

b) As Universidades medievais européias, eram centros produção cultural nas áreas urbanas e de difusão do Humanismo.

12. A cavalaria era utilizada para combater os inimigos externos da nobreza, como também internamente combatia as revoltas que ameaçavam a ordem feudal, como foram as revoltas camponesas. Contudo no discurso elaborado pela Igreja, a função da cavalaria era de defesa da sociedade contra os inimigos externos.

13. a) Na Península Arábica, às margens de dois grandes impérios, o Bizantino e o Sassânida, surgiu, no século VII da era cristã, o Islamismo. Em nome da nova religião, criou-se um Império, e muitos territórios foram conquistados na Ásia, na África e na Europa. O Islamismo dividiu-se em dois grandes grupos: sunitas e xiitas.

b) No mundo contemporâneo, vários conflitos estão associados à religião islâmica: as duas guerras balcânicas (1912-1913), a participação do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial, a revolta das populações árabes, com guerrilhas durante esse mesmo conflito, a guerra da Argélia, o conflito entre palestinos e israelenses, que envolveu freqüentemente vários países árabes aliados contra Israel, o conflito entre Paquistão e Índia, a resistência à invasão soviética do Afeganistão, a invasão indonésia do Timor-Leste, a Guerra Irã-Iraque, a guerra civil na Somália, a Guerra do Golfo em 1991, a guerra na Bósnia e a guerra no Kosovo. No século XXI, presenciamos a continuidade do conflito entre palestinos e israelenses e a nova guerra do Iraque. Além desses, vivenciam-se os ataques terroristas da rede Al Qaeda, a guerrilha islâmica Abu Sayyaf nas Filipinas, as ações do Grupo Islâmico Armado, na Argélia, e da Irmandade Muçulmana, no Egito, as disputas entre Paquistão e Índia pelo território da Caxemira, os conflitos internos do Afeganistão e os conflitos entre a Chechênia e a Rússia.

14. A Igreja condena a usura ou empréstimo a juros com dois argumentos: o tempo é divino, não pode ser comercializado nesse tipo de transação Antagonismo entre trabalho e usura, com a valorização positiva do primeiro. O lucro deve advir do trabalho conforme a citação bíblica do documento e não da venda do tempo divino.

15. A relação está na ampliação das áreas produtivas (66% contra 50% no sistema bienal). O aumento foi devido à existência de duas colheitas anuais dos cereais (apenas uma no sistema bienal).

16. O ar da cidade torna o homem livre, pois, na baixa Idade Média, os centros urbanos em luta por seus direitos libertaram-se, em parte, da tutela feudal. Os impostos cobrados em dinheiro, as atividades bancárias, a força política dos

comerciantes (burguesia), o crescimento das corporações de ofícios, a retomada com mais vigor das rotas de comércio internacional impuseram um novo modo de viver ao mundo citadino.

17. a) - crescente predomínio da cidade sobre o campo;

- ascensão da burguesia e declínio da aristocracia como classe social dominante;
- processo de centralização política e administrativa nos estados;
- introdução progressiva de práticas mercantilistas;
- expansão dos mercados;
- aumento do nível de trocas.

b) Crescente deslocamento das feiras das áreas rurais para as cidades e, em consequência, crescente importância econômica das cidades; regularidade das feiras; sua função como centro de convívio social, dinamizando as relações nas cidades.

18. a) A servidão, pela qual o camponês preso a terra pagava obrigações a seu senhor em troca de proteção.

b) A economia feudal era agrária e auto-suficiente (base agrícola e de subsistência) e amonetária, sendo o comércio local realizado com base em trocas naturais. Politicamente, o feudalismo caracterizava-se pela descentralização do poder (localismo) na medida em que os senhores feudais eram autônomos em seus domínios, inexistindo a autoridade do rei.

19. a) Libertar a Terra Santa (Jerusalém) do domínio muçulmano.

b) As Cruzadas proporcionaram a reabertura do Mediterrâneo Ocidental ao comércio europeu, intensificando as relações mercantis da Europa com o Oriente, sobretudo com Constantinopla, Alexandria e Antioquia, criando-se assim, as bases para o Renascimento Comercial e Urbano da Baixa Idade Média.

20. a) O texto refere-se às relações feudovassálicas inter-senhoriais, particularmente à homenagem prestada pelo vassalo ao suserano.

b) A Igreja Católica definia os papéis sociais, fundamentada em três ordens: a dos que rezam - sacerdotes, a dos que guerreiam - nobres e a dos que trabalham - povo (sobretudo os servos). Desse modo, exercia um profundo controle sobre a organização da sociedade feudal. No plano político, a Igreja mediava as relações

nobiliárquicas, exercendo o poder temporal, além de exercer o poder espiritual.

21. a) A Liga Hanseática congregava poderosos comerciantes de aproximadamente de 80 cidades do norte da Europa, lideradas por Lubeck, durante a Baixa Idade Média, sendo responsável pela dinamização do comércio e das cidades.

b) As transformações no modo de vida feudal em decorrência das contradições geradas pelo crescimento demográfico na Europa Ocidental, associadas à retomada do comércio Europa- Oriente após as Cruzadas.

c) Durante o Renascimento Comercial e Urbano, as cidades, ao atingirem um elevado grau de autonomia econômica, conquistavam a autonomia em relação aos feudos. Pode-se considerar ainda que nas cidades, as relações sociais dinamizadas pela atividade comercial levavam à individualização, diferentemente dos feudos, cujas relações baseavam-se em laços de dependência pessoal.

22. a) De acordo com o que pede a questão, trata-se de igrejas em estilo gótico, caracterizado, pela verticalização da construção, pela existência de grandes vitrais coloridos e inúmeras esculturas tanto no interior como na fachada dos edifícios, particularmente pelo uso do arco ogival nas janelas, nos nichos decorativos e nos portais.

b) As inúmeras imagens no interior das igrejas tinham finalidade didática, pois serviam como instrumento de evangelização. A produção cultural monástica, as ordens de cavaleiros e atuação das Cruzadas, também constituíam meios de divulgação da fé católica.

I - UNIFICAÇÃO EUROPÉIA

1 - PORTUGAL

Portugal surgiu como um reino independente em 1139. Seu primeiro rei foi D. Afonso Henrique, o indicar da dinastia de Borgonha. Por muito tempo, os portugueses viveram envolvidos na luta pela expulsão dos mouros (conjunto de população árabes, etíopes, turcos e afegãs) da península Ibérica. A luta prosseguia até 1249 com a vitória portuguesa e a conquista de Algarves (sul de Portugal). Com o rei. D. Dinis interrompeu-se a conquista no plano militar, iniciando-se um período de reorganização interna de Portugal. As fronteiras do país já estavam definidas.

Em 1383, com D. João, mestre de Avis, teve início a nova dinastia de Avis. Isso se deu após o desfecho de uma luta político-militar denominada Revolução de Avis, em que a sucessão do trono português foi disputa entre o rei de Castela e D. João. A vitória da Revolução de Avis foi também a vitória da burguesia de portuguesa sobre a sociedade agrária e feudal que dominava o país. Depois da Revolução de Avis, a nobreza agrária submeteu-se ao rei D. João. E este apoiado pela burguesia, centralizou o poder e favoreceu a expansão marítimo-comercial portuguesa. Todos esses acontecimentos fizeram de Portugal o primeiro país europeu a constituir em Estado absolutista e mercantilista.



2 - ESPANHA

Durante séculos, os diversos reinos cristãos que ocupavam o território espanhol (reinos de Leão, Castela, Navarra e Aragão) lutaram pela expulsão dos muçulmanos da península Ibérica. A partir do século XIII, só havia na Espanha dois grandes reinos fortes e em condições de disputar a liderança cristã da região: o de Castela e o de Aragão.

Em 1469, a rainha Isabel, de Castela, casou-se com o rei Fernando de Aragão. O casamento unificou politicamente a Espanha. A partir desse momento, os espanhóis intensificaram as lutas contra os árabes, que ainda ocupavam a cidade de Granada, na parte sul do país. Após a completa expulsão dos árabes, o poder real se fortaleceu e, com a ajuda da burguesia, a Espanha também se lançou às grandes navegações marítimas pelo Atlântico.

3 - FRANÇA

O processo de centralização do poder monárquico na França teve início com alguns reis da dinastia dos Capetos, que desde o séc. XIII tomaram medidas para a formação do estado francês. Entre essas medidas destacaram-se a substituição de obrigações feudais por tributos pago à coroa real e a restrição da autoridade plena do papa sobre os sacerdotes franceses, a criação progressista de exército nacional subordinado ao rei, e a atribuição dada ao rei, de distribuir justiça entre os súditos.

Foi, entretanto, durante a guerra dos cem anos (1337-1453), entre a França e Inglaterra, que cresceu o sentido nacional francês. Durante os longos anos da guerra, a nobreza feudal enfraqueceu-se enquanto o poder do rei foi aumentando. Depois desse conflito, os sucessivos monarcas franceses fortaleceram ainda mais o poder real. Mas no período em que vai de 1559 a 1589 autoridade do rei voltou a cair em consequência de guerras religiosas entre os grupos protestantes e católicos.

Só Henrique IV (1589-1619), o rei francês alcançou a paz. Antigo líder

protestante, Henrique IV converteu-se ao catolicismo, afirmando: Paris vale bem uma missa. Promulgado o Edito de Nantes (1598), Henrique IV garantiu a liberdade de culto aos protestantes e passou a dirigir a obra de reconstrução político-econômico da França.

Luís XIV, conhecido como o Rei sol, tornou-se o símbolo supremo do absolutismo francês. A ele atribuiu a famosa frase (o Estado é meu). Revogou o Edito de Nantes, que concedia liberdade de culto aos protestantes. Essa intolerância religiosa provocou a saída de aproximadamente 500 mil protestantes do país, entre os quais ricos representantes da burguesia. Esse fato teve graves conseqüências para a economia francesa. E provocou sérias críticas da burguesia ao absolutismo monárquico. Luís XIV e Luís XVI, ambos deram continuidade ao regime absolutista. Em 1789, explodiu a Revolução Francesa, que pôs fim à monarquia absolutista.

4 - INGLATERRA

O absolutismo inglês teve início com o rei Henrique VII (1485-1509), fundador da dinastia dos Tudor. A burguesia inglesa, identificada com as atividades do comércio e das manufaturas, prestou seu apoio a Henrique VII para que se conseguisse a pacificação interna do país. Fortalecidos os sucessores de Henrique VII ampliaram os poderes da monarquia e diminuíram os poderes do parlamento inglês. No reinado da rainha Elisabete I, o absolutismo monárquico inglês fortaleceu-se ainda mais.

O poder real passou a colaborar ativamente com o desenvolvimento capitalista do país. Foi no reinado de Elisabete que começou a expansão colonial inglesa, com a colonização da América do Norte e o apoio aos atos de pirataria contra navios espanhóis. Com a morte de Elisabete, chegou ao fim a dinastia dos Tudor. A rainha não deixou descendente. Por isso seu trono foi para seu primo Jaime, rei da Escócia, que se tornou soberano dos dois países com o título de Jaime I a dinastia dos Stuart, que procurou implantar juridicamente o absolutismo na Inglaterra. Para isso, era preciso retirar todo o poder do Parlamento.

II - A EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA:

ANTECEDENTES:

A crise do século XIV também alcançou a Península Ibérica, diminuindo a população, provocando o êxodo para as cidades e revoltas camponesas. Além disso, os metais preciosos com que se cunhavam moedas tornavam-se cada vez mais escassos.

No caso de Portugal a crise foi contornada com o processo de Expansão Marítima, onde as atividades comerciais já representavam um fator importante na economia da região.

Essa expansão comercial marítima tinha duplo interesse: A **Burguesia** que teria mais lucros e prestígio social e ao **Rei** que teria mais terras, poderes e riquezas.

RAZÕES DO PIONEIRISMO:

Abaixo os motivos de Portugal ter sido o primeiro país europeu a lançar-se no processo de expansão marítima:

Posição Geográfica favorável: Por ser banhado em toda sua costa pelo oceano Atlântico, além de ser ponto de escala comercial.

Burguesia ávida por novos lucros: Mesmo não sendo a mais forte da Europa, a Burguesia Lusa – como as demais – visava aumentar exponencialmente e no menor intervalo de tempo possível, seus lucros comerciais. A Burguesia foi o principal agente das grandes navegações.

Ausência de Guerras: No século XV, Portugal era um país sem guerras internas, enquanto outros estavam envolvidos em diversos conflitos militares. A Espanha, por exemplo, ainda lutava pela expulsão dos árabes; A França e a Inglaterra lutam entre si num longo conflito conhecido como Guerra dos Cem Anos. Esses conflitos contribuíram para atrasar a entrada desses países no processo das grandes navegações.

Avançada arte náutica: Através da escola de Sagres (1446), os portugueses haviam se aperfeiçoado na arte de navegar e aprimoravam os instrumentos de navegação. Além da Bússola, do

Astrolábio, e das novas Cartas Náuticas, a Caravela foi um dos maiores avanços: possibilitaram viagens mais longas, com maior carga e mais afastadas da costa, além da mobilidade possível através do posicionamento de suas velas, mais tarde estas embarcações foram modificadas e modernizadas dando segmento as Naus (nave em latim).

Centralização Monárquica: Com a Revolução de Avis (Que colocou no poder D. João, ligado aos interesses da Burguesia comercial), Portugal conseguiu antes de outras nações européias, centralizar o governo, criando o Estado moderno associado aos interesses mercantis. Esse fator junto com a aliança Rei + Burguesia, foi um dos fatores mais importantes para o processo de expansão marítima.

Crise Agrícola: O solo Português não era dos mais favoráveis ao desenvolvimento agrícola. Eram freqüentes as crises de produção que provocavam a fuga do campo para as cidades litorâneas. Nessas cidades, os camponeses foram absorvidos pelo trabalho do comércio marítimo.

Mercantilismo: Conjunto de medidas ou “práticas econômicas” do período de transição do feudalismo para o capitalismo, caracterizado principalmente pela intervenção do Estado na Economia, mas também: Metalismo; Balança comercial favorável; Incentivo a manufaturas; Incentivo a construção naval; Protecionismo alfandegário; Colonialismo; Pacto colonial.

EXPANSÃO MARÍTIMA PORTUGUESA:



O marco inicial da expansão ultramarina portuguesa foi a conquista de Ceuta (1415), situada na costa marroquina, importante comercial e estrategicamente para a expansão árabe, simbolizava o poderio muçulmano. Como desta região

saíam expedições piratas árabes, a conquista foi justificada por Portugal como sendo uma reação Cristã aos ataques Muçulmanos.

Entretanto, a burguesia lusitana saiu frustrada em seus objetivos. A intenção era interceptar as caravanas de ouro, marfim, pimenta e escravos que faziam paradas em Ceuta. Mas foram tantos os assassinatos, roubos, depredações, que os árabes caravaneiros partiram para outras rotas que os livrassem dos cristãos portugueses. Essa foi a razão pela qual Portugal passou a buscar caminhos para chegar diretamente às fontes de mercadorias orientais. Em 1454, com a conquista de Constantinopla pelos turcos tornou-se ainda mais importante alcançar as Índias por mar.

A aventura marinha portuguesa foi chamada de Périplo Africano, já que pretendia alcançar as Índias contornando a costa da África, o que foi realizado no decorrer do século XV. A medida que atingiam novas regiões, criavam-se **feitorias** (pontos no litoral onde construíam fortes, e ali permaneciam alguns homens que realizavam trocas com os nativos) sem projeto de colonização ou organização de produção agrícola, buscando-se apenas o lucro advindo de negociação de produtos da região conquistada.

Na segunda década do séc. XV, as Ilhas Atlânticas dos arquipélagos de Açores, Madeira e Cabo Verde foram ocupadas por Portugal. Em 1434, os portugueses chegaram ao Cabo Bojador. Em 1460, já se realizava um lucrativo comércio de escravos, desde Senegal até Serra Leoa. Dois anos mais tarde Pedro Sintra descobria o cobiçado ouro de Guiné.

Em 1488 foi transposto o Cabo da Boa esperança. Comandados por Bartolomeu Dias, os portugueses ultrapassaram o turbulento mar da região, e cruzaram o extremo sul africano e chegaram ao Oceano Índico.

Em 1498, Vasco da Gama completou a epopéia marítima portuguesa aportando em Calicute, nas Índias. Para se ter uma idéia da importância e lucratividade do acontecimento, basta mencionar que os navios de Vasco da Gama trouxeram, em apenas uma viagem, o que os venezianos conseguiam transportar por terra durante um ano.

No final do século XV, Portugal detinha a exclusividade da rota atlântica das especiarias e dos artigos de luxo – o

mais importante setor do comércio internacional.

A ESPANHA E O DESCOBRIMENTO DA AMÉRICA:

Convém lembrar, mais uma vez, a conexão que existiu entre a **centralização política e a expansão comercial**. Assim, a medida que outros reinos se unificavam, lançavam-se também para a expansão marítima

Concomitantemente a expansão portuguesa que ia desvendando os segredos dos mares e ampliando o seu comércio junto às regiões da costa africana, a Espanha ainda via-se envolvida em conflitos bélicos pela expulsão dos mouros da parte sul de suas possessões (Granada).

Vale lembrar também, que a Espanha, por exemplo, conseguiu a sua unificação política com o casamento de dois reis católicos: Fernando de Aragão e Isabel de Castela (1469). A partir daí, eles intensificaram o movimento da Reconquista, expulsando os mouros em 1492 e conseguindo assim unificar seu território.

Com a expulsão dos mouros, os Reis Fernando e Isabel decidiram patrocinar uma expedição de um navegador que anunciava um audacioso plano de atingir as Índias: Cristóvão Colombo.

No mesmo ano os reis católicos iniciaram a expansão ultramarina espanhola, financiando uma expedição que comandada por Cristóvão Colombo, pretendia chegar às Índias navegando pelo Ocidente. Aconteceu que Colombo acabou “encontrando” um novo continente: a América.

O TRATADO DE TORDESILHAS:

Diante da “descoberta” do novo mundo, os Reis de Portugal e Espanha, apressaram-se em assegurar domínios e direitos sobre as novas terras.

Na eminência de uma guerra entre Portugal e Espanha, buscou-se a intervenção papal (Papa Alexandre VI, espanhol), que estabeleceu uma linha imaginária a 100 léguas de Cabo Verde onde a porção territorial a oeste da linha pertenceria à Espanha, e a porção leste pertenceria a Portugal. (*Bula Inter Coetera 1493*). Caso esta bula fosse efetivamente acatada, a Espanha teria assegurado o pleno domínio sobre as terras americanas,

restando a Portugal somente a posse das terras da África.

Insatisfeito e inconformado com a divisão, Portugal ameaçou valer-se da força para decidir a questão, e antes que se despontasse um confronto armado, um novo acordo firmado entre os dois países, estabeleceu uma nova linha a 370 léguas de Cabo Verde (*Tratado de Tordesilhas 1494*).

Esse acordo, ao mesmo tempo em que se reafirmou a supremacia desses países no século XV, reconhecendo o pioneirismo Ibérico na expansão, o tratado foi contestado pelas demais nações como França e Inglaterra que não o reconheceram. Contudo esse não reconhecimento só gerou conseqüências no século seguinte, quando se estabeleceu uma intensa concorrência entre os países europeus pelo domínio dos mercados ultramarinos.

A DESCOBERTA DO BRASIL E O SEU SIGNIFICADO PARA PORTUGAL:

Vasco da Gama, pela primeira vez, conseguira por via marítima, atingir os centros abastecedores dos ricos produtos Asiáticos: as Índias. Quando de seu regresso (1499), aportou em Lisboa com sua esquadra abarrotada de porcelanas, sedas, condimentos e tapetes, que comercializados garantiriam enormes lucros para Estado e a Burguesia Mercantil.

Logo em seguida, foi organizada uma nova armada para estabelecer o domínio português sobre as Índias, e seu comando foi entregue a Pedro Álvares Cabral.

Contudo, a descoberta da América pelos espanhóis, o Tratado de Tordesilhas, que reconhecia os direitos portugueses sobre uma parte das terras ocidentais, além do fato de Vasco da Gama, - segundo registra seu Diário de Viagem-, ter percebido sinais seguros de existência de terras a oeste de sua rota, nos leva a crer que Cabral tenha recebido instruções para verificar a exatidão das informações, e em caso positivo tomar posse das terras.

Assim, em meio a vigem às Índias, o Brasil foi “descoberto” em 22 de abril de 1500. Após uma semana explorando a nova terra a esquadra seguiu viagem para saber afinal, quais seriam as riquezas que ela encontraria nas profundezas de suas matas.

Aparentemente, não apresentou nenhum atrativo, nenhum produto de fácil obtenção que pudesse interessar de imediato aos portugueses, cuja preocupação era o lucro comercial. Somente encontraram um povo estranho, incapaz de entender os recém chegados, que fiéis aos interesses mercantilistas que dominavam a época, ansiavam por notícias sobre a existência ou não de ouro.

Assim, a Terra de Santa Cruz, vista pela ótica dos interesses mercantilistas portugueses, ao findar o século XV, apareceu mais como um obstáculo do que propriamente como uma conquista vantajosa para o Reino e para os setores mercantis a ele vinculados.

AS CARTAS DO DESCOBRIMENTO:

A carta de Caminha:

...Neste dia [22/04], a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz...

... [os índios] Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata...

A carta de Caminha caracteriza-se pela descrição da tipicidade humana do indígena. Caminha não era um cosmógrafo. O que ele redigiu para recreio e esclarecimento do rei foi uma narrativa impressionista a preocupação em traduzir gestos, a caracterização corporal, a sua alimentação e abrigo, enfim, o seu modo de existir, bem como a existência de metais nas terras.

A Carta do Piloto Anônimo:

...De aspecto, esta gente são homens pardos, e andam nus sem vergonha e os seus cabelos são compridos. E têm a barba pelada. E as pálpebras dos olhos e por cima delas eram pintadas com

figuras de cores brancas e pretas e azuis e vermelhas. Têm o lábio da boca, isto é, o de baixo, furado, e nos buracos metem um osso grande como um prego. E outros trazem uma pedra azul e verde e comprida dependurada dos ditos buracos. As mulheres andam do mesmo modo sem vergonha e são belas de corpo, os cabelos compridos. E as suas casas são de madeira coberta de folhas e de ramos de árvores com muitas colunas de madeira. No meio das ditas casas e das ditas colunas para a parede põem uma rede de algodão dependurada em que fica um homem e entre uma rede e outra fazem uma fogueira, de modo que numa só casa estão 40 ou 50 camas armadas à maneira de tea...

1 - SISTEMA COLONIAL

O ESQUEMA DE DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO

Como diversos países europeus procuravam acumular metais, bem como proteger seus produtos em busca de uma balança de comércio favorável, ocorreu que a política mercantilista de um país entrava diretamente em choque com a de outro, igualmente mercantilista. Em outras palavras, os objetivos mercantilistas de um eram anulados pelos esforços do outro.

Percebendo o problema, os condutores do mercantilismo concluíram que a solução seria cada país mercantilista dominar áreas determinadas, dentro das quais pudesse ter vantagens econômicas declaradas. Surgiram, então, com grande força, as idéias colonialistas. Seu objetivo básico era a criação de um mercado e de uma área de produção colonial inteiramente controladas pela metrópole.

A partir dessas idéias, foi montado o sistema de exploração colonial, que marcou a conquista e a colonização de toda a América Latina, incluindo o Brasil. Suas características essenciais foram:

COMPLEMENTARIDADE — a produção colonial foi organizada com a função de complementar ou satisfazer os interesses dos países metropolitanos europeus. No caso do Brasil, por exemplo, foi organizada

uma produção a fim de fornecer açúcar e tabaco, mais tarde ouro e diamantes, depois algodão e, em seguida, café, para o comércio europeu. Não se objetivava, de modo algum, desenvolver na colônia qualquer atividade voltada para seus interesses internos.

monopólio comercial — era o instrumento básico utilizado para amarrar a vida econômica da colônia à da metrópole. Através do monopólio comercial, a colônia tornava-se um mercado exclusivo da burguesia metropolitana. Essa burguesia ficava com o direito de comprar, com exclusividade, os produtos coloniais, fazendo-o ao menor preço possível. De posse desses produtos, os comerciantes da metrópole os revendiam, no mercado europeu, aos mais altos preços admissíveis. Também era privilégio exclusivo da burguesia metropolitana vender produtos europeus para a população da colônia.

Devemos conhecer os seguintes conceitos-chave do sistema colonial mercantilista:

Metrópole — o país dominador da colônia. Centro de decisões políticas e econômicas.

Colônia de exploração — a região dominada pela metrópole. Servia-lhe como retaguarda econômica.

Regra básica do pacto colonial — à colônia só era permitido produzir o que a metrópole não tinha condições de fazer. Por isso, a colônia não podia concorrer com a metrópole.

Colônias - instrumentos geradores de riqueza

Podemos concluir que a competição comercial dos países mercantilistas impulsionou a competição colonial entre as potências européias, com a conquista e a exploração de colônias na América, na África e na Ásia.

Por sua vez, a competição colonial gerou a busca pelo controle do comércio colonial em seus setores mais lucrativos, como, por exemplo, o comércio negreiro de escravos. Dessa maneira, nasceram colônias totalmente enquadradas nos mecanismos de dominação do sistema colonial.

O papel dessas colônias era servir como instrumentos geradores de riquezas para as metrópoles. Não se permitia às colônias ter objetivos internos ou projetos de desenvolvimento próprios. Eram os interesses econômicos da metrópole que condicionavam os rumos da vida colonial, sendo autorizadas na colônia apenas atividades que permitissem a exploração de suas riquezas.

Colônias de exploração e colônias de povoamento

As colônias que seguiram as linhas gerais do pacto colonial foram denominadas colônias de exploração. O Brasil e várias regiões da América Latina, colonizados por portugueses e espanhóis, são exemplos típicos de colônias de exploração. Elas apresentavam as seguintes características:

- produção agrícola baseada na grande propriedade (enormes extensões de terra);
- ênfase na produção destinada ao mercado externo (produtos agrícolas e metais preciosos);
- grande utilização do trabalho escravo de índios e negros.

Houve, porém, um tipo de colônia que ficou relativamente fora dos quadros do sistema colonial mercantilista: as colônias de povoamento. Foi o caso, por exemplo, da colonização desenvolvida no norte e no centro dos Estados Unidos pelos ingleses, onde os laços coloniais eram mais brandos. As colônias de povoamento apresentaram as seguintes características:

- produção agrícola baseada na pequena propriedade;
- desenvolvimento de produção manufatureira voltada para o mercado interno;
- utilização do trabalho livre.

2 - AMÉRICA INGLESA

À semelhança da França, a Inglaterra do século XVI foi abalada por lutas constantes entre diferentes facções

religiosas surgidas com a Reforma Protestante, as quais tentavam se firmar no panorama político. No plano econômico, o desenvolvimento da agricultura e do pastoreio, não mais para subsistência, mas com vistas ao mercado externo, provocou o fenômeno de concentração da renda e das propriedades. Os pequenos proprietários ingleses, perdendo suas terras para os latifundiários, passaram a engrossar a massa sem qualquer posse e sem alternativas de atividade lucrativa.

Tais fatos geraram um clima de instabilidade social que ameaçava a consolidação da monarquia nacional, recém-estruturada. Dessa forma, a emigração em massa para as terras americanas, durante a época dos Stuart (século XVII), apresentou-se como uma solução, não só para o governo, mas também para cada um desses grupos frente à possibilidade de liberdade e enriquecimento. Na região sul dos Estados Unidos, devido às condições geográficas favoráveis, estabeleceram-se centros produtores de gêneros tropicais para exportação (tabaco, arroz, anil), baseados no regime de grandes propriedades monocultoras escravistas, aplicando as determinações do pacto colonial.

Nos núcleos setentrionais, devido à semelhança de clima com a Europa, a metrópole inglesa não encontrou bens que pudessem alcançar valor comercial no mercado externo. Isto proporcionou a essas regiões a oportunidade de um desenvolvimento econômico autônomo, baseado na produção de alimentos em pequenas propriedades, nas indústrias extrativa e manufatureira, sempre com a predominância do trabalho livre e assalariado. Assim, foi-se criando um excedente que propiciou o desenvolvimento do mercado interno, articulando as áreas interioranas, produtoras de alimentos, com os centros urbanos e zonas pesqueiras do litoral.

Essa movimentação comercial permitiu o acúmulo de capitais dentro da colônia e o surgimento de uma burguesia local, interessada em expandir suas atividades. Com efeito, os norte-americanos conseguiram atuar no comércio externo, através do chamado comércio triangular, estabelecendo contatos entre as áreas antilhanas (produtoras de açúcar e melão), a África (fornecedora de escravos)

e a América (produtora de cereais, madeira, peles, peixe seco e produtos manufaturados, principalmente o rum).

Conclusão

A colonização do continente americano pelos europeus só poderá ser compreendida, se levarmos em conta o quadro internacional da expansão ultramarina, numa etapa em que cada país procurava estabelecer uma balança comercial favorável. Assim, as colônias surgiram como um desdobramento desse processo expansionista, com a função previamente determinada de atuar como economias complementares às suas respectivas metrópoles, através da produção de matérias-primas exportáveis. Isso justificava sua ocupação, inserindo-as na política econômica do mercantilismo.

Embora variassem as formas de ocupação e exploração (metalífera na América espanhola e agrícola no sul dos Estados Unidos, Brasil e Antilhas francesas e inglesas), a unidade produtora básica nas zonas tropicais e subtropicais estava assentada no latifúndio monocultor escravista (índios e africanos), voltado para o mercado externo. Estas regiões diretamente subordinadas às metrópoles européias constituíram as chamadas colônias de exploração, núcleos característicos do antigo sistema colonial.

Nas zonas temperadas a ocupação se fez de várias maneiras, atendendo não apenas a interesses econômicos, mas também a interesses políticos e sociais, que envolviam a França e a Inglaterra. Isto justificou no Canadá, no norte e no centro dos Estados Unidos, o estabelecimento de pequenas propriedades policultoras, baseadas no trabalho livre, que se constituíram nos núcleos conhecidos como colônias de povoamento.

As colônias de exploração, por serem rigidamente controladas por suas metrópoles e por terem uma produção voltada para o mercado externo, não tiveram condições de se desenvolver de forma autônoma. Isso mais tarde dificultou sua organização em Estados nacionais, contribuindo para sua dependência e subordinação econômica aos pólos mais desenvolvidos do capitalismo.

As colônias de povoamento, aproveitando-se das dificuldades da metrópole de aplicar rigidamente o pacto colonial, puderam desenvolver seu mercado interno. Com isso, criaram condições econômicas que favoreceram sua autogestão política, permitindo que cada vez mais se distanciassem do controle de suas metrópoles. Esse conjunto de circunstâncias favoráveis iria influenciar decisivamente o processo de independência política e econômica dessas colônias, no momento da afirmação do capitalismo no plano mundial, a partir da segunda metade do século XVIII.

EXERCÍCIOS

EXPANSÃO MARÍTIMA

1 - (Fuvest-SP) Sobre o Tratado de Tordesilhas, assinado em 7 de junho de 1494, pode-se afirmar que objetivava:

- demarcar os direitos de exploração dos países ibéricos, tendo como elemento propulsor o desenvolvimento da expansão comercial marítima.
- estimular a consolidação do reino português, por meio da exploração das especiarias africanas e da formação do exército nacional.
- impor a reserva de mercado metropolitano, por meio da criação de um sistema de monopólios que atingia todas as riquezas coloniais.
- reconhecer a transferência do eixo do comércio mundial do Mediterrâneo para o Atlântico, depois das expedições de Vasco da Gama às Índias.
- reconhecer a hegemonia anglo-francesa sobre a exploração colonial após a destruição da invencível Armada de Filipe II, da Espanha.

2 - (MACKENZE) A expansão marítima européia dos séculos XV e XVI permitiu:

- A formação de domínios coloniais que dinamizaram o comércio europeu.
- O crescimento do comércio de especiarias pelas rotas do Mediterrâneo.
- A implantação de impérios coloniais na Ásia, para extração de metais preciosos.
- O fortalecimento do feudalismo e da servidão na Europa Ocidental.
- A colonização do tipo mercantilista, sem a interferência do Estado e da Igreja.

3 - (PUC-MG) O Tratado de Tordesilhas representa:

- A tomada de posse do Brasil pelos portugueses.
 - O declínio do expansionismo espanhol.
 - O fim da rivalidade hispano-portuguesa na América.
 - O marco inicial no processo da partilha colonial.
 - O início da colonização do Brasil.
- 4 - (PUC-MG) o fator que contribui para a grande expansão marítima.

- A estabilidade econômica da Idade Média.
- A organização das corporações de ofício.
- O advento das monarquias nacionais.
- O desenvolvimento do comércio continental europeu.
- O enriquecimento da nobreza feudal.

5 - (LJFPE) Portugal e Espanha foram no século XV as nações modernas da Europa, portanto pioneiras nos grandes descobrimentos marítimos. Identifique as realizações portuguesas e as espanholas, no que diz respeito a esses descobrimentos.

1 - Os espanhóis, navegando para o Ocidente, descobriram, em 1492, as terras do Canadá.

2 - Os portugueses chegaram ao Cabo das Tormentas, na África, em 1488.

3 - Os portugueses completaram o caminho para as Índias, navegando para o Oriente, em 1498.

4 - A coroa espanhola foi responsável pela primeira circunavegação da Terra iniciada em 1519, por Fernão de Magalhães. Sebastião El Cano chegou de volta à Espanha em 1522.

5 - Os portugueses chegaram às Antilhas em 1492, confundindo o Continente Americano com as Índias.

Estão corretas apenas os itens:

- 2, 3 e 4;
- 1, 2 e 3
- 3, 4 e 5
- 1, 3 e 4
- 2, 4 e 5

6 - (UNIMONTES) A respeito da expansão marítimo-comercial dos séculos XV e XVI é incorreto afirmar que:

- o eixo comercial deslocou-se do Mediterrâneo para o Atlântico.
- O afluxo de metais preciosos para a Europa provocou uma sensível baixa de preços.
- concorreu para a acumulação primitiva de capital, preparando o caminho para a Revolução Industrial.

d) a empresa comercial foi dirigida pelo Estado monárquico absolutista.

e) favoreceu a criação de grandes companhias para garantir um comércio mais seguro e lucrativo.

7 - (GABARITO) Todas as alternativas relacionam corretamente os acontecimentos e fenômenos importantes para a formação do Mundo Moderno, *EXCETO*:

a) Renascimento Comercial e Urbano na Baixa Idade Média / Formação da Burguesia.

b) Expansão Marítima Européia/ Constituição dos Impérios Coloniais Americanos.

c) Monarquia Absolutista / Participação da Burguesia do poder Político.

d) Mercantilismo / Acumulação de Capital pelas Classes Burguesas.

e) Renascimento Cultural / Elaboração de uma Concepção Individualista.

8 - (Diamantina) O famoso “Testamento de Adão”, ao qual o soberano francês se referia para reivindicar para o seu país a participação no processo expansionista ultramarino europeu, tem origem:

a) na superioridade da marinha francesa, no século dezesseis, sobre a frota naval dos países atlânticos da Europa.

b) na concessão feita, pelo Papa Alexandre VI, de terras na África e na Ásia para a exploração da Espanha.

c) na assinatura do Tratado de Tordesilhas, entre Portugal e Espanha, que “dividiu” o mundo entre os países da Península Ibérica.

d) na participação da França, junto aos demais países católicos europeus, na expulsão dos muçulmanos da bacia do Mediterrâneo, na época das Cruzadas.

e) na existência de um pretenso documento que dava às nações da Europa o direito de dominar e explorar as áreas subdesenvolvidas da África e da América.

9 - (PUC - MG) A descoberta da América, em 1492, por Colombo, em nome dos reis espanhóis, constitui um importante fator de superação da crise que atinge a Europa Ocidental nos séculos XIV - XV, pois:

a) absorve o excedente populacional dos países europeus, através da criação de colônias de povoamento.

b) neutraliza os conflitos entre as potências européias, concentradas no processo de colonização do novo continente.

c) amplia as reservas de metais preciosos, possibilitando maior circulação de moedas e acumulação de capitais.

d) promove o processo de partilha da África, como fornecedora de mão-de-obra escrava, entre as potências européias.

e) estimula a produção agrícola na Europa para atender à demanda da população do novo continente.

10 - (CESGRANRIO) Foram inúmeras as conseqüências da expansão ultramarina dos europeus, gerando uma radical transformação no panorama da história da humanidade.

Sobressai como UMA importante conseqüência

a) A constituição de impérios coloniais embasados pelo espírito mercantilista.

b) a manutenção do eixo econômico do Mar Mediterrâneo com acesso fácil ao Oceano Atlântico.

c) a dependência do comércio com o Oriente, fornecedor de produtos de luxo como sândalo, porcelanas e pedras preciosas.

d) o pioneirismo de Portugal, explicado pela posição geográfica favorável

e) a manutenção dos níveis de afluxo de metais preciosos para a Europa.

11 - O mar foi, durante muito tempo, o lugar do medo. Diz um ditado holandês do início da Idade Moderna:

“Mais vale estar na charneca com uma velha carroça do que no mar num navio novo.”

Todas as alternativas contêm elementos responsáveis pelo medo que o homem do início da Idade Moderna tinha do mar, *EXCETO*:

a) Convicção de monstros marinhos e de cidades submersas, responsáveis pelos constantes naufrágios.

b) A firme crença de que o mar fora o caminho pelo qual a Peste Negra chegou à Europa.

c) A proibição, pela Igreja, de incursões no Mar Oceano com base nas palavras de Gênesis.

d) As advertências contidas nas epopéias e nos relatos de viagens dos perigos do Mar Oceano.

e) As invasões dos muçulmanos e berberes na Península Ibérica, possibilitadas pelas viagens marítimas.

12 - O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494:

a) Foi elaborado segundo os mais modernos conhecimentos cartográficos baseados na teoria do geógrafo e astrônomo grego Ptolomeu.

b) Foi respeitado pelos portugueses até o século XVIII, quando novas negociações resultaram no Tratado de Madri.

c) Nasceu de uma atitude inovadora na época: a de resolver problemas políticos entre nações concorrentes pela via diplomática.

d) Resultou da ação dos monarcas espanhóis que resistiam à adoção da Bula Intercoetera, contrária aos seus interesses.

e) Surgiu da necessidade de definir a posse do território brasileiro disputado por Portugal e Espanha.

13 (UFMG – 2000) Leia o texto.

"E aproximava-se o tempo da chegada das notícias de Portugal sobre a vinda das suas caravelas, e esperava-se essa notícia com muito medo e apreensão; e por causa disso não havia transações, nem de um ducado [...] Na feira alemã de Veneza não há muitos negócios. E isto porque os Alemães não querem comprar pelos altos preços correntes, e os mercadores venezianos não querem baixar os preços[...] E na verdade são as trocas tão poucas como se não poderia prever."

Diário dum mercador veneziano, 1508.

O quadro descrito nesse texto pode ser relacionado à

a) comercialização das drogas do sertão e produtos tropicais da colônia do Brasil.

b) distribuição, na Europa, da produção açucareira do Nordeste brasileiro.

c) importação pelos portugueses das especiarias das Índias Orientais.

d) participação dos portugueses no tráfico de escravos da Guiné e de Moçambique.

14 - (PUC-MG- 1998) Há 500 anos (1498), Vasco da Gama chegava às Índias. Essa conquista é

significativa porque:

a) eleva Portugal à alta categoria de potência política.

b) liquida o comércio marítimo no Mediterrâneo.

c) abre uma nova rota para o comércio marítimo.

d) inaugura a "era portuguesa" no Oceano Atlântico.

e) populariza o uso das especiarias na Europa.

RESPONDA AS QUESTÕES 15 E 16 BASEANDO-SE NO SEGUINTE TEXTO:

"(...) Assim foi tecida a expansão ibérica na América. Embebida do maravilhoso, eivada de espiritualidade, inflamada pela visão do Éden tropical, sem excluir a cobiça e a ambição que, pelo contrário, foram coloridas pela profusão de criaturas e crenças fantásticas.(...) Fauna exótica e monstros que acabaram associados aos índios, execrados no discurso por sua nudez

e antropofagia."

(VAINFAS, Ronaldo. *Utopia e alteridade*. Ciência Hoje. v. 18/ nº 101)

15. O tema central desse texto refere-se:

a) aos objetivos da conquista ibérica da América.

b) à fauna exótica das terras americanas.

c) ao caráter religioso da ação colonizadora.

d) ao imaginário europeu diante do Novo Mundo.

e) à ambição desmedida dos ibéricos na colonização.

16. Esse texto leva ainda a concluir que os ibéricos:

a) vêm-se como os verdadeiros salvadores do Novo Mundo.

b) procuram compreender o universo cultural dos índios.

c) entendem a América como extensão do Velho Mundo.

d) têm uma visão negativa com relação à América.

e) idealizam o mundo americano como lugar paradisíaco.

17 (PUC –MG) "Os espanhóis descobriram a América". O conceito "descoberta" expressa:

a) uma visão eurocêntrica que reconhece os valores culturais do outro.

b) a idéia de que os povos indígenas americanos possuíam uma cultura diferente.

c) o encontro de duas sociedades em diferentes estágios de desenvolvimento.

d) a importância que os espanhóis deram às riquezas minerais encontradas.

e) uma visão europeizante que pressupõe a superioridade da civilização européia.

18 – (PUC – MG) São fatores que contribuíram para o pioneirismo português na época das grandes navegações no século XV, EXCETO:

a) centralização administrativa durante a dinastia de Avis, permitindo a aliança entre monarquia e burguesia.

b) ausência de guerras, ao contrário da Espanha ainda lutando pela expulsão dos mouros da península.

c) adoção do mercantilismo pelo Estado Absolutista conciliando interesses burgueses e fortalecendo o Estado.

d) política portuguesa de cooperação com as potências européias, neutralizando a disputa colonialista.

e) posição geográfica de Portugal, banhado em toda a costa oeste pelo Oceano Atlântico.

19. (PUC – MG) Em fins da Idade Média, difícil seria imaginar que os mareantes portugueses e espanhóis, nas viagens de exploração pelo mundo, pudessem contribuir para a formação do capitalismo porque, EXCETO:

- a) os investimentos nas expedições marítimas eram elevados e de alto risco.
- b) a arte de navegação era precária e sofria a influência das interpretações proféticas sobre os oceanos.
- c) as informações sobre a existência de outras civilizações eram confusas e fantasiosas.
- d) os tripulantes eram supersticiosos transformando qualquer sinal que surgia em maus presságios.
- e) os ibéricos vinham sofrendo sucessivas derrotas na luta contra os muçulmanos pela posse da península.

20 (PUC – MG) Os descobrimentos dos Tempos Modernos constituíram-se num desdobramento da Expansão Ultramarina. Nesse contexto, a América era, EXCETO:

- a) o filho esperado que permitia aos ibéricos formalizar seus sonhos.
- b) propriedade dos reis ibéricos, por direito divino, antes mesmo de ser descoberta.
- c) uma oportunidade para os ibéricos transplantarem seus valores culturais.
- d) um desafio para os ibéricos transformarem as suas visões imagéticas em realidade.
- e) o Paraíso que se identificava com os valores de igualdade e liberdade dos ibéricos.

GABARITO: 1 – A / 2 – A / 3 – D / 4 – C / 5 – A / 6 – B / 7 – C / 8 – C / 9 – C / 10 – A / 11 – C / 12 – C / 13 – C / 14 – C / 15 – D / 16 – E / 17 – E / 18 – D / 19 – E / 20

SISTEMA COLONIAL

1 - (FGV – 1998) As relações entre metrópoles e colônias ibéricas foram definidas pelo Pacto Colonial, que consistia em:

- a) Um acordo entre as partes que, em condições de igualdade, estabeleciam metas para o desenvolvimento desses países;
- b) Uma imposição das metrópoles às colônias de exclusividade na área comercial;
- c) Uma imposição das colônias às metrópoles de caráter monopolista;

- d) Um acordo entre as colônias para servir às metrópoles;
- e) . Nenhuma das anteriores;

2 - (PUC – MG – 1999) A expansão marítima européia, nos séculos XV e XVI, levou ao processo da conquista dos povos da América. Relaciona-se a esse processo, EXCETO:

- a) aceitação pacífica da conquista pelos nativos, causada pelo medo dos conquistadores.
- b) superioridade bélica dos europeus sobre os povos “descobertos”.
- c) mortandade dos povos conquistados, originada pelas epidemias e violência.
- d) desorganização das culturas nativas e imposição de padrões culturais europeus.
- e) construção ideológica da superioridade racial européia sobre outros povos.

3 - (PUC – MG – 2000) A compreensão do significado que o processo colonizador da Idade Moderna adquiriu no contexto geral da transição feudal/capitalista encontra-se vinculada:

- a) à doutrina do destino manifesto.
- b) aos princípios liberais.
- c) à acumulação primitiva de capitais.
- d) à necessidade de exportação de capitais.
- e) ao avanço do industrialismo.

4 - (PUC – RJ – 1999) Assinale a opção que NÃO apresenta, de maneira correta, a associação proposta entre as diferentes atividades econômicas organizadas nas Américas durante o período colonial, as áreas de exploração às quais elas estavam referidas e o tipo de mão de obra que nelas predominava.

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ÁREAS DE EXPLORAÇÃO	MÃO DE OBRA
a) Agricultura mercantil destinada à exportação para as metrópoles.	Sul das colônias inglesas da América do Norte, colônias do Caribe e Litoral Nordeste da colônia portuguesa.	escrava negra
b) Agricultura mercantil voltada para abastecimento de centros urbanos coloniais.	Vice Reinos da Nova Espanha, Peru e Nova Granada.	servil indígena
c) Pecuária para exportação de carne e couro.	Vice Reino do Prata.	escrava negra
d) Mineração.	Vice Reinos de Nova Espanha e do Peru.	servil indígena
e) Comércio e produção de barcos.	Colônias inglesas da Nova Inglaterra.	assalariada

5 - (UERJ) O mundo conhecido pelos europeus no século XV abrangia apenas os territórios ao redor do Mediterrâneo. Foram as navegações dos séculos XV e XVI que revelaram ao Velho Mundo a existência de outros continentes e povos. Um dos objetivos dos europeus, ao entrarem em comunicação com esses povos, era a:

- a) busca de metais preciosos, para satisfazer uma Europa em crise
- b) procura de escravos, para atender à lavoura açucareira nos países ibéricos
- c) ampliação de mercados consumidores, para desafogar o mercado saturado
- d) expansão da fé cristã, para combater os infiéis convertidos ao protestantismo

6 - (UFF – 1996) “É em parte à descoberta do Novo Mundo que se deverá a tolerância religiosa que se irá implantar no Antigo... As depredações promovidas pelos espanhóis em toda a América esclareceram o mundo sobre os excessos do fanatismo”. Esta idéia do Abade

Raynal, contida na “História filosófica e política dos estabelecimentos e do comércio dos europeus nas duas Índias” (1780-1782), exemplifica um importante aspecto do pensamento ilustrado acerca do colonialismo. Assinale a opção que interpreta corretamente a idéia citada:

- a) Trata-se de uma verdadeira teoria da colonização moderna, construída sobre a utopia de uma América igualitária e sem conflitos raciais ou religiosos.
- b) O que mais interessava a Raynal era municiar o Estado francês para exercer com mais eficiência e humanidade a sua tarefa colonizadora, mormente após a derrota na Guerra dos Sete Anos e a perda do Canadá.
- c) Trata-se de uma crítica aos métodos violentos adotados pelo colonialismo, conjugada, porém, ao reconhecimento de que a conquista e colonização da América trouxe contribuição decisiva para o avanço da civilização na Europa.
- d) Raynal indicava, implicitamente, o direito dos povos colonizados à independência, exigindo que as metrópoles européias agissem com tolerância em face dos inevitáveis movimentos emancipatórios.
- e) Idéias como as do Abade Raynal fizeram da Ilustração a verdadeira base da ideologia anticolonialista emergente no século XVIII, razão pela qual sua obra foi proibida pelas Inquisições de Espanha e Portugal.

7 - (UFPB – 1997) Sobre a colonização européia no Novo Mundo, é certo afirmar:

- a) A colonização portuguesa foi a mais democrática, pois conseguiu um entendimento menos violento entre colonizador e colonizado.
- b) A existência do trabalho escravo demonstra a violência do sistema colonizador, exceto nas áreas de domínio espanhol.
- c) As nações européias conseguiram financiar suas economias e acumular riquezas, com destaque para a Inglaterra.
- d) A exploração econômica é um componente que marcou apenas as políticas colonizadoras da Espanha e Portugal.
- e) A montagem da exploração das riquezas minerais das colônias é semelhante nas experiências inglesa e espanhola

8 - (UFRN – 1999) A colonização da América repercutiu na economia européia, na Idade Moderna. Acerca disso, é correto afirmar que o (a)

- a) enriquecimento decorrente dos metais preciosos americanos fez surgir a Arte Renascentista, que se espalhou pela Europa.
- b) produção de ouro e prata americanos criou um lastro para as moedas européias, pondo fim à inflação.
- c) manutenção da balança comercial favorável às metrópoles propiciou a acumulação de capitais na Europa.
- d) conhecimento de técnicas agrícolas legado pelos Impérios Inca e Asteca possibilitou o desenvolvimento econômico europeu.

9 - (UFRJ – 1998) Durante o período colonial brasileiro, inúmeros tratados foram assinados entre Portugal e Espanha, tais como: o de Lisboa, o de Utrecht, o de Madri... Regulamentavam, a partir de então, as fronteiras e os interesses das Coroas Ibéricas.

As causas gerais da assinatura dos tratados do período colonial foram:

- a) superação prática da linha de Tordesilhas e atrito entre colonos espanhóis e portugueses.
- b) a fundação da colônia do Santíssimo Sacramento e utilização do princípio *Uti possidetis*.
- c) necessidade dos portugueses constituírem uma via de acesso ao interior do Brasil, pelo rio da Prata.
- d) necessidade de expulsar os Jesuítas da região dos Sete Povos da Missões.
- e) a descoberta do ouro na região das Minas Gerais e a criação da Intendência das Minas.

10 - (ACAFE – 1998) Sobre o processo dos descobrimentos e exploração do Novo Mundo é FALSO afirmar.

- a) O Brasil, durante o período colonial, teve a maioria de suas riquezas canalizadas para Portugal, mas estas acabaram não permanecendo na metrópole, sendo usadas para pagar dívidas e sustentar a corte e o Império colonial.
- b) O "Mercantilismo" ou capitalismo comercial caracterizou a economia

européia dos séculos XVI ao XVIII e determinou a exploração das colônias do continente americano.

c) O monopólio comercial português no Brasil tornou o mercado interno da colônia muito forte, pois impedia legalmente relações comerciais do Brasil com outras cidades portuguesas além de Lisboa.

d) A alta rentabilidade das atividades econômicas no Brasil colonial devia-se, em grande parte, à imensa exploração do trabalho dos negros, trazidos ao Brasil como escravos.

e) A expansão comercial e a colonização foi feita numa associação entre Esta do e empreendedores privados (burguesia comercial).

11 - (UNIFOR – 2000) Analise as proposições abaixo sobre a América Colonial.

I. A implantação do Antigo Sistema Colonial na América representou o desdobramento da Expansão Mercantil, procurando atender os interesses das políticas mercantilistas dos Estados Modernos.

II. As economias coloniais constituíam-se em prolongamento das economias metropolitanas

fortalecendo-as na luta que travavam contra outros estados europeus.

III. A economia colonial produzia artigos absorvidos pela metrópole e, por extensão, pelos mercados europeus e ao mesmo tempo consumia os produtos europeus, dentro de uma relação de monopólio, integrando o processo de acumulação primitiva de capital.

Pode-se afirmar que

- a) somente I está correta.
- b) somente I e II estão corretas.
- c) somente I e III estão corretas.
- d) somente II e III estão corretas.
- e) I, II e III estão corretas. .

12 - (UNIFOR – 2000) Observe a figura e leia o texto com atenção.



"Sempre apresentada de pé ou sentada, a Europa porta coroa, vestido longo, às vezes chapéu, coroa de flores ou capacete. Seus instrumentos são o cetro, a abundância, a esfera da cruz, um touro e armas. Quase sempre deitada, com a cabeça ornada de penas, trazendo sobre o corpo nu apenas saiotê e carregando um arco e flecha e uma maçã, tendo aos pés um tatu ou um jacaré, apresenta-se a América. A Ásia mostra-se de pé, com vestido, chapéu, turbante, trazendo nas mãos ramos de canela ou pimenta, turíbulo com especiarias, e acompanhada por um camelo."

Em relação à Época Moderna, as figuras e o texto revelam uma visão

- antropocêntrica do mundo, onde a cultura espiritual dos povos é marcada pela valorização da natureza.
- eurocêntrica do mundo, onde a hegemonia cultural européia é um elemento emblemático bem definido.
- teocêntrica do mundo, onde a vida social e cultural do globo é profundamente marcada pela religiosidade.
- laica do mundo, onde o domínio cultural oriental é simbolizado nas representações cartográficas européias.
- racionalista do mundo, onde o controle científico e cultural europeu do globo é um elemento característico bem definido.

13. (MACKENZIE) A colonização da América Latina foi marcada pelo espírito de aventura, lucro fácil e regida pelo Pacto Colonial. Isto produziu como resultado:

- Uma sociedade amadurecida politicamente, o desenvolvimento econômico e o regime de pequena propriedade;

- O desenvolvimento do mercado interno, das formas de trabalho livre e de grande iniciativa na sociedade civil;
- O subdesenvolvimento econômico, devido à transferência da renda gerada para as metrópoles, a desigualdade social e uma fraca sociedade civil
- O apego à terra, por parte do colono, evidenciado no tipo de exploração não predatória que desenvolveu;
- A desvalorização do papel do Estado no desenvolvimento econômico e a não dependência dos países centrais.

14. (FUVEST) Indique o elemento comum apresentado pelas colonizações portuguesa e espanhola na América:

- A liberdade de religião e de pensamento para a população originária das metrópoles.
- Regime comercial de porto único.
- Monopólio do comércio colonial exercido por grupos de mercadores metropolitanos.
- Introdução do regime de encomienda.
- Difusão da cultura ibérica através de universidades.

15. (FESP) A colonização européia, nas terras conquistadas na América, contribuiu para uma concepção de mundo que consagrava certos preconceitos culturais e que estava longe de respeitar a maneira de viver dos povos dominados. Podemos afirmar que:

- a colonização portuguesa foi a mais democrática, pois conseguiu um entendimento menos violento entre o colonizador e o colonizado;
- as nações européias conseguiram financiar suas economias e acumular riquezas com a colonização, com destaque para a Inglaterra;
- a existência do trabalho escravo demonstra a violência do sistema colonizador, sobretudo nas áreas de domínio espanhol;
- há uma semelhança entre as colonizações inglesa e espanhola, na montagem da exploração das riquezas minerais das colônias;
- toda colonização se caracteriza pela violência, sendo a exploração econômica um componente que marcou apenas as políticas colonizadoras da Espanha e Portugal.

16. (UFPE) Uma conjugação de fatores possibilitou que as colonizações espanhola e inglesa, na América, desenvolvessem sociedades profundamente diferentes.

Assinale a alternativa que indica tais diferenças.

- a) A ausência de metais preciosos e a monocultura da cana-de-açúcar nas treze colônias da América inglesa.
- b) A tolerância religiosa na América espanhola e a diversificação de atividades agrícolas na América inglesa.
- c) A negligência fiscal por parte da Inglaterra e a presença de colonos de diferentes credos políticos e religiosos, em busca de liberdade na América inglesa se contrapõe à presença do Estado espanhol na administração colonial e da religião católica junto aos colonos e índios.
- d) A ausência da escravidão na América espanhola e a presença da servidão na América inglesa.
- e) A monocultura da cana-de-açúcar, do tabaco e do algodão na América espanhola, em oposição à extração de metais preciosos na América inglesa.

GABARITO:

1 – B / 2 – A / 3 – C / 4 – C / 5 – A / 6 – C /
7 – C / 8 – C – 9 – B / 10 – C / 11 – E / 12 –
B / 13 – C / 14 – C / 15 – B / 16 – C

AMÉRICA INGLESA

1 - (CES – 2000) A colonização inglesa na América, diferindo do tipo da colonização espanhola e portuguesa, apresentou características de ocupação e enraizamento. As grandes propriedades com escravos, nas Treze Colônias, localizavam-se:

- a) Ao centro;
- b) Ao sul;
- c) Ao norte;
- d) A leste;
- e) A oeste.

2 – (FUVEST – 1993) "O puritanismo era uma teoria política quase tanto quanto uma doutrina religiosa. Por isso, mal tinham desembarcado naquela costa inóspita, (...) o primeiro cuidado dos imigrantes (puritanos) foi o de se organizar em sociedade". Esta passagem de A Democracia na América, de A. de Tocqueville, diz respeito à tentativa

- a) malograda dos puritanos franceses de fundarem no Brasil uma nova sociedade, a chamada França Antártida.
- b) malograda dos puritanos franceses de fundarem uma nova sociedade no Canadá.
- c) bem sucedida dos puritanos ingleses de fundarem uma nova sociedade no Sul dos Estados Unidos.
- d) bem sucedida dos puritanos ingleses de fundarem uma nova sociedade no Norte dos Estados Unidos, na chamada Nova Inglaterra.
- e) bem sucedida dos puritanos ingleses, responsáveis pela criação de todas as colônias inglesas na América.

3 – (PUC – MG – 1998) Este trecho da carta de doação de terras na América do Norte a Sir Walter Raleigh (1585): "(...) poderá apropriar-se de todo o solo destas terras, territórios e regiões por descobrir e possuir, assim como todas as cidades, castelos, vilas e vilarejos e demais lugares dos mesmos (...)" indica que a Coroa Inglesa:

- a) desconhece completamente as terras americanas.
- b) pretende formar uma sociedade de base urbana.
- c) tem uma política de colonização bem definida.
- d) procura afrontar o grande poder dos espanhóis.
- e) objetiva cristianizar a população ameríndia.

4 – (UERJ – 1999) Leia os textos:

"(...) Aqueles que vivem atormentados com a preocupação de como ganhar decentemente sua subsistência, ou aqueles que, com seu trabalho, mal conseguem levar uma vida confortável, procederão bem se vierem para este lugar, onde qualquer homem, seja quem for, que esteja disposto a enfrentar moderados esforços, tem assegurada uma existência bastante confortável e está a caminho de elevar sua fortuna muito além do que ousaria imaginar (...)

Que nenhum homem se preocupe com a idéia de ser um servo durante quatro ou cinco anos (...). É preciso considerar, então, que assim que seu tempo terminar possuirá terra. (...) Portanto, todos os artífices, carpinteiros, construtores de veículos, marceneiros, pedreiros, ferreiros

ou diligentes agricultores e lavradores (...) devem levar em consideração o assunto."

(Petição de um imigrante europeu do séc. XVII. Apud Coletânea de Documentos de História da América. São Paulo: CENEP, 1978.)

Interpretando esse texto, conclui-se que o imigrante se refere à seguinte área de colonização na América:

- a) espanhola, região platina
- b) portuguesa, sul do Brasil
- c) holandesa, região das Antilhas
- d) inglesa, região da Nova Inglaterra

5 – (CESGRANRIO) No processo de colonização dos EUA podemos afirmar que:

- a) Nas colônias do norte estabeleceu-se uma economia baseada na monocultura, grande propriedade rural e mão-de-obra escrava.
- b) Tanto a colonização das colônias do norte quanto as do sul, foram diretamente organizadas pelo Estado absolutista inglês.
- c) A Inglaterra utilizava os princípios do liberalismo político e econômico para governar as suas relações com as treze colônias americanas.
- d) O capital comercial inglês não teve qualquer participação na colonização dos EUA.
- e) A partir do século XVIII a Inglaterra adotou leis que visaram impedir o desenvolvimento manufatureiro das colônias e transferir mais renda para a metrópole desgastada com a Guerra dos Sete Anos.

6 - (UNESP) A colonização inglesa na América do Norte chegou a ser diferente da efetuada pelos espanhóis e portugueses no sul do continente, pela conjugação de uma série de fatores:

- I - A Inexistência de metais preciosos no solo das 13 colônias.
- II - A negligência fiscal por parte da Inglaterra, possibilitando um desenvolvimento quase autônomo nas colônias do Nordeste.
- III - Os elementos nela envolvidos eram, em sua maioria, refugiados religiosos e políticos em busca de liberdade para professar as suas crenças e ideais.

IV - A perfeita adaptação da cana-de-açúcar às condições climáticas e ao solo das 13 colônias.

Assinale a alternativa correta:

- a) Se as opções I e IV estão corretas.
- b) Se as opções II e III estão corretas.
- c) Se apenas a opção IV está correta.
- d) Se as opções II e IV estão corretas.
- e) Se todas as opções são incorretas.

7 - (UFLondrina – PR) A política dominante nas colônias inglesas na América do Norte foi marcada, dentre outros fatores:

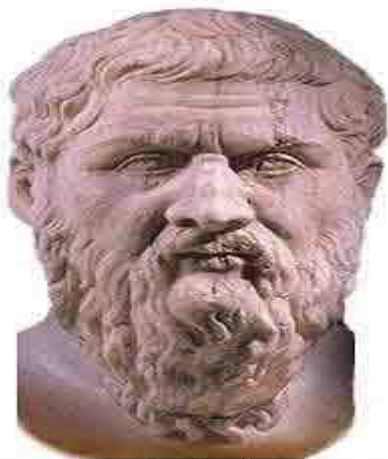
- a) pelo extermínio sistemático das tribos indígenas.
- b) Pelo monopólio da produção de alimentos para exportação.
- c) Pelo uso generalizado de mão-de-obra assalariada.
- d) Pela exploração em larga escala de metais preciosos.
- e) Pela ocupação exclusiva das regiões interioranas.

GABARITO:

1 – B / 2 – D / 3 – A / 4 – D / 5 – E / 6 – B / 7 – A

RENASCIMENTO

Renascimento é o nome que se dá a um grande movimento de mudanças culturais, que atingiu as camadas urbanas da Europa Ocidental entre os séculos XIV e XVI, caracterizado pela retomada dos valores da cultura greco-romana, ou seja, da cultura clássica. Esse momento é considerado como um importante período de transição envolvendo as estruturas feudo capitalistas. As bases desse movimento eram proporcionadas por uma corrente filosófica reinante, o humanismo, que descartava a escolástica medieval, até então predominante, e propunha o retorno às virtudes da antiguidade. Platão, Aristóteles, Virgílio, Sêneca e outros autores greco-romanos começam a ser traduzidos e rapidamente difundidos.



www.psicosaber.cjb.net

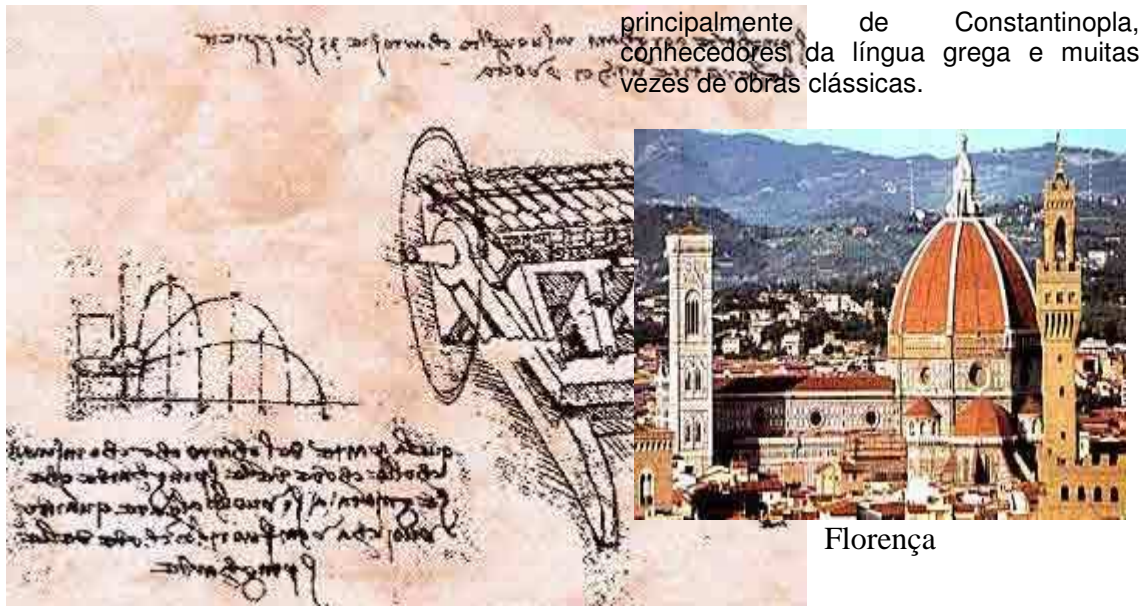
Platão

VALORES

O movimento renascentista envolveu uma nova sociedade e portanto novas relações sociais em seu cotidiano. A vida urbana passou a implicar um novo comportamento, pois o trabalho, a diversão, o tipo de moradia, os encontros nas ruas, implicavam por si só um novo comportamento dos homens. Isso significa que o Renascimento não foi um movimento de alguns artistas, mas uma nova concepção de vida adotada por uma parcela da sociedade, e que será exaltada e difundida nas obras de arte.

Apesar de recuperar os valores da cultura clássica, o Renascimento não foi uma cópia, pois utilizava-se dos mesmos conceitos, porém aplicados de uma nova maneira à uma nova realidade. Assim como os gregos, os homens "modernos" valorizaram o antropocentrismo: "O homem é a medida de todas as coisas"; o entendimento do mundo passava a ser feito a partir da importância do ser humano, o trabalho, as guerras, as transformações, os amores, as contradições humanas tornaram-se objetos de preocupação, compreendidos como produto da ação do homem.

Uma outra característica marcante foi o racionalismo, isto é, a convicção de que tudo pode ser explicado pela razão do homem e pela ciência, a recusa em acreditar em qualquer coisa que não tenha sido provada; dessa maneira o experimentalismo, a ciência, conheceram grande desenvolvimento. O individualismo também foi um dos valores renascentistas e refletiu a emergência da burguesia e de novas relações de trabalho. A idéia de que cada um é responsável pela condução de sua vida, a possibilidade de fazer opções e de manifestar-se sobre diversos assuntos acentuaram gradualmente o individualismo. É importante percebermos que essa característica não implica o isolamento do homem, que continua a viver em sociedade, em relação direta com outros homens, mas na possibilidade que cada um tem de tomar decisões. Foi acentuada a importância do estudo da natureza; o naturalismo aguçou o espírito de observação do homem. O hedonismo representou o "culto ao prazer", ou seja, a idéia de que o homem pode produzir o belo, pode gerar uma obra apenas pelo prazer que isso possa lhe proporcionar, rompendo com o pragmatismo. O Universalismo foi uma das principais características do Renascimento e considera que o homem deve desenvolver todas as áreas do saber; podemos dizer que Leonardo da Vinci é o principal modelo de "homem universal", matemático, físico, pintor e escultor, estudou inclusive aspectos da biologia humana.



Canhão, invenção de Leonardo da Vinci

ITÁLIA: O Berço do Renascimento

Esse é uma expressão muito utilizada, apesar de a Itália ainda não existir como nação. A região italiana estava dividida e as cidades possuíam soberania. Na verdade o Renascimento desenvolveu-se em algumas cidades italianas, principalmente aquelas ligadas ao comércio.

Desde o século XIII, com a reabertura do Mediterrâneo, o comércio de várias cidades italianas com o oriente intensificou-se, possibilitando importantes transformações, como a formação de uma camada burguesa enriquecida e que necessitava de reconhecimento social. O comércio comandado pela burguesia foi responsável pelo desenvolvimento urbano, e nesse sentido, responsável por um novo modelo de vida, com novas relações sociais onde os homens encontram-se mais próximos uns dos outros. Dessa forma podemos dizer que a nova mentalidade da população urbana representa a essência dessas mudanças e possibilitará a Produção Renascentista.

Podemos considerar ainda como fatores que promoveram o renascimento italiano, a existência de diversas obras clássicas na região, assim como a influência dos "sábios bizantinos", homens oriundos

A Produção Renascentista

É necessário fazer uma diferenciação entre a cultura renascentista; aquela caracterizada por um novo comportamento do homem da cidade, a partir de novas concepções de vida e de mundo, da Produção Renascentista, que representa as obras de artistas e intelectuais, que retrataram essa nova visão de mundo e são fundamentais para sua difusão e desenvolvimento. Essa diferenciação é importante para que não julguemos o Renascimento como um movimento de "alguns grandes homens", mas como um movimento que representa uma nova sociedade, urbana caracterizada pelos novos valores burguesas e ainda associada à valores cristãos.

O mecenato, prática comum na Roma antiga, foi fundamental para o desenvolvimento da produção intelectual e artística do renascimento. O Mecenato era considerado como "protetor", homem rico, era na prática quem dava as condições materiais para a produção das novas obras e nesse sentido pode ser considerado como o patrocinador, o financiador. O investimento do mecenato era recuperado com o prestígio social obtido, fato que contribuía com a divulgação das atividades de sua empresa ou instituição que representava. A maioria dos mecenatos italianos eram elementos da burguesia, homens enriquecidos com o comércio e toda a produção vinculada à esse patrocínio foi considerada como

Renascimento Civil.
Encontramos também o Papa e elementos da nobreza praticando o mecenato, sendo que o Papa Júlio II foi o principal exemplo do que denominou-se Renascimento Cortesão.



Moisés, obra de Michelangelo para o Papa Julio II

Expansão do Renascimento

No decorrer do século XVI a cultura renascentista expandiu-se para outros países da Europa Ocidental e para que isso ocorresse contribuíram as guerras e invasões vividas pela Itália. As ocupações francesa e espanhola determinaram um conhecimento melhor sobre as obras renascentistas e a expansão em direção a outros países, cada um adaptando-o segundo suas peculiaridades, numa época de formação do absolutismo e de início do movimento de Reforma Religiosa. O século XVI foi marcado pelas grandes navegações, num primeiro momento vinculadas ao comércio oriental e posteriormente à exploração da América. A navegação pelo Atlântico reforçaram o capitalismo de Portugal, Espanha e Holanda e em segundo plano da Inglaterra e França. Nesses "países atlânticos" desenvolveu-se então a burguesia e a mentalidade renascentista. Esse movimento de difusão do

Renascimento coincidiu com a decadência do Renascimento Italiano, motivado pela crise econômica das cidades, provocada pela perda do monopólio sobre o comércio de especiarias. A mudança do eixo econômico do Mediterrâneo para o Atlântico determinou a decadência italiana e ao mesmo tempo impulsionou o desenvolvimento dos demais países, promovendo reflexos na produção cultural.



Miguel de Cervantes, representante do Renascimento espanhol

Outro fator fundamental para a crise do Renascimento italiano foi a Reforma Religiosa e principalmente a Contra Reforma. Toda a polêmica que desenvolveu-se pelo embate religioso fez com que a religião voltasse a ocupar o principal espaço da vida humana; além disso, a Igreja Católica desenvolveu um grande movimento de repressão, apoiado na publicação do INDEX e na retomada da Inquisição que atingiu todo indivíduo que de alguma forma de opusesse a Igreja. Como o movimento protestante não existiu na Itália, a repressão recaiu sobre os intelectuais e artistas do renascimento. A

De forma resumida podemos afirmar que as principais características do Renascimento são:

- * Racionalidade
- * Dignidade do Ser Humano
- * Rigor Científico
- * Ideal Humanista
- * Reutilização das artes greco-romana

FASES DO RENASCIMENTO:

- * Trecento (séc. XIV) – difusão do Renascimento pela Itália; uso de idiomas nacionais;
- * Quatrocento (séc. XV) – difusão do Renascimento pela Europa;
- * Cinquencentos (séc. XVI) – auge e declínio do Renascimento.

ARQUITETURA

Na arquitetura renascentista, a ocupação do espaço pelo edifício baseia-se em relações matemáticas estabelecidas de tal forma que o observador possa compreender a lei que o organiza, de qualquer ponto em que se coloque. “Já não é o edifício que possui o homem, mas este que, aprendendo a lei simples do espaço, possui o segredo do edifício” (Bruno Zevi)

Principais características:

- * Ordens Arquitetônicas
- * Arcos de Volta-Perfeita
- * Simplicidade na construção
- * A escultura e a pintura se desprendem da arquitetura e passam a ser autônomas
- * Construções; palácios, igrejas, vilas (casa de descanso fora da cidade), fortalezas (funções militares)

PINTURA

Principais características:

- * Perspectiva: arte de figura, no desenho ou pintura, as diversas distâncias e proporções que têm entre si os objetos vistos à distância, segundo os princípios da matemática e da geometria.
- * Uso do claro-escuro: pintar algumas áreas iluminadas e outras na sombra, esse jogo de contrastes reforça a sugestão de volume dos corpos.
- * Realismo: o artista do Renascimento não vê mais o homem como simples observador do mundo que expressa a grandeza de Deus, mas como a expressão mais grandiosa do próprio Deus. E o mundo é pensado como uma realidade a

ser compreendida cientificamente, e não apenas admirada.

- * Inicia-se o uso da tela e da tinta à óleo.
- * Tanto a pintura como a escultura que antes apareciam quase exclusivamente como detalhes de obras arquitetônicas, tornam-se manifestações independentes.

* Surgimento de artistas com um estilo pessoal, diferente dos demais, já que o período é marcado pelo ideal de liberdade e, conseqüentemente, pelo individualismo.

Os principais pintores foram:

Botticelli - os temas de seus quadros foram escolhidos segundo a possibilidade que lhe proporcionavam de expressar seu ideal de beleza. Para ele, a beleza estava associada ao ideal cristão. Por isso, as figuras humanas de seus quadros são belas porque manifestam a graça divina, e, ao mesmo tempo, melancólicas porque supõem que perderam esse dom de Deus. Obras destacadas: A Primavera e O Nascimento de Vênus.



O nascimento de Vênus, Museu do Louvre – Paris, França

Leonardo da Vinci - ele dominou com sabedoria um jogo expressivo de luz e sombra, gerador de uma atmosfera que parte da realidade mas estimula a imaginação do observador. Foi possuidor de um espírito versátil que o tornou capaz de pesquisar e realizar trabalhos em diversos campos do conhecimento humano. Obras destacadas: A Virgem dos Rochedos e Monalisa.



ESCULTURA:

Michelângelo - entre 1508 e 1512 trabalhou na pintura do teto da Capela Sistina, no Vaticano. Para essa capela, concebeu e realizou grande número de cenas do Antigo Testamento. Dentre tantas que expressam a genialidade do artista, uma particularmente representativa é a criação do homem. Obras destacadas: Teto da Capela Sistina e a Sagrada Família

Em meados do século XV, com a volta dos papas de Avinhon para Roma, esta adquire o seu prestígio. Protetores das artes, os papas deixam o palácio de Latrão e passam a residir no Vaticano. Ali, grandes escultores se revelam, o maior dos quais é Michelangelo, que domina toda a escultura italiana do século XVI. Algumas obras: Moisés, Davi (4,10m) e Pietá. Outro grande escultor desse período foi Andrea del Verrochio. Trabalhou em ourivesaria e esse fato acabou influenciando sua escultura. Obra destacada: Davi (1,26m) em bronze. Principais Características: buscavam representar o homem tal como ele é na realidade, proporção da figura mantendo a sua relação com a realidade, profundidade e perspectiva, estudo do corpo e do caráter humano. O Renascimento Italiano se espalha pela Europa, trazendo novos artistas que nacionalizaram as idéias italianas. São eles: Dürer, Hans Holbein, Bosch e Bruegel



A Criação de Adão, (detalhe do teto)
Capela Cistina - Vaticano



Rafael - suas obras comunicam ao observador um sentimento de ordem e segurança, pois os elementos que compõem seus quadros são dispostos em espaços amplo, claros e de acordo com uma simetria equilibrada. Foi considerado grande pintor de "Madonas". Obras destacadas: A Escola de Atenas e Madona da Manhã.

Pietà de Michelangelo, Basílica de São Pedro – Vaticano



Móises de Michelangelo

EXERCÍCIOS

1 - (Alfenas – 2000) A invenção da imprensa no século XV, o avanço técnico e científico promovido pela expansão comercial e marítima e a proteção e financiamento dos artistas interessados em afirmar seus valores são fatores que contribuíram para a eclosão do momento cultural europeu denominado

- a) Iluminismo.
- b) Antropocentrismo.
- c) Reforma.
- d) Renascimento.
- e) Romantismo.

2 - (CES – 2000) Relacione a primeira coluna com a Segunda: (Renascimento):

- 1 – Leonardo Da Vinci
- 2 – Rafael Sânzio
- 3 – Miguel Ângelo Buonarroti
- 4 – Luiz Vaz de Camões
- 5 – Miguel de Cervantes

- () Moisés, Pietà e David
- () Dom Quixote
- () Virgem Maria com Menino Jesus
- () A Gioconda
- () Os Lusíadas.

- a) 2, 3, 4, 5, 1
- b) 4, 5, 2, 1, 3
- c) 3, 5, 2, 1, 4
- d) 5, 2, 1, 3, 4

e) 3, 4, 1, 2, 5

3 - (Fuvest – 1999) – Já se observou que, enquanto a arquitetura medieval prega a humildade cristã, a arquitetura clássica e a do Renascimento proclamam a dignidade do homem. Sobre esse contraste pode-se afirmar que

- a) corresponde, em termos de visão de mundo, ao que se conhece como teocentrismo e antropocentrismo;
- b) aparece no conjunto das artes plásticas, mas não nas demais atividades culturais e religiosas decorrentes do humanismo;
- c) surge também em todas as demais atividades artísticas, exprimindo as mudanças culturais promovidas pela escolástica;
- d) corresponde a uma mudança de estilo na arquitetura, sem que a arte medieval como um todo tenha sido abandonada no
- e) Renascimento foi insuficiente para quebrar a continuidade existente entre a arquitetura medieval e a renascentista.

4 - (Fuvest – 1995) Com relação às artes e às letras de seu tempo, os humanistas dos séculos XV e XVI, afirmavam

- a) que a literatura e as artes plásticas passavam por um período de florescimento, dando continuidade ao período medieval.
- b) Que a literatura e as artes plásticas, em profunda decadência no período anterior, renasciam com o esplendor da Antiguidade.
- c) Que as letras continuavam as tradições medievais, enquanto a arquitetura, a pintura e a escultura rompiam com os velhos estilos.
- d) Que as artes plásticas continuavam as tradições medievais, enquanto a literatura criava novos estilos.
- e) Que o alto nível das artes e das letras do período nada tinha a ver nem com a antiguidade nem com o período medieval.

5 - (Fuvest) Podem ser apontados como traços característicos da Renascença:

- a) a exaltação dos valores culturais medievais e o humanismo.
- b) A sua associação com o mecenato e o pensamento preponderantemente teocêntrico.
- c) O antropocentrismo e a preocupação com os valores individuais.

- d) O acatamento da autoridade do pensamento escolástico e o naturalismo.
- e) O racionalismo e a sua associação com os valores da aristocracia rural.

6 - (Mackenzie – 1999) “O impulso cultural do Renascimento revigorou valores opostos aos dos homens medievais. Em todos os campos do saber emergiu uma vitalidade cultural que rompia com os tradicionais limites”. Pietro Maria Bardi

Assinale a alternativa correspondente aos valores medievais a que o texto faz referência.

- a) Hedonismo, Individualismo e Humanismo
- b) Neoplatonismo, Naturalismo e Otimismo
- c) Racionalismo, Antropocentrismo e Individualismo
- d) Teocentrismo, Coletivismo e Misticismo
- e) Antropocentrismo, Heliocentrismo e Naturalismo

7 - (PUCMG – 1998) O Renascimento é uma revolução que cria as bases culturais da nossa sociedade. Essa revolução rompe com a antiga cultura feudal ao reconhecer que, EXCETO:

- a) o homem é a medida de todas as coisas.
- b) a razão é a base fundamental do saber.
- c) o belo é a manifestação do espírito divino.
- d) o individualismo é um atributo do homem.
- e) o Evangelho é uma fonte de ignorância.

8 - (PUCMG – 1998) Partindo da Itália e atingindo outros países europeus, nos séculos XV e XVI, o Renascimento só NÃO se caracterizou pelo(a):

- a) valorização da figura humana no campo artístico e busca da harmonia e realismo.
- b) utilização do método experimental, base da criação da ciência moderna.
- c) consciência de que se vivia em um novo tempo distinto do mundo medieval.
- d) uso de novas línguas nacionais no campo literário, tendo o homem como tema central.
- e) apego à tradição e ao teocentrismo e negação da influência do classicismo greco-romano.

9 - (PUCMG – 2000). Sobre as principais figuras do Renascimento, é correto afirmar, EXCETO:

- a) Rafael Sâncio destacou-se nas artes, sendo um dos mais populares artistas da época, e dedicou-se a cultivar um ideal de beleza com um fim em si mesmo e à expressão de sentimentos religiosos.
- b) Dante Alighieri, natural de Florença, autor da “Divina Comédia”, viveu no Cinquecento (século XVI), quando o uso da língua italiana foi sistematizado.
- c) Leonardo da Vinci pode ser considerado como um dos mais completos humanistas do Renascimento, sendo pintor, escultor, urbanista, engenheiro, músico, filósofo, físico e botânico.
- d) Erasmo de Roterdã, apelidado de “Príncipe dos Humanistas”, escreveu “Elogio da loucura”, obra na qual denuncia atividades da Igreja e a imoralidade do clero.
- e) Thomas Morus, cognominado de “O Chanceler Filósofo”, escreveu “Utopia” em que condena a intolerância, o desejo pelo poder e pelo dinheiro e exalta a paz, a compreensão e o amor.

10 - (PUC-MG – 2000) A cultura renascentista reflete as transformações observadas ao longo dos últimos duzentos anos da Idade Média, podendo ser destacada entre essas:

- a) a grande disponibilidade de metais nobres, refletindo-se na elevação generalizada dos preços.
- b) o enfraquecimento das monarquias absolutistas, possibilitando o florescimento das culturas locais.
- c) o aumento da intolerância religiosa e a luta pela afirmação da liberdade de consciência.
- d) o choque entre os ideais da vida aristocrática e as doutrinas tradicionais da Igreja.
- e) a intensificação do comércio e da urbanização, propiciando a valorização dos ideais burgueses.

11 - (UFC – 2000) A cultura renascentista favoreceu a valorização do homem, estimulando a liberdade de expressão presente em diferentes manifestações artísticas e literárias. Entretanto, a participação da Igreja Católica, entre os mecenas, pode ser associada:

- a) à renovação das idéias defendidas pela hierarquia eclesiástica, que se deixara influenciado pelo liberalismo burguês.
- b) à continuidade do cristianismo como religião dominante, limitando a liberdade de expressão aos valores estabelecidos pela igreja.
- c) ao engajamento da intelectualidade católica nas experiências científicas, na tentativa de conciliar razão e fé.
- d) às novas condições de vida na Europa, que extinguíram a persistência dos valores religiosos na sociedade.
- e) ao surgimento de novas ordens religiosas, defensoras do mecenato como um meio de maior liberdade de expressão.

12 - (UNIFOR – 1999) Às transformações econômicas, políticas e sociais que caracterizaram a crise da sociedade feudal, somam-se, em termos culturais, o Humanismo e o Renascimento. Sobre essas manifestações culturais pode-se afirmar que

- a) o Humanismo e o Renascimento estão relacionados ao desenvolvimento da burguesia e das monarquias liberais que se constituíram no final da Idade Média.
- b) Renascimento é a denominação do movimento artístico, literário, filosófico e científico que se desenvolveu fundamentalmente na Itália e se estendeu por outros países da Europa Oriental.
- c) o Humanismo surgiu no final da Idade Média e encontrou na cultura clássica a identidade para realizar seus valores e seu ideal de Homem.
- d) a Itália foi o berço do Renascimento devido ao desenvolvimento do comércio em cidades como Veneza e Florença, a influência árabe e a sua localização geográfica.
- e) a Igreja, importante consumidora de obras de arte e protetora dos artistas, direcionou o renascimento arquitetônico para dois estilos artísticos: o românico e o gótico.

GABARITO 1 – D / 2 – C / 3 – A / 4 – B /
5 – C / 6 – D / 7 – E / 8 – E / 9 – D / 10 – E /
11 – B / 12 – C

REFORMA PROTESTANTE E CONTRA REFORMA

ANTECEDENTES

Desde o renascimento do Sacro Império Romano por Otão I em 962, os Papas e os Imperadores envolveram-se numa contínua luta pela supremacia (A Querela das Investiduras). Este conflito resultou geralmente em vitórias para o partido papal, mas criou um amargo antagonismo entre Roma e o Império Germânico, o qual aumentou com o desenvolvimento de um sentimento nacionalista na Alemanha durante os séculos XIV e XV. O ressentimento contra os impostos do Papa e a submissão do clero à autoridade distante e estrangeira do Papado manifestou-se também noutros países da Europa.

No século XIV, o reformador inglês John Wycliff distinguiu-se por traduzir a Bíblia, contestar a autoridade pontifícia e censurar o culto dos santos das relíquias. Jan Hus difundiu aquelas doutrinas na Boémia e pugnou pela criação de uma Igreja nacional. A execução, em 1415, de Hus na fogueira acusado de heresia levou diretamente às guerras hussitas, uma violenta expressão do nacionalismo boémio, suprimido com dificuldade pelas forças aliadas do Sacro Império Romano e do Papa. Estas guerras foram precursoras da guerra civil religiosa na Alemanha na época de Lutero. Em 1516, a concordata entre o rei e o Papa colocou a Igreja francesa substancialmente sob a autoridade régia. Antigas concordatas com outras monarquias nacionais prepararam também a autonomização das Igrejas nacionais.

FATORES QUE IMPULSIONARAM O MOVIMENTO DA REFORMA

No início do século XVI, a mudança na mentalidade das sociedades europeias repercutiu também no campo religioso. A Igreja, tão onipotente na Europa medieval, foi duramente criticada. A instituição

católica estava em descompasso com as transformações de seu tempo. Por exemplo, condenava o luxo excessivo e a

usura. Além disso, uma série de questões propriamente religiosas colocavam a Igreja como alvo da crítica da sociedade: a corrupção do alto clero, a ignorância religiosa dos padres comuns e os novos estudos teológicos. As graves críticas a Igreja já não permitiam apenas consertar internamente a casa. As insatisfações acumularam-se de tal maneira que desencadearam um movimento de ruptura na unidade cristã: a **Reforma Protestante.** Assim, a Reforma foi motivada por um complexo de causas que ultrapassaram os limites da mera contestação religiosa. Vejamos detalhadamente algumas dessas causas.

Motivos

O processo de reformas religiosas teve início no século XVI. Podemos destacar como causas dessas reformas : abusos cometidos pela Igreja Católica e uma mudança na visão de mundo, fruto do pensamento renascentista.

A Igreja Católica vinha, desde o final da Idade Média, perdendo sua identidade. Gastos com luxo e preocupações materiais estavam tirando o objetivo católico dos trilhos. Muitos elementos do clero estavam desrespeitando as regras religiosas, principalmente o que diz respeito ao celibato. Padres que mal sabiam rezar uma missa e comandar os rituais, deixavam a população insatisfeita. A burguesia comercial, em plena expansão no século XVI, estava cada vez mais inconformada, pois os clérigos católicos estavam condenando seu trabalho. O lucro e os juros, típicos de um capitalismo emergente, eram vistos como práticas condenáveis pelos religiosos. Por outro lado, o papa arrecadava dinheiro para a construção da basílica de São Pedro em Roma, com a venda das indulgências (venda do perdão). No campo político, os reis estavam descontentes com o papa, pois este interferia muito nos comandos que eram próprios da realeza.

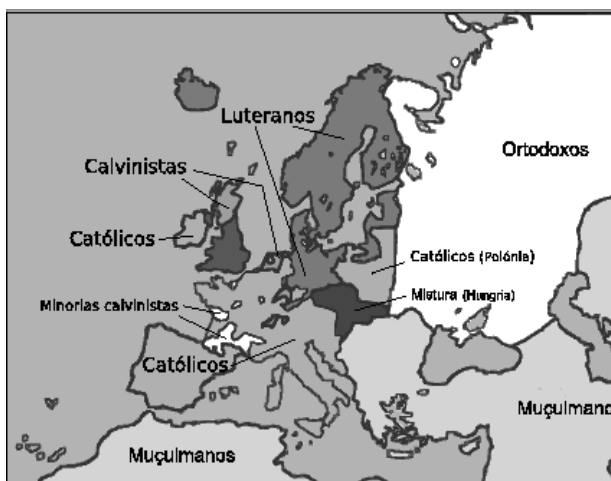
O Cisma do Ocidente (1378-1417) fragilizou gravemente a autoridade pontifícia e tornou premente a necessidade de reformar a Igreja. O Renascimento e a invenção da imprensa reacenderam as críticas à Igreja: a

corrupção e hipocrisia do clero em geral e, em particular, a ignorância e superstição das ordens mendicantes; a ambição dos Papas, cujo poder temporal originava divisões entre os crentes; e a teologia das escolas responsável pela deturpação e desumanização da mensagem cristã.. Estas críticas serviram de base a Martinho Lutero e João Calvino para clamarem pela Bíblia, mais do que a Igreja como fonte de toda a autoridade religiosa.

O novo pensamento renascentista também fazia oposição aos preceitos da Igreja. O homem renascentista começava a ler mais e formar uma opinião cada vez mais crítica. Trabalhadores urbanos, com mais acesso a livros, começaram a discutir e a pensar sobre as coisas do mundo. Um pensamento baseado na ciência e na busca da verdade através de experiências e da razão.

INTOLERÂNCIA

Em muitos países europeus as minorias religiosas foram perseguidas e muitas guerras religiosas ocorreram, frutos do radicalismo. A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), por exemplo, colocou católicos e protestantes em guerra por motivos puramente religiosos. Na França, o rei mandou assassinar milhares de calvinistas na chamada Noite de São Bartolomeu.



Mapa da Reforma na Europa

NOVAS INTERPRETAÇÕES DA BÍBLIA

Com a difusão da imprensa, aumentou o número de exemplares da Bíblia disponíveis aos estudiosos, e um clima de reflexão crítica e de inquietação espiritual espalhou-se entre os cristãos europeus. Surgia, assim, uma nova vontade individual de entender as **verdades divinas**, sem a intermediação dos padres. Desse novo espírito de interiorização da religião, que levou ao **livre exame das Escrituras**, nasceram diferentes interpretações da doutrina cristã. Nesse sentido, podemos citar, por exemplo, uma corrente religiosa que, apoiada na obra de Santo Agostinho, afirmava que a salvação do homem seria alcançada somente pela fé. Essas idéias opunham-se à posição oficial da Igreja, baseada em Santo Tomás de Aquino, pela qual a salvação do homem era alcançada pela **fé** e pelas **boas obras**.

CORRUPÇÃO DO CLERO

Analisando o comportamento do clero, diversos cristãos passaram a condenar energicamente os abusos e as corrupções. O alto clero de Roma estimulava negócios envolvendo religião, como, por exemplo, a **simonia** (venda de objetos sagrados) tais como espinhos falsos, que coroaram a frente de Cristo, panos que teriam embebido o sangue de seu rosto, objetos pessoais dos santos, etc. Além do comércio de relíquias sagradas, a Igreja passou a vender **indulgências** (o perdão dos pecados). Mediante certo pagamento destinado a financiar obras da Igreja, os fiéis poderiam "comprar" a sua salvação. No plano moral, inúmeros membros da Igreja também eram objeto de críticas. Multiplicavam-se os casos de padres envolvidos em escândalos amorosos, de monges bêbados e de bispos que vendiam os sacramentos, acumulando riquezas pessoais. Esse mau comportamento do clero representava sério problema ético-religioso, pois a Igreja dizia que os sacerdotes eram os **intermediários** entre os homens e Deus.

NOVA ÉTICA RELIGIOSA

A Igreja católica, durante o período medieval, condenava o lucro excessivo (a usura) e defendia o **preço justo**. Essa moral econômica entrava em choque com a ganância da burguesia. Grande número de comerciantes não se sentia vontade para tirar o lucro máximo nos negócios, pois temiam ir para o inferno. Os defensores dos grandes lucros econômicos necessitavam

de uma **nova ética religiosa**, adequada ao espírito capitalista comercial. Essa necessidade da burguesia foi atendida, em grande parte, pela **ética protestante**, que surgiu com a Reforma.

SENTIMENTO NACIONALISTA

Com o fortalecimento das monarquias nacionais, os reis passaram a encarar a Igreja, que tinha sede em Roma e utilizava o latim, como entidade estrangeira que interferia em seus países. A Igreja, por seu lado, insistia em se apresentar como instituição universal que unia o mundo cristão. Essa noção de universalidade, entretanto, perdia força à medida que crescia o **sentimento nacionalista**. Cada Estado, com sua língua, seu povo e suas tradições, estava mais interessado em afirmar as **diferenças** do que as semelhanças em relação a outros Estados. A Reforma Protestante correspondeu a esses interesses nacionalistas. A doutrina cristã dos reformadores, por exemplo, foi divulgada na língua nacional de cada país e não tem latim, o idioma oficial da Igreja católica.

A ALEMANHA E A REFORMA LUTERANA



Tradicionalmente diz-se que a Reforma Protestante foi iniciada por Martinho Lutero, monge agostiniano alemão (1483 – 1546), cujo pensamento sofreu profunda influência de São Paulo de Tarso. Numa Epístola de Paulo aos Romanos encontrou a “chave” para consolidar uma idéia nova de salvação: “O justo viverá pela fé.” E “não são as obras, mas é a fé que conduz à salvação”. Não importa como você aja no mundo. Se a sua fé for “do tamanho de uma raiz de mostarda” você está no caminho da salvação, não importa o que faça. Desprezando olímpicamente os vários trechos bíblicos que rezam: “o que é a fé sem as obras?”; “A fé sem as obras é

morta!” e “Mostra-me a tua fé sem as obras que eu, pelas minhas obras, te mostrarei a minha fé!” Lutero criou um novo sistema religioso abrindo um cisma com a Igreja Católica Romana.

Em 1517 afixou na Abadia de Wittenberg suas famosas **“95 Teses Contra a Venda de Indulgências”**, sendo excomungado e correndo o risco de, a exemplo de Jan Hus e Thomas Münzer, ser martirizado pela Igreja. A diferença é que estes dois, com profunda sinceridade de coração, desejavam voltar ao princípio da fé cristã, em grande medida desvirtuada pela Igreja, mas para tanto aliaram-se aos pobres, aos desvalidos e deserdados da sociedade. Já Lutero, espertamente, aliou-se aos príncipes interessados, como se disse, em apoderar-se das terras da Igreja... Lutero encontrou terreno fértil à sua pregação nas regiões em que era interessante aos nobres se apoderarem das terras da Igreja Católica. Aliando-se aos príncipes, conseguiu principalmente o apoio do Imperador do Sacro Império Romano-Germânico Carlos V, que convocou a “Dieta de Worms” em 1521. As doutrinas luteranas causaram grande agitação, principalmente sua idéia subversiva de confiscar os bens da Igreja. Sua aliança aos príncipes fica mais clara à medida em que analisamos sua reação aos camponeses da região da renânia que, uma vez convertidos, passaram a apoderar-se dos bens da Igreja Católica Romana. Lutero apoiou uma violenta repressão aos camponeses em 1525 dizendo: “A espada deve se abater sobre estes patifes! Não punir ou castigar, não exercer esta sagrada missão é pecar contra Deus!” Na Dieta de Augsburg, convocada pelo Imperador Carlos V em 1530, estabeleceram-se as bases fundamentais da nova religião luterana. Ficava abolido o celibato ao clero protestante; proibido o culto a “imagens de escultura e a Virgem Maria”; proclamava a Bíblia e sua interpretação subjetiva do leitor como autoridade, renegando os dogmas de Roma, entre outras medidas.

Os intermitentes períodos de guerra civil religiosa terminaram com a Paz de Augsburg. Este tratado decidiu que cada um governadores dos Estados alemães, que formavam cerca de 300 estados, optaria entre o Catolicismo Romano e o Luteranismo e subordinou a opção religiosa à autoridade do príncipe. O Luteranismo, perseguido por metade da população alemã, receberia finalmente o reconhecimento

oficial, mas a antiga unidade religiosa da comunidade cristã da Europa ocidental sob a suprema autoridade pontifícia foi destruída.

A SUÍÇA

O movimento reformista na Suíça, contemporâneo da Reforma na Alemanha, foi conduzido pelo pastor suíço Ulrico Zwínglio, que, em 1518, ficou conhecido pela sua vigorosa denúncia à venda das indulgências. Zwínglio considerava a Bíblia a única fonte da autoridade moral e procurou eliminar tudo o que existia no sistema do Catolicismo Romano que não derivasse especificamente das Escrituras. De Zurique, este movimento alastrou por todo o território suíço, originando um conflito entre 1529-1531. A paz permitiu a escolha religiosa de cada cantão. O Catolicismo Romano prevaleceu nas províncias montanhosas do país e o Protestantismo implantou-se nas grandes cidades e nos férteis vales.

Após a geração de Lutero e de Zwínglio, a figura dominante da Reforma foi Calvino, um teólogo protestante francês, que fugiu da perseguição de França e que se instalou na nova república independente de Genebra, em 1536. Apesar da Igreja e do Estado estarem oficialmente separados, cooperavam tão estreitamente que Genebra era virtualmente uma teocracia. Para reforçar a disciplina moral, Calvino instituiu uma rígida inspeção à conduta familiar e organizou um consistório, composto por pastores e leigos, com um grande poder compulsivo sobre as comunidades. O vestuário e o comportamento pessoal dos cidadãos era prescrito ao mínimo pormenor: dançar, jogar às cartas e aos dados e outros divertimentos eram proibidos e a blasfêmia e a linguagem imprópria severamente punidas. Debaixo deste regime severo, os inconformistas eram perseguidos e, por vezes, condenados à morte. Para encorajar a leitura e o entendimento da Bíblia, todos os cidadãos tinham pelo menos uma educação elementar. Em 1559, Calvino fundou a Universidade de Genebra, famosa pela formação de pastores e professores. Mais do que qualquer outro reformista, Calvino organizou o pensamento Protestante num claro e lógico sistema. A difusão das suas obras, a sua influência como educador e a sua grande habilidade de organizador da Igreja e do Estado reformistas criaram um movimento de

adeptos internacionais e deram às Igrejas Reformistas, de acordo com o termo como as Igrejas Protestantes eram conhecidas na Suíça, França e Escócia, um cunho inteiramente calvinista, quer na religião quer na organização.

FRANÇA

A Reforma na França começou no início do século XVI através de um grupo de místicos e humanistas que se juntaram em Meaux, perto de Paris, sob a liderança de Lefèvre d'Étaples. Tal como Lutero, d'Étaples estudou as Epístolas de S. Paulo e fez derivar delas a crença na justificação da fé individual, negando a doutrina da transubstanciação. Em 1523, traduziu para francês o Novo Testamento. No princípio, os seus textos foram bem recebidos pela Igreja e pelo Estado, mas, a partir do momento em que as doutrinas radicais de Lutero começaram a espalhar-se em França, o trabalho de Lefèvre foi visto como similar e os seus seguidores foram perseguidos. Apesar de todos os esforços para evitar a expansão do Protestantismo em França, os Huguenotes cresceram imenso e a guerra civil entre 1562-1598 foi generalizada. As mútuas perseguições entre católicos e Huguenotes originaram episódios como o massacre de S. Bartolomeu, na noite de 23 para 24 de Agosto de 1572, durante o qual foram assassinados os protestantes que estavam em Paris, para assistir ao casamento de Henrique IV. A guerra terminou com o Edito de Nantes, em 1598, que concedeu a liberdade de culto aos Huguenotes. Em 1685, Luís XIV revogaria este edito, expulsando do país os protestantes.

INGLATERRA

Vários pregadores e potentados ingleses estavam ansiosos para aderir também à Reforma e, com isso, confiscar terras da Igreja a exemplo do que havia ocorrido em boa parte da Europa continental. O rei inglês Henrique VIII (1509 – 1547), contudo, era muito devoto e recebeu uma comenda do papa Clemente VII: “Defensor Perpétuo da Fé Católica”. De repente, um *coup de foudre* (paixão avassaladora) muda os rumos da situação: casado por interesse com Catarina de Aragão, Henrique VIII apaixona-se cegamente por Ana Bolena e solicitou ao papa a anulação de seu casamento para que pudesse contrair novas núpcias. Diante

da resposta do papa “o que Deus uniu o homem não separará” e da pressão dos príncipes e pregadores ingleses, pelo Ato de Supremacia proclamado pelo rei e votado pelo Parlamento inglês, a Igreja, na Inglaterra, ficava sob total autoridade do monarca.

Inicialmente o anglicanismo manteve todas as características da Igreja Católica Romana, excetuando-se o direito ao divórcio (de interesse do rei!) e a obediência à infalibilidade do papa. Com o passar dos anos a Igreja Anglicana agrega muitos dos valores do Calvinismo, afastando imagens de escultura, fazendo uma leitura singular da Bíblia, etc. Na Inglaterra, a ruptura política deu-se primeiro, como resultado da decisão de Henrique VIII para se divorciar da sua primeira esposa, e a mudança na doutrina religiosa veio depois, nos reinados de Eduardo VI e de Isabel I. Após o divórcio com Catarina de Aragão, Henrique VIII casou com Ana Bolena, mas, em 1533, o papa excomungou-o. Em 1534, através do Acto de Supremacia, o Parlamento reconhecia a coroa como chefe da Igreja da Inglaterra e entre 1536-1539 os mosteiros eram suprimidos e as suas propriedades anexadas pelo rei e distribuídas pela nobreza adepta da reforma. No reinado de Isabel I (1558-1603), estabelece-se a Igreja Anglicana, que representa um compromisso entre a doutrina calvinista e a liturgia católica. Pelo Acto de Supremacia, votado novamente em 1559, Isabel I detinha a autoridade em matéria eclesiástica.



Inquisição católica

CONTRA-REFORMA CATÓLICA - **A** **REAÇÃO**
CONTRA **O** **AVANÇO**
PROTESTANTE

Convocando o Concílio de Trento (1545 – 1563), a Igreja Católica estabeleceu um conjunto de medidas defensivas e ofensivas. A fim de impedir a contaminação pelo protestantismo dos países ainda não atingidos, criou um Index Librorum Prohibitorum (Índice de Livros Proibidos), dentre os quais encabeçavam as obras de Lutero, Calvino, etc. Reativou o Tribunal da Santa Inquisição, com a finalidade de reprimir heresias. Criou o catecismo, catequese e os seminários com vistas a discutir e persuadir os fiéis reconquistando o terreno perdido. Além disso, receberam incentivo as novas Ordens de pregadores apostólicos romanos com vistas a “levar a fé católica ao “Novo Mundo”. Neste contexto surge a Companhia de Jesus, de Inácio de Loyola, subordinada diretamente ao papa e que levava sua pregação ao continente americano e até à Ásia.

Jamais houve uma discussão ou um debate sério entre um papa e qualquer autoridade protestante acerca de temáticas doutrinárias. Todos ficam presos às suas metáforas e interpretações diferentes dos mesmos textos bíblicos e muito sangue foi derramado por causa disso.

A lembrar ainda a coincidência entre o protestantismo e o capitalismo e, de outro lado, entre o catolicismo e o tradicionalismo. Os países mais prósperos, do ponto de vista burguês, capitalista (ou “capetalista”, como preferem os puristas) seguem todos majoritariamente a fé protestante em seus diversos matizes: EUA, Inglaterra, Suíça, Holanda, Alemanha, Suécia... Por outro lado, aqueles ligados ao catolicismo e à ética do amor ao próximo, que não foram profundamente tocados pelo protestantismo, seguem subdesenvolvidos do ponto de vista capetalista – casos dos países Ibéricos e da América Latina, por exemplo.

Diante dos movimentos protestantes, a reação inicial e imediata da Igreja católica foi punir os rebeldes, na esperança de que as idéias reformistas não se propagassem e o mundo cristão recuperasse a unidade perdida. Essa tática, entretanto, não obteve bons resultados. O movimento protestante avançou pela Europa, conquistando crescente número de seguidores.

Diante disso, ganhou força um amplo movimento de **moralização** do clero e de **reorganização** das estruturas administrativas da Igreja católica, que ficou conhecido como **Reforma Católica** ou **Contra-Reforma**. Seus principais líderes foram os papas Paulo III (1534-1549), Paulo IV (1555-1559), Pio V (1566-1572) e Xisto V (1585-1590)

Um conjunto de medidas foram adotadas pelos líderes da Contra-Reforma, tendo em vista deter o avanço do protestantismo. Entre essas medidas, destacam-se a aprovação da **ordem dos jesuítas**, a convocação do **Concílio de Trento** e o restabelecimento da **Inquisição**.

ORDEM DOS JESUÍTAS

No ano de 1540, o papa Paulo III aprovou a criação da **ordem dos jesuítas** ou **Companhia de Jesus**, fundada pelo militar espanhol Inácio de Loyola, em 1534. Inspirando-se na estrutura militar, os jesuítas consideravam-se os "soldados da Igreja", cuja missão era combater a expansão do protestantismo. O combate deveria ser travado com as armas do espírito, e para isso Inácio de Loyola escreveu um livro básico, **Os Exércitos Espirituais**, propondo a **conversão** das pessoas ao catolicismo, mediante técnicas de contemplação. A criação de escolas religiosas também foi um dos instrumentos da estratégia dos jesuítas. Outra arma utilizada foi a **catequese** dos não-cristãos, com os jesuítas empenhando-se em converter ao catolicismo os povos dos continentes recém-descobertos. O Objetivo era expandir o domínio católico para os demais continentes.

CONCÍLIO DE TRENTO

No ano de 1545, o papa Paulo III convocou um **concílio** (reunião de bispos), cujas primeiras reuniões foram realizadas na cidade de Trento, na Itália. Ao final de longos anos de trabalho, terminados em 1563, o concílio apresentou um conjunto de decisões destinadas a garantir a unidade da fé católica e a disciplina eclesiástica. Reagindo às idéias protestantes, o Concílio de Trento reafirmou diversos pontos da doutrina católica, como por exemplo:

I. a salvação humana: depende da fé e das boas obras humanas. Rejeita-se, portanto a doutrina da predestinação;
II. a fonte da fé: o dogma religioso tem como fonte a **Bíblia** (cabendo à Igreja dar-lhe a interpretação correta) e a **tradição religiosa** (conservada e transmitida pela igreja). O papa reafirmava sua posição de sucessor de Pedro, a quem Jesus Cristo confiou a construção de sua Igreja;
III. a missa e a presença de Cristo: a Igreja reafirmou que no ato da eucaristia ocorria a presença de Jesus no Pão e no Vinho. Essa presença real de Cristo era rejeitada pelos protestantes.

O Concílio de Trento determinou, ainda, a elaboração de um **catecismo** com os pontos fundamentais da doutrina católica, a criação de seminários para a formação dos sacerdotes e manutenção dos celibatos sacerdotal. No ano de 1231, a Igreja católica havia criado os tribunais da Inquisição, que, com o tempo, reduziram suas atividades em diversos países. Entretanto, com o avanço do protestantismo, a Igreja reativou, em meados do século XVI, a Inquisição. Esta passou a se encarregar, por exemplo, de organizar uma lista de livros proibidos aos católicos, o **Index librorum prohibitorum**. Uma das primeiras relações de livros proibidos foi publicada em 1564.

CONSEQUÊNCIAS DA REFORMA RELIGIOSA

Apesar da diversidade das forças revolucionárias do século XVI, a Reforma teve grandes e consistentes resultados na Europa ocidental. Em geral, o poder e a riqueza perdidos pela nobreza feudal e pela hierarquia da Igreja Católica Romana foram transferidos para os novos grupos sociais em ascensão e para a coroa. Várias regiões da Europa conseguiram a sua independência política, religiosa e cultural. Mesmo em países como a França e na região da atual Bélgica, onde o Catolicismo Romano prevaleceu, um novo individualismo e nacionalismo foram desenvolvidos na cultura e na política. A destruição da autoridade medieval libertou o comércio e as atividades financeiras das restrições religiosas e promoveu o capitalismo. Durante a Reforma, as línguas nacionais e a literatura foram estimuladas através da difusão dos textos religiosos

escritos na língua materna, e não em latim. A educação dos povos foi, também, estimulada pelas novas escolas fundadas por Colet na Inglaterra, Calvino em Genebra e pelos príncipes protestantes na Alemanha. A religião deixou de ser monopólio de uma minoria clerical privilegiada e passou a ser uma expressão mais direta das crenças populares. Todavia, a intolerância religiosa manteve-se inabalável e as diferentes Igrejas continuaram a perseguir-se mutuamente, pelo menos, durante mais de um século.

EXERCÍCIOS

01.(PUC-CAMP) Considere os itens abaixo.

- I. Combate sistemático aos protestantes.
- II. Recuperação de áreas sob influência de protestantismo através da educação, com a criação de colégios.
- III. Difusão do catolicismo entre povos não-cristãos, por meio da catequese.
- IV. Contenção do protestantismo através dos Tribunais da Inquisição.

Eles identificam:

- a) as Ordenações Eclesiásticas de Calvino.
- b) o Ato de Supremacia de Henrique VIII.
- c) a Dieta de Angsburgo.
- d) a Reforma Luterana.
- e) a Contra-Reforma.

02. (FESP) A Reforma Protestante abalou as estruturas da Igreja Católica. Não foi no entanto, um movimento que teve apenas, repercussões religiosas. Podemos afirmar que:

- a) a participação dos camponeses nas manifestações contra a Igreja contribuíram para reforçar a liderança de Lutero.
- b) houve um grande interesse da nobreza com a ampliação do movimento na França e na Espanha.
- c) a Contra-Reforma conseguiu neutralizar as repercussões, recuperando o antigo prestígio da Igreja.
- d) Lutero e Calvino foram as lideranças mais expressivas da Reforma, mas tinham profundas divergências.
- e) as repercussões da Reforma não conseguiram abalar o prestígio da Igreja na Península Ibérica.

03. (CES – 2000) Assinale a opção que completa corretamente as lacunas:

Admitia também que existiam indícios dessa predestinação. Para ele, Deus organizou todas as coisas por determinação de sua vontade e atribuiu a cada um uma vocação particular, cujo objetivo era sua glorificação. Assim, o capital, o crédito, os bancos, o grande comércio seriam desejados por Deus e tão desejáveis como o salário de um trabalhador ou o aluguel de uma propriedade. O pagamento de _____ seria tão natural quanto o pagamento de uma renda pela utilização de terra. _____ afirmava “O trabalho é o que mais se assemelha a Deus... Um homem que não quer trabalhar não deve comer... o pobre é suspeito de preguiça, o que constitui uma injúria a Deus.”

Itaussu A. Mello, Leonel, História Moderna e Contemporânea, Editora Scipione, 1999; 5ª Edição P. 63.

- a) Capital / Lutero
- b) Lucro / Henrique VIII
- c) Burguesia / Paulo III
- d) Juros / Calvino
- e) Crédito / Loyola.

04. (EFOA – 1999) A partir do início da Idade Moderna o Protestantismo se expandiu por toda a Europa. Vários países como a Inglaterra e a Suíça se desligaram da Igreja Católica, que perdeu boa parte de seus bens. Numa tentativa de conter a expansão do Protestantismo, alguns papas tentaram promover uma reformulação moral, política e econômica na Igreja Católica. É nesse contexto que é realizado o Concílio de Trento, a fundação da Companhia de Jesus e o Tribunal da Santa Inquisição.

O texto acima se refere ao processo conhecido como:

- a) Reforma Calvinista.
- b) Reforma Protestante.
- c) contra-Reforma.
- d) Reforma Absolutista
- e) Reforma Luterana.

05. (UNI-BH – 1999) O início dos Tempos Modernos foi marcado por inúmeras transformações, entre as quais se destaca a Reforma, movimento de caráter religioso, responsável pela quebra da unidade do cristianismo na Europa Ocidental.

Sobre a Reforma é correto afirmar,
EXCETO:

- a) O Renascimento, criticando os valores medievais, contribuiu para a eclosão do movimento, pois estimulou o desenvolvimento do humanismo e da leitura e interpretação dos textos bíblicos.
- b) O conflito entre a posição da Igreja e os interesses dos comerciantes, banqueiros e governantes muito contribuiu para o desencadeamento da Reforma .
- c) Lutero defendia, nas suas “95 Teses”, uma ruptura total com o cristianismo e a afirmação da salvação pelas boas obras como forma de fortalecer os governantes.
- d) Calvino, outro importante reformador, defendia a doutrina da predestinação e limitou os sacramentos ao batismo e à comunhão.

06 - (FUVEST – 2000) Em 1748, Benjamin Franklin escreveu os seguintes conselhos a jovens homens de negócios: "Lembra-te que o tempo é dinheiro... Lembra-te que o crédito é dinheiro... Lembra-te que o dinheiro é produtivo e se multiplica... Lembra-te que, segundo o provérbio, um bom pagador é senhor de todas as bolsas... A par da sobriedade e do trabalho, nada é mais útil a um moço que pretende progredir no mundo que a pontualidade e a retidão em todos os negócios".

Tendo em vista a rigorosa educação religiosa do autor, esses princípios econômicos foram usados para exemplificar a ligação entre:

- a) protestantismo e permissão da usura.
- b) anglicanismo e industrialização.
- c) ética protestante e capitalismo.
- d) catolicismo e mercantilismo.
- e) ética puritana e monetarismo.

07 - (Mackenzie – 1999) Durante o reinado de Carlos IX (1560-1574), acirrou-se a luta entre católicos e huguenotes (na França os protestantes calvinistas). A facção católica, liderada pela família Guise, que tinha o apoio de Catarina de Médicis, mãe do rei, e a huguenote, dirigida pelos Bourbons, colocaram em confronto a nobreza católica defensora dos antigos privilégios feudais e a burguesia mercantil calvinista.
Cláudio Vicentino

O texto, apresenta parte do cenário das Guerras de Religião em França no século XVI. Dentre os acontecimentos abaixo,

pode ser considerado o ponto máximo desse conflito:

- a) o Tratado de Verdun.
- b) a Noite de São Bartolomeu.
- c) a Guerra de Reconquista.
- d) a Rebelião Jacquerie.
- e) o Massacre de Lyon.

08 (MACKENZIE – 2000) As transformações religiosas do século XVI, comumente conhecidas pelo nome de Reforma Protestante, representaram no campo espiritual o que foi o Renascimento no plano cultural; um ajustamento de idéias e valores às transformações sócio-econômicas da Europa. Dentre seus principais reflexos, destacam-se:

- a) a expansão da educação escolástica e do poder político do papado devido à extrema importância atribuída à Bíblia.
- b) o rompimento da unidade cristã, expansão das práticas capitalistas e fortalecimento do poder das monarquias.
- c) a diminuição da intolerância religiosa e fim das guerras provocadas por pretextos religiosos.
- d) a proibição da venda de indulgências, término do index e o fim do princípio da salvação pela fé e boas obras na Europa.
- e) a criação pela igreja protestante da Companhia de Jesus em moldes militares para monopolizar o ensino na América do Norte.

09. (PUC – MG – 1998) No século XVI, época das reformas religiosas na Europa, a Igreja Católica:

- a) opõe-se vigorosamente às terríveis guerras religiosas.
- b) torna-se tolerante para atrair as ovelhas desgarradas.
- c) revê seus dogmas, adaptando-se aos novos tempos.
- d) reafirma a Bíblia como fonte única da verdade divina.
- e) “associa-se” ao projeto colonizador da América ibérica.

10 - (PUC – MG – 1999) Diante do avanço do protestantismo, o Papa Paulo III convoca o XVIII Concílio Ecumênico da Igreja Católica, reunido em Trento, na Itália, a partir de 1545, apresentando como resultados, EXCETO:

- a) o reconhecimento do batismo e do casamento como únicos sacramentos válidos.
- b) a instituição dos seminários destinados à formação dos clérigos.
- c) o fortalecimento da autoridade pontifical através da infalibilidade do Papa.
- d) a adoção do latim como língua litúrgica oficial da Igreja Católica.
- e) a determinação do celibato clerical e o combate aos movimentos heréticos.

11 - (PUC – MG – 1999) Em 1517 começa, no Sacro Império Romano-Germânico, o movimento de reforma liderado por Martinho Lutero, que defendia:

- a) a fé como elemento fundamental para a salvação dos indivíduos.
- b) o relaxamento dos costumes dos membros da Igreja daquela época.
- c) a confissão obrigatória, o jejum e o culto aos santos e mártires.
- d) o princípio da predestinação e da busca do lucro por meio do trabalho.
- e) o reconhecimento do monarca como chefe supremo da Igreja.

12. (PUC –PR – 1999) O estudo da Reforma Luterana e Calvinista e fatores econômicos envolvidos permitem afirmar:

I - Lutero pertencia à ordem dos Agostinianos, preterida na venda de indulgências na Alemanha, dado que os Dominicanos foram escolhidos.

II - Muitos nobres alemães, em cujas terras o clero católico possuía extensas propriedades, apoiaram Lutero após este ter recomendado a confiscação de tal patrimônio.

III - Embora a Igreja Católica tivesse restrições aos juros e lucros, estas estavam abrandadas no século XVI, sendo católicos os poderosos banqueiros "Fuggers", de Augsburg.

IV - Quando ocorreu a Revolta dos Camponeses, inspirada em interpretações próprias da Bíblia, nobres católicos e protestantes uniram-se para defender suas terras.

V - João Calvino ensinou que as pessoas que prosperavam nos negócios e profissões tinham no sucesso a marca divina da "predestinação", que eram favorecidas por Deus.

- a) Somente as opções I e IV estão corretas.

- b) Somente as opções II e III estão corretas.
- c) Todas as opções estão corretas.
- d) Somente as opções I, II e IV estão corretas.
- e) Somente as opções I, III e V estão corretas.

13 - (UFC – 2000) O Calvinismo se destacou dentre as demais correntes protestantes, uma vez que defendia:

- a) valorização do próprio trabalho como um serviço de Deus, que legitimava os anseios da burguesia.
- b) condenação ao individualismo, como uma reação aos ideais burgueses, que ameaçavam a difusão das idéias reformistas.
- c) concepção de combate à burguesia, que se manifestava favorável à usura e ao controle dos gastos.
- d) o misticismo e a vida de reclusão em mosteiros, valorizando uma religiosidade apolítica.
- e) a desagregação dos ideais de fraternidade e respeito ao próximo, a fim de garantir a força da liberdade individual.

14 - (UFJF – 2000) "(...) - Não se faz outra coisa além de deixar o espírito abandonar o corpo e partir. Quem é que vem vos chamar, Deus, um anjo, um homem ou um demônio? É um homem como nós, ele está colocado acima de todos nós e chama-nos tocando um tambor. Vós que partis são muito numerosos? Nós somos uma multidão; às vezes cinco mil ou mais. (...) " (Carlo Ginsburg. Os andarilhos do bem.) A citação anterior é parte de um interrogatório inquisitorial de 1580, em que o réu era acusado de heresia, fato que se tornou corriqueiro com o advento da Reforma Protestante, sobre a qual é INCORRETO afirmar:

- a) foi um movimento que resultou, dentre outras coisas, das divisões internas do Catolicismo e da inadequação entre o princípio católico do "justo preço" e os princípios que inspiravam a transição para o Capitalismo;
- b) propagou-se, em sua maioria, no Sacro Império Romano-Germânico, Suíça e Inglaterra, regiões caracterizadas ou pela fragmentação política ou pela fragilidade da Igreja diante do Estado;
- c) pregava a venda de indulgências, a condenação dos lucros excessivos, a

infallibilidade da Bíblia e a incontestável submissão do homem a Deus;

d) pelo seu significativo impacto social, provocou o advento de um movimento de reação a seus princípios, conhecido como Contra-Reforma.

15. (UFMG – 1997) A Reforma Religiosa do século XVI teve como desdobramento

a) a consolidação do poder dos príncipes do Império Germânico.

b) a constituição de mais de uma igreja cristã no ocidente.

c) a divisão da Igreja em ramos: Ortodoxo e Romano.

d) a subordinação da Igreja Católica ao Estado.

16 - (UFMG – 2000) Leia o texto.

... é a vida profissional do homem que lhe dá certo treino moral, uma prova de seu estado de graça para a sua consciência, que se expressa no zelo e no método, fazendo com que ele consiga cumprir a sua vocação. Não é trabalho em si, mas um trabalho racional, uma vocação, que é pedida por Deus.

A concepção sobre o trabalho descrita nessa passagem é a defendida pelo

a) anglicanismo, religião cristã originada na Inglaterra, na Reforma ocorrida no século XVI.

b) calvinismo, religião cristã originada das concepções de João Calvino, no século XVI.

c) catolicismo, religião cristã, com sede em Roma e obediente à autoridade do Papa.

d) islamismo ou religião muçulmana, originada na Arábia ocidental, no século VII.

17 – (UFPB – 1996) – Com relação ao processo histórico de desenvolvimento e expansão da Reforma Protestante, é INCORRETO afirmar-se que as

a) heresias medievais foram divergências de doutrina que surgiram, contestando a Igreja Católica Apostólica Romana, sendo, por isso, duramente reprimidas pelos papas.

b) práticas de simonia constituíam vendas de cargos eclesiásticos, indulgências e objetos sacros por parte de papas, cardeais e bispos, evidenciando a corrupção da Igreja oficial.

c) perseguições aos primeiros reformadores, em que se destacaram John Wyclif e John Huss, ocorreram na Europa Ocidental, durante os séculos XIV e XV.

d) forças eclesiásticas foram as principais aliadas da burguesia comercial em ascensão, o que possibilitou a centralização política em torno das dinastias e dos Estados Nacionais.

e) publicações de Lutero, no século XVI, denunciavam as irregularidades da Igreja e, ao mesmo tempo, opunham-se às revoltas camponesas

18 - (UFPB – 1999) No final da Idade Média, as insatisfações religiosas contra a Igreja acumularam-se. No início da Idade Moderna verificou-se, então, a ruptura do cristianismo ocidental, surgindo a Reforma Protestante. Esta teve como causa determinante o

a) apoio dos monarcas Henrique VIII e Elisabeth aos camponeses pobres da Europa que, a partir de 1525, realizaram uma série de revoltas contra sacerdotes ricos e nobres, donos de grandes propriedades de terra.

b) descontentamento dos monges Martinho Lutero e Zuínglio, com as pregações da bula papal *Exsurge domine*, que permitiu um entendimento bíblico sem a intermediação dos padres.

c) interesse das monarquias nacionais e de toda a nobreza européia, que buscaram reforçar a Igreja Católica e a supremacia do Papa, contestadas pelos protestantes ibéricos.

d) ideal protestante relacionado à condenação da usura, prejudicando os interesses da burguesia comercial emergente.

e) aumento da venda de indulgências, sobretudo na Alemanha, ocasionando o crescimento da insatisfação popular.

19. (UFRN – 2000) No século XVI, surgiu, na Europa, um movimento de caráter religioso, político e econômico que deu origem à Reforma Protestante, iniciada como uma reação à(ao)

a) progresso do capitalismo comercial, que preconizava o lucro e estimulava o desenvolvimento das atividades mercantis, condenados pela Igreja Católica.

b) crise da Igreja Católica, que se manifestava através da vida desregrada, do

luxo do alto clero, da venda de cargos eclesiásticos e de relíquias sagradas.

c) teoria religiosa católica, que estava alicerçada na predestinação absoluta, na salvação pela fé e no livre exame da Bíblia.

d) fortalecimento do Estado Nacional Absolutista, cuja consolidação representava o apoio à teoria da supremacia e do universalismo do poder papal.

20 - (UFU – 1998) O surgimento e a expansão das igrejas protestantes no século XVI provocou a reação da Santa Sé, levando-a a tomar medidas para reafirmar os princípios fundamentais da moral católica. Este processo ficou conhecido como Contra-Reforma.

A esse respeito, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A Inquisição espanhola perseguia hereges, bruxas, assassinos, sodomitas e polígamos. Em Portugal, passou a combater os judeus que haviam fugido da Espanha, o luteranismo, o maometismo, a feitiçaria, a bigamia e a pederastia. No século XVI, a Inquisição estendeu-se às colônias espanholas da América e atingiu também o Brasil.

b) A Ordem dos Jesuítas ou Companhia de Jesus tornou-se uma verdadeira milícia a serviço do papa. Os jesuítas criaram escolas religiosas e catequisaram os não-cristãos, convertendo, ao catolicismo, os povos dos continentes recém-descobertos e expandindo o domínio católico para os demais continentes.

c) O Concílio de Trento organizou a Contra-Reforma católica, confirmando e definindo com precisão os dogmas e práticas rituais católicas, tais como: a salvação pela fé e pelas obras, os sete sacramentos, o culto à Virgem e aos santos e a presença real de Cristo no ato da eucaristia.

d) A Igreja decidiu reativar, em meados do século XVI, o funcionamento da Inquisição, que se encarregou, por exemplo, de organizar uma lista de livros proibidos aos católicos, o *Index librorum prohibitorum*.

e) Um dos dogmas restabelecidos pela Igreja foi o da predestinação, pelo qual o homem já nasce escolhido por Deus, para a vida eterna ou para a condenação. Assim, justificava-se a riqueza material como um sinal da graça divina sobre o indivíduo.

21 – (UNIPAR – 2000) A Reforma Protestante ocorrida na Europa no início do século XVI provocou o rompimento do cristianismo no Ocidente. Dentre os preceitos defendidos por Lutero, podemos mencionar corretamente:

- a) a salvação alcançada através da fé.
- b) a eliminação de todos os sacramentos.
- c) a subordinação do Estado aos interesses religiosos.
- d) o celibato clerical.
- e) a dogmatização da fé através da interpretação única das Sagradas Escrituras.

22 – (UPE – 2000) "Ante os ataques dos protestantes e na linha das posições doutrinárias e das decisões do concílio, a Igreja pós-tridentina tende a revalorizar determinadas formas de devoção coletiva. De fato, estas aparecem como a expressão da realidade da Igreja universal, desde que estreitamente enquadradas pelo clero"

Lebrun, F. *"As Reformas: devoções comunitárias e piedade pessoal" in História da Vida Privada (3), Cia. Das Letras, p. 73). A convocação do Concílio de Trento foi uma reação contra a Reforma, tomando medidas como :*

- a) a proibição da venda de indulgências nas regiões do norte da Europa, mantendo a venda em Portugal e na Espanha;
- b) a reativação da Inquisição e a criação de uma lista de livros proibidos , contribuindo para a censura das idéias;
- c) a liberação da venda de cargos eclesiásticos, mas manteve a indissolubilidade do casamento;
- d) a mudança na hierarquia eclesiástica, diminuindo os poderes do papa e dos bispos;
- e) a criação do tribunal da Inquisição em nações do norte da Europa, com a finalidade de combater calvinistas e luteranos.

Gabarito:

- 01 – E / 02 – E / 03 – D / 04 – C / 05 – C /
06 – C / 07 – B / 08 – B / 09 – E / 10 – A /
11 – A / 12 – C / 13 – A / 14 – C / 15 - B /
16 – B / 17 – D / 18 – D / 19 – B / 20 – E /
21 – A / 22 – B.

FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS E ABSOLUTISMO

1 - O ESTADO MODERNO E O MERCANTILISMO

A idade moderna inicia-se em 1453, com a tomada de Constantinopla pelos turcos e estende-se até 1789 com o início da revolução francesa. No contexto das transformações que marcaram a transição do feudalismo para o capitalismo, a constituição dos Estados Nacionais estabeleceu-se como uma importante alternativa para reorganizar as forças produtivas no conturbado cenário europeu do século XIV.

A crise do século XIV, na Europa, levou ao progressivo enfraquecimento do poder dos senhores feudais e, conseqüentemente, reforçou a tendência de centralização política e fortalecimento do poder real. Esta crise iniciou o processo de dissolução das relações de servidão, enfraqueceu os laços de dependência pessoal e foi marcada pela eclosão de revoltas camponesas (ex.: jaqueries na França) e urbanas. Outra tendência observada foi a contestação ao poder universal da Igreja, que atingiria seu momento máximo com a Reforma Protestante do século XVI.

O século XV marcou uma nova fase do processo histórico da Europa Ocidental. Estruturou-se uma nova ordem sócio-econômica – o capitalismo comercial. Onde a nobreza mantinha as “aparências” de poder por causa das suas terras e títulos. Embora estivessem em dificuldades financeiras, ainda sim queriam se impor segundo as novas regras da economia. Já a burguesia, mesmo com próspero comércio, não conseguia ser a classe dominante junto à aristocracia.

A idade moderna, na verdade pode ser considerada como um período de transição, que valorizou o comércio e a capitalização, que serviam de base para o desenvolvimento do sistema capitalista. Esse período foi bem diferente da idade média. Pode-se dizer que suas características foram bem opostas. A idade média foi marcada por:

» **regionalismo político**- onde os feudos e as comunas tinham autonomia política, causando a fragmentação no sistema administrativo;

» **o poder da igreja**- que enfatizava e colocava a autoridade do Papa sobre os reinos da época.

No estado moderno desenvolveu-se a noção da *soberania*, ou seja, a idéia de que o soberano (governante) tinha o direito de consolidar suas decisões perante seus súditos(ou governados) que morassem no seu território.

Para isso ocorrer, o estado desenvolveu vários meios para controlar a política de seu território. Alguns desses meios foram:

» **burocracia**: funcionários que cumpriam ordens do rei e desempenhavam as tarefas de administração pública. Estes cargos eram ocupados pela nobreza palaciana e pela alta burguesia.

» **Poder militar**: incluía toda as forças armadas- marinha, exército e polícia- para assegurar a ordem pública na sociedade e o poder do governo.

» **União da justiça**- a legislação passou a valer em todo o território nacional.

» **Sistema tributário**: ou seja, sistema de impostos regulares e obrigatórios para manter o governo e a administração pública.

» **Idioma oficial**: um mesmo idioma falado em todo território do estado, que transmitia as leis, ordens e tradições da nação, além de valorizar seus costumes e cultura.

O Estado moderno também é conhecido como estado *absolutista*, porque o poder estava concentrado nas mãos de poucos (reis e ministros) que se aproveitavam das limitações dos grupos sociais dominantes(a nobreza e a burguesia) para controlar a política. Além disso, dependia dos impostos arrecadados sobre as atividades comerciais e

manufatureiras. Por isso era necessário o estado ter burgueses em cargos do governo, incentivar o lucro, a expansão do mercado e a exploração das colônias.

Crise do século XIV

- *Dissolução das relações de servidão*
- *Enfraquecimento dos laços de dependência pessoal*
- *Revoltas camponesas e urbanas*
- *Contestação do poder universal da Igreja*

IMPORTANTE: A formação dos Estados Nacionais, embora ocorrendo de forma diversificada nas diversas regiões da Europa, não implicou a superação do Modo de Produção Feudal.

O Estado Moderno, na forma de uma Monarquia Nacional, representa a exigência de uma regulamentação jurídica para os conflitos sociais que se desenvolviam. Esse Estado continua sendo a expressão da hegemonia da nobreza que, através da reorganização estatal, reforça sua dominação sobre a massa camponesa. A formação do Estado Nacional teve o apoio da burguesia, pois a esta classe interessava o fim dos entraves que as relações servis de produção impunham aos seus negócios, assim como a superação da crise econômica do século XIV.

Estado Moderno

- *Necessidade de conter os conflitos sociais (Reforçar o controle sobre os camponeses)*
- *Manutenção do poder da nobreza (Ocupação de Cargos Públicos; Privilégios como isenção de impostos)*
- *Bom para as elites comerciais: a formação dos Estados Nacionais possibilitou a superação da crise econômica do século XVI com o Expansionismo Marítimo comercial. Também foram superados os entraves às atividades mercantis: diminuição do poder dos senhores feudais, a unificação das fronteiras e dos aspectos relativos às finanças como moeda e impostos, além dos pesos e medidas.*

CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS ESTADOS MODERNOS

- Centralização e unificação administrativa, com a eliminação da autonomia dos poderes locais e das cidades;
- Formação de uma burocracia, isto é, um grupo de pessoas especializadas nos negócios administrativos;
- Formação de um exército nacional permanente, com soldados profissionais pagos;
- Arrecadação de impostos “reais”, necessários para custear as despesas com o exército e a burocracia;
- Unificação do sistema de pesos e medidas, destacando-se a unificação monetária
- Imposição da justiça real, baseada no direito romano, que se sobrepõe à justiça senhorial.
- Definição das fronteiras e do mercado nacional.

A BASE DO ABSOLUTISMO E MERCANTILISMO

A base teórica do absolutismo foi dada por *Jacques Bossuet e Thomas Hobbes*. Bossuet defendia o direito divino dos reis; seus atos eram superiores ao julgamento dos homens. Já Hobbes justificou o absolutismo, a partir do fato dos homens entrarem em um acordo, onde o poder ficaria como rei e a ordem seria estabelecida.

Essas monarquias regulavam suas economias de acordo com as práticas mercantilistas que tinham por base:

- » aumentar a qualquer custo as economias da Coroa;
- » vender mais do que comprar;
- » incentivar a produção interna, incluindo as colônias, para assim ter uma balança comercial favorável;
- » adotar medidas de proteção para as manufaturas e controlar as taxas

alfandegárias sobre os produtos importados;

» conquistar colônias e explorar produtos de alto valor comercial na Europa;

» a aliança da burguesia mercantil com os reis em favor dos seus interesses econômicos. Com isso a burguesia conseguiu até mesmo formar um exército forte.

Nesse período, teve um estado *interventor*, que atuava em todos os setores da vida nacional. Na economia, essa intervenção manifestou-se através do mercantilismo.

ABSOLUTISMO: ALIANÇA ENTRE REI E IGREJA

O Concílio Vaticano II nos mostrou que a Igreja pré-conciliar estava divorciada da civilização da sociedade contemporânea, caminhando por vias diversas, quando não opostas. Tentaremos explicar a gênese do fenômeno.

A partir do século XVII até a Revolução Francesa (1789) e mesmo entrando no século XIX (a Restauração de 1814-1848), vigorou na Europa o regime político denominado “**Absolutismo**”. Foi o ponto de chegada de um processo iniciado na Idade Média e que representou a derrota da nobreza pela monarquia e a afirmação do soberano (Rei) e do Estado nacional. Isso foi possível pelo cansaço das guerras de religião, pela riqueza provinda das novas descobertas e o apoio da burguesia.

O Absolutismo foi o regime da centralização: os soberanos passaram a concentrar todos os poderes, ficando os cidadãos excluídos de qualquer participação e controle na vida pública.

A base social do Absolutismo era o privilégio: honras, riquezas e poderes eram reservados a um pequeno grupo de pessoas. Eram:

- **privilégios sociais** (acesso exclusivo a cargos, oficialato no exército, colégios, distinção nas vestes...);

- **privilégios jurídicos** (direito de passar testamento, tribunais e penas especiais);
- **privilégios econômicos** (isenções de impostos que recaíam sobre os pobres).

A Igreja e o Estado caminhavam num perfeito paralelismo: o político usa o sagrado e o sagrado usa o político. O proibido ou permitido na ordem religiosa é também na civil. Daí a expressão que melhor define o sistema: a união Trono e Altar. Isso valia para os países católicos, a Prússia protestante, a Inglaterra anglicana e a Rússia ortodoxa.

Conseqüências:

1 - O Direito divino dos Reis: a autoridade do rei vem de Deus e a ninguém ele devia explicação de suas atitudes. Sua pessoa é sagrada.

2 - A unidade política se fundamentava na unidade religiosa: um Rei, uma Fé, uma Lei. Quem não seguia a religião do rei era privado dos direitos políticos (cargos públicos) e civis (liberdade de domicílio, de trânsito, de profissão, de propriedade).

3 - A Religião do Estado: nos países católicos, a religião católica era a única permitida. Era dever do rei defendê-la e promovê-la, impedindo o proselitismo, a difusão de livros contrários à religião e considerando os delitos contra a religião como delitos contra o Estado. Cumprir os deveres religiosos era pressuposto para o gozo de certos direitos civis. **Aos domingos** era proibido manter abertos os botecos e divertir-se em público durante as funções religiosas. As transgressões eram punidas pelo braço secular. A própria autoridade eclesiástica: as Cúrias, os inquisidores, bispos e superiores religiosos, para proteger a moralidade pública, possuíam meios para castigar os culpados. **A censura eclesiástica** à imprensa era sancionada pelo Estado, mas tendo um preço muito alto: o Estado censurava as próprias Cartas Pastorais dos Bispos e Documentos Pontifícios. A estrutura cristã tira assim a liberdade cristã.

4 - À Igreja era reconhecido o monopólio assistencial e da instrução: o Estado não se interessa pela instrução pública, que ficava nas mãos dos religiosos (jesuítas,

barnabitas, beneditinos, irmãos das escolas cristãs...). As obras assistenciais também estavam nas mãos da Igreja, que possuía e recebia os meios para mantê-las, sendo este seu grande título de glória.

5 - As imunidades dos nobres são estendidas à Igreja e ao clero.

- **Imunidades reais:** os bens eclesiásticos eram isentos de taxas e inalienáveis;
- **Imunidades locais:** direito de asilo conferido às Igrejas e edifícios anexos;
- **Imunidades pessoais:** isenção do serviço militar, direito de serem julgados por um tribunal eclesiástico. Era o foro eclesiástico.

Enquanto isso, sobretudo a partir dos século XVII-XVIII, o Estado começou a caminhar para a laicização da sociedade e para a subordinação da Igreja ao Estado. De fato, os privilégios distanciavam a Igreja do povo e, a uma Igreja que se afasta do povo, corresponde um povo que se afasta da Igreja.

UMA IGREJA CONTROLADA PELO ESTADO

O apoio do Estado foi acompanhado de um pesado controle deste sobre a Igreja e toda sua atividade, já que o rei julgava receber de Deus uma verdadeira missão eclesiástica. Príncipes, encorajados por escritores, viam na intervenção estatal o único meio eficaz para a renovação religiosa.

Competia, portanto, ao Estado: regular a administração dos bens eclesiásticos, a nomeação de bispos e párocos, a disciplina do clero e dos fiéis e, inclusive, o culto. Em poucas palavras, a Igreja era reduzida à sacristia. Esse sistema recebeu o nome de Jurisdicionalismo. De todos os direitos-deveres do Estado, dois eram fundamentais e, por isso mesmo, mais prejudiciais à Igreja:

- **O Direito de Nomeação** (atribuída ao soberano a nomeação dos bispos, abades e funcionários eclesiásticos). Na França, entre 1516-1905 (ano da separação), todos os bispos foram nomeados

pelo Estado. Ao Papa cabia a instituição canônica;

- **O Direito de veto** (o rei poderia excluir pessoas de determinadas funções. A aplicação mais clamorosa acontecia nos conclaves, com o uso do “veto” por parte das potências católicas, na eleição dos papas. O “veto” foi utilizado até 1903 quando Pio X proibiu, sob pena de excomunhão, qualquer tentativa de impedir a eleição de algum candidato ao Trono pontifício.

Após Adriano VI (1522), somente italianos terem sido eleitos, foi, em grande parte, a rivalidade entre a Espanha, França e Áustria: o pavor que uma sentia em imaginar um Papa de nacionalidade que não a sua, fazia-o pender para a “solução italiana”. A tradição foi quebrada somente em 1978, com a eleição do polonês Karol Wojtylla.

EXERCÍCIOS

1. As características do Estado moderno foram opostas a que características do sistema feudal?

- a) regionalismo político e o poder da igreja;
- b) poder centralizado e união nacional;
- c) cada feudo com seu poder, mas sujeitos as autoridades reais;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

2. Para o Estado poder controlar a política monárquica de seu território foi preciso desenvolver vários meios para alcançar esse objetivo. Alguns deles foram:

- a) regionalismo político;
- b) sistema tributário, força militar, burocracia administrativa e idioma oficial;
- c) somente a criação de impostos mais pesados para a população;

d) a criação de um estado baseado em um idioma oficial, falado em todo território;

3. Quais alguns dos pensadores que deram a base teórica do absolutismo:

- a) Colbert e Luis XIV;
- b) interventores e clérigos;
- c) Jacques Bossuet e Thomas Hobbes;
- d) Thomas Bossuet e Jacques Hobbes;

4. As práticas mercantilistas regulamentavam as economias da monarquia e tinham por base:

- I) vender mais do que comprar;
 - II) incentivo a produção interna, principalmente nas colônias;
 - III) alianças entre reis, burgueses e camponeses;
 - IV) ter medidas de proteção para as manufaturas e controle das taxas alfandegárias sobre os produtos importados;
 - V) conquistar e explorar colônias com produtos de pouco valor comercial na Europa;
- a) somente as alternativas I e IV estão corretas.
 - b) Somente as alternativas II e III estão corretas.
 - c) Todas as alternativas estão corretas.
 - d) Somente as alternativas I e II e IV estão corretas.
 - e) Somente as alternativas I III e V estão corretas.

5. Quais os países que se destacaram no mercantilismo durante os séculos XVI – XVIII, e em que campos se destacaram?

6.(ALFENAS) “O Estado sou Eu”. Essa frase de Luís XIV indicava uma particular organização do Estado Moderno. São suas características:

- a) dirigir a economia, legislar, nomear ministros e criar tributações.
- b) manipular a nobreza e a burguesia.
- c) concentrar poderes à disposição do parlamento.
- d) estabelecer a balança comercial favorável e o metalismo.
- e) manter o monopólio e criação de tributos.

7.(UNIBH) Leia o trecho abaixo com atenção, pois suas afirmativas podem ser falsas ou verdadeiras.

O Absolutismo Monárquico foi a forma política que predominou nos Tempos Modernos e que consiste “num poder não partilhado, concentrado na pessoa do rei. Seu caráter pessoal é o que os sociólogos políticos chamam hoje de personalização do poder”. Na França, o absolutismo atingiu o seu auge com a dinastia Bourbon.

Pode-se afirmar que o texto acima é

- a) parcialmente correto, pois o absolutismo predominou na Idade Média.
- b) parcialmente correto, já que o poder era partilhado com o Parlamento.
- c) totalmente falso.
- d) totalmente verdadeiro.

8.(FUVEST) "Após ter conseguido retirar da nobreza o poder político que ela detinha enquanto ordem, os soberanos atraíram para a corte e lhe atribuíram funções políticas e diplomáticas"

Esta frase, extraída da obra de Max Weber, "Política como Vocação" refere-se ao processo que, no Ocidente,

- a) destruiu a dominação social da nobreza, na passagem da Idade Moderna para a Contemporânea.
- b) estabeleceu a dominação social da nobreza, na passagem da Antiguidade para a Idade Média.
- c) fez da nobreza uma ordem privilegiada, na passagem da Alta Idade Média para a Baixa Idade Média.
- d) conservou os privilégios políticos da nobreza, na passagem do Antigo Regime para a Restauração.

e) permitiu ao Estado dominar politicamente a nobreza, na passagem da Idade Média para a Moderna.

9.(PUC - MG) “O Estado sou eu”. Essa frase de Luís XIV, rei de França, expressa de fato:

- a) a indefinição de funções no Antigo Regime.
- b) o conceito de nação nos Tempos Modernos.
- c) o nacionalismo exacerbado da transição feudal – capitalista.
- d) o poder ilimitado dos reis no Estado Absolutista.
- e) a identificação dos monarcas com suas nações.

10. (PUC - MG) Oriundo da crise do feudalismo, o Estado Absolutista representou a organização política dominante na sociedade européia entre os séculos XV e XVIII, podendo ser caracterizado pela:

- a) supressão dos monopólios comerciais, possibilitando o desenvolvimento das manufaturas nacionais.
- b) quebra das barreiras regionalistas do feudo e da comuna, agilizando e integrando a economia nacional.
- c) abolição das formas de exploração das terras típicas do feudalismo, tornando a sociedade mais dinâmica.
- d) ascensão política do grupo burguês, que passa a gerir o Estado segundo seus interesses particulares.
- e) ausência efetiva de instrumento de controle, quer no plano moral ou temporal, sobre o poder do rei.

11.(PUC - PR) - O Absolutismo Real foi consagrado no plano teórico por alguns filósofos e pensadores, que o explicaram como necessário e justo. Numere a coluna II pela coluna I, e depois assinale a alternativa que contém a seqüência correta:

Coluna I

- (1) Nicolau Maquiavel
- (2) Jean Bodin
- (3) Thomas Hobbes
- (4) Jacques Bossuet

Coluna II

- () Seis livros da República
- () O Leviatã

- () Política resultante das Sagradas Escrituras
- () O Príncipe

- a) 2 - 3 - 1 - 4
- b) 4 - 3 - 1 - 2
- c) 3 - 2 - 4 - 1
- d) 2 - 3 - 4 - 1
- e) 2 - 4 - 1 - 3

12.(PUC - RS) O filósofo inglês Thomas Hobbes, no século XVII, defendeu ferrenhamente o poder absoluto dos reis para governar. Seus pressupostos políticos são encontrados na obra

- a) O príncipe.
- b) Utopia.
- c) Leviatã.
- d) Segundo tratado sobre o governo.
- e) Do espírito das leis.

13. (UFLA) Apresentamos abaixo, três obras representativas do absolutismo (coluna 1) e as principais idéias nelas contidas (coluna 2).

Numere a coluna 2 de acordo com a coluna 1 e identifique a alternativa que apresenta a seqüência CORRETA:

COLUNA 1

- 1. O Príncipe (1513-16)
- 2. Leviatã (1651)
- 3. A República (1576)

COLUNA 2

- () Defende a soberania do Estado e o caráter divino do monarca, não havendo limites à autoridade do mesmo;
- () Afirma haver a necessidade de um Estado nacional forte, independente da Igreja e encarnado na figura do chefe de governo;
- () Justifica o surgimento do Estado enquanto um contrato social. Sem a existência do Estado, a humanidade viveria em permanente situação de guerra.

- a) 2, 1, 3
- b) 1, 3, 2
- c) 3, 2, 1
- d) 3, 1, 2
- e) 1, 2, 3

14. (UFPB) O absolutismo foi o regime político genuíno dos tempos modernos. Entre os seus teóricos, destaca-se Thomas Hobbes, autor de “O Leviatã”. A sua

concepção de poder pode ser assim resumida:

- a) Todas as atividades destinadas ao benefício do Estado são legítimas, uma vez que os fins justificam os meios.
- b) A política e a moral não se separam, pois o bem do Estado está ligado ao bem do indivíduo.
- c) O melhor Estado é o democrático, entendido como um contrato entre o soberano e seus súditos.
- d) A monarquia hereditária é o melhor governo, pois tem origem divina, é mais natural e se perpetua por si mesma.
- e) O poder do Estado soberano é ilimitado, onde a lei, a propriedade e as doutrinas devem ser rigidamente por ele controladas.

15. (UFPEL) Maquiavel aconselhou aos governantes do início da Idade Moderna formas de como manter o poder.

“É de notar-se, aqui, que, ao apoderar-se de um Estado, o conquistador deve determinar as injúrias que precisa levar a efeito, e executá-las todas de uma só vez, para não ter que renová-las dia a dia. Deste modo, poderá incutir confiança nos homens e conquistar-lhes o apoio, beneficiando-os. Quem age por outra forma, ou por timidez ou por força de maus conselhos, tem sempre necessidade de estar com a faca na mão e não poderá nunca confiar em seus súditos, porque estes, por sua vez, não se podem fiar nele, mercê das suas recentes e contínuas injúrias. As injúrias devem ser feitas todas de uma só vez, a fim de que, tomando-se-lhes menos o gosto, ofendam menos. E os benefícios devem ser realizados pouco a pouco, para que sejam melhor saboreados.”

(MAQUIAVEL, Nicolau. “O Príncipe”. (Coleção Os Pensadores) 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 44).

Suas idéias são características da conjuntura histórica que, na Europa, favoreceu

- a) a Escolástica e as Corporações de Ofício nas cidades.
- b) o Teocentrismo e a fragmentação política do Império Romano.
- c) o Renascimento e a centralização política que levou à formação dos Estados Nacionais.
- d) o Iluminismo e o Liberalismo Econômico.

e) o Despotismo Esclarecido e a Revolução Industrial.

16. (UFRJ) “Três razões fazem ver que este governo é o melhor. A primeira é que é o mais natural e se perpetua por si próprio... A segunda razão é que esse governo é o que interessa mais a conservação do Estado... A terceira razão tira-se da dignidade das casas reais...”

ANDERSON, Perry. Linhagens do estado absolutista. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 18.

Segundo Perry Anderson, um dos maiores estudiosos do absolutismo Ocidental, este era apenas um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado, destinado a sujeitar as massas camponesas à sua posição social tradicional... Visando a dominação ideológica, foram criadas inúmeras teorias, cujo objetivo era justificar o poder centralizado dos reis, na formação dos Estados Modernos.

Correlacionando os principais teóricos do Absolutismo às suas idéias,

- 1) Thomas Hobbes e H. Grotius
- 2) Nicolau Maquiavel
- 3) Jean Bodin e Jacques Bossuet

() “o trono real não é o trono de um homem, mas do próprio Deus...”.

() “o Príncipe não deve se importar com se expor à infâmia dos vícios, sem os quais seria difícil salvar o poder...”.

() um governo deve ser forte, para que a paz e a ordem sejam mantidas, evitando assim que o homem se torne “Lobo do Próprio Homem”.

A opção correta é:

- a) 1, 2, 3.
- b) 3, 2, 1.
- c) 2, 3, 1.
- d) 1, 3, 2.
- e) 3, 1, 2.

GABARITO: 1. A; 2. B; 3. C; 4.D;

5. França, Inglaterra, Espanha e Portugal.

França- na produção e no comércio , além da construção naval. No reinado de Luis XIV, orientado pelo ministro

das finanças, Colbert, desenvolveu-se na exportação de artigos de luxo.

Inglaterra, teve o incentivo na construção naval e na criação de leis que proibiam o transporte de produtos das metrópoles ou das colônias inglesas, por navios estrangeiros. Incentivou as atividades financeiras por criar diversas companhias de comércio.

Espanha, com o enriquecimento devido os metais preciosos de suas colônias. Destacando-se o ouro.

Portugal, na construção naval e exploração ultramarina.

6A / 7 D / 8 E / 9D / 10 B / 11 D / 12 C / 13D
/ 14 E / 15 C / 16B.

CRISE ABSOLUTISTA

INTRODUÇÃO

O século XV inaugurava um novo período do processo histórico da Europa ocidental: possuir terras já não era mais sinônimo seguro de poder; as relações sociais de dominação não eram as mesmas do mundo feudal; mudanças qualitativas na economia européia abriam espaço para uma nova ordem política e social.

Tendo suas origens no feudalismo, o mundo moderno evoluiria até culminar no seu oposto - o **capitalismo** do mundo contemporâneo. Assim, em muitos aspectos, o mundo moderno constitui uma negação do mundo medieval, embora ainda não se caracterizasse como um todo sólido, maduro, apresentando-se como uma época de transição. Foi o período de consolidação dos ideais de progresso e de desenvolvimento, que reforçou o pensamento racionalista e individualista, valores burgueses que iriam demolir o universo ideológico católico-feudal.

Entre os séculos XV e XVIII, estruturou-se uma ordem socioeconômica, denominada **capitalismo comercial**. Durante esse período, a nobreza, cuja posição social era ainda garantida por suas propriedades rurais e títulos - mas não raro enfrentava dificuldades financeiras -, passou a buscar ansiosamente meios para se impor segundo os novos padrões econômicos.

Por seu lado, a burguesia, mesmo prosperando nos negócios, estava longe de ser a classe social dominante, com prestígio junto à aristocracia. Como desejasse exercer a supremacia de que se julgava merecedora por seu poder econômico, freqüentemente incorreu no paradoxo de assistir valores decadentes, como a compra de títulos de nobreza. Apenas no final da Idade Moderna, a classe burguesa reuniu meios para edificar uma ordem social, política e econômica à sua própria imagem, embora somente os acontecimentos da segunda metade do século XVIII, como a Revolução Industrial, a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, consolidassem definitivamente a posição da burguesia, inaugurando a Idade Contemporânea.

Assim, sendo um período de transição, a Idade Moderna reforçou a importância do comércio e da capitalização, que constituíram a base sobre a qual se desenvolveria o sistema capitalista. Como decorrência, um novo Estado, novas normas e novos valores foram gerados segundo as novas exigências do homem ocidental.

1 - ECONOMIA E SOCIEDADE DO ANTIGO REGIME

Com as cruzadas, no início da Baixa Idade Média, processou-se um conjunto de alterações socioeconômicas, decorrente do renascimento do comércio, da urbanização e do surgimento da burguesia. A junção desses elementos, por sua vez, impulsionou o processo de formação do Estado nacional, e lentamente foram sendo demolidos os pilares que sustentavam o feudalismo.

Cada vez mais ganhavam terreno a economia de mercado, as trocas monetárias, a preocupação com o lucro e a vida urbana. Assim, se por um lado o mundo medieval encerrou em meio à crise (guerras, pestes), por outro, com o início da expansão marítima e declínio do feudalismo, afirmou-se uma nova tendência: o **capitalismo comercial**.

O ressurgimento do comércio na Europa e a exploração colonial do Novo Mundo americano e afro-asiático propiciaram a ascensão vertiginosa da economia mercantil. No meio rural europeu, as relações produtivas variavam desde as feudais (senhor-servo) até as que envolviam o trabalho assalariado (proprietário-camponês), renunciando o que viria a ser um regime de características capitalistas. A exploração do trabalhador e a expropriação de suas terras possibilitaram uma gradativa e crescente ampliação de riquezas nas mãos dos donos das terras e dos meios de produção - a chamada acumulação primitiva de capitais.

2 - ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAIS

A primeira etapa da acumulação capitalista é comumente chamada de acumulação primitiva. Realizada inicialmente por meio da transformação das relações de produção e surgimento do trabalho assalariado e concentração dos meios de produção - nas mãos de poucos, seguidos da expansão capitalista -, "a acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista [...] Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançada no mercado de trabalho como levas de proletariados destituídos de direitos. A expropriação do produtor rural, do camponês que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo processo" MARX, Karl. O capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. v. 2. p. 830-1.

O capitalismo comercial evoluiu, assim, para uma crescente separação entre **capital e trabalho**. Mais e mais a burguesia acumulou patrimônio e moeda, capitalizando-se, enquanto os trabalhadores foram sendo limitados à condição de assalariados, donos unicamente da sua força de trabalho. A burguesia foi, então, se preparando para o completo controle dos meios de produção, o que se consolidaria definitivamente com a Revolução Industrial.

Visando adequar o meio rural ao capitalismo comercial e reorganizar a produção mais eficientemente, os proprietários lançaram mão de diversos recursos. Um exemplo foram os **cercamentos** na Inglaterra: com o desvio do uso da terra para a criação de ovelhas - tarefa que requeria pouca mão-de-obra e destinava-se à produção de lã exportada para Flanders - formou-se enorme contingente servil sem colocação no campo. Sem opções, essa massa se dirigiu para as cidades, onde se tornou mão-de-obra disponível, mais tarde empregada na colonização da América inglesa e, principalmente, nas unidades fabris durante a Revolução Industrial.

Nas cidades, as relações produtivas também eram mescladas: o **artesanato**,

praticado em oficinas, nas quais o mestre artesão e os artesãos auxiliares eram produtores e donos dos meios de produção, e as **manufaturas**, em que se processavam relações de cunho capitalista através da concentração dos meios de produção (fábricas e instrumentos) nas mãos do empresário e do pagamento de um salário em troca da força de trabalho do empregado.

Dessa forma, a sociedade do período moderno, comumente chamada de **sociedade de ordens** (clero, nobreza e povo), apresentava-se, na prática, dividida em uma classe de proprietários de terras (clero e nobreza), uma classe de trabalhadores (servos, camponeses livres, assalariados, enfim, a massa popular) e uma classe burguesa (mercantil e manufatureira). A Idade Moderna conheceu, então, a luta da burguesia pelo espaço social, político e ideológico.

3 - DESPOTISMO ESCLARECIDO

Despotismo esclarecido

O despotismo esclarecido foi uma forma reformista de governar característica da Europa, era apoiada por princípios iluministas. Desenvolveu-se no leste europeu onde a economia ainda era atrasada e a burguesia era muito fraca ou inexistente. O despotismo esclarecido visava acelerar o processo de modernização de alguns países e assim aumentar seu poder e prestígio a fim de enfraquecer a oposição ao seu governo. Argumentam que governam em nome da felicidade dos povos.

Os principais déspotas esclarecidos foram:

Frederico II: foi o principal déspota esclarecido prussiano onde reformou o sistema penal, aboliu as torturas praticadas por seu pai, fundou escolas promovendo a educação, incentivou a produção cultural comercial e manufatureira, decretou a tolerância religiosa.

Catarina II: estrangeira da Prússia assumiu a Rússia e construiu escolas, hospitais, reformou e modernizou cidades, racionalizou a administração pública e limitou a ação da igreja.

José II: imperador da Alemanha aboliu a servidão e a tortura, secularizou seus bens, fundou escolas, hospitais e asilos, concedeu liberdade de culto a toda crença religiosa, criou impostos para o clero e a nobreza, limitou feriados e peregrinações, tornou a língua alemã como obrigatória.

Marquês de Pombal: conde português que iniciou reformas administrativas econômicas e sociais desenvolveu o comércio colonial, isentou impostos para exportações, fundou o banco real, expulsou os jesuítas de Portugal, modernizou o exército.

4 - ILUMINISMO

Chamamos de Iluminismo o movimento cultural que se desenvolveu na Inglaterra, Holanda e França, nos séculos XVII e XVIII. Nessa época, o desenvolvimento intelectual, que vinha ocorrendo desde o Renascimento, deu origem a idéias de liberdade política e econômica, defendidas pela burguesia. Os filósofos e economistas que difundiam essas idéias julgavam-se propagadores da luz e do conhecimento, sendo, por isso, chamados de iluministas.

O Iluminismo trouxe consigo grandes avanços que, juntamente com a Revolução Industrial, abriram espaço para a profunda mudança política determinada pela Revolução Francesa. O precursor desse movimento foi o matemático francês René Descartes (1596-1650), considerado o pai do racionalismo. Em sua obra “Discurso do método”, ele recomenda, para se chegar à verdade, que se duvide de tudo, mesmo das coisas aparentemente verdadeiras. A partir da dúvida racional pode-se alcançar a compreensão do mundo, e mesmo de Deus.

As principais características do Iluminismo eram:

- Valorização da razão, considerada o mais importante instrumento para se alcançar qualquer tipo de conhecimento;
- valorização do questionamento, da investigação e da experiência como forma de conhecimento tanto da natureza quanto da sociedade, política ou economia;
- crença nas leis naturais, normas da natureza que regem todas as transformações que ocorrem no comportamento humano, nas sociedades e na natureza;
- crença nos direitos naturais, que todos os indivíduos possuem em relação à

vida, à liberdade, à posse de bens materiais;

- crítica ao absolutismo, ao mercantilismo e aos privilégios da nobreza e do clero;
- defesa da liberdade política e econômica e da igualdade de todos perante a lei;
- crítica à Igreja Católica, embora não se excluísse a crença em Deus.

Os pensadores que defendiam estes ideais acreditavam que o pensamento racional deveria ser levado adiante substituindo as crenças religiosas e o misticismo, que, segundo eles, bloqueavam a evolução do homem. O homem deveria ser o centro e passar a buscar respostas para as questões que, até então, eram justificadas somente pela fé.

A apogeu deste movimento foi atingido no século XVIII, e, este, passou a ser conhecido como o Século das Luzes. O Iluminismo foi mais intenso na França, onde influenciou a Revolução Francesa através de seu lema: Liberdade, igualdade e fraternidade. Também teve influência em outros movimentos sociais como na independência das colônias inglesas na América do Norte e na Inconfidência Mineira, ocorrida no Brasil.

Para os filósofos iluministas, o homem era naturalmente bom, porém, era corrompido pela sociedade com o passar do tempo. Eles acreditavam que se todos fizessem parte de uma sociedade justa, com direitos iguais a todos, a felicidade comum seria alcançada. Por esta razão, eles eram contra as imposições de caráter religioso, contra as práticas mercantilistas, contrários ao absolutismo do rei, além dos privilégios dados a nobreza e ao clero.

Os burgueses foram os principais interessados nesta filosofia, pois, apesar do dinheiro que possuíam, eles não tinham poder em questões políticas devido a sua forma participação limitada. Naquele período, o Antigo Regime ainda vigorava na França, e, nesta forma de governo, o rei detinha todos os poderes. Uma outra forma de impedimento aos burgueses eram as práticas mercantilistas, onde, o governo interferia ainda nas questões econômicas.

No Antigo Regime, a sociedade era dividida da seguinte forma: Em primeiro

lugar vinha o clero, em segundo a nobreza, em terceiro a burguesia e os trabalhadores da cidade e do campo. Com o fim deste poder, os burgueses tiveram liberdade comercial para ampliar significativamente seus negócios, uma vez que, com o fim do absolutismo, foram tirados não só os privilégios de poucos (clero e nobreza), como também, as práticas mercantilistas que impediam a expansão comercial para a classe burguesa.

Os principais filósofos do Iluminismo foram: **John Locke (1632-1704)**, ele acreditava que o homem adquiria conhecimento com o passar do tempo através do empirismo; **Voltaire (1694-1778)**, ele defendia a liberdade de pensamento e não poupava crítica a intolerância religiosa; **Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)**, ele defendia a idéia de um estado democrático que garanta igualdade para todos; **Montesquieu (1689-1755)**, ele defendeu a divisão do poder político em Legislativo, Executivo e Judiciário; **Denis Diderot (1713-1784)** e **Jean Le Rond d'Alembert (1717-1783)**, juntos organizaram uma enciclopédia que reunia conhecimentos e pensamentos filosóficos da época.

ERA DAS REVOLUÇÕES

1 - REVOLUÇÃO INGLESA

A Revolução Inglesa do século XVII representou a primeira manifestação de crise do sistema da época moderna, identificado com o absolutismo. O poder monárquico, severamente limitado, cedeu a maior parte de suas prerrogativas ao Parlamento e instaurou-se o regime parlamentarista que permanece até hoje. O processo começou com a Revolução Puritana de 1640 e terminou com a Revolução Gloriosa de 1688. As duas fazem parte de um mesmo processo revolucionário, daí a denominação de Revolução Inglesa do século XVII e não Revoluções Inglesas.

Esse movimento revolucionário criou as condições indispensáveis para a Revolução Industrial do século XVIII, limpando terreno para o avanço do capitalismo. Deve ser considerado a primeira revolução burguesa da história da Europa: antecipou em 150 anos a Revolução Francesa.

SURGEM AS CONDIÇÕES

A Inglaterra atingiu no século XVII notável desenvolvimento, favorecido pela monarquia absolutista. Henrique VIII e Elizabeth I unificaram o país, dominaram a nobreza, afastaram a ingerência papal, criaram a igreja nacional inglesa, confiscaram terras da Igreja Católica e passaram a disputar os domínios coloniais com os espanhóis. Tais tarefas agradaram à burguesia, mas agora o poder absolutista tornava-se incômodo, pois barrava o avanço da burguesia mercantil. Grande parte dos recursos do Estado vinham da venda de monopólios, como aqueles sobre comércio exterior, sal, sabão, alúmen, arenque e cerveja, que beneficiavam um pequeno grupo, a burguesia financeira. E prejudicavam a burguesia comercial, sem liberdade para suas atividades, e os artesãos, que pagavam caro por alúmen e produtos indispensáveis a seu trabalho. Ao mesmo tempo, a garantia de privilégios às corporações de ofício impedia o aumento da produção industrial, pois eles limitavam a entrada de novos produtores nas áreas urbanas. Outro problema econômico estava no campo. A alta de preços e a expansão

do consumo de alimentos e matérias-primas, como a lã, valorizaram as terras. Isto despertou a cobiça dos produtores rurais. Eles tentavam aumentar suas posses através dos cercamentos, isto é, tentavam transformar em propriedade privada as terras coletivas, devolutas ou sobre as quais havia uma posse precária. Tais ações expulsavam posseiros e criavam grandes propriedades, nas quais se investia capital para aumentar a produção. O Estado, para preservar o equilíbrio social necessário a sua existência, barrava os cercamentos e punha contra si dois setores poderosos: a burguesia mercantil e a nobreza progressista rural, a gentry.

No plano político, havia o conflito entre rei e Parlamento. A este, instituído pela Carta Magna de 1215, cabia o poder de direito, isto é, legítimo. Mas os Tudor exerceram o poder de fato, convocando pouco o Parlamento. As classes aí representadas não se opuseram ao absolutismo porque correspondia a seus interesses. O rei promovia desenvolvimento. No século XVII, o Parlamento pretendia transformar seu poder de direito em poder de fato. O rei correu a legitimar seu poder, que era de fato. Só havia uma forma: considerar o poder real de origem divina, como na França.

A luta política desenvolveu-se então no campo religioso e os reis manipularam a religião para aumentar seu poder. No século XVI, os Tudor haviam dado ênfase ao conteúdo do anglicanismo, isto é, seu lado calvinista, favorecendo a burguesia. Agora, os Stuart ressaltavam a forma católica do anglicanismo, identificando-se com a aristocracia, contra a burguesia. Claro, através do catolicismo era mais fácil justificar a origem divina do poder real. O Parlamento, dominado pela burguesia mercantil e a gentry, radicalizou suas posições e identificou-se com o puritanismo (forma mais radical do calvinismo), que rejeitava o anglicanismo.

A Revolução Puritana foi o resultado da luta entre burguesia e realza pelo controle político do país.

OS STUART E A PRÉ-REVOLUÇÃO

Elizabeth morreu em 1603 sem deixar herdeiros e Jaime I, rei da Escócia, assumiu o trono. Ele procurou estabelecer as prerrogativas reais implantando uma monarquia absoluta de direito divino. Perseguiu seitas radicais e até os católicos, que organizaram a Conspiração da Pólvora em 1605 (pretendiam explodir Westminster durante um discurso do rei). Os descontentes emigravam para a América do Norte.

A oposição entre rei e Parlamento ficou evidente a partir de 1610. O rei queria uma ocupação feudal na Irlanda; o Parlamento, uma colonização capitalista. Discordaram quanto aos impostos, pois o rei pretendia o monopólio sobre o comércio de tecidos, o que o tornaria independente do Parlamento financeiramente, considerando-se que já possuía rendas de suas próprias terras e de outros monopólios.

Com a morte de Jaime I em 1625, sobe ao trono seu filho Carlos I. Em 1628, guerras no exterior o obrigam a convocar um Parlamento hostil, que lhe impõe a Petição dos Direitos. Os membros da casa exigiam o controle da política financeira, controle da convocação do exército e regularidade na convocação do Parlamento, já que lhe negaram a aprovação de rendas fixas. O rei dissolveu o Parlamento, que só voltaria a reunir-se em 1640, ano da Revolução.

Carlos I apoiou-se na Câmara Estrelada, tribunal ligado ao Conselho Privado do rei. Dentre seus assessores, destacaram-se o Conde de Strafford e o arcebispo Laud, de Canterbury, responsáveis pela repressão violenta do período. Cresceu a emigração para a América. O rei passou a cobrar impostos caídos em desuso, como o Ship Money, instituído em cidades portuárias para combater a pirataria e agora estendido a todo o reino. Como a forma de enquadrar os dissidentes era a política religiosa, Carlos tentou uniformizar o reino, impondo o anglicanismo aos escoceses, calvinistas. Eles se rebelaram e invadiram o norte inglês. O rei convocou o Parlamento em

abril de 1640 e o dissolveu em seguida. Em novembro, sem opções, convocou-o de novo. Foi o Longo Parlamento, pois se manteve até 1653.

O MOVIMENTO DE 1640

O Parlamento foi duro com o rei. Destruiu a Câmara Estrelada. Strafford foi executado em 1641 e Laud, em 1645. O rei não poderia mais ter exército permanente. O Parlamento se reuniria a cada três anos independentemente de convocação real; e conduziria a política tributária e religiosa. Acusou o rei de responsável pelo levante na Irlanda católica em 1641 e lhe dirigiu a Grande Remonstrance (repreensão). Em janeiro de 1642, o rei foi ao Parlamento e exigiu a prisão de cinco líderes oposicionistas. Houve reação violenta, sustentada nas milícias urbanas convocadas em apoio ao Parlamento.

PARLAMENTO: ESTOURAVA A GUERRA CIVIL

O rei fez de Oxford seu quartel-general. Convidou o príncipe Rupert para comandar cerca de 20 000 homens do exército de cavaleiros, apoiado por aristocratas do oeste e norte, bem como burgueses inquietos com a desordem popular. Oliver Cromwell organizou em novo estilo o exército do Parlamento, composto sobretudo por camponeses, com apoio da burguesia londrina e da gentry: a ascensão se dava não por nascimento, mas por merecimento. Estimulou-se entre os soldados a participação em comitês que debatiam os problemas. Os cabeças redondas (porque não usavam perucas) foram decisivos na batalha final de Naseby, em 1645. Carlos I se refugiou na Escócia, foi preso e vendido pelo Parlamento escocês ao Parlamento inglês.

Criou-se novo problema: setores do Parlamento, achando oportuno o momento para um acordo vantajoso com a realza, passaram a conspirar com o rei contra o exército. Este estava organizado e influenciado por radicais, como os niveladores, que queriam evitar a desmobilização e o não-pagamento dos salários, como pretendia o Parlamento. Aprofundou-se a diferença entre os grandes do exército e suas bases de niveladores, com projeto avançado para a época. Eles tentaram assumir o controle do

exército em 1647 e o rei aproveitou para fugir de novo. O exército se reunificou, prendeu o rei e depurou o Parlamento. Foram presos 47 deputados e excluídos 96: era o Parlamento Coto (Rump). Carlos I foi decapitado em 30 de janeiro de 1649, a Câmara dos Lordes abolida e a República proclamada em 19 de maio.

A REPÚBLICA E CROMWELL

O Parlamento sofreu nova depuração. Um Conselho de Estado, com 41 membros, passou a exercer o Poder Executivo. De fato, quem o exercia era



Cromwell; ele procurou eliminar a reação realista que, com apoio escocês, tentava pôr no trono Carlos II, filho de Carlos I. Cromwell também eliminou os radicais do exército. Os líderes niveladores foram executados; os escavadores, do movimento proletário rural que pretendia tomar terras do Estado, da nobreza e do clero anglicano, foram dizimados. Liquidado o movimento mais democrático dentro da Revolução Inglesa, os menos favorecidos ficaram sem esperanças e aderiram a movimentos religiosos radicais, como os ranters e os seekers.

Em 1653, foi dissolvido o que restava do Longo Parlamento. Uma nova Constituição deu a Cromwell o título de Lorde Protetor. Tinha poderes tão tirânicos quanto os da monarquia. Ofereceram-lhe a

coroa, mas ele recusou: já era um soberano e podia até fazer o sucessor. Para combater os rivais holandeses e fortalecer o comércio exterior inglês, baixou o Ato de Navegação. As mercadorias inglesas somente podiam entrar em portos ingleses em navios ingleses ou em navios de seus países de origem. Cromwell governou com rigidez e intolerância, impondo suas idéias puritanas. O filho Richard Cromwell o substituiu após sua morte em 1658 e, pouco firme, foi facilmente deposto em 1659.

A RESTAURAÇÃO E A REVOLUÇÃO GLORIOSA

Com apoio do general Monk, comandante das tropas da Escócia, o Parlamento-Convenção proclamou Carlos II rei em 1660. Com poderes limitados, ele se aproximou de Luís XIV da França, tornando-se suspeito para o Parlamento. Uma onda contra-revolucionária sobreveio, favorecida por um Parlamento de Cavaleiros, composto por nobres realistas e anglicanos em sua maioria. O corpo de Cromwell foi desenterrado e pendurado na forca. O poeta Milton foi julgado e condenado. Carlos II baixou novos atos de navegação em favor do comércio inglês. Sua ligação com Luís XIV levou-o a envolver-se na Guerra da Holanda. O Parlamento baixou então, em 1673, a Lei do Teste, pela qual todos os que exercessem função pública deveriam professar seu antianglicanismo. Surgiram dois partidos: os whigs, contra o rei e pró-Parlamento; os tories, defensores das prerrogativas reais.

Jaime II, irmão de Carlos II, subiu ao trono mesmo sendo católico. Buscou restaurar o absolutismo e o catolicismo, punindo os revoltosos, aos quais negava o habeas-corpus. Indicou católicos para funções importantes. Em 1688, o Parlamento convocou Maria Stuart, filha de Jaime II e mulher de Guilherme de Orange, governador das Províncias Unidas, para ocupar o trono. Foi um movimento pacífico. Jaime II refugiou-se na França e um novo Parlamento proclamou Guilherme e Maria rei e rainha da Inglaterra.

Os novos soberanos tiveram de aceitar a Declaração dos Direitos, baixada em 1689, que decretava: o rei não podia cancelar leis parlamentares e o Parlamento poderia dar o trono a quem lhe aprovesse

após a morte do rei; haveria reuniões parlamentares e eleições regulares; o Parlamento votaria o orçamento anual; inspetores controlariam as contas reais; católicos foram afastados da sucessão; a manutenção de um exército em tempo de paz foi considerada ilegal.

Os ministros passaram a tomar as decisões, sob autoridade do lorde tesoureiro. Funcionários passaram a dirigir o Tesouro e, em época de guerra, orientavam a política interna e externa. Em 1694, formou-se o tripé fundamental para o desenvolvimento do país, com a criação do Banco da Inglaterra: o Parlamento, o Tesouro e o Banco.

Abriam-se as condições para o avanço econômico que resultaria na Revolução Industrial. De um lado, uma revolução na agricultura através dos cercamentos que beneficiou a gentry. De outro, a expansão comercial e marítima garantida pelos Atos de Navegação, que atendiam aos interesses da burguesia mercantil. Assim se fez a Revolução Gloriosa, que assinalou a ascensão da burguesia ao controle total do Estado.

EXERCÍCIOS

REVOLUÇÃO INGLESA E REVOLUÇÃO GLORIOSA

1 - (UNIFOR– 1998) Analise os textos abaixo.

I. "...ela foi um compromisso entre a burguesia (...) e os grandes proprietários rurais. As massas não tomaram parte na sua execução..."

II. "ela levou ao poder os aliados burgueses e latifundiários. As terras da Coroa e da Igreja foram apropriadas pelas duas classes aliadas. Esta nova aristocracia promoveu uma legislação para garantir o desenvolvimento do comércio, a expansão da agricultura moderna e a ampliação da oferta de mão-de-obra para as manufaturas e indústrias..."

III. "O poder do rei foi limitado pelo poder do Parlamento. A burguesia, aliada dos proprietários rurais, passou a exercer diretamente o poder político através do Parlamento".

Eles identificam

- a) as conseqüências da Revolução Francesa.
- b) os resultados da Revolução Americana.
- c) a importância da Revolução Industrial.
- d) os fatores da Revolução Comercial.
- e) o significado da Revolução Gloriosa.

2 - (PUC – MG - 1998) Vários são os modelos de Revolução Burguesa, que ocorreram na Europa entre os séculos XVII e XIX, no entanto, elas têm como ponto comum:

- a) a total ruptura dos padrões do Antigo Regime.
- b) a intensa participação das camadas populares.
- c) a instalação do regime republicano parlamentar.
- d) o fim dos regimes monárquicos absolutistas.
- e) o reconhecimento da igualdade social e civil.

3 - (PUC – MG - 1998) A Revolução Inglesa do século XVII insere-se no quadro das revoluções burguesas, porque:

- a) submete a nobreza rural ao domínio burguês.
- b) libera as corporações de ofício do controle estatal.
- c) inaugura a expansão colonial da Inglaterra.
- d) reconhece os direitos civis dos homens.
- e) rompe os obstáculos à expansão do capitalismo.

4 - (PUC – RJ - 1999) Leia o testemunho de Baxter, puritano inglês:

"Uma grande parte dos cavaleiros e gentilhomens de Inglaterra (...) aderira ao rei [Carlos I, 1625-1649]. (...) Do lado do Parlamento estavam uma pequena parte da pequena nobreza de muitos dos condados e a maior parte dos comerciantes e proprietários, especialmente nas corporações e condados dependentes do fabrico de tecidos e de manufaturas desse tipo. (...) Os proprietários e comerciantes são a força da religião e do civismo no país; e os gentilhomens, os pedintes e os arrendatários servis são a força da iniquidade."

(Adaptado de: Christopher Hill. A Revolução Inglesa de 1640.)

O testemunho acima ilustra, em parte, as polarizações sociais e políticas que caracterizaram a Revolução Puritana, na Inglaterra, entre 1642 e 1649.

Dentre as afirmativas abaixo, assinale a única que NÃO apresenta de modo correto uma característica dessa revolução:

- a) Dela resultou o enfraquecimento do poder do soberano, contribuindo para a afirmação das prerrogativas e interesses dos grupos que apoiavam o fortalecimento das atribuições do Parlamento.
- b) Ela inseriu-se no conjunto de conflitos civis europeus, da primeira metade do século XVII, marcadamente caracterizados pela superposição entre identidade política e identidade religiosa.
- c) Ela ocasionou uma sangrenta guerra civil, estimuladora, entre outros aspectos, da proliferação de seitas não-conformistas, profundamente condenadas e reprimidas pelos puritanos mais moderados.
- d) Ela estimulou a crescente aplicação de concepções liberais, defendidas em especial pelos comerciantes, particularmente no que se referia às relações mercantis com os colonos da América.
- e) Ela representou um dos primeiros grandes abalos nas práticas do absolutismo monárquico na Europa, simbolizado não só pelo julgamento, mas, principalmente, pela decapitação do monarca Carlos I.

5. Na guerra civil as forças sociais se aglutinaram em dois blocos. Eram eles:

- a) o exército real, que reunia o clero anglicano e os camponeses, contra o exército do Parlamento, apoiado pela nobreza e artesãos.
- b) o exército real, que reunia a nobreza e o clero anglicano e os católicos, em oposição ao exército do Parlamento, liderado por presbiterianos e posteriormente por puritanos.
- c) os presbiterianos, partidários da monarquia, e, de outro lado, os puritanos, republicanos.
- d) irlandeses e escoceses contra Carlos I, na tentativa de conseguirem sua independência.
- e) o partido dos grandes latifundiários contra os adeptos da República.

6 - (FUVEST – 1996) No século XVII, a Inglaterra conheceu convulsões revolucionárias que culminaram com a

execução de um rei (1649) e a deposição de outro (1688). Apesar das transformações significativas terem se verificado na primeira fase, sob Oliver Cromwell, foi o período final que ficou conhecido como "Revolução Gloriosa". Isto se explica porque

- a) em 1688, a Inglaterra passara a controlar totalmente o comércio mundial tornando-se a potência mais rica da Europa.
- b) auxiliada pela Holanda, a Inglaterra conseguiu conter em 1688 forças contra-revolucionárias que, no continente, ameaçavam as conquistas de Cromwell.
- c) mais que a violência da década de 1640, com suas execuções, a tradição liberal inglesa desejou celebrar a nova monarquia parlamentar consolidada em 1688.
- d) as forças radicais do movimento, como Cavadores e Niveladores, que assumiram o controle do governo, foram destituídas em 1688 por Guilherme de Orange.
- e) só então se estabeleceu um pacto entre a aristocracia e a burguesia, anulando-se as aspirações políticas da "gentry".

7 - (UFRN - 2000) "Os Cabeças Redondas (round-heads) receberam esse nome pelo corte de cabelo que usavam: curto, de forma arredondada, desprezando a moda corrente dos cabelos longos entre os membros da corte... A partir das vitórias militares sobre os Cavaleiros, conseguiram a rendição do rei em 1646. Entretanto, Carlos I reorganizou seus soldados e recomeçou a guerra, sendo derrotado definitivamente pelos Cabeças Redondas de Cromwell. Preso, Carlos I foi julgado pela Alta Corte de Justiça a mando do Parlamento, sendo condenado à morte. Em janeiro de 1649 o rei foi decapitado em frente ao palácio de Whitehall, em Londres."

HILL, C. O eleito de Deus: Oliver Cromwell e a Revolução Inglesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 179.

Com relação aos fatos citados no texto acima, é correto afirmar que

- a) o Parlamento, ao executar o rei, atacava um princípio central do Estado Absolutista, que era a idéia da origem divina do poder real e de sua incontestável autoridade.

- b) os Cabeças Redondas defendiam não apenas a extinção do regime monárquico como também a luta armada contra nações que tivessem esse regime.
- c) a Revolução Inglesa questionava a legitimidade do Antigo Regime Monárquico e desencadeou uma série de revoluções, pondo fim ao Estado Moderno na Europa.
- d) a Revolução Inglesa estava afinada com os interesses da nascente burguesia, mantendo alguns privilégios da nobreza, ligada à Igreja Anglicana.

8. (FESP) “1. Que o pretense direito da autoridade real de suspender as leis ou a sua execução é ilegal;”

O trecho acima apresenta um item da Declaração dos direitos assinada pelo rei Guilherme III, em 1689, pondo fim à Revolução Inglesa que subordinou os reis da Inglaterra às decisões do Parlamento.

Essa Revolução teve em sua origem:

- 1. o crescimento acelerado de grupos que participavam do comércio marítimo e da produção rural sem o devido apoio por parte da monarquia;
- 2. O pacto entre parcelas da burguesia e da nobreza cujos interesses se encontravam nas atividades comerciais;
- 3. as tensões sociais provocadas pela eliminação do antigo modo de produção artesanal e o favorecimento do avanço dos cercamentos;
- 4. a diminuição das brigas religiosas com os grupos calvinista. e católicos se aliando ao rei anglicano, contra a aristocracia;
- 5. a formação de lideranças vindas das massas populares que conseguiram se aliar à burguesia contra o absolutismo real;

Indique a opção correta:

- a) 1,3 e 5
- b) 2,4 e 5
- c) 1,2 e 3
- d) 3,4 e 5
- e) 1,4 e 5

9. (FESP) A guerra civil inglesa, de 1642 a 1649, trouxe divisões políticas marcantes para a sociedade inglesa. Aparentemente, tratava-se de um conflito religioso. Podemos afirmar que:

- a) a burguesia teve grandes triunfos, pois se colocou ao lado dos católicos, que negavam obediência ao rei.
- b) com a chegada de Cromwell ao poder, a nobreza foi favorecida.
- c) a burguesia foi beneficiada politicamente pela guerra civil.
- d) calvinistas e anglicanos juntaram-se para derrotar o poderio da Igreja Católica.
- e) não foi um movimento importante para entender as mudanças na organização política inglesa

10. (CESGRANRIO) Durante o século XVII, ocorreram diversas transformações políticas e econômicas na Inglaterra, que a consolidaram como uma potência de projeção mundial nos séculos seguintes. Marque a opção que apresenta corretamente um dos fatores que se encontra na origem dessa posição preponderante.

- a) Instituição do Ato de Supremacia, que criou a Comunidade Britânica (Commonwealth), por Henrique VIII.
- b) Restauração do Absolutismo inglês e sua política expansionista com a dissolução do Parlamento controlado pela nobreza conservadora, por Carlos II.
- c) Declaração do Ato de Tolerância, que instituiu o catolicismo como religião oficial, encerrando as guerras religiosas, por Guilherme III.
- d) Extinção da monarquia parlamentar constitucional com a vitória dos segmentos liberais e burgueses na Revolução Gloriosa.
- e) Promulgação dos Atos de Navegação durante a República Puritana liderada por Oliver Cromwell.

11. Carlos I é derrotado definitivamente em 1649. Nesse ano Cromwell instaura:

- a) a monarquia constitucional.
- b) a República
- c) um governo popular.
- d) a monarquia parlamentar.
- e) a monarquia absolutista.

12. (PUC-SP) Em 1651, Oliver Cromwell estabeleceu uma série de medidas que retratavam o espírito de uma política nacionalista e da prática mercantilista da época. Essas medidas se concretizaram:

- a) no Habeas-Corpus, que protegia o cidadão inglês contra as prisões arbitrárias, podendo responder ao processo, caso

tosse a julgamento, em liberdade, sob fiança.

b) na Petição dos Direitos, que limitava as prerrogativas absolutistas de Carlos 1 e aumentava a perseguição aos puritanos.

c) nos Atos de Navegação, que estabeleciam que toda mercadoria importada pela Inglaterra só poderia ser transportada por navios ingleses ou por navio do país de origem da mercadoria.

d) no Princípio de Igualdade, que existiria na relação contratual entre governantes e governados limitados por uma constituição.

e) nas Cartas Inglesas, que defendiam que qualquer restrição era totalmente destituída de sentido de liberdade de pensamento ou de expressão comercial.

13 - (FGV – CGA – 1998) - A Declaração de Direitos de 1689 (Inglaterra) é o(a):

a) documento que legitima o poder absoluto da monarquia após a Revolução Gloriosa;

b) base jurídica da República Puritana do governo Cromwell;

c) estopim do conflito que leva a Inglaterra à guerra civil;

d) documento que instaura a subordinação do rei ao Parlamento;

e) documento fundador da curtíssima experiência republicana inglesa após a Revolução Gloriosa.

14 - (PUC – MG - 1998) Tanto na Revolução Inglesa do século XVII, como na Francesa de 1789, os reis têm suas cabeças cortadas. No imaginário dessas revoluções burguesas, tal fato significa que:

a) a monarquia fere o espírito liberal.

b) a riqueza determina o controle do poder.

c) a morte do rei representa a libertação.

d) o povo deve escolher o seu governo.

e) o poder popular alcança sua plenitude.

15 - (PUC – MG - 1999) A Revolução Gloriosa de 1688, ocorrida na Inglaterra, resultou:

a) no fim da ditadura de Oliver Cromwell.

b) na supremacia política do Parlamento.

c) na supressão dos direitos da aristocracia.

d) na separação entre a Igreja e o Estado.

e) no aumento da intolerância religiosa.

GABARITO:

1 – E / 2 – D / 3 – E / 4 – D / 5 – B / 6 – C / 7 – A / 8 – C / 9 – C / 10 – E / 11 – B / 12 – C / 13 – D / 14 – C / 15 – B

ILUMINISMO

1 - (EFOA – 1999) O Marquês de Pombal, ministro do rei D. José I (1750 - 1777), foi o responsável por uma série de reformas na economia, educação e administração do Estado e do império português, inspiradas na filosofia iluminista e na política econômica do mercantilismo, cabendo a ele a expulsão dos padres jesuítas da Companhia de Jesus dos domínios de Portugal.

O Marquês de Pombal foi um dos representantes do chamado:

a) Parlamentarismo Monárquico.

b) Socialismo Utópico.

c) Socialismo Científico.

d) Liberalismo.

e) Despotismo Esclarecido.

2 - (FGV – CGA – 1998) As idéias "iluministas" atingiram até mesmo alguns monarcas absolutos, que trataram de empreender reformas inspiradas pelas Luzes. Dentre os soberanos apontados abaixo, qual não pode ser considerado um "déspota esclarecido"?

a) Catarina, a Grande, da Rússia;

b) José II, da Áustria;

c) Frederico II, da Prússia;

d) Gustavo Adolfo, da Suécia;

e) Carlos III, da Espanha.

3 - (FGV – CGA – 1999) Na segunda metade do século XVIII alguns monarcas europeus adotaram princípios do Iluminismo buscando reafirmar, a partir destes, seus poderes absolutos. Considerando essa afirmação não é correto afirmar que:

a) Entre esses déspotas esclarecidos estava Frederico II, seguidor de Voltaire, que permitiu a liberdade de culto na Prússia;

- b) Os monarcas mais destacados desta corrente foram: Frederico II (Prússia), Catarina II (Rússia) e José II (Áustria);
- c) Catarina II (Rússia) não apenas manteve os direitos dos proprietários da terra sobre os servos como permitiu aos primeiros o direito de condenação à morte dos segundos;
- d) Em Portugal, o Marques de Pombal, ministro de José I, foi o responsável pela perseguição à nobreza e ao clero buscando fortalecer o poder real;
- e) José II (Áustria) foi o mais descompromissado dos monarcas na aplicação dos princípios iluministas.

4 – (FUVEST – 1998) “Um comerciante está acostumado a empregar o seu dinheiro principalmente em projetos lucrativos, ao passo que um simples cavaleiro rural costuma empregar o seu em despesas. Um freqüentemente vê seu dinheiro afastar-se e voltar às suas mãos com lucro; o outro, quando se separa do dinheiro, raramente espera vê-lo de novo. Esses hábitos diferentes afetam naturalmente os seus temperamentos e disposições em toda espécie de atividade. O comerciante é, em geral, um empreendedor audacioso; o cavaleiro rural, um tímido em seus empreendimentos...”

(Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, Livro III, capítulo 4)

Neste pequeno trecho, Adam Smith

- a) contrapõe lucro a renda, pois geram racionalidades e modos de vida distintos.
- b) mostra as vantagens do capitalismo comercial em face da estagnação medieval.
- c) defende a lucratividade do comércio contra os baixos rendimentos do campo.
- d) critica a preocupação dos comerciantes com seus lucros e dos cavaleiros com a ostentação de riquezas.
- e) expõe as causas da estagnação da agricultura no final do século XVIII.

5 - (PUC-MG – 1997) A partir do século XVI, a palavra T R A B A L H O perde seu conceito negativo associado à idéia de pobreza e sofrimento, adquirindo uma conotação positiva de dignidade, porque:

- a) o trabalho passa a ser exercido também pelas classes dominantes.
- b) a campanha pela abolição do trabalho escravo na América se intensifica.

- c) os equipamentos das manufaturas exigem trabalhadores qualificados.
- d) o trabalho é fonte de toda a produtividade e riqueza material.
- e) a doutrina calvinista justifica o trabalho como fonte de salvação.

6 - (PUC-MG – 1998) São princípios fundamentais do liberalismo econômico no século XVIII, EXCETO:

- a) combate ao mercantilismo.
- b) defesa da propriedade coletiva.
- c) liberdade de contrato.
- d) livre concorrência e livre cambismo.
- e) divisão internacional do trabalho.

7 - (PUC-MG – 1998) As idéias dos diversos filósofos do Iluminismo, que tanta importância exercem nos movimentos sociais dos séculos XVIII e XIX, têm como princípio comum:

- a) a república como único regime político democrático.
- b) a razão como portadora do progresso e da felicidade.
- c) as classes populares como base do poder político.
- d) o calvinismo como justificativa de riqueza material.
- e) a igualdade social como alicerce do exercício da cidadania.

8 - (PUC – RJ – 1998) "O nosso século é chamado o Século da Filosofia por excelência. Se examinarmos sem prevenção o estado atual dos nossos conhecimentos, não se pode deixar de convir que a filosofia registrou grandes progressos entre nós. (...) Assim, desde os princípios das ciências profundas até os fundamentos da Revelação, desde a metafísica até as questões de gosto, (...) desde as disputas escolásticas dos teólogos até os objetos de comércio, (...) tudo foi discutido, analisado e, no mínimo, agitado."

D'Alembert

(*apud.* Ernst Cassirer. A filosofia do Iluminismo. pp 20-21)

As palavras de D'Alembert nos remetem a algumas das características das idéias e concepções do movimento iluminista. Entre elas podemos identificar:

I - A valorização da filosofia como campo de reflexões estritamente direcionadas para a crítica das ciências da natureza.

II - A defesa de uma concepção de história associada ao ideal de progresso e contraposta aos valores da tradição.

III - A secularização de todos os domínios de conhecimento, incluindo-se aqueles relacionados à moral, à religião e às relações sociais.

IV - A defesa da razão e da experiência como instrumentos centrais para a produção de todos os conhecimentos e valores pertinentes ao homem e às suas sociedades.

Assinale:

- a) se somente as afirmativas I e II estão corretas.
- b) se somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- c) se somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- d) se somente a afirmativa III está correta.
- e) se todas as afirmativas estão corretas.

9 – (UFF – 1999) “Todo homem, contanto que não transgrida as leis da justiça, permanece plenamente livre para seguir a estrada apontada por seu interesse e para levar onde lhe aprouver, sua indústria e seu capital, juntamente com aqueles, de qualquer outra classe de homens.” (SMITH, Adam. *Textes Choisís*. Paris, Dalloz, 1950, p. 275).

Este texto apresenta a máxima do liberalismo inglês do século XVIII, pressupondo que a noção de liberdade ligava-se ao reino da Natureza, sem vinculações com a problemática do espaço.

Assinale a opção que se identifica, corretamente, com o pensamento de Adam Smith.

- a) As atitudes políticas dos cidadãos, em particular sua liberdade de escolher seus representantes, era tema de interesse vital para os liberais do século XVIII, mormente em face dos primeiros movimentos operários.
- b) A idéia de “nação”, como um espaço socialmente construído, é um dos fundamentos do liberalismo do século XVIII.
- c) O conceito de “nação” está intimamente ligado ao “princípio da nacionalidade” formulado no século XVIII.

d) Até o final do século XIX o termo “nação” significava, simplesmente, o conjunto de habitantes de uma província, de um país ou de um reino, pertencendo muito mais ao domínio da Natureza.

e) O pensamento liberal parte do reconhecimento do valor e importância da cooperação humana mediante a forte presença do Estado.

10 – (UFMG – 1997) Assinale a alternativa que apresenta a concepção de trabalho de Adam Smith.

- a) A divisão do trabalho deve ser controlada pelo Estado, de forma a garantir a estabilidade na oferta de empregos.
- b) A maior produtividade pressupõe a especialização do trabalho, a divisão entre vários homens daquilo que anteriormente era produzido por um só.
- c) Os parasitas, aqueles que não trabalham, não podem participar e nem se beneficiar da riqueza produzida pela coletividade.
- d) Uma maior colaboração entre produtores diretos garante uma maior socialização das riquezas e o Estado do Bem-Estar Social.

11 - (UFMG - 1997) Assinale a alternativa que apresenta um princípio filosófico do Século das Luzes.

- a) Crença na razão como fonte pra a crítica social e política
- b) Defesa do ideal monárquico para a garantia da unidade política
- c) Idéia do direito divino dos reis para legitimar o absolutismo
- d) Idéia de indivisibilidade do Estado em poderes independentes.

12 – (UFMG – 2000) O objetivo grande e principal, portanto, da união dos homens em comunidades, colocando-se eles sob governo, é a preservação da propriedade. LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*, 1690.

Assinale a alternativa que apresenta uma condição para a cidadania coerente com o objetivo dos governos defendido pelo pensador.

- a) "Não pode ser cidadão senão aquele que faz parte do povo. Não pode fazer parte do povo senão aquele que tem sangue alemão ..." (*Programa Nazista*, 1920)

- b) "São eleitores os brasileiros, de um e de outro sexo, maiores de 18 anos que se alistarem na forma da lei. Não podem alistar-se como eleitores: os analfabetos; os militares em serviço ativo; os mendigos ..." (*Constituição Brasileira*, 1937, Art. 117)
- c) "São eleitores, sem condição de censo, todos os franceses de 21 anos de idade e gozando de seus direitos civis e políticos." (*Constituição Francesa*, 1848, Art. 25)
- d) "São excluídos de votar nas Assembléias Paroquiais [...] os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis, por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos." (*Constituição Portuguesa*, 1826, Art. 64, § 5º)

13 - (FESP - 1997) A sociedade moderna construiu suas bases históricas buscando realizar projetos políticos que, até hoje, causam polêmicas. As idéias liberais representam uma visão política que permanece presente nos debates. Podemos destacar como importante pensador do liberalismo:

- a) Maquiavel;
- b) Locke;
- c) Fourier
- d) Petrarca;
- e) Hobbes.

14 - (FESP - 1997) Diderot foi uma figura de destaque no movimento iluminista e juntamente com D'Alembert dirigiu a Enciclopédia - grande síntese do debate e das descobertas intelectuais da época. Eles defendiam idéias que assustavam os mais conservadores. Jean-Jacques Rousseau, por exemplo, chegou a afirmar que:

- a) todos deviam ser iguais perante a lei, embora mantivessem sua admiração pela monarquia.
- b) a sociedade corrompia os homens que tinham uma bondade original.
- c) o Estado devia ser controlado por uma elite intelectual, lembrando a República de Platão.
- d) o socialismo traria benefícios para todos.
- e) a sociedade moderna devia se inspirar no modelo grego de cidadania, preservando os direitos da aristocracia.

GABARITO:

1 – E / 2 – D / 3 – E / 4 – A / 5 – D / 6 – B /
7 – B / 8 – C / 9 – D / 10 – B / 11 – A / 12
– D / 13 – B / 14 – B

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela energia motriz e do modo de produção doméstico pelo sistema fabril constituiu a Revolução Industrial; revolução, em função do enorme impacto sobre a estrutura da sociedade, num processo de transformação acompanhado por notável evolução tecnológica.



A Revolução Industrial aconteceu na Inglaterra na segunda metade do século XVIII e encerrou a transição entre feudalismo e capitalismo, a fase de acumulação primitiva de capitais e de preponderância do capital mercantil sobre a produção. Completou ainda o movimento da revolução burguesa iniciada na Inglaterra no século XVII.

1 - ETAPAS DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Podem-se distinguir três períodos no processo de industrialização em escala mundial:

- 1760 a 1850 – A Revolução se restringe à Inglaterra, a "oficina do mundo". Preponderam a produção de bens de consumo,

especialmente têxteis, e a energia a vapor.

- 1850 a 1900 – A Revolução espalha-se por Europa, América e Ásia: Bélgica, França, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Japão, Rússia. Cresce a concorrência, a indústria de bens de produção se desenvolve, as ferrovias se expandem; surgem novas formas de energia, como a hidrelétrica e a derivada do petróleo. O transporte também se revoluciona, com a invenção da locomotiva e do barco a vapor.
- 1900 até hoje – Surgem conglomerados industriais e multinacionais. A produção se automatiza; surge a produção em série; e explode a sociedade de consumo de massas, com a expansão dos meios de comunicação. Avançam a indústria química e eletrônica, a engenharia genética, a robótica.

2 - ARTESANATO, MANUFATURA E MAQUINOFATURA

O artesanato, primeira forma de produção industrial, surgiu no fim da Idade Média com o renascimento comercial e urbano e definia-se pela produção independente; o produtor possuía os meios de produção: instalações, ferramentas e matéria-prima. Em casa, sozinho ou com a família, o artesão realizava todas as etapas da produção.

A manufatura resultou da ampliação do consumo, que levou o artesão a aumentar a produção e o comerciante a dedicar-se à produção industrial. O manufatureiro distribuía a matéria-prima e o artesão trabalhava em casa, recebendo pagamento combinado. Esse comerciante passou a produzir. Primeiro, contratou artesãos para dar acabamento aos tecidos; depois, tingir; e tecer; e finalmente fiar. Surgiram fábricas, com assalariados, sem controle sobre o produto de seu trabalho. A produtividade aumentou por causa da divisão social, isto

é, cada trabalhador realizava uma etapa da produção.

Na maquinofatura, o trabalhador estava submetido ao regime de funcionamento da máquina e à gerência direta do empresário. Foi nesta etapa que se consolidou a Revolução Industrial.

3 - O PIONEIRISMO INGLÊS

Quatro elementos essenciais concorreram para a industrialização: capital, recursos naturais, mercado, transformação agrária.

Na base do processo, está a Revolução Inglesa do século XVII. Depois de vencer a monarquia, a burguesia conquistou os mercados mundiais e transformou a estrutura agrária. Os ingleses avançaram sobre esses mercados por meios pacíficos ou militares. A hegemonia naval lhes dava o controle dos mares. Era o mercado que comandava o ritmo da produção, ao contrário do que aconteceria depois, nos países já industrializados, quando a produção criaria seu próprio mercado.

Até a segunda metade do século XVIII, a grande indústria inglesa era a tecelagem de lã. Mas a primeira a mecanizar-se foi a do algodão, feito com matéria-prima colonial (Estados Unidos, Índia e Brasil). Tecido leve, ajustava-se aos mercados tropicais; 90% da produção ia para o exterior e isto representava metade de toda a exportação inglesa, portanto é possível perceber o papel determinante do mercado externo, principalmente colonial, na arrancada industrial da Inglaterra. As colônias contribuíam com matéria-prima, capitais e consumo.

Os capitais também vinham do tráfico de escravos e do comércio com metrópoles colonialistas, como Portugal. Provavelmente, metade do ouro brasileiro acabou no Banco da Inglaterra e financiou estradas, portos, canais. A disponibilidade de capital, associada a um sistema bancário eficiente, com mais de quatrocentos bancos em 1790, explica a baixa taxa de juros; isto é, havia dinheiro barato para os empresários.

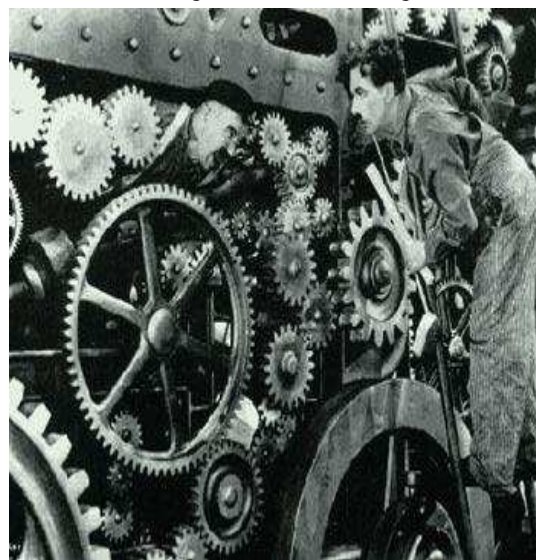
Depois de capital, recursos naturais e mercado, vamos ao quarto

elemento essencial à industrialização, a transformação na estrutura agrária após a Revolução Inglesa. Com a gentry no poder, dispararam os cercamentos, autorizados pelo Parlamento. A divisão das terras coletivas beneficiou os grandes proprietários. As terras dos camponeses, os yeomen, foram reunidas num só lugar e eram tão poucas que não lhes garantiam a sobrevivência: eles se transformaram em proletários rurais; deixaram de ser ao mesmo tempo agricultores e artesãos.

Dois conseqüências se destacam: 1) diminuiu a oferta de trabalhadores na indústria doméstica rural, no momento em que ganhava impulso o mercado, tornando-se indispensável adotar nova forma de produção capaz de satisfazê-lo; 2) a proletarização abriu espaço para o investimento de capital na agricultura, do que resultaram a especialização da produção, o avanço técnico e o crescimento da produtividade.

A população cresceu, o mercado consumidor também; e sobrou mão-de-obra para os centros industriais.

4 - MECANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO



As invenções não resultam de atos individuais ou do acaso, mas de problemas concretos colocados para homens práticos. O invento atende à necessidade social de um momento; do contrário, nasce morto. Da Vinci imaginou a máquina a vapor no século XVI, mas ela só teve aplicação no século XVIII.

Para alguns historiadores, a Revolução Industrial começa em 1733 com a invenção da lançadeira volante, por John Kay. O instrumento, adaptado aos teares manuais, aumentou a capacidade de tecer; até ali, o tecelão só podia fazer um tecido da largura de seus braços. A invenção provocou desequilíbrio, pois começaram a faltar fios, produzidos na roca. Em 1767, James Hargreaves inventou a spinning jenny, que permitia ao artesão fiar de uma só vez até oitenta fios, mas eram finos e quebradiços. A water frame de Richard Arkwright, movida a água, era econômica mas produzia fios grossos. Em 1779, Samuel Crompton combinou as duas máquinas numa só, a mule, conseguindo fios finos e resistentes. Mas agora sobravam fios, desequilíbrio corrigido em 1785, quando Edmond Cartwright inventou o tear mecânico.

Cada problema surgido exigia nova invenção. Para mover o tear mecânico, era necessária uma energia motriz mais constante que a hidráulica, à base de rodas d'água. James Watt, aperfeiçoando a máquina a vapor, chegou à máquina de movimento duplo, com biela e manivela, que transformava o movimento linear do pistão em movimento circular, adaptando-se ao tear.

Para aumentar a resistência das máquinas, a madeira das peças foi substituída por metal, o que estimulou o avanço da siderurgia. Nos Estados Unidos, Eli Whitney inventou o descaroçador de algodão.

5 - REVOLUÇÃO SOCIAL

A Revolução Industrial concentrou os trabalhadores em fábricas. O aspecto mais importante, que trouxe radical transformação no caráter do trabalho, foi esta separação: de um lado, capital e meios de produção (instalações, máquinas, matéria-prima); de outro, o trabalho. Os operários passaram a assalariados dos capitalistas (donos do capital).

Uma das primeiras manifestações da Revolução foi o desenvolvimento urbano. Londres chegou ao milhão de habitantes em 1800. O progresso deslocou-se para o norte; centros como Manchester

abrigavam massas de trabalhadores, em condições miseráveis. Os artesãos, acostumados a controlar o ritmo de seu trabalho, agora tinham de submeter-se à disciplina da fábrica. Passaram a sofrer a concorrência de mulheres e crianças. Na indústria têxtil do algodão, as mulheres formavam mais de metade da massa trabalhadora. Crianças começavam a trabalhar aos 6 anos de idade. Não havia garantia contra acidente nem indenização ou pagamento de dias parados neste caso.

A mecanização desqualificava o trabalho, o que tendia a reduzir o salário. Havia freqüentes paradas da produção, provocando desemprego. Nas novas condições, caíam os rendimentos, contribuindo para reduzir a média de vida. Uns se entregavam ao alcoolismo. Outros se rebelavam contra as máquinas e as fábricas, destruídas em Lancaster (1769) e em Lancashire (1779). Proprietários e governo organizaram uma defesa militar para proteger as empresas.

A situação difícil dos camponeses e artesãos, ainda por cima estimulados por idéias vindas da Revolução Francesa, levou as classes dominantes a criar a Lei Speenhamland, que garantia subsistência mínima ao homem incapaz de se sustentar por não ter trabalho. Um imposto pago por toda a comunidade custeava tais despesas.

Havia mais organização entre os trabalhadores especializados, como os penteadores de lã. Inicialmente, eles se cotizavam para pagar o enterro de associados; a associação passou a ter caráter reivindicatório. Assim surgiram as tradeunions, os sindicatos. Gradativamente, conquistaram a proibição do trabalho infantil, a limitação do trabalho feminino, o direito de greve.

6 – CONCLUSÃO

A Revolução tornou os métodos de produção mais eficientes. Os produtos passaram a ser produzidos mais rapidamente, barateando o preço e estimulando o consumo. Por outro lado, aumentou também o número de desempregados. As máquinas foram substituindo, aos poucos, a mão-de-obra humana. A poluição ambiental, o aumento da poluição sonora, o êxodo rural e o crescimento desordenado das cidades

também foram conseqüências nocivas para a sociedade. Até os dias de hoje, o desemprego é um dos grandes problemas nos países em desenvolvimento. Gerar empregos tem se tornado um dos maiores desafios de governos no mundo todo. Os empregos repetitivos e pouco qualificados foram substituídos por máquinas e robôs. As empresas procuram profissionais bem qualificados para ocuparem empregos que exigem cada vez mais criatividade e múltiplas capacidades. Mesmo nos países desenvolvidos tem faltado empregos para a população.

EXERCÍCIOS

1 (UNIFOR - 2000) Um fator decisivo para o desenvolvimento da Revolução Industrial na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XVIII, foi

- a) o estímulo ao desenvolvimento inglês, promovido pela concorrência tecnológica com os americanos.
- b) o acordo comercial conhecido por Tratado de Methuen, que estabeleceu a abertura de mercados alemães.
- c) a união dos interesses nacionais em torno de um esforço de desenvolvimento, logo após a expulsão das tropas napoleônicas do território inglês.
- d) a crescente expansão inglesa nos mercados coloniais que possibilitou um grande acúmulo de recursos financeiros.
- e) o incentivo à inovação tecnológica como resultado da ação dos ludistas que destruíram as máquinas consideradas obsoletas.

2 - (UFRN - 2000) A Primeira Revolução Industrial, iniciada em fins do século XVIII, provocou várias transformações na sociedade européia, tais como:

- a) intensificação das intervenções estatais na economia – surgimento do operariado – fortalecimento do controle político das metrópoles sobre suas colônias
- b) difusão dos princípios revolucionários liberais – produção em grande escala direcionada para o mercado internacional – melhoria das condições de vida e trabalho no meio urbano
- c) transferência do centro econômico das áreas rurais para as urbanas – afirmação do poder econômico da burguesia –

consolidação do capitalismo como sistema dominante

d) crise do antigo regime monárquico e absolutista – consolidação da propriedade privada dos meios de produção – redução dos conflitos armados entre as nações européias

3 – (Mackenzie) *“Na Idade Média, o sistema de produção baseava-se na cooperação. Na Idade Moderna, até por volta de 1760, a manufatura foi característica do sistema de produção. A partir de 1760, aproximadamente, inicia-se a era da grande indústria.”* - Carlos Guilherme Mota

Dentre as características dos três sistemas de produção citados no texto, respectivamente, destacamos:

a) No primeiro, não havia separação entre o capital e o trabalho; no segundo, já se observa uma divisão social do trabalho preliminar; no terceiro, o uso da máquina leva ao extremo a separação entre o capital e o trabalho.

b) Na Alta Idade Média, a produção destinava-se a um mercado em constante expansão, sob as ordens dos senhores feudais; na Idade Moderna, aprofunda-se a rigidez do controle sobre a produção nas manufaturas; na Idade Contemporânea, os meios de produção são controlados pela burguesia.

c) Na Primeira Revolução Industrial, o surgimento das máquinas; na Segunda Revolução Industrial, o avanço dos meios de transportes marítimos e ferroviários; na Terceira Revolução Industrial, os avanços ultra-rápidos das novas tecnologias, a robótica e a biotecnologia.

d) No primeiro sistema de produção citado, temos relações servis de produção; durante o segundo, começam a ser organizadas as associações de comerciantes, Trade Unions; no terceiro, temos a perda da independência econômica da classe dos trabalhadores.

e) No período feudal, temos a supremacia da burguesia na ordem econômica; na Idade Moderna, ocorrerá a ascensão de uma classe de ricos comerciantes e de banqueiros; após a Revolução Industrial, teremos a superação da divisão social do trabalho.

4 - (CES – JF) - A Revolução Industrial, que transformou profundamente a ordem econômica mundial, teve origem na Inglaterra, relacionada com:

- a) A decadência da monarquia parlamentar;
- b) triunfo da ideologia liberal;
- c) O fim da hegemonia marítima;
- d) A existência do petróleo e a eletricidade;
- e) O movimento socialista.

5 - (PUC – MG – 1999) A difusão do industrialismo e o desenvolvimento tecnológico na segunda metade do século passado resultaram, EXCETO:

- a) na afirmação da classe operária, impondo uma nova relação de forças entre capital e trabalho.
- b) na intensificação do processo de urbanização, levando ao surgimento de metrópoles cosmopolitas.
- c) na intervenção do Estado na esfera econômica, rompendo com os princípios básicos do liberalismo.
- d) no aumento do fluxo internacional de mercadorias e pessoas, elevando o volume do comércio e da emigração.

na produção em larga escala, condição ao estabelecimento da sociedade de consumo de massas.

6. - (PUC-SP) O avanço tecnológico da Revolução Industrial do século XIX, na Inglaterra, foi acompanhado de importantes alterações no processo de trabalho fabril, tais como.

- a) Capacitar o trabalhador a desenvolver suas aptidões individuais.
- b) Conjuguar a atividade física ao esforço mental de cada trabalhador.
- c) Permitir ao trabalhador controlar seu próprio ritmo de trabalho
- d) Adequar a destreza individual do trabalhador aos processos mecanizados.
- e) Determinar os intervalos de paralisação durante a jornada diária de trabalho.

7 - (PUC – MG - 1998) A sociedade técnico-industrial, que se consolida a partir do século XVIII, cria um novo comportamento humano, marcado pela:

- a) fascinação exercida pela mercadoria.
- b) personalização dos hábitos de consumo.
- c) rejeição às coisas próprias do espírito.
- d) padronização do belo e do artístico.
- e) negação do sentido de individualidade.

8 - (PUC – MG - 1998) A era do maquinismo, que se inicia na Inglaterra no século XVIII:

- a) quebra a estrutura familiar.
- b) gera a solidariedade no trabalho.
- c) desqualifica o trabalho feminino.
- d) alivia a fadiga dos operários.
- e) democratiza a obtenção do lucro.

9 - (PUC – MG - 1999). São características básicas do industrialismo, EXCETO:

- a) a especialização das tarefas.
- b) a padronização dos produtos.
- c) a retração do mercado.
- d) a produção em larga escala.
- e) a sincronização do trabalho.

10 - (PUC – MG - 2000) . As transformações econômicas e sociais ocorridas na Europa durante os séculos XVIII e XIX, fruto da difusão do industrialismo, estimularam, EXCETO :

- a) o avanço da doutrina social da Igreja, propondo alcançar a justiça social através da solidariedade cristã.
- b) o desenvolvimento dos ideais socialistas, em oposição à sociedade burguesa capitalista dominante.
- c) a centralização do poder político e o estabelecimento de regimes totalitários de extrema direita.
- d) a organização da classe operária e o surgimento dos primeiros sindicatos de trabalhadores.
- e) a elaboração dos princípios da organização científica do trabalho, racionalizando a produção.

(PUC – MG) RESPONDA ÀS QUESTÕES DE NÚMERO 11 E 12 TOMANDO COMO REFERÊNCIA O TEXTO REPRODUZIDO A SEGUIR:

“É curioso que quando a fabricação de algodão apenas começava, todas as operações, desde o preparo da matéria-prima até a sua transformação em tecido, se completavam sob o teto da cabana do tecelão. O processo da manufatura determinou que o fio seria fiado nas fábricas e seria tecido nas cabanas. Na época atual, quando a manufatura chegou a sua etapa de maturidade, todas as operações voltam a realizar-se em um único edifício, recorrendo-se a meios superiores e máquinas mais complexas.”

Guest, *O efeito do tear mecânico sobre a produção.*

11. O fragmento de texto acima transcrito se refere:

- a) à consolidação das estruturas capitalistas de produção, com a valorização do trabalho artesanal.
- b) às transformações verificadas na produção a partir da chamada segunda fase da Revolução Industrial.
- c) ao processo de evolução da produção têxtil, observado na Inglaterra durante a transição feudal/capitalista.
- d) ao desenvolvimento de um sistema econômico fundamentado no trabalho de produtores autônomos.
- e) à queima de etapas perceptível na industrialização dos chamados países capitalistas de segunda geração.

12. A análise histórica das colocações feitas por Guest permite afirmar, EXCETO:

- a) O desenvolvimento tecnológico e a mecanização da produção possibilitaram a consolidação do industrialismo.
- b) A produção artesanal, de herança feudal, mostrou-se incapaz de atender à demanda crescente do mercado.
- c) A concentração dos trabalhadores em um mesmo espaço físico acelerou a especialização de funções.
- d) O sistema de produção domiciliar tornou-se dominante, superando as estruturas peculiares das manufaturas.
- e) As transformações observadas no processo produtivo levaram o trabalhador a perder gradativamente sua independência.

13 - (UFMG - 1999) Leia a frase: "A revolução industrial foi também uma revolução de idéias". Todas as seguintes afirmações confirmam o teor dessa citação, EXCETO

- a) Estimulou a associação entre iguais na defesa de interesses comuns.
- b) Permitiu o início de uma nova atitude para com os problemas da sociedade humana.
- c) Estabeleceu um avanço na compreensão do domínio da natureza.
- d) Garantiu seus benefícios ao conjunto dos cidadãos ingleses.

14 - (ESPM – 2000) Analise o texto.
"A fábrica surgiu muito mais por imperativos organizacionais do que por

pressões tecnológicas. (...) Essa nova utilização da maquinaria não só visava conseguir a docilização e a submissão do trabalhador fabril, e, nesse sentido, assegurar a regularidade e a continuidade da produção, mas representou também um forte obstáculo aos movimentos de resistência do trabalhador fabril."

(Edgar Salvadori De Decca. O nascimento das fábricas. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 32)

De acordo com as idéias do autor, pode-se afirmar que

- a) as invenções tecnológicas surgiram após o aparecimento das fábricas.
- b) a fábrica proporcionou condições para que o trabalhador fosse mais organizado.
- c) a organização fabril atendia à necessidade de disciplinar e controlar o trabalhador.
- d) os trabalhadores não resistiram à implantação da maquinaria nas fábricas.
- e) o trabalho fabril não assegurava a regularidade e a continuidade da produção.

15 - (FGV – 1997) Qual das invenções técnicas abaixo não faz parte da Primeira Revolução Industrial:

- a) tear mecânico de Cartwright;
- b) motor a explosão de Daimler-Benz;
- c) lançadeira volante de John Kay;
- d) máquina a vapor de James Watt;
- e) locomotiva de Stephenson.

16 - (FUVEST – 1993) Sobre a inovação tecnológica no sistema fabril na Inglaterra do século XVIII, é correto afirmar que ela

- a) foi adotada não somente para promover maior eficácia da produção, como também para realizar a dominação capitalista, na medida que as máquinas submetiam os trabalhadores a formas autoritárias de disciplina e a uma determinada hierarquia.
- b) ocorreu graças ao investimento em pesquisa tecnológica de ponta, feito pelos industriais que participaram da Revolução Industrial.
- c) nasceu do apoio dado pelo Estado à pesquisa nas universidades.
- d) deu-se dentro das fábricas, cujos proprietários estimulavam os operários a desenvolver novas tecnologias.
- e) foi única e exclusivamente o produto da genialidade de algumas gerações de inventores, tendo sido adotada pelos industriais que estavam interessados em

aumentar a produção e, por conseguinte,
os lucros.

GABARITO: 1 – C / 2 – C / 3 – A / 4 – B / 5
– C / 6 – D / 7 – A / 8 – B / 9 – C / 10 – C /
11 – B / 12 – D / 13 – D / 14 – C / 15 – B /
16 – A



(La Liberté)

1 – Contextualização da França Pré – Revolucionária

A – Quadro Social

A sociedade francesa da Segunda metade do século XVII era estratificada em três ordens: O Primeiro Estado (membros do clero), segundo (nobreza), vivia as custas do estado, como a burguesia de Versailhes, e terceiro (maioria da população).

Os dois primeiros estados, apesar de constituírem apenas 4% da população, continham diversos privilégios, controlando terras, exército e os principais cargos administrativos, além da isenção fiscal, que lhes permitia viver de rendas obtidas através do dízimo, e exploração dos direitos servis. Ao terceiro Estado cabia pagar impostos aos reis ou cumprir as obrigações servis, uma vez que 80% da população desta ordem vivia no campo. Sua sociedade era marcada pela rigidez social, fato este marcado de forma clara no momento da ocupação dos lugares do teatro, onde os dois estados entravam primeiro, para somente após entrarem os demais membros sociais.

B – A Economia

Ao longo do século XVII a economia francesa passou por um período de relativo crescimento, na produção manufatureira, no comércio interno e no comércio colonial. No entanto, mesmo com esse crescimento a França se mostrava como um país essencialmente agrícola, o que mais se aproximava das nascentes indústrias inglesas era a arruinada maquinofatura. As indústrias se dividiam em: 1 - Corporações de Ofício, nos moldes feudais, mantido pelas receitas geradas, mesmo que atravancasse o desenvolvimento do capitalismo. 2 – Manufaturas Reais: empresas exploradas

pelo Estado, dedicadas a produção de artigos de luxo para exportação ou para população, limitando a investimentos burgueses e a livre concorrência. 3 – Empresas Particulares: maquinaria dispendiosa com mão de obra assalariada, dedicada a siderurgia e tecidos. Face alto investimento necessário eram pouco numerosas.

O comércio fora dificultado pelas alfândegas internas (pedágios) que impedia a circulação e a integração entre campo e cidade. Já o comércio externo estava em declínio em virtude de perdas coloniais (como Antilhas, Canadá e as Índias) que fez diminuir as matérias primas para as maquinofaturas.



(Luiz XVI)

C – As Finanças

A desastrosa administração de Luiz XV arruinou o tesouro. Além dos gastos com uma corte parasitária, a monarquia enfrentava o crescimento de sua dívida externa, face empréstimos contraídos junto a banco estrangeiros, além da constante perda de crédito. Mesmo com as vantagens territoriais obtidas com a Independência dos Estados Unidos, a participação francesa selou a crise financeira do tesouro nacional. O Estado, mantendo sua característica intervencionista e autoritário (não existia liberdade de imprensa e de comércio, econômica, estado decidia sobre salários, preços) para tentar superar a crise passa a cobrar impostos sobre os nobres, uma vez que o terceiro estado não suportaria uma nova tributação. Esta medida não foi aceita pelos nobres, e então o rei resolve passar aos dois primeiros estados a responsabilidade pela solução da crise econômica, convocando a Assembléia Nacional.

2 – Fatores para Revolução Francesa

A – Luta da Burguesia contra o Absolutismo

O estado absolutista, aplicando a política mercantilista participou da corrida colonial, desenvolvendo suas manufaturas e o comércio interno e externo, contribuindo para acumular capital nas mãos de sua burguesia. No entanto, em fins do século XVIII, as restrições e regulamentações mercantilistas eram sentidas pela burguesia, que buscava maior liberdade de ação. Esta classe social buscava também acabar com os resquícios feudais dos privilégios do nascimento da nobreza e criar uma sociedade fundada na igualdade jurídica.

B – O Iluminismo

Cultivada e discutida pela burguesia, o Iluminismo permitiu esta classe a transformar seus interesses particulares em interesses universais de toda sociedade francesa, uma vez que a luta contra o mercantilismo, o absolutismo e os privilégios do clero e da nobreza pertenciam a toda sociedade.

C – Crise Econômica – Financeira

Como notamos, a maior parte da população francesa era composta de camponeses, que detinham metade das posses de terra no país. Era esta classe que sustentava ao Estado, a Igreja e a Nobreza. Além disso, contribuía com a burguesia, que lhes fornecia empréstimos e em troca cobravam pesadas taxas de juros.

No final do século XVIII uma seca destruiu grande parte da produção agrícola, trazendo fome e miséria. Além disso, um tratado de 1786, em troca de privilégios concedidos aos vinhos franceses, os produtos industriais ingleses tiveram seus impostos alfandegários reduzidos na França. Desemprego e falências se tornaram comuns nos centros urbanos. Finalizando, o Estado deficitário corava o desempenho francês.

D – O Início da Revolução

Como vimos, houve a convocação da Assembléia Nacional, para que assim o rei consultasse a opinião da população sobre a crise. Esta instituição teria meramente o poder consultivo, mas nunca decisório. Cada estado conteria um voto, e esta situação sempre favorecia os dois primeiros estamentos sociais. Após essa convocação, ampliaram-se as

manifestações contra o absolutismo. Duas reivindicações ganhavam força: do número de membros do terceiro estado igual a soma dos dois primeiros e o voto por cabeça. Se fossem aceitas, o terceiro estado teria preponderância nas votações. Luiz XVI aumentou o número de representantes no terceiro estado, mas manteve o voto por estado, a situação não muda e enfurece a burguesia, que se declara em assembléia nacional. As manifestações aumentam e em 14/07/1789 o povo realiza a Tomada de Bastilha, libertando seus presos.



(A Tomada de Bastilha)

3 – As Etapas da Revolução

A - A Assembléia Nacional

O momento em que os burgueses se declaram em assembléia, temos o marco do primeiro ato revolucionário. A resposta para tal atitude vem do rei, que expulsa os representantes do povo alegando necessidade de reformas. No entanto, tal atitude não intimida a burguesia, que apoiada pelas camadas populares, reuni-se e propõe elaborar uma constituição. O rei temendo perder o controle obriga os dois primeiros estados a se reunirem com a classe burguesa e temos assim a proclamação da Assembléia Nacional Constituinte. Luiz XVI aceita se tornar um monarca constitucional, inspirada em Montesquieu, com a separação dos poderes, a abolição dos privilégios fiscais, promove a Constituição Civil do Clero, enquanto tentava armar a contra-revolução.

Em Paris, crescia as atividades revolucionárias, com armas sendo distribuídas a população.

B - A Monarquia Constitucional

Na segunda fase, a radicalização começa a se intensificar, com o agrupamento de três grupos marcantes:

1 – Feuillants: monarquistas constitucionais, que representavam os interesses da burguesia financeira.

2 – Girondinos: republicanos vinculados à burguesia comercial e industrial.

3 – Jacobinos: republicanos radicais, que representavam as camadas médias e a pequena burguesia.

4 – Cordeliers: republicanos ligados às camadas populares

Em 91, o imperador da Áustria, o rei da Prússia, firmam uma aliança com o objetivo de restaurar o absolutismo francês. O rei e a rainha forneciam secretamente os planos de guerra do exército nacional para os inimigos da revolução. Diante desta traição, foi decretada o fim da Monarquia Constitucional, e convocada uma nova Assembléia. No mesmo momento, destaca-se a vitória do exército francês na Batalha de Valmy.

C - A Convenção:

Este momento é marcado por uma intensa radicalização escapando ao controle da burguesia, com a intensificação das disputas entre girondinos (representantes da alta e média burguesia, conservadores, tentando garantir a liberdade econômica e suas propriedades) e jacobinos (ocupam lugares mais altos na Câmara, representam pequena burguesia e as camadas populares, sendo apoiados pelos sans-culottes – proletariado), vindo a culminar com a instauração do Regime do Terror.

O enforcamento dos reis e a invasão da França em 1793 pela 1ª Coligação contra a França, precipitou o embate entre os dois grupos. Os jacobinos conseguiram a aprovação da criação do Tribunal Revolucionário e o Comitê de Salvação Pública, visando assim combater os inimigos internos e externos da Revolução. Em seguida, as camadas populares cercam a Convenção e exigem a prisão dos deputados girondinos. Executada tal façanha, temos instaurado o famoso Regime do Terror, onde se extinguem os direitos individuais e a divisão de poderes.

Liderados por Robespierre, Danton e Saint-Just, os jacobinos enfim chegam ao poder. O Comitê de Salvação Pública, liderado por Robespierre, consegue através

da violência, recuar os inimigos e salvar a revolução.

As principais medidas dos jacobinos são:

1 – Reorganização do exército para defesa das fronteiras

2 – Execução em massa dos opositores a revolução para apaziguamento interno

3 – Reforma agrária, na educação e no sistema de pesos e medidas

4 – Fim da escravidão nas colônias

No entanto, os próprios jacobinos divergem entre si, contribuindo para o enfraquecimento do partido, e culminando com a perda do apoio popular, e abrindo caminho para reação Termidoriana.

As lutas internas, e os graves problemas econômicos, levou o Golpe do 9 Termidor, assinalando a vitória burguesa na Convenção. O partido Jacobino é fechado e seus líderes são executados.

Em 1795, é elaborada uma nova constituição, esta, porém, elitista e burguesa. O poder agora, passa a ser exercido pelo diretório, constituído por cinco membros.

D - O Diretório

Em 1795, conforme a Constituição previa, a convenção sede lugar ao Diretório. O novo governo esmagou os riscos que ameaçassem a sociedade burguesa recém nascida. No mesmo ano foi reprimida por Napoleão uma tentativa de restauração monarquista, repressão liderada por Napoleão Bonaparte.

Além de Revoltas aristocráticas e populares, o momento pedia atenção especial para a grave crise financeira por qual passava a França. Esse quadro, somado a corrupção acaba por enfraquecer a instituição do Diretório.

Em 98 a Inglaterra organizou a 2ª Coalizão contra a França. Temos um período de crise e de derrota em todas as frentes. A burguesia assa a necessitar agora de um governo forte, para conter os inimigos e restabelecer a ordem interna.

Napoleão, diante deste quadro articula o apoio da burguesia e do exército e desfecha o Golpe do 18 Brumário. O Diretório é deposto e Napoleão é declarado Cônsul, iniciando o período do Consulado.

4 - Conclusão

A Revolução Francesa significa a primeira grande vitória da classe burguesa no sentido de ocupar o poder político. A

burguesia, superando o absolutismo conseguiu canalizar o apoio dos populares, usando a insatisfação dos mesmos a seu favor, nas propostas de caráter liberal.

Os populares foram manipulados em leis baseadas no liberalismo, leis essas que os impediam do direito de greve, dentre outras restrições. Durante a revolução, o povo sofreu com constantes altas de preços e com o desemprego. Somente com os jacobinos tiveram ganhos, como por exemplo, a regulamentação dos salários.

Os Jacobinos, conseguiram assim atender aos anseios da população, e assim assegurar seu apoio para salvar a revolução. O partido por suas divergências internas, fez com que o partido se isolasse da massa parisiense. Assim a burguesia volta a tona, financiando a oposição e tentando afirmar o capitalismo em solo francês. Assim temos a derrubada dos estágios feudais, criando condições para o desenvolvimento do capitalismo.

A Era Napoleônica



(O jovem Napoleão)

No plano externo, a França continuava pressionada pelas grandes potências, e no plano interno, a população estava descontente. Assim, podemos destacar o fato de que a Era napoleônica se divide em dois momentos:

1 – Consolidação interna das transformações promovidas pela revolução

2 – Expansão Externa da revolução pelos países da Europa Ocidental

O período napoleônico também se divide em: O Consulado, o Império e o Governo dos Cem Dias.

1 - O 18 Brumário

Napoleão venceu os ingleses no sítio ao porto de Toulon e assim se

transformou no mais jovem general do exército francês. Em 1795 comandou a repressão ao levante realista em Paris sendo designado no próximo ano para comandar o Exército na Itália. Durante a 2ª Coalizão contra a França, Bonaparte encontra a França a beira de um caos. Assim, articulando o apoio do exército e da burguesia para Napoleão desfechar o golpe do 18 Brumário e depor o Diretório, implementando o Consulado, que apoiava-se numa censura a imprensa e um forte poder policial que dava amplos poderes ao seu cônsul..

2 - O Consulado

A Constituição deu a Napoleão o cargo de primeiro – cônsul, com poderes ditatoriais para assim combater a crise. Em 1800 Napoleão derrota a os austríacos na Batalha de Marengo, desarticulando a 2ª Coalizão e obrigando a Inglaterra a concluir trégua com a França, através da Paz de Amiens.

Após isso, Napoleão se dedica a pacificação interna e a restauração da ordem, um pedido da burguesia. Dentre as Medidas, destaca-se:

1 – Criação do Banco da França: controla a emissão de papel moeda e a inflação

2 – Fundação da Sociedade Nacional do Fomento a Indústria para retomada do desenvolvimento econômico do país

3 – Concordata de 1801: pacificação entre Igreja e estado

4 – O Código Civil Napoleônico: institucionalização das transformações burguesas produzidas durante a revolução.

A eficiência da pacificação, consolidou o apoio da burguesia, do campesinato e do exército a Napoleão. Em plebiscito de 1804, Napoleão é aclamado como Imperador.

3 - O Império

1805 é o ano em que Rússia e Áustria se unem a Inglaterra para formarem a Terceira Coalizão para destruir, ou melhor, tentar destruir o Império Napoleônico. Os Ingleses asseguraram a sua supremacia nos mares, enquanto em terra Napoleão derrotou austríacos e russos, consolidando supremacia francesa em terra firme, decretando o fim da terceira coalizão.

Um ano após a expansão continua. Napoleão consegue o apoio de 16

príncipes alemães, massacrando o Sacro Império Romano Germânico.

Mesmo diante de estas e outras conquistas, um fato passa a se tornar notório: a inferioridade francesa nos mares se comparada aos ingleses. Numa tentativa de solapar tal predomínio, Napoleão põe em prática o Bloqueio Continental, medida esta que proibia os países europeus de comercializarem com a Inglaterra, fato este possível pelo domínio exercido no leste europeu, além do apoio russo. Uma mostra da importância deste bloqueio para Napoleão é provado no caso Espanhol, quando Napoleão invadiu aquele país e colocou no trono seu irmão e em seguida, invadiu Portugal, obrigando a corte a se transferir para o Brasil.

O Bloqueio, no entanto, teve eficácia redundante, pois pouco tempo após o início a Inglaterra voltou a manter os seus padrões de exportação, uma vez que os países que apoiavam a França dependiam dos manufaturados ingleses, já que eram basicamente agrícolas e até mesmo veio a prejudicar a própria França, diminuindo a renda do país e fazendo com que a Burguesia ficasse insatisfeita para com o Imperador.

4 - O Declínio

O poderio napoleônico assentava-se no poderio militar, e no sistema de alianças. No entanto, com a constância das guerras as alianças começaram a ficar estremecidas. Além disso, o Bloqueio Continental diminuiu o avanço econômico de mitos aliados com a paralisação do comércio internacional. Ao mesmo tempo, em áreas dominadas pelos franceses, começam a surgir movimentos de independência arraigados em um forte sentimento nacionalista.

Na Europa, temos focos de resistência ao Imperador, como na Espanha para combater o sobrinho. Na Espanha, com apoio da Inglaterra, a França sofre sua primeira grande derrota militar. Napoleão, nunca conseguiu consolidar seu poderio, pois a Rússia, com as perdas do bloqueio, teve de romper com a França, e proibir a entrada de produtos franceses em seus territórios. Em represália, Napoleão invade o território russo, chegando a dominar a cidade de Moscou. No entanto, o forte inverno solapou o exército francês.

A baixa no exército francês animou as forças inimigas a formarem a sexta Coalizão, formada pela Inglaterra, Rússia,

Áustria, Prússia e Suécia, para assim começarem a destruir o território napoleônico. Em 1814 os aliados invadiram Paris e depuseram Napoleão, que foi obrigado a se refugiar na ilha de Elba com mais de oitocentos homens. Assim, a monarquia Bourbon restaura o poder com Luiz XVIII.

5 - O Governo dos Cem Dias

Enquanto as forças coligadas se reuniam para redefinir o mapa europeu alterado por Napoleão, emigrados retornaram a França reivindicando a devolução de terras confiscadas pelo governo. Aproveitando deste descontentamento da população, em 1815 Napoleão marcha em direção a Paris e retoma o poder, com o qual permanece por um período de 100 dias. No entanto, em 1815 com seu exército deficitário Napoleão é derrotado na Batalha de Waterloo, sendo desterrado na ilha de Santa Helena, onde permanece até seu falecimento.

A França é obrigada pela Paz de Paris a pagar pesadas indenizações e também a autorizar a permanência de tropas estrangeiras por cinco anos em seu território.

6 - Conclusão

A burguesia francesa foi em muito ajudada por Napoleão, porém as constantes guerras expansionistas desgastaram esta relação, face os pesados aumentos de impostos. Com o Bloqueio, Napoleão travou o desenvolvimento da economia, pois começou a faltar matérias primas, gerando desemprego e agitações. Diante da crise econômica, a burguesia não hesitou em retirar seu apoio, permitindo a restauração monárquica, com uma constituição baseada no modelo britânico.

EXERCÍCIOS

1-(UNIFOR-CE)

O chamado período do Terror (1793-94) no processo da Revolução Francesa, teve como uma de suas características:

- O radicalismo político, centrada especialmente na figura de Robespierre.
- A ocorrência de vários golpes de estado ora à direita ora à esquerda, com sucesso.
- O afastamento dos jacobinos do poder, em face do seu espírito de conciliação

- d) o envolvimento dos girondinos na defesa das idéias de Saint-Just
e) A preocupação em elaborar uma constituição que proteja os direitos do homem

- c) 1 e 4
d) 2 e 3
e) 3 e 5

2-(OSWALDO CRUZ-SP)

Ao analisarmos a França no período que se estende da Revolução Francesa (1789) a queda definitiva de Napoleão Bonaparte (1815), verificamos observamos que o país passou por diversas transformações políticas, econômicas e sociais. Seguem-se alguns acontecimentos dessa fase e deverão ser assinalados, apenas os que se enquadram na convenção:

- 1) Abolição oficial da monarquia e instituição da primeira república
- 2) Aprovação da Declaração dos direitos do homem e da Constituição Civil do clero:
- 3) Instituição do Comitê de Salvação Pública e adoção de medidas extremas
- 4) Instituição do Tribunal da Revolucionário e alteração no sistema de propriedade
- 5) Tomada da Bastilha e confiscação dos bens do clero.

- a) 3-4-5
b) 1-2-4
c) 2-3-5
d) 1-3-4

3-(CESGRANRIO)

Revolução Francesa, marco histórico e cronológico da contemporaneidade ocidental, apresentou em seu processo várias fases que:

1. Representaram a falta, no seu momento inicial, de um projeto que pudesse acentuar os caminhos que deveriam ser seguidos para a implantação de uma sociedade liberal
2. Demonstraram como a oposição ao Antigo Regime não se referiam a sistema burgueses mas que também haviam insatisfações entre os nobres, o clero e os camponeses.
3. Acentuaram as dificuldades econômicas vivida por uma sociedade que apresentava um crescimento industrial que desde 1780, já havia superado a produção agrícola
4. Identificaram as diferenças entre as ideologias feudal e liberal, além de refletirem a supremacia dos interesses camponeses especialmente no período jacobino.

Estão corretas

- a) 1 e 2
b) 1 e 3

4. (PUC-MG)

Sobre a Revolução Francesa é correto afirmar.

- a) O direito se ligara ao interesse da burguesia, substituindo a república jacobina, porém seu caráter frágil e anarquia facilitaram a ascensão de Napoleão.
- b) Os homens da Revolução defenderam o conceito do "Ancien Regime" entendendo que este seria o caminho para a liberalização da sociedade
- c) Suas raízes datam da ação da sociedade contra o estado onde o povo, sob inspiração marxista, precipitasse contra os privilégios e muda as dimensões dos acontecimentos
- d) Seu fundamento teórico se calcava no ideal liberal e defesa da preservação do direito de propriedade e das prerrogativas oriundas do nascimento
- e) Distingui-se pela existência de várias fases, destacando-se pelo período da Constituição, sob liderança de Robespierre, como fundamental para a consolidação do poder e interesses da alta burguesia.

5 - Sobre os benefícios que a Revolução a diversas camadas sociais podemos afirmar.

- a) A Revolução melhorou basicamente a sorte do nascente proletariado industrial
- b) A grande beneficiária da Revolução Francesa foi a pequena burguesia constituída por artesãos, lojistas, rentiers e profissionais liberais
- c) O movimento revolucionário prejudicou a alta burguesia
- d) As classes populares urbanas tiveram grande participação no movimento revolucionário mais foram pouco beneficiadas por ele.
- e) N.R.A é correta

6- Assinale a alternativa que descreve melhor a situação econômica francesa antes da Revolução.

- a) O crescimento populacional era acentuada, a agricultura continuava sendo a mais importante atividade econômica e as corporações, mais do que nunca, constituíam um anacronismo
- b) O comércio interno ressentia-se dos antigos direitos de passagem e as principais atividades do comércio externo eram realizadas com o Império Germânico.

- c) Os últimos dez anos do Antigo Regime foram marcados por uma série de desastres para a economia francesa mas, a burguesia foi beneficiada pelo Tratado de Comércio com a Inglaterra.
- d) O processo da economia capitalista francesa era exatamente lento mas, os padrões de vida era um dos melhores da Europa
- e) N.R.A é correta

7-Sobre o primeiro e segundo Estados da França às vésperas da Revolução podemos afirmar.

- a) Eram formados pela nobreza e burguesia que constituíam as ordens privilegiadas
- b) Eram ordens denominadas pelo alto clero e pela nobreza de sangue
- c) Eram ordens denominadas pelo baixo clero e pela nobreza de toga.
- d) Eram ordens constituídas pela burguesia e pelo povo da cidade
- e) Eram ordens constituídas pelos nobres e camponeses

8-A oposição entre a França e a Inglaterra desde a época da Revolução foi motivada:

- a) Pelos senhores feudais ingleses, que sentiam ameaçados pela expansão revolucionária
- b) Pela Inglaterra, que via na França revolucionária uma perigosa concorrente comercial e marítima
- c) Pela aliança dos ingleses com a Espanha
- d) Pela disputa dos mercados sul-americanos e africanos

9 (UFLONDRINA-PR)

Um dos motivos da demissão do fisiocrata Turgot, Controlador-Geral das finanças de Luis XVI, foi sua tentativa de iniciar uma série de medidas que incluíam:

- a) A criação das alfândegas entre as províncias francesas para aumentar os bens patrimoniais do estado
- b) A fundação de corporações que impediavam o livre desenvolvimento manufatureiro e comercial sem a permissão do estado
- c) A instalação de bancos ingleses a fim de garantir o crédito a burguesia francesa, interessada no desenvolvimento industrial.
- d) O aumento de impostos das colônias francesas e o compromisso do estado com a política expansionista na busca de novos mercados.
- e) A reforma tributária que permitia à coroa cobrar impostos proporcionais de toda a sociedade

10-Dentre as razões do declínio do poderio Napoleônico podemos citar:

- a) A revolta espanhola e a campanha da Áustria de 1810
- b) A eficácia do Bloqueio Continental
- c) A oposição do Papa ao governo Napoleônico
- d) A batalha de Austerlitz
- e) A campanha da Rússia

11 -Podemos afirmar sobre o período Napoleônico:

- a) Foi um de restauração do feudalismo na Europa
- b) Foi um movimento de consolidação do poder da burguesia
- c) Foi uma consolidação do poder popular na França
- d) Possibilitou a restauração do poder da nobreza
- e) N.R.A é correta

12 (UFSCAR-SP)

“Minha maior glória não insistiu em ter ganho quarenta batalhas: Waterloo apagara a lembrança de tantas vitórias. O que nada apagara, é o meu Código Civil”. Assinale nas alternativas abaixo a que grande personagem da história devemos este pensamento.

Napoleão Bonaparte

- a) Cromwell
- b) D. Henrique, o Navegador
- c) Bismark
- d) Luís XIV

13-(UFRJ-95)

“(…) O que é um homem privado dos direitos de cidadão ativo nas colônias, sob a dominação dos brancos? É um homem que não pode deliberar de nenhuma maneira, que não pode influir direta ou indiretamente, sobre os interesses que mais lhe tocam, os mais sagrados da sociedade da qual faz parte; é um homem que é governado por magistrados em cuja escolha não pode influir de nenhuma maneira, por leis, por regulamentos, por atos de administração pensando sobre ele, sem fazer o uso direto que pertence a todo cidadão de influir nas conversações sociais, no que concerne a seu interesse particular”

A Revolução Francesa não se limitou a liquidar com o Antigo Regime. Introduziu um conjunto de valores e princípios que

exerceu uma forte influência na Europa Ocidental e em seus territórios coloniais. Apesar de sucessivas reorientações havidas durante seu processo e da reação contrária proveniente de outras potências européias, tais idéias se universalizaram de modo que muitas delas se incorporaram à recente tradição democrática das sociedades mundiais.

a) Identifique, a partir do documento acima, dois princípios consagrados pela Revolução Francesa.

b) Apresente uma justificativa para a reação das potências européias contra a Revolução Francesa ocorrida durante 1789 à 1794

14-(UNICAMP-94)

Num panfleto publicado em 1789, um dos líderes da Revolução Francesa afirmava:

“Devemos formular três perguntas:

- O que é Terceiro Estado?
Tudo.
- O que tem sido ele no
nosso sistema político?
Nada
- O que pode ele? Ser
alguma coisa”

Explique as perguntas e as respostas deste panfleto francês

INDEPENDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS

1 – Antecedentes

As colônias Inglesas da América do Norte foram ocupadas no início do século XVIII por perseguidos religiosos ingleses. A Inglaterra, mais preocupada com seus problemas internos, passou a não exercer forte fiscalização sob a colônia recém povoada, favorecendo assim o desenvolvimento de um mercado interno e uma forma “autônoma” de administração. Com o posterior desenvolvimento local, as colônias do norte passaram a promover o intercâmbio, tanto com países produtores de matéria prima, como produtores de alimentos. Além disso passou a se relacionar de forma direta com Espanha e Portugal (comércio triangular) rompendo assim o comércio direto com a Inglaterra.

Um grupo de comerciantes e uma aristocracia mercantil passou a dominar a economia por sua intervenção e distribuição de recursos. O comércio colonial passou assim a concorrer com o mercado metropolitano. Visando assegurar os dispositivos dos Atos de Navegação, os ingleses tentaram inserir e os norte americanos sob esse regime. No entanto, os colonos continuaram a obter seus lucros, principalmente através da prática do contrabando. Este grupo, acumulador de riquezas, foi o mesmo que anos depois passa a liderar o movimento de Independência.

2 – As Terras

A ocupação de terras gratuitas e abundantes, além da valorização da área litorânea empurrou cada vez mais as fronteiras para oeste. As terras passam a significar com o passar do tempo, riqueza e status social. No sul, com a Implantação das colônias de exploração, acabou por eliminar os pequenos proprietários. No centro e no norte, a burguesia colonial, enriquecida com o comércio triangular, tentou sua expansão com o domínio da propriedade fundiária. Este deslocamento para o Oeste acabou por encontrar a retaliação de colonos franceses, contribuindo para o embate e a maior deterioração das relações entre os dois países. O acirramento das tensões entre os

mesmos culminando com a Guerra dos Sete Anos.



(A expansão para o Oeste)

3 – A Guerra dos Sete Anos (1756 – 1763)

O início do embate ocorreu na América, dada a disputa pela posse do Vale de Ohio, se estendendo depois, a luta pela posse do continente americano. A vitória inglesa trouxe a posse de territórios estratégicos franceses, como áreas de portos. A paz selada em 63, teve as seguintes disposições:

- 1 – França cedia o Canadá e parte das Antilhas, e também desistia de ambições maiores na Índia
- 2 – França cedia oeste de Mississipi a Espanha pela colaboração
- 3 – Espanha entregava a Flórida aos Ingleses

Mesmo com a vitória, os Ingleses entraram em crise com o esgotamento de seus tesouros comprometidos com os gastos militares. Em uma tentativa de reequilibrar suas receitas, os ingleses lançaram mão de pesados impostos sobre os americanos, que haviam aumentado sua receitas através de seu comércio com a França. Os ingleses então passam a tomar medidas mais rígidas para aumentar os laços com a s colônias e obter delas maiores benefícios.

4 – As Leis Intoleráveis

As mudanças se basearam em três pontos:

1 – Ocupação dos territórios adquiridos com a Guerra dos Sete Anos

2 – Aumento da taxaço sobre as colônias

3 – Fiscalização político-econômica através da repressão

Para aumentar suas receitas, os ingleses proibiram a entrada dos colonos nos territórios a Oeste, para assim adquirir o monopólio das vendas das áreas recém – incorporadas. A coroa passou a cobrar sucessivos impostos, objetivando proibir a instalação e a continuidade de indústrias coloniais, além de impedir a concorrência comercial do contrabando. Os impostos mais importantes são:

1–Lei do Açúcar:

2- Lei do Selo

3 – Lei do Chá:

Para assegurar o cumprimento de suas metas, houve a instalação de milícias e órgãos burocráticos fiscalizadores, desagradando assim os colonos do Norte e do Centro, acostumados a fraca fiscalização. A resposta colonial veio através de boicotes, como na Festa do Chá de Boston (Ataque de Comerciantes do Norte contra o carregamento de Chá dos navios ingleses. Disfarçados de índios, os colonos lançaram ao mar toneladas dos produtos). Isso não impediu no entanto que as a população do norte e do centro fosse atingida. A elite com o aumento de impostos e das restrições, e a camada média de pequenos

proprietários, impossibilitada de adquirir novas terras.

5 – A Guerra de Independência



(A luta pela Independência)

Diante da rigidez metropolitana, as colônias se organizaram no Primeiro Congresso da Continental da Filadélfia em 74. Neste foi redigido a Declaração dos Direitos, que visava restabelecer as liberdades de antes, sob pena de rompimento definitivo com a Metrópole. Com o Ato de Quebec, que proibiu o acesso as terras do Oeste uniu por diferentes motivos os colonos dos três núcleos, até mesmo os habitantes do sul, que com sua lavoura extensiva necessitavam de incorporar novas áreas. A Inglaterra não aceitos os dispositivos e ampliou a repressão.

A partir daí, inicia-se a série de embates que culmina com a Declaração de Independência dos Estados Unidos. Foi organizado o Segundo Congresso da Continental da Filadélfia, onde George Washington foi nomeado chefe do exército, e encarregou a comissão chefiada por Thomas Jefferson a redigir a Declaração de Independência. Em quatro de julho de 1776 foi promulga a Declaração de Independência.



(Declaração de Independência)

“Nós temos por Testemunho as seguintes versões: Todos os homens são iguais, foram aquinhoados pelo criador com alguns direitos inalienáveis e entre esses direitos se encontram o da vida, da liberdade e da busca pela felicidade. Os governos são estabelecidos pelos homens para garantir esses direitos, e seu justo poder emana do consentimento dos governados. Todas as vezes que uma forma de governo torna-se destrutiva desses objetivos, o povo tem o direito de mudá-lo ou de abolir, e estabelecer um novo governo, fundando-o sobre os princípios e sobre a forma que lhe pareça a mais própria para garantir-lhe a segurança e a felicidade.

“A prudência ensina que os governos estabelecidos depois de um longo tempo não devem ser mudados por motivos superficiais... Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, tendendo invariavelmente ao mesmo fim, marcam o objetivo de submetê-lo ao despotismo absoluto, é direito e dever do povo, rejeitar tal governo e por meio de um novo governo salvaguardar sua segurança futura. Tal é a situação da colônia hoje em dia, e a daí a necessidade de se usar a força para mudar seu sistema de governo”. (Citado em Francisco M.P. Teixeira, *História da América*, p.31)

Os ingleses não aceitaram a separação e os conflitos se intensificaram. Em 77 os americanos conseguiram uma importante vitória na Batalha de Saratoga. A partir se então, passaram a contar com a

ajuda externa da França e Espanha, que visavam enfraquecer os ingleses. Em 1781 os americanos, apoiados pelos franceses venceram a Batalha de Yorktown onde os ingleses reconheceram a supremacia americana. Em 1783, a Inglaterra reconheceria no tratado de Versalhes a Independência dos Estados Unidos da América.

6 – Conclusão

A Constituição dos Estados Unidos da América de 1787, inspirada nos princípios **iluministas** de Montesquieu, representou o exemplo de concretização das idéias liberais de direita a vida, a liberdade e a felicidade. A nova constituição restringia em muito os direitos dos trabalhadores, não levando em consideração escravos e índios, face interesse4s da burguesia do norte com os latifundiários do sul. No entanto, representa um avanço, servindo de modelo para os movimentos de emancipação na América Latina.

Exercícios

1.(PUCCAMP-93)

Primeira colônia americana a se tornar independente, em 4 de julho de 1776, os Estados Unidos assumiram no século XIX.

- Uma posição estimulante aos movimentos revolucionários, contestando as estruturas tradicionais do poder vigente em grande parte na Europa.
- Uma intransigente defesa da intervenção do Estado nas atividades econômicas, visando controlar os abusos da burguesia.
- A identificação do Estado com a religião puritana, que seria obrigatória a todos os cidadãos.
- Dentro do continente americano, uma política imperialista, impondo seus interesses econômicos às demais nações.
- Uma política de expansão colonial em direção à África e Oceania.

2.(UNB-97)

A Revolução Americana(1775-1783), a primeira Revolução Francesa(1789-1799) e a Revolução Industrial na Inglaterra(1760-1830) definiram num espaço de menos de

30 anos, os contornos de um novo processo social, econômico, político e cultural. Essas 3 revoluções, mais os movimentos de independência nas colônias européias na América Latina, abrem uma nova época no Ocidente: a História Contemporânea.

A História Contemporânea se inicia marcada por um novo conceito de civilização. Formaram-se então, em oposição aos valores e às características do período anterior (HISTÓRIA MODERNA), novos conceitos que merecem destaque e que passaram a fazer parte do universo mental do homem contemporâneo, como: civilização industrial, democracia representativa e cidadania; soberania nacional e independência; liberalismo e socialismo.

Com o auxílio do texto, julgue os itens a seguir.

- (1) A Revolução Industrial unifica capital e trabalho, produtor e meios de produção além de consolidar a dinâmica sociedade esta mental.
- (2) O liberalismo combate, no campo econômico, as estruturas do mercantilismo e do colonialismo e, no político, as formas absolutistas do Estado.
- (4) O socialismo que ganha corpo no decorrer do século XIX, corresponde a uma visão do mundo que se opõe a burguesia.
- (8) O fracasso dos movimentos de independência na América Latina, ao longo da primeira metade do século XIX, pode ser explicado pela autuação da Inglaterra em defesa do pacto colonial.

Soma: ()

3.(FACULDADE RUI BARBOSA-BA)

Numa perspectiva bem ampla, o processo de independência dos EUA relacionou-se, por um lado, o avanço do capitalismo na Inglaterra, à expansão dos princípios liberais as rivalidades anglo-francesa, acentuada no final do século XVIII, e, por outro lado, à própria especificidade do desenvolvimento das treze colônias. Neste sentido, podemos afirmar que a aceleração que o processo de ruptura das antigas colônias e metrópole inglesa deveu-se:

- I- Às tentativas de expansão na América do Norte, ocupando território das treze colônias.

- II- Ao próprio desenvolvimento de liberalismo econômico na Inglaterra, divulgando princípios e práticas contrários ao monopólio comercial.
- III- Às tentativa Inglesas de aprofundar os laços de dominação através do reforço do pacto colonial.
- IV- À reação dos colonos americanos às medidas fiscais e administrativas que feriam a sua relativa autonomia.
- V- Ao desdobramento natural de um processo calculado na relativa autonomia das chamadas colônias de povoamento.,

Assinale as alternativas corretas.

- a) I e IV
- b) II e III
- c) I e V
- d) III e IV
- e) II e V

4. (PUC-MG)

A independência das treze colônias Inglesas da América do Norte tem em comum com a independência dos países latino-americanos de colonização ibérica, exceto:

- a) A luta dos colonos contra os exércitos metropolitanos envolvendo outros países.
- b) A contestação às medidas restritivas, impostas ao comércio pelas respectivas metrópoles.
- c) A predominância da forma de governo republicana e do sistema de governo presidencialista.
- d) As implicações decorrentes da expansão napoleônica na Europa, refletindo no continente americano.
- e) O liberalismo político e econômico que forneceu a base ideológica para a superação dos entraves mercantilistas.

5. (CESGRANRIO-RJ)

No século XVIII, nas tensões entre Inglaterra e França, ocupou um lugar privilegiado a questão dos domínios colônias, o que se pode verificar pela guerra dos Sete Anos(1756-1763), durante a qual:

- a) Se consolida o poder Britânico sobre a América do Norte com a vitória em Quebec, sobre os franceses e pela

- ampliação da fronteira oeste com a conquista do México.
- b) Os dois Estados lutam pelo domínio da América do Norte, onde os franceses são derrotados, e perde parte do Canadá, especialmente Quebec, que entretanto mantém a cultura e a língua francesa.
 - c) Os dois disputa suas possessões na América e na Índia, luta que acaba com o Tratado de Paris(1763), que concedia a Inglaterra a posse da Índia, Canadá, Senegal, parte da Louisiana e das Antilhas.
 - d) A Inglaterra incorpora a Escócia e vira a Grã-bretanha, consolidando também seu domínio sobre a Irlanda, enquanto a França entra num processo agudo de crise econômica que acentua a decadência da sociedade do Antigo Regime.
 - e) A França adquire a região das Antilhas dos espanhóis e amplia seu domínio sobre a Ásia, assumindo o controle da região do sudeste asiático.

existe, como é feita de concreto e cobre e tem 100 metros de altura (...). Recebendo a liberdade dos franceses, os americanos a colocaram na ilha de Bedloe, na entrada do porto de New York. Esta verdade é indiscutível. Até agora a liberdade não penetrou em território americano”

- III-
 - a) “Eu tentei”
Cite 2 formas de liberdade a que se referiam os colonos americanos no momento da independência.
 - b) Indique um episódio na historia americana em que a prática de liberdade esteve ameaçada.
Explique como a liberdade esteve ameaçada no episódio indicado no item II.

Questoes Abertas

1. Comente, em linhas gerais, os fatores explicativos da Independência dos EUA em 1776.

2.(UNICAMP-93)

“Nas leis da Nova Inglaterra encontramos o germe e o desenvolvimento local. Na América pode-se dizer que o município foi organizado antes da comarca, a comarca antes do Estado, e o Estado antes da União”

- a) Cite 2 características da colonização da Nova Inglaterra.
- b) A partir do texto, explique por que a Constituição dos Estados Unidos estabelece o sistema federativo.

3.(UFMG-94)

Leia os textos:

- I- “Estas colônias unidas são e, por direito, devem ser Estados Livres e Independentes”
- II- “Muitos dos senhores ainda estão naturalmente convencidos que a liberdade não existe (...). Mas lhe garanto que a liberdade existe não só

A Guerra de Secessão e os Estados Unidos no Século XIX

Após a conquista de sua Independência os Estados Unidos caminhavam para um novo desafio: como integrar áreas ocupadas com modelos de povoação diferentes, com atividades econômicas diferentes e consequentemente ideais diferentes. Assim as áreas ao Norte defendiam um governo central forte e a adoção de tarifas protecionistas que incentivassem a industrialização. A região Sul, agro-exportadora e escravista, defendia uma política de livre comércio, para garantir o escoamento de seus produtos em troca de produtos industrializados da Europa. Diante desta dificuldade de definir os rumos, a Constituição foi elaborada de forma genérica, facultando a cada Estado a definição de suas próprias leis.

1 – A Marcha para o Oeste

A expansão para o interior dos Estados Unidos foi executada por colonos desbravadores. Um série de fatores motivaram tal expansão:

- 1 – Escassez de terras na faixa atlântica
- 2 – Possibilidade de empobrecidos se tornarem proprietários
- 3 – Norte em expansão sua necessidade por matérias primas



- 4 – Corrida do Ouro
- 5 – Construção de ferrovias que gerava a integração econômica, aplicação produtiva de capitais e assegurava o comércio a produções agrícolas.

No início do século XIX os americanos conseguiram territórios

importantes, mediante compras e acordos, e sua ocupação esteve disciplinada pelo governo federal. Com a Marcha, as divergências entre Norte e Sul aumentaram, com questões como o regime de propriedade e o tipo de mão de obra a ser empregada nos novos territórios. O Norte defendia a proposta de pequenas propriedades com mão de obra assalariada, já o sul defendia o regime de grandes propriedades com mão de obra escrava. Além do interesse econômico, havia também o político, pois temia-se a inclusão de novos representantes no Legislativo, rompendo assim o equilíbrio entre abolicionistas e escravistas.

Para manter a estabilidade foi firmado o Compromisso de Missouri que regulamentava os territórios que utilizariam a mão de obra livre e os que usariam a mão de obra escrava. No entanto, a Califórnia solicitou a sua inclusão no regime de trabalho livre, e tal atitude desencadeou uma crise, uma vez que desobedecia o compromisso de Missouri. Utah e Novo México pleiteavam sua inclusão como Estados Neutros, e a campanha abolicionista crescia em notoriedade. Em 1854 o Compromisso perdeu o sentido, pois o Congresso facultou a cada Estado o direito de se decidir sobre a escravidão. A tensão cresceu e culminou com a Guerra de Secessão.

2 – A Guerra de Secessão (1861-1865).

Nas eleições de 1860 o candidato apoiado pelo Norte, Abraham Lincoln foi vitorioso, e os Estados do Norte resolveram se separar da União formando uma Confederação. Mesmo diante da inferioridade de homens e armas a Confederação atacou o Norte em 1861. Além de contar com o apoio do Oeste, o Norte contou com o apoio da Marinha Inglesa para bloquear qualquer tipo de apoio aos Estados Sulistas. O Sul conseguiu algumas vitórias, no entanto após a Batalha de Gettysburg em 63, o Norte tomou a ofensiva e destruiu os exércitos da Confederação. A tomada da capital Sulista em 1865 selou a vitória com a rendição completa do Sul.

A Abolição foi decretada em Janeiro do mesmo ano, porém não foi

acompanhada por nenhum programa que possibilitasse a integração do negro liberto na sociedade americana. Essa situação tendeu a se perpetuar com o aparecimento de sociedades secretas racistas no Sul, como a Ku Klux Klan, que praticavam o segracionismo e intimidações violentas para impedir que os ex-escravos de assumissem sua cidadania.

3 – O Desenvolvimento Capitalista

Com o fim da Guerra de Secessão e com a abolição o Governo pode concentrar seus esforços para organizar sua economia e para desenvolver a exploração do Oeste. A mineração e a possibilidade de novas propriedades atraiu muitas pessoas para o Oeste. Na guerra de Secessão o governo doou terras no Oeste para colonos que se comprometessem a plantação de gêneros alimentícios para o Norte, para que assim o mesmo se dedicasse a produção de armas bélicas. A construção de ferrovias integrou o Leste com o Oeste, promovendo também o extermínio de nações indígenas. Além disso facilitou logicamente a exportação dos produtos para o Continente. Embora a mão de obra fosse escassa, a produtividade conseguiu evoluir graças a mecanização do campo e progressos técnicos alcançados neste período.

No pós guerra temos ainda a consolidação dos grandes grupos financeiros. Estes aumentavam seu capital financiando a produção e a mecanização com a contrapartida de cobrança de juros, e por fim canalizava estes recursos em investimento nas indústrias que se proliferavam em outras áreas.

A inauguração de um novo ramo de fabricação (linhas de montagem e produção em massa) implicou num amplo avanço técnico. Altas tarifas protecionistas contra a concorrência estrangeira beneficiaram o processo. Assim, podemos afirmar que a Industrialização foi uma consequência importante da Guerra, colocando os EUA na liderança capitalista do Imperialismo do século XIX.

Exercícios

01. (VUNESP) Ao final do século passado, a dominação e a espoliação assumiram características novas nas áreas partilhadas e neocolonizadas. A crença no progresso, o darwinismo social e a pretensa superioridade do homem branco marcaram o auge da hegemonia européia. Assinale a alternativa que encerra, no plano ideológico, certo esforço para justificar interesses imperialistas:

- a) A humilhação sofrida pela China, durante um século e meio, era algo inimaginável para os ocidentais.
- b) A civilização deve ser imposta aos países e raças onde ela não pode nascer espontaneamente.
- c) A invasão de tecidos de algodão do Lancashire desferiu sério golpe no artesanato indiano.
- d) A diplomacia do canhão e do fuzil, a ação dos missionários e dos viajantes naturalistas contribuíram para quebrar a resistência cultural das populações africanas, asiáticas e latino-americanas.
- e) O mapa das comunicações nos ensina: as estradas de ferro colocavam os portos das áreas colonizadas em contato com o mundo exterior.

02. (UNITAU) O Império Chinês, sofrendo pressões de vários países, foi obrigado a ceder algumas partes de seu território a países europeus. Um desses territórios, em poder do Reino Unido, foi devolvido ao governo chinês no século passado (1997). Trata-se do território de:

- a) Cingapura
- b) Macau
- c) Taiwan
- d) Hong Kong
- e) Saigom

03. (FUVEST) No século XIX, a história inglesa foi marcada pelo longo reinado da rainha Vitória. Seu governo caracterizou-se:

- a) pela grande popularidade da rainha, apesar dos poderes que lhe concedia o regime monárquico absolutista vigente;

b) pela expansão do Império Colonial Britânico na América, explorado através do monopólio comercial e do tráfico de escravos;

c) pelo início da Revolução Industrial, que levou a Inglaterra a tornar-se a maior produtora de tecidos de seda;

d) por sucessivas crises políticas internas, que contribuíram para a estagnação econômica e empobrecimento da

população;

e) por grande prosperidade econômica e estabilidade política, em contraste com uma acentuada desigualdade social.

04. A industrialização acelerada de diversos países, ao longo do século XIX, alterou o equilíbrio e a dinâmica das relações internacionais. Com a Segunda Revolução Industrial surgiu o imperialismo, cuja característica marcante foi o(a):

a) substituição das intervenções militares pelo uso da diplomacia internacional;

b) busca de novos mercados consumidores para as manufaturas e os capitais excedentes dos países industrializados;

c) manutenção da autonomia administrativa e dos governos nativos naquelas áreas conquistadas;

d) procura de especiarias, ouro e produtos tropicais inexistentes na Europa;

e) transferência de tecnologia, estimulada por uma política não-intervencionista.

05. (FEI) De 1815 a 1891, a Inglaterra viveu um período de grande estabilidade política interna, combinada com acentuado desenvolvimento econômico, o que possibilitou aos ingleses o

domínio dos mares e a expansão colonialista. As principais realizações desse período se deram durante:

- a) a Era Vitoriana
- b) a Revolução Gloriosa
- c) o governo de Henrique VIII
- d) o governo de Elizabeth I
- e) a instalação do anglicanismo

06. (VUNESP) O mundo europeu escandalizou-se com a rebelião dos Boxers (1900) e

se surpreendeu, depois, com suas conseqüências, as quais, de certo modo, antecipavam os movimentos nacionalistas que iriam revolucionar a China no século XX. As relações entre os europeus e o governo imperial chinês, no entanto, contribuíram para alimentar reações e ressentimentos populares contra:

I. os privilégios comerciais concedidos aos comerciantes estrangeiros;

II. os navios a vapor, as estradas de ferro e os telégrafos;

III. os missionários europeus que desfrutavam do direito de residência e de pregação;

IV. a luta de boxe, patrocinada diariamente pelos membros das comunidades diplomáticas estabelecidas em

Pequim;

V. a intervenção dos missionários estrangeiros na administração dos governos.

Consideradas as proposições anteriores, assinale:

a) se apenas a proposição IV estiver correta;

b) se todas estiverem corretas;

c) se apenas as proposições I, II, III e V estiverem corretas;

d) se apenas as proposições I e V estiverem incorretas;

e) se apenas as proposições II e III estiverem incorretas.

07. (UDESC) A China desponta nos dias de hoje como uma das possíveis grandes potências do nosso século.

Todavia, até meados do século XIX, ela era um país em grande parte isolado do restante do mundo e que, apesar de apresentar uma economia enfraquecida, resistia à voracidade dos interesses ocidentais. Naquela época, os primeiros a quebrar esse isolamento foram os ingleses.

Assinale a única alternativa que corresponde aos meios empregados pelos ingleses para impor à China o comércio e outras influências ocidentais:

a) O monopólio do comércio da região pela Companhia das Índias Ocidentais.

b) A guerra do Ópio, com ataques às cidades portuárias chinesas.

c) A assinatura de tratados de livre comercialização do chá inglês.

d) A Guerra dos Boxers, que levou ao extermínio os nativos da região.

e) A imposição à China de uma nova forma de governo com feições ocidentais.

08. (FATEC) Ata Geral da Conferência de Berlim, em 26 de fevereiro de 1885:

"Capítulo I: Declaração referente à liberdade de comércio na Bacia do Congo...

Artigo 6º - Todas as Potências que exercem direitos de soberania ou uma influência nos referidos territórios comprometem-se a velar pela conservação dos aborígenes e pela melhoria de suas condições morais e materiais de existência e a cooperar na supressão da escravatura e principalmente do tráfico de negros; elas protegerão e favorecerão, sem distinção de nacionalidade ou de culto, todas as instituições e empresas religiosas, científicas ou de caridade, criadas e organizadas para esses fins ou que tendam a instruir os indígenas e a lhes fazer compreender e apreciar as vantagens da Civilização."

Pela leitura do texto acima, podemos deduzir que ele:

a) demonstra que os interesses capitalistas voltados para investimentos financeiros eram a tônica do tratado;

b) caracteriza a atração exercida pela abundância de recursos minerais, notadamente na região subsaariana;

c) explicita as intenções de natureza religiosa do imperialismo, através da proteção à ação dos missionários;

d) revela a própria ideologia do colonialismo europeu ao se referir às "vantagens da Civilização";

e) reflete a preocupação das potências capitalistas em manter a escravidão negra.

09.

"O comércio do ópio é feito pelos ingleses. este povo, não tendo do que viver na sua terra, procura

escravizar os outros países."
(Memorial elaborado por um chinês e

dirigido ao imperador Tao-Kwang em 1838, antes da Guerra do Ópio)

Com base no trecho apresentado, assinale a alternativa que identifica a posição do autor:

a) Evidencia a atuação do colonizador no processo da colonização.

b) Reflete o inconformismo do colonizado diante da opressão neocolonialista.

c) Mostra uma opinião ambígua, ao ver o Oriente como "invenção" do Ocidente.

d) Admite melhorias nas condições materiais da população.

e) Revela uma atitude racista perante os povos colonizados.

10. (PUCC) A expansão neo-colonialista do século XIX foi acelerada, essencialmente:

a) pela disputa de mercados consumidores para produtos industrializados e

de investimentos de capitais para novos projetos, além da busca de matérias-primas;

b) pelo crescimento incontrolado da população europeia, gerando a necessidade de migração para África e Ásia;

c) pela necessidade de irradiar a superioridade da cultura europeia pelo mundo;

d) pelo desenvolvimento do capitalismo comercial e das práticas do mercantilismo;

e) pela distribuição igualitária dos monopólios de capitais e pelo decréscimo da produção industrial.

Gabarito

1 – B 2 – D 3 – E 4 – B 5 – A
6 – C 7 – B 8 – D 9 – B 10 – A

SUPELMENTO

1 - IMPERIALISMO E NEOCOLONIALISMO

De 1760 a 1830, a Revolução Industrial ficou limitada à Inglaterra, a oficina do mundo. Para manter a exclusividade, era proibido exportar maquinário e tecnologia. Mas a produção de equipamentos industriais superaria logo as possibilidades de consumo interno e não seria possível conter os interesses dos fabricantes. Além disso, as nações passaram a identificar o poderio de um país com seu desenvolvimento industrial. E o processo se difundiu pela Europa, Ásia e América. A tecnologia industrial avançou, a população cresceu, os movimentos imigratórios se intensificaram. No fim do século XIX, sobreveio a primeira Grande Depressão (1873 - 1896), que fortaleceu as empresas pela centralização e concentração do capital. Iniciou-se aí nova fase do capitalismo, a fase monopolista ou financeira, que se desdobrou na exportação de capitais e no processo de colonização da África e da Ásia.

2 - A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL SE IRRADIA

Em ritmo vertiginoso, como na Alemanha, ou retardado por razões políticas, como na França, o impacto da Revolução Industrial inglesa atingiu todas as partes do mundo.

Alemanha – Em ritmo acelerado a partir de 1870, a industrialização alemã se beneficiou da unificação nacional, da decidida proteção estatal, da atuação do capital bancário e do crescimento demográfico. A peculiaridade aqui está no casamento entre indústria e bancos, bem como no uso de técnicas que permitiram alto grau de racionalização. A Alemanha já era grande produtora de carvão desde 1848. A siderurgia avançou, estimulada pelo desenvolvimento ferroviário. Na década de 1880, a indústria têxtil ameaçava superar a inglesa, devido à adoção de fibras sintéticas e novos corantes; destaque-se aqui a expansão da indústria química, ligada à pesquisa científica. No fim do século, graças a

Werner Siemens, a indústria elétrica tomou grande impulso. Em 1914, a Alemanha iria produzir 35 % da energia elétrica mundial, seguida por Estados Unidos (29%) e Inglaterra (16%).

França – A Revolução Francesa retardou o desenvolvimento econômico do país. A consolidação da pequena indústria e a tradição de produzir artigos de luxo dificultaram a grande concentração industrial. É difícil falar em Revolução Industrial francesa. Não houve arranque acelerado, mas lenta transformação das técnicas de produção e das estruturas industriais. O processo se acelera a partir de 1848, com a adoção de medidas protecionistas, ou seja, impediu-se a importação de produtos industriais e estimulou-se a exportação. Assim mesmo; havia entraves ao avanço: houve retração demográfica no século XIX, com baixo índice de natalidade e lenta regressão na mortalidade; a estrutura agrária preservava a pequena propriedade, o que limitava o progresso tecnológico; faltava carvão e seu preço era o mais alto do mundo; os recursos iam para empréstimos públicos e investimentos no estrangeiro, em vez de ir para o setor produtivo. A expansão industrial foi freada ainda pela prática do autofinanciamento, ou seja, a, o reinvestimento dos lucros na própria empresa, que preservava seu caráter familiar, limitado.

Japão – Na Ásia, foi o país que mais depressa implantou sua Revolução Industrial. Até meados do século XIX, o Japão vivia fechado, com sua sociedade dominada por uma aristocracia feudal que explorava a massa de camponeses. Desde 1192, o imperador tinha poder simbólico; quem o exercia era o Shogum, supremo comandante militar. A economia monetária vinha se acentuando desde o século XVIII e a pressão dos Estados Unidos forçou em 1852 a abertura dos portos aos estrangeiros, atendendo a interesses de expansão da indústria americana. O ponto de partida para as grandes transformações foi o ano de 1868, com a Revolução Meiji (Luzes). Com apoio estrangeiro, o imperador tomou o poder do Shogum

passou á incorporar á tecnologia ocidental, para modernizar o Japão.

A Revolução Meiji aboliu o feudalismo, com finalidade nem tanto de melhorar a vida servil dos camponeses más de torná-los mais produtivos. A fortuna dos grandes comerciantes e proprietários aumentou, em prejuízo dos aposentados e pequenos lavradores. A criação de um exército de trabalhadores, devido ao crescimento populacional, permitiu uma política de preços baixos, o dumping, favorável à competição no mercado externo. Um aspecto importante foi a acumulação de capital nacional, decorrente dá forte atuação do Estado, que concedeu patentes e exclusividades e integrou os investimentos. Depois de desenvolver as indústrias, o Estado as transferia a particulares em condições vantajosas de pagamento. Formaram-se assim grandes concentrações industriais, zaibatsu, pois 40% de todos os depósitos bancários, 60% da indústria têxtil, 60% da indústria militar, a maior parte da energia elétrica, a indústria de papel e a de construção naval eram controlados por apenas quatro famílias: Sumitomo, Mitsubishi, Yasuda e Mitsui. A indústria pesada avançou devagar pela falta de carvão e ferro. Os recursos hidrelétricos foram explorados a partir de 1891. No início do século XX, a siderurgia deu um salto, criando a base para a expansão da indústria naval. O Estado, assentado na burguesia mercantil e na classe dos proprietários, tinha apoio dos militares, que pretendiam construir o Grande Japão. O pequeno mercado interno impôs a busca de mercados externos e uma política agressiva, iniciada com a guerra contra a China (1894-1895), que proporcionou enorme indenização ao Japão. O mesmo aconteceu após a guerra contra a Rússia (1904-1905). A I Guerra Mundial (1914-1918) abriu espaços no mercado asiático, imediatamente ocupados pelo Japão.

3 - O IMPERIALISMO

De 1760 a 1830, a Revolução Industrial ficou limitada à Inglaterra, que para manter a exclusividade, proibia exportar maquinário e tecnologia. Mas a produção de equipamentos industriais superaria logo as possibilidades de consumo interno e não seria possível conter os interesses dos fabricantes. E o

processo se difundiu pela Europa, Ásia e América.

No fim do século XIX, sobreveio a primeira Grande Depressão (1873 - 1896), que fortaleceu as empresas pela centralização e concentração do capital. Iniciou-se aí nova fase do capitalismo, a fase monopolista ou financeira, que se desdobrou na exportação de capitais e no processo de colonização da África e da Ásia. Agora vamos analisar o desenvolvimento das principais potências que além da Inglaterra tiveram condições de empreender este movimento imperial.

O imperialismo, por sua vez, caracteriza-se por:

- 1- forte concentração dos capitais, criando os monopólios;
- 2 - fusão do capital bancário com o capital industrial;
- 3 - exportação de capitais, que supera a exportação de mercadorias;
- 4 - surgimento de monopólios internacionais que partilham o mundo entre si.

Formas de monopólio nesta etapa do capitalismo:

Truste – Um grupo econômico domina várias unidades produtivas; nos trustes horizontais, reúnem-se vários tipos de empresa que fabricam o mesmo produto; nos verticais, uma empresa domina unidades produtivas estratégicas por exemplo, da mineração do ferro e carvão à fabricação de locomotivas, passando pela siderurgia;

Cartel – Empresas poderosas, conservando sua autonomia, combinam repartir o mercado e ditam os preços dos produtos que fabricam;

Holding – Uma empresa central, geralmente uma financeira, detém o controle das ações de várias outras empresas.

A – O NOVO COLONIALISMO PARTILHA ÁFRICA E ÁSIA

A colonização portuguesa e espanhola do século XVI havia se limitado à América. Com raras exceções, as terras africanas e asiáticas não foram ocupadas. Ali, os europeus limitaram-se ao comércio, principalmente o de especiarias. Por isso,

no século XIX, havia grandes extensões de terras desconhecidas nos dois continentes, que Portugal e Espanha não tinham condições de explorar. Começou então nova corrida colonial de outras potências européias, sobretudo as que haviam passado por uma transformação industrial, como Inglaterra, Bélgica, França, Alemanha e Itália.

4 - OS MOTIVOS DO NEOCOLONIALISMO

No século XVI, o objetivo colonialista era encontrar metais preciosos e mercados abastecedores de produtos tropicais e consumidores de manufaturas européias. O interesse concentrou-se na América.

São mais complexos os fatores que explicam o renascimento colonialista do século XIX: nessa época, vários países europeus passavam pela Revolução Industrial. Precisavam encontrar fontes de matéria-prima (carvão, ferro, petróleo) e de produtos alimentícios que faltavam em suas terras. Também precisavam de mercados consumidores para seus excedentes industriais, além de novas regiões para investir os capitais disponíveis, construindo ferrovias ou explorando minas, por exemplo.

Tal mecanismo era indispensável para aliviar a Europa dos capitais excedentes. Some-se a tudo isso o crescimento acelerado da população européia, necessitada de novas terras para estabelecer-se. No plano político, cada Estado europeu estava preocupado em aumentar seus contingentes militares, para fortalecer sua posição entre as demais potências. Possuindo colônias, dispunham de mais recursos e mais homens para seus exércitos.

Já os missionários se encaixavam nos fatores religiosos e culturais. Eles desejavam converter africanos e asiáticos. Havia gente que considerava mesmo dever dos europeus difundir sua civilização entre povos que julgavam primitivos e atrasados.

5 – A PARTILHA DA ÁFRICA

Em 1830, a França invadiu a África e iniciou a conquista da Argélia, completada em 1857. Dez anos mais tarde, Leopoldo II da Bélgica deu novo impulso ao colonialismo ao reunir Bruxelas, a capital, um congresso de presidentes de sociedades geográficas, para difundir a

civilização ocidental dizia o rei; mas os interesses eram econômicos. Dali resultaram a Associação Internacional Africana e o Grupo de Estudos do Alto Congo, que iniciaram a exploração e a conquista do Congo. Leopoldo era um dos principais contribuintes das entidades, financiadas por capitais particulares.

Outros países europeus se lançaram à aventura africana. A França, depois da Argélia, rapidamente conquistou Tunísia, África Ocidental Francesa, África Equatorial Francesa, Costa Francesa dos Somalis e Madagascar. A Inglaterra dominou Egito, Sudão Anglo-Egípcio, África Oriental Inglesa, Rodésia, União Sul-Africana, Nigéria, Costa do Ouro e Serra Leoa. A Alemanha tomou Camarões, Sudoeste Africano e África Oriental Alemã. A Itália conquistou Eritrêia, Somália Italiana e o litoral da Líbia. Porções reduzidas couberam aos antigos colonizadores: a Espanha ficou com Marrocos Espanhol, Rio de Ouro e Guiné Espanhola; Portugal, com Moçambique, Angola e Guiné Portuguesa. O ponto de partida para a corrida foi a Conferência de Berlim (1884 - 1885), proposta por Bismarck e Jules Ferry. Seu objetivo principal foi legalizar a posse do Congo por Leopoldo II.

6 – A EUROPA OCUPA TUDO

Os investimentos em ferrovias abriram o mercado asiático para os produtos ocidentais e, no século XIX, finalmente os países do Ocidente passaram do simples comércio praticado nos portos à política de zonas de influência. Promoveram então uma verdadeira partilha do Oriente.

A Rússia era o país mais interessado em expandir-se para o oriente. Depois da ferrovia Moscou-Vladivostok, ela se chocou com a Inglaterra na Ásia Central e com o Japão na Manchúria.

Em 1763, os ingleses haviam tomado a Índia aos franceses e encarregado uma companhia de explorá-la. Em 1858, revoltaram-se os cipayos, nativos que serviam nos exércitos coloniais. A Índia foi então integrada ao Império Britânico. Na China, a Guerra do Ópio (1840-42) permitiu a conquista de Hong-Kong, Xangai e Nanquim. Uma associação secreta, a Sociedade dos Boxers, reagiu à invasão, promovendo atentados contra os estrangeiros; tinha apoio do governo chinês. As potências européias

organizaram uma expedição conjunta, o que provocou a Guerra dos Boxers.

Os japoneses ocuparam a Coréia; os alemães, a Península de Shantung; os franceses, a Indochina. Os Estados Unidos estabeleceram um protetorado no Havaí e ocuparam Pearl Harbour. Em 1898, anexaram Havaí, Guam, Ilhas Marianas e Filipinas. Na América, ocuparam Porto Rico e, após guerra contra a Espanha, estabeleceram um protetorado em Cuba.

EXERCÍCIOS ENEM

1 - Segundo Aristóteles, "na cidade com o melhor conjunto de normas e naquela dotada de homens absolutamente justos, os cidadãos não devem viver uma vida de trabalho trivial ou de negócios — esses tipos de vida são desprezíveis e incompatíveis com as qualidades morais — , tampouco devem ser agricultores os aspirantes à cidadania, pois o lazer é indispensável ao desenvolvimento das qualidades morais e à prática das atividades políticas". (VAN ACKER, T. Grécia. A vida cotidiana na cidade-Estado. São Paulo: Atual, 1994).

O trecho, retirado da obra Política, de Aristóteles, permite compreender que a cidadania

- a) possui uma dimensão histórica que deve ser criticada, pois é condenável que os políticos de qualquer época fiquem entregues à ociosidade, enquanto o resto dos cidadãos tem de trabalhar.
- b) era entendida como uma dignidade própria dos grupos sociais superiores, fruto de uma concepção política profundamente hierarquizada da sociedade.
- c) estava vinculada, na Grécia Antiga, a uma percepção política democrática, que levava todos os habitantes da pólis a participarem da vida cívica.
- d) tinha profundas conexões com a justiça, razão pela qual o tempo livre dos cidadãos deveria ser dedicado às atividades vinculadas aos tribunais.
- e) vivida pelos atenienses era, de fato, restrita àqueles que se dedicavam à política e que tinham tempo para resolver os problemas da cidade.

2 - A Idade Média é um extenso período da História do Ocidente cuja memória é construída e reconstruída segundo as circunstâncias das épocas posteriores. Assim, desde o Renascimento, esse período vem sendo alvo de diversas interpretações que dizem mais sobre o contexto histórico em que são produzidas do que propriamente sobre o Medievo.

Um exemplo acerca do que está exposto no texto acima é:

- a) a associação que Hitler estabeleceu entre o III Reich e o Sacro Império Romano Germânico.
- b) o retorno dos valores cristãos medievais, presentes nos documentos do Concílio Vaticano II.
- c) a luta dos negros sul-africanos contra o apartheid inspirada por valores dos primeiros cristãos.
- d) o fortalecimento político de Napoleão Bonaparte, que se justificava na amplitude de poderes que tivera Carlos Magno.
- e) a tradição heroica da cavalaria medieval, que foi afetada negativamente pelas produções cinematográficas de Hollywood.

3 – Hoje em dia, nas grandes cidades, enterrar os mortos é uma prática quase íntima, que diz respeito apenas à família. A menos, é claro, que se trate de uma personalidade conhecida. Entretanto, isso nem sempre foi assim. Para um historiador, os sepultamentos são uma fonte de informações importantes para que se compreenda, por exemplo, a vida política das sociedades. No que se refere às práticas sociais ligadas aos sepultamentos,

- a) na Grécia Antiga, as cerimônias fúnebres eram desvalorizadas, porque o mais importante era a democracia experimentada pelos vivos.
- b) na Idade Média, a Igreja tinha pouca influência sobre os rituais fúnebres, preocupando-se mais com a salvação da alma.
- c) no Brasil colônia, o sepultamento dos mortos nas igrejas era regido pela observância da hierarquia social.
- d) na época da Reforma, o catolicismo condenou os excessos de gastos que a burguesia fazia para sepultar seus mortos.
- e) no período posterior à Revolução Francesa, devido as grandes perturbações sociais, abandona-se a prática do luto.

4 - A formação dos Estados foi certamente distinta na Europa, na América Latina, na África e na Ásia. Os Estados atuais, em especial na América Latina — onde as instituições das populações locais existentes à época da conquista ou foram eliminadas, como no caso do México e do Peru, ou eram frágeis, como no caso do Brasil —, são o resultado, em geral, da

evolução do transplante de instituições européias feito pelas metrópoles para suas colônias. Na África, as colônias tiveram fronteiras arbitrariamente traçadas, separando etnias, idiomas e tradições, que, mais tarde, sobreviveram ao processo de descolonização, dando razão para conflitos que, muitas vezes, têm sua verdadeira origem em disputas pela exploração de recursos naturais. Na Ásia, a colonização européia se fez de forma mais indireta e encontrou sistemas políticos e administrativos mais sofisticados, aos quais se superpôs. Hoje, aquelas formas anteriores de organização, ou pelo menos seu espírito, sobrevivem nas organizações políticas do Estado asiático.

GUIMARÃES, S. P. Nação, nacionalismo, Estado. **Estudos Avançados**.

São Paulo: EdUSP, v. 22, n.º 62, jan.- abr. 2008 (adaptado).

Relacionando as informações ao contexto histórico e geográfico por elas evocado, assinale a opção correta acerca do processo de formação socioeconômica dos continentes mencionados no texto.

- a) Devido à falta de recursos naturais a serem explorados no Brasil, conflitos étnicos e culturais como os ocorridos na África estiveram ausentes no período da independência e formação do Estado brasileiro.
- b) A maior distinção entre os processos histórico foram ativos dos continentes citados é a que se estabelece entre colonizador e colonizado, ou seja, entre a Europa e os demais.
- c) À época das conquistas, a América Latina, a África e a Ásia tinham sistemas políticos e administrativos muito mais sofisticados que aqueles que lhes foram impostos pelo colonizador.
- d) Comparadas ao México e ao Peru, as instituições brasileiras, por terem sido eliminadas à época da conquista, sofreram mais influência dos modelos institucionais europeus.
- e) O modelo histórico da formação do Estado asiático equipara-se ao brasileiro, pois em ambos se manteve o espírito das formas de organização anteriores à conquista.

5- Até o século XVII, as paisagens rurais eram marcadas por atividades rudimentares e de baixa produtividade. A partir da Revolução Industrial, porém,

sobretudo com o advento da revolução tecnológica, houve um desenvolvimento contínuo do setor agropecuário.

São, portanto, observadas conseqüências econômicas, sociais e ambientais inter-relacionadas no período posterior à Revolução Industrial, as quais incluem

- a) a erradicação da fome no mundo.
- b) o aumento das áreas rurais e a diminuição das áreas urbanas.
- c) a maior demanda por recursos naturais, entre os quais os recursos energéticos.
- d) a menor necessidade de utilização de adubos e corretivos na agricultura.
- e) o contínuo aumento da oferta de emprego no setor primário da economia, em face da mecanização.

6 - A prosperidade induzida pela emergência das máquinas de tear escondia uma acentuada perda de prestígio. Foi nessa idade de ouro que os artesãos, ou os tecelões temporários, passaram a ser denominados, de modo genérico, tecelões de teares manuais. Exceto em alguns ramos especializados, os velhos artesãos foram colocados lado a lado com novos imigrantes, enquanto pequenos fazendeiros - tecelões abandonaram suas pequenas propriedades para se concentrar na atividade de tecer. Reduzidos à completa dependência dos teares mecanizados ou dos fornecedores de matéria-prima, os tecelões ficaram expostos a sucessivas reduções dos rendimentos.

THOMPSON, E. P. **The making of the english working class**. Harmondsworth: Penguin Books, 1979 (adaptado).

Com a mudança tecnológica ocorrida durante a Revolução Industrial, a forma de trabalhar alterou-se porque:

- a) a invenção do tear propiciou o surgimento de novas relações sociais.
- b) os tecelões mais hábeis prevaleceram sobre os inexperientes.
- c) os novos teares exigiam treinamento especializado para serem operados.
- d) os artesãos, no período anterior, combinavam a tecelagem com o cultivo de subsistência.
- e) os trabalhadores não especializados se apropriaram dos lugares dos antigos artesãos nas fábricas.

7 - O Egito é visitado anualmente por milhões de turistas de todos os quadrantes

do planeta, desejosos de ver com os próprios olhos a grandiosidade do poder esculpida em pedra há milênios: as pirâmides de Gizeh, as tumbas do Vale dos Reis e os numerosos templos construídos ao longo do Nilo.

O que hoje se transformou em atração turística era, no passado, interpretado de forma muito diferente, pois:

- a) significava, entre outros aspectos, o poder que os faraós tinham para escravizar grandes contingentes populacionais que trabalhavam nesses monumentos.
- b) representava para as populações do alto Egito a possibilidade de migrar para o sul e encontrar trabalho nos canteiros faraônicos.
- c) significava a solução para os problemas econômicos, uma vez que os faraós sacrificavam aos deuses suas riquezas, construindo templos.
- d) representava a possibilidade de o faraó ordenar a sociedade, obrigando os desocupados a trabalharem em obras públicas, que engrandeceram o próprio Egito.
- e) significava um peso para a população egípcia, que condenava o luxo faraônico e a religião baseada em crenças e superstições.

8 - O que se entende por Corte do antigo regime é, em primeiro lugar, a casa de habitação dos reis de França, de suas famílias, de todas as pessoas que, de perto ou de longe, dela fazem parte. As despesas da Corte, da imensa casa dos reis, são consignadas no registro das despesas do reino da França sob a rubrica significativa de Casas Reais.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**. Lisboa: Estampa, 1987.

Algumas casas de habitação dos reis tiveram grande efetividade política e terminaram por se transformar em patrimônio artístico e cultural, cujo exemplo é:

- a) o palácio de Versalhes.
- b) o Museu Britânico.
- c) a catedral de Colônia.
- d) a Casa Branca.

9 - O tráfico de escravos em direção à Bahia pode ser dividido em quatro períodos:

- 1.o – O ciclo da Guiné durante a segunda metade do século XVI;
- 2.o – O ciclo de Angola e do Congo no século XVII;

3.o – O ciclo da Costa da Mina durante os três primeiros quartos do século XVIII;

4.o – O ciclo da Baía de Benin entre 1770 e 1850, estando incluído aí o período do tráfico clandestino.

A chegada dos daomeanos (jejes) ocorreu nos dois últimos períodos. A dos nagô-iorubás corresponde, sobretudo, ao último. A forte predominância dos iorubás na Bahia, de seus usos e costumes, seria explicável pela vinda maciça desse povo no último dos ciclos. VERGER, Pierre.

Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII

a XIX. Tradução de Tasso Gadzanis. São Paulo: Corrupio, 1987. p. 9. (com adaptações).

Os diferentes ciclos do tráfico de escravos da costa africana para a Bahia, no Brasil, indicam que:

- a) o início da escravidão no Brasil data do século XVI, quando foram trazidos para o Nordeste os chamados “negros da Guiné”, especialistas na extração de ouro.
- b) a diversidade das origens e dos costumes de cada nação africana é impossível de ser identificada, uma vez que a escravidão moldou os grupos envolvidos em um processo cultural comum.
- c) os ciclos correspondentes a cada período do tráfico de diferentes nações africanas para a Bahia estão relacionados aos distintos portos de comercialização de escravos.
- d) o tráfico de escravos jejes para a Bahia, durante o ciclo da Baía de Benin, ocorreu de forma mais intensa a partir do final do século XVII até a segunda metade do século XVIII.
- e) a escravidão nessa província se estendeu do século XVI até o início do século XVIII, diferentemente do que ocorreu em outras regiões do País.

10 – “A crise de 1929 e dos anos subsequentes teve sua origem no grande aumento da produção industrial e agrícola, nos EUA, ocorrido durante a 1ª Guerra Mundial, quando o mercado consumidor, principalmente o externo, conheceu ampliação significativa. O rápido crescimento da produção e das empresas valorizou as ações e estimulou a especulação, responsável pela “pequena crise” de 1920-21. Em outubro de 1929, a venda cresceu nas Bolsas de Valores, criando uma tendência de baixa no preço das ações, o que fez com que muitos

investidores ou especuladores vendessem seus papéis. De 24 a 29 de outubro, a Bolsa de

Nova York teve um prejuízo de US\$ 40 bilhões. A redução da receita tributária que atingiu o Estado fez com que os empréstimos ao exterior fossem suspensos e as dívidas, cobradas; e que se criassem também altas tarifas sobre produtos importados, tornando a crise internacional.”

RECCO, C. *História: a crise de 29 e a depressão do capitalismo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u11504.shtml>>. Acesso em: 26 out. 2008. (com adaptações).

Os fatos apresentados permitem inferir que:

a) as despesas e prejuízos decorrentes da 1ª Guerra Mundial levaram à crise de 1929, devido à falta de capital para investimentos.

b) o significativo incremento da produção industrial e agrícola norte-americana durante

a 1ª Guerra Mundial consistiu num dos fatores originários da crise de 1929.

c) a queda dos índices nas Bolsas de Valores pode ser apontada como causa do aumento

dos preços de ações nos EUA em outubro de 1929.

d) a crise de 1929 eclodiu nos EUA a partir da interrupção de empréstimos ao exterior e

da criação de altas tarifas sobre produtos de origem importada.

e) a crise de 1929 gerou uma ampliação do mercado consumidor externo e, conseqüentemente, um crescimento industrial e agrícola nos EUA.

11 – *“O conceito da economia marxista é definido pelo conjunto das forças produtivas e das relações de produção. O modo de produção se confunde, de certa maneira, com a estrutura econômica da sociedade, englobando a produção, distribuição, circulação e consumo. Louis Althusser entende o modo de produção como uma*

totalidade que articula a estrutura econômica, a estrutura político-jurídica (leis, Estado) e uma estrutura ideológica (ideias, costumes). Teoricamente, numa formação social concreta, podem estar presentes vários modos de produção, tendo um como dominante. Embora a questão da sucessividade histórica obrigatória dos modos de produção tenha dominado os estudos marxistas por muito

*tempo, ela não encontra respaldo teórico nas obras de Marx, e nem mesmo nas de Engels.*Fonte: SANDRONI, Paulo. *Verbetes Modo de Produção*. In: *Dicionário de Economia do*

Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 565-566

Após a leitura atenta do texto, assinale a alternativa em que aparecem listados, em ordem cronológica, os quatro mais importantes modos de produção da história da humanidade.

a) Escravista / Feudal / Asiático / Capitalista.

b) Capitalista / Feudal / Asiático / Escravista.

c) Feudal / Escravista / Capitalista / Asiático.

d) Asiático / Escravista / Feudal / Capitalista.

e) Asiático / Feudal / Escravista / Capitalista.

12 (Enem/1999) Considere os textos abaixo.

"(...) de modo particular, quero encorajar os crentes empenhados no campo da filosofia para que iluminem os diversos âmbitos da atividade humana, graças ao exercício de uma razão que se torna mais segura e perspicaz com o apoio que recebe da fé." (Papa João Paulo II. Carta Encíclica *Fides et Ratio* aos bispos da Igreja católica sobre as relações entre fé e razão, 1998)

"As verdades da razão natural não contradizem as verdades da fé cristã." (Santo Tomás de Aquino – pensador medieval)

Refletindo sobre os textos, pode-se concluir que:

a) a encíclica papal está em contradição com o pensamento de Santo Tomás de Aquino, refletindo a diferença de épocas.

b) a encíclica papal procura complementar Santo Tomás de Aquino, pois este colocava a razão natural acima da fé.

c) a Igreja medieval valorizava a razão mais do que a encíclica de João Paulo II.

d) o pensamento teológico teve sua importância na Idade Média, mas, em nossos dias, não tem relação com o pensamento filosófico.

e) tanto a encíclica papal como a frase de Santo Tomás de Aquino procuram conciliar os pensamentos sobre fé e razão.

13 – (ENEM 1999) “Depois de longas investigações, convenci-me por fim de que o Sol é uma estrela fixa rodeada de planetas que giram em volta dela e de que ela é o centro e a chama. Que, além dos planetas principais, há outros de segunda ordem que circulam primeiro como satélites em redor dos planetas principais e com estes em redor do Sol. (.) Não duvido de que os matemáticos sejam da minha opinião, se quiserem dar-se ao trabalho de tomar conhecimento, não superficialmente mas duma maneira aprofundada, das demonstrações que darei nesta obra. Se alguns homens ligeiros e ignorantes quiserem cometer contra mim o abuso de invocar alguns passos da Escritura (sagrada), a que torçam o sentido, desprezarei os seus ataques: as verdades matemáticas não devem ser julgadas senão por matemáticos.”

(COPÉRNICO, N. De Revolutionibus orbium caelestium.)

Aqueles que se entregam à prática sem ciência são como o navegador que embarca em um navio sem leme nem bússola. Sempre a prática deve fundamentar-se em boa teoria. Antes de fazer de um caso uma regra geral, experimente-o duas ou três vezes e verifique se as experiências produzem os mesmos efeitos. Nenhuma investigação humana pode se considerar verdadeira ciência se não passa por demonstrações matemáticas.

(VINCI, Leonardo da. Carnets.)

O aspecto a ser ressaltado em ambos os textos para exemplificar o racionalismo moderno é

- a) a fé como guia das descobertas.
- b) o senso crítico para se chegar a Deus.
- c) a limitação da ciência pelos princípios bíblicos.
- d) a importância da experiência e da observação.
- e) o princípio da autoridade e da tradição.

14 - (ENEM-99) A Revolução Industrial ocorrida no final do século XVIII transformou as relações do homem com o trabalho. As máquinas mudaram as formas de trabalhar, e as fábricas concentraram-se em regiões próximas às matérias-primas e grandes portos, originando vastas concentrações humanas. Muitos dos operários vinham da área rural e cumpriam jornadas de trabalho de 12 a 14 horas, na maioria das vezes em condições adversas.

A legislação trabalhista surgiu muito lentamente ao longo do século XIX e a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias concretizou-se no início do século XX.

Pode-se afirmar que as conquistas no início deste século, decorrentes da legislação trabalhista, estão relacionadas com

- a) a expansão do capitalismo e a consolidação dos regimes monárquicos constitucionais.
 - b) a expressiva diminuição da oferta de mão-de-obra, devido à demanda por trabalhadores especializados.
 - c) a capacidade de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.
 - d) o crescimento do Estado ao mesmo tempo que diminuía a representação operária nos parlamentos.
 - e) a vitória dos partidos comunistas nas eleições das principais capitais européias.
- (ENEM-00) O texto abaixo, de John Locke (1632-1704), revela algumas características de uma determinada corrente de pensamento.

16 – (ENEM 2000) Se o homem no estado de natureza é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão de terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da equidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.

(Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991)

Do ponto de vista político, podemos considerar o texto como uma tentativa de justificar:

a) a existência do governo como um poder oriundo da natureza.

b) a origem do governo como uma propriedade do rei.

c) o absolutismo monárquico como uma imposição da natureza humana.

d) a origem do governo como uma proteção à vida, aos bens e aos direitos.

e) o poder dos governantes, colocando a liberdade individual acima da propriedade.

17 - (ENEM-01) . Um operário desenrola o arame, o outro o endireita, um terceiro corta, um quarto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer a cabeça do alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes; .

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. Investigação sobre a sua Natureza e suas Causas. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Jornal do Brasil, 19 de fevereiro de 1997.

A respeito do texto e do quadrinho são feitas as seguintes afirmações:

I. Ambos retratam a intensa divisão do trabalho, à qual são submetidos os operários.

II. O texto refere-se à produção informatizada e o quadrinho, à produção artesanal.

III. Ambos contêm a idéia de que o produto da atividade industrial não depende do conhecimento de todo o processo por parte do operário.

Dentre essas afirmações, apenas

a) I está correta.

b) II está correta.

c) III está correta.

d) I e II estão corretas.

e) I e III estão corretas.

18 - (ENEM-01) O franciscano Roger Bacon foi condenado, entre 1277 e 1279, por dirigir ataques aos teólogos, por uma suposta crença na alquimia, na astrologia e no método experimental, e também por introduzir, no ensino, as idéias de Aristóteles. Em 1260, Roger Bacon escreveu:

Pode ser que se fabriquem máquinas graças às quais os maiores navios, dirigidos por um único homem, se desloquem mais depressa do que se fossem cheios de remadores; que se construam carros que avancem a uma velocidade incrível sem a ajuda de animais; que se fabriquem máquinas voadoras nas quais um homem (.) bata o ar com asas como um pássaro. (.) Máquinas que permitam ir ao fundo dos mares e dos rios (apud. BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo: séculos

XV-XVIII, São Paulo: Martins Fontes, 1996, vol. 3.).

Considerando a dinâmica do processo histórico, pode-se afirmar que as idéias de Roger Bacon

a) inseriam-se plenamente no espírito da Idade Média ao privilegiarem a crença em Deus como o principal meio para antecipar as descobertas da humanidade.

b) estavam em atraso com relação ao seu tempo ao desconsiderarem os instrumentos intelectuais oferecidos pela Igreja para o avanço científico da humanidade.

c) opunham-se ao desencadeamento da Primeira Revolução Industrial, ao rejeitarem a aplicação da matemática e do método experimental nas invenções industriais.

d) eram fundamentalmente voltadas para o passado, pois não apenas seguiam Aristóteles, como também baseavam-se na tradição e na teologia.

e) inseriam-se num movimento que convergiria mais tarde para o Renascimento, ao contemplarem a possibilidade de o ser humano controlar a natureza por meio das invenções.

19 - (ENEM-01)

I - Para o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), o estado de natureza é um estado de guerra universal e perpétua. Contraposto ao estado de natureza, entendido como estado de guerra, o estado de paz é a sociedade civilizada.

Dentre outras tendências que dialogam com as idéias de Hobbes, destaca-se a definida pelo texto abaixo.

II - Nem todas as guerras são injustas e correlativamente, nem toda paz é justa, razão pela qual a guerra nem sempre é um desvalor, e a paz nem sempre um valor.

BOBBIO, N. MATTEUCCI, N PASQUINO, G. Dicionário de Política, 5ª ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

Comparando as idéias de Hobbes (texto I) com a tendência citada no texto II, pode-se afirmar que

a) em ambos, a guerra é entendida como inevitável e injusta.

b) para Hobbes, a paz é inerente à civilização e, segundo o texto II, ela não é um valor absoluto.

c) de acordo com Hobbes, a guerra é um valor absoluto e, segundo o texto II, a paz é sempre melhor que a guerra.

d) em ambos, a guerra ou a paz são boas quando o fim é justo.

e) para Hobbes, a paz liga-se à natureza e, de acordo com o texto II, à civilização.

20 - (ENEM-01) O texto abaixo reproduz parte de um diálogo entre dois personagens de um romance.

- Quer dizer que a Idade Média durou dez horas? Perguntou Sofia.

- Se cada hora valer cem anos, então sua conta está certa. Podemos imaginar que Jesus nasceu à meia-noite, que Paulo saiu em peregrinação missionária pouco antes da meia-noite e meia e morreu quinze minutos depois, em Roma. Até as três da manhã a fé cristã foi mais ou menos proibida. (.) Até as dez horas as escolas dos mosteiros detiveram o monopólio da educação. Entre dez e onze horas são fundadas as primeiras universidades.

Adaptado de GAARDER, Jostein. O Mundo de Sofia, Romance da História da Filosofia. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

O ano de 476 d.C., época da queda do Império Romano do Ocidente, tem sido usado como marco para o início da Idade Média. De acordo com a escala de tempo apresentada no texto, que considera como ponto de partida o início da Era Cristã, pode-se afirmar que

- as Grandes Navegações tiveram início por volta das quinze horas.
- a Idade Moderna teve início um pouco antes das dez horas.
- o Cristianismo começou a ser propagado na Europa no início da Idade Média.
- as peregrinações do apóstolo Paulo ocorreram após os primeiros 150 anos da Era Cristã.
- os mosteiros perderam o monopólio da educação no final da Idade Média.

21 - (ENEM-01) O texto foi extraído da peça Tróilo e Créssida de William Shakespeare, escrita, provavelmente, em 1601.

Os próprios céus, os planetas, e este centro reconhecem graus, prioridade, classe, constância, marcha, distância, estação, forma, função e regularidade, sempre iguais; eis porque o glorioso astro Sol está em nobre eminência entronizado e centralizado no meio dos outros, e o seu olhar benfazejo corrige os maus aspectos dos planetas malfazejos, e, qual rei que comanda, ordena sem entraves aos bons e aos maus."

(personagem Ulysses, Ato I, cena III).

SHAKESPEARE, W. Tróilo e Créssida: Porto: Lello & Irmão, 1948.

A descrição feita pelo dramaturgo renascentista inglês se aproxima da teoria

- geocêntrica do grego Claudius Ptolomeu.

b) da reflexão da luz do árabe Alhazen.

c) heliocêntrica do polonês Nicolau Copérnico.

d) da rotação terrestre do italiano Galileu Galilei.

e) da gravitação universal do inglês Isaac Newton.

22 - (ENEM-02) 1 - (.) O recurso ao terror por parte de quem já detém o poder dentro do Estado não pode ser arrolado entre as formas de terrorismo político, porque este se qualifica, ao contrário, como o instrumento ao qual recorrem determinados grupos para derrubar um governo acusado de manter-se por meio do terror.

2 - Em outros casos . os terroristas combatem contra um Estado de que não fazem parte e não contra um governo (o que faz com que sua ação seja conotada como uma forma de guerra), mesmo quando por sua vez não representam um outro Estado. Sua ação aparece então como irregular, no sentido de que não podem organizar um exército e não conhecem limites territoriais, já que não provêm de um Estado .

Dicionário de Política (org.) BOBBIO, N., MATTEUCCI, N. e PASQUINO, G., Brasília: Edunb, 1986.

De acordo com as duas afirmações, é possível comparar e distinguir os seguintes eventos históricos:

I. Os movimentos guerrilheiros e de libertação nacional realizados em alguns países da África e do sudeste asiático entre as décadas de 1950 e 70 são exemplos do primeiro caso.

II. Os ataques ocorridos na década de 1990, como às embaixadas de Israel, em Buenos Aires, dos EUA, no Quênia e Tanzânia, e ao World Trade Center em 2001, são exemplos do segundo caso.

III. Os movimentos de libertação nacional dos anos 50 a 70 na África e sudeste asiático, e o terrorismo dos anos 90 e 2001 foram ações contra um inimigo invasor e opressor, e são exemplos do primeiro caso. É correto o que se afirma apenas em

- I.
- II.
- I e II.
- I e III.
- II e III.

23 - (ENEM-03) Observe as duas afirmações de Montesquieu (1689-1755), a respeito da escravidão:

A escravidão não é boa por natureza; não é útil nem ao senhor, nem ao escravo: a este porque nada pode fazer por virtude; àquele, porque contrai com seus escravos toda sorte de maus hábitos e se acostuma insensivelmente a faltar contra todas as virtudes morais: torna-se orgulhoso, brusco, duro, colérico, voluptuoso, cruel.

Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de tornar escravos os negros, eis o que eu diria: tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram que escravizar os da África para utilizá-los para abrir tantas terras. O açúcar seria muito caro se não fizéssemos que escravos cultivassem a planta que o produz.

(Montesquieu. O espírito das leis.)

Com base nos textos, podemos afirmar que, para Montesquieu,

- o preconceito racial foi contido pela moral religiosa.
- a política econômica e a moral justificaram a escravidão.
- a escravidão era indefensável de um ponto de vista econômico.
- o convívio com os europeus foi benéfico para os escravos africanos.
- o fundamento moral do direito pode submeter-se às razões econômicas.

24 - (ENEM-03) No dia 7 de outubro de 2001, Estados Unidos e Grã-Bretanha declararam guerra ao regime Talibã, no Afeganistão. Leia trechos das declarações do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, e de Osama Bin Laden, líder muçulmano, nessa ocasião:

George Bush:

Um comandante-chefe envia os filhos e filhas dos Estados Unidos à batalha em território estrangeiro somente depois de tomar o maior cuidado e depois de rezar muito. Pedimos-lhes que estejam preparados para o sacrifício das próprias vidas. A partir de 11 de setembro, uma geração inteira de jovens americanos teve uma nova percepção do valor da liberdade, do seu preço, do seu dever e do seu sacrifício. Que Deus continue a abençoar os Estados Unidos.

Osama Bin Laden:

Deus abençoou um grupo de vanguarda de muçulmanos, a linha de frente do Islã, para destruir os Estados Unidos. Um milhão de crianças foram mortas no Iraque, e para eles isso não é uma questão clara. Mas quando pouco mais de dez foram mortos em Nairóbi e *Dar-es-Salaam*, o Afeganistão e o Iraque foram bombardeados e a hipocrisia ficou atrás da cabeça dos infiéis

internacionais. Digo a eles que esses acontecimentos dividiram o mundo em dois campos, o campo dos fiéis e o campo dos infiéis. Que Deus nos proteja deles.

(Adaptados de O Estado de S. Paulo, 8/10/2001)

Pode-se afirmar que

- a justificativa das ações militares encontra sentido apenas nos argumentos de George W. Bush.
- a justificativa das ações militares encontra sentido apenas nos argumentos de Osama Bin Laden.
- ambos apóiam-se num discurso de fundo religioso para justificar o sacrifício e reivindicar a justiça.
- ambos tentam associar a noção de justiça a valores de ordem política, dissociando-a de princípios religiosos.
- ambos tentam separar a noção de justiça das justificativas de ordem religiosa, fundamentando-a numa estratégia militar.

25 - (ENEM-04) Algumas transformações que antecederam a Revolução Francesa podem ser exemplificadas pela mudança de significado da palavra *restaurant*. Desde o final da Idade Média, a palavra *restaurant* designava caldos ricos, com carne de aves e de boi, legumes, raízes e ervas. Em 1765 surgiu, em Paris, um local onde se vendiam esses caldos, usados para restaurar as forças dos trabalhadores. Nos anos que precederam a Revolução, em 1789, multiplicaram-se diversos *restaurateurs*, que serviam pratos requintados, descritos em páginas emolduradas e servidos não mais em mesas coletivas e mal cuidadas, mas individuais e com toalhas limpas. Com a Revolução, cozinheiros da corte e da nobreza perderam seus patrões, refugiados no exterior ou guilhotinados, e abriram seus restaurantes por conta própria. Apenas em 1835, o Dicionário da Academia Francesa oficializou a utilização da palavra *restaurant* com o sentido atual.

A mudança do significado da palavra *restaurant* ilustra

- a ascensão das classes populares aos mesmos padrões de vida da burguesia e da nobreza.
- a apropriação e a transformação, pela burguesia, de hábitos populares e dos valores da nobreza.
- a incorporação e a transformação, pela nobreza, dos ideais e da visão de mundo da burguesia.

d) a consolidação das práticas coletivas e dos ideais revolucionários, cujas origens remontam à Idade Média.

e) a institucionalização, pela nobreza, de práticas coletivas e de uma visão de mundo igualitária.

26 – (ENEM-12) O distanciamento entre “reconhecer” e “cumprir” efetivamente o que é moral constitui uma ambigüidade inerente ao humano, porque as normas morais são:

A - decorrentes da vontade divina e, por esse motivo, utópicas.

B - parâmetros idealizados, cujo cumprimento é destituído de obrigação.

C - amplas e vão além da capacidade de o indivíduo conseguir cumpri-las integralmente.

D - criadas pelo homem, que concede a si mesmo a lei à qual deve se submeter.

E - cumpridas por aqueles que se dedicam inteiramente a observar as normas jurídicas.

27 – (ENEM – 12) Estamos testemunhando o reverso da tendência histórica da assalarição do trabalho e socialização da produção, que foi característica predominante na era industrial. A nova organização social e econômica baseada nas tecnologias da informação visa à administração descentralizadora, ao trabalho individualizante e aos mercados personalizados. As novas tecnologias da informação possibilitam, ao mesmo tempo, a descentralização das tarefas e sua coordenação em uma rede interativa de comunicação em tempo real, seja entre continentes, seja entre os andares de um mesmo edifício.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2006 (adaptado).

No contexto descrito, as sociedades vivenciam mudanças constantes nas ferramentas de comunicação que afetam os processos produtivos nas empresas. Na esfera do trabalho, tais mudanças têm provocado

A - o aprofundamento dos vínculos dos operários com as linhas de montagem sob influência dos modelos orientais de gestão.

B - o aumento das formas de teletrabalho como solução de larga escala para o problema do desemprego crônico.

C - o avanço do trabalho flexível e da terceirização como respostas às demandas por inovação e com vistas à mobilidade dos investimentos.

D - a autonomização crescente das máquinas e computadores em substituição ao trabalho dos

especialistas técnicos e gestores.

E - o fortalecimento do diálogo entre operários, gerentes, executivos e clientes com a garantia de harmonização das relações de trabalho

28 – (ENEM-12) “A introdução de novas tecnologias desencadeou uma série de efeitos sociais que afetaram os trabalhadores e sua organização. O uso de novas tecnologias trouxe a diminuição do trabalho necessário que se traduz na economia líquida do tempo de trabalho, uma vez que, com a presença da automação microeletrônica, começou a ocorrer a diminuição dos coletivos operários e uma mudança na organização dos processos de trabalho.”

Universidad de Barcelona. Nº 170(9), 1 ago. 2004.

A utilização de novas tecnologias tem causado inúmeras alterações no mundo do trabalho. Essas mudanças são observadas em um modelo de produção caracterizado:

A - pelo uso intensivo do trabalho manual para desenvolver produtos autênticos e personalizados.

B - pelo ingresso tardio das mulheres no mercado de trabalho no setor industrial.

C - pela participação ativa das empresas e dos próprios trabalhadores no processo de qualificação laboral.

D - pelo aumento na oferta de vagas para trabalhadores especializados em funções repetitivas.

E - pela manutenção de estoques de larga escala em função da alta produtividade.

29 – (ENEM–12) Se a mania de fechar, verdadeiro *habitus* da mentalidade medieval nascido talvez de um profundo sentimento de insegurança, estava difundida no mundo rural, estava do mesmo modo no meio urbano, pois que uma das características da cidade era de ser limitada por portas e por uma muralha. DUBY, G. *et al.* “Séculos XIV-XV”. In: ARIÈS, P.; DUBY, G. **História da vida privada da**

Europa Feudal à Renascença. São Paulo: Cia. das Letras, 1990 (adaptado).

As práticas e os usos das muralhas sofreram importantes mudanças no final da Idade Média, quando elas assumiram a função de pontos de passagem ou pórticos.

Este processo está diretamente relacionado com

- A - o crescimento das atividades comerciais e urbanas.
- B - a migração de camponeses e artesãos.
- C - a expansão dos parques industriais e fabris.
- D - o aumento do número de castelos e feudos.
- E - a contenção das epidemias e doenças.

30 – (ENEM–12) Acompanhando a intenção da burguesia renascentista de ampliar seu domínio sobre a natureza e sobre o espaço geográfico através da pesquisa científica e da invenção tecnológica, os cientistas também iriam se atirar nessa aventura, tentando conquistar a forma, o movimento, o espaço, a luz, a cor e mesmo a expressão e o sentimento.

SEVCENKO, N. **O Renascimento**. Campinas: Unicamp, 1984.

O texto apresenta um espírito de época que afetou também a produção artística, marcada pela constante relação entre:

- A - fé e misticismo.
- B - ciência e arte.
- C - cultura e comércio.
- D - política e economia.
- E - astronomia e religião.